

Clarice Caldini Lemos

**O INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO ATRAVÉS
DAS REVISTAS *AMERICA BRASILEIRA*, *LUSITANIA* E *NAÇÃO
PORTUGUESA* (1921-1927)**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Doutora em
História Cultural.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de
Fátima Fontes Piazza

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Lemos, Clarice Caldini

O INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO ATRAVÉS
DAS REVISTAS AMERICA BRASILEIRA, LUSITANIA E NAÇÃO
PORTUGUESA (1921-1927) / Clarice Caldini Lemos ;
orientador, Maria de Fátima Fontes Piazza, 2017.
328 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. História. 2. História dos intelectuais. 3.
Revistas. 4. Aproximação luso-brasileira. I. Piazza,
Maria de Fátima Fontes. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

**O INTERCÂMBIO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO ATRAVÉS
DAS REVISTAS *AMERICA BRASILEIRA*, *LUSITANIA* E *NAÇÃO
PORTUGUESA* (1921-1927)**

Clarice Caldini Lemos

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de:

DOUTORA EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza (Orientadora e Presidente) -
PPGH/UFSC

Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores - PPGH/UFSC

Prof. Dr. Artur César Isaia - PPGH/UFSC

Profa. Dra. Tania Regina de Luca - UNESP/Assis

Prof. Dr. Ricardo Virgilino da Silva - PPGSP/UFSC

Prof. Dr. Felipe Matos - Scientia Consultoria

Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (Suplente interno) - PPGH/UFSC

Profa. Dra. Janice Gonçalves (Suplente externo) - PPGH/UDESC

Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 8 de junho de 2017

Para Antônio, cuja chegada esperamos ansiosos;
Para Pedro, meu amor e companheiro;
Para Ana e Nilo, meus pais.

AGRADECIMENTOS

À prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Fontes Piazza, querida orientadora e amiga, a quem devo muito de minha formação, por todos os conselhos, orientações, conversas e risadas, não apenas durante o período deste doutorado, mas por todos os anos que trabalhamos juntas. Muito obrigada pela paciência, dedicação e agilidade, por ser uma excelente professora e orientadora. A sua atuação profissional é um exemplo e uma inspiração.

Ao prof. Dr. Artur Cesar Isaia, cuja disciplina sobre Bourdieu e as conversas em momentos de descontração e em diversos congressos iluminaram a variedade de caminhos metodológicos que podem ser seguidos no campo da História. Seus conselhos foram fundamentais na composição desta tese.

À prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores, pelos ensinamentos em disciplinas e eventos acadêmicos, pelas conversas, conselhos e pela participação nas bancas avaliadoras do meu trabalho de conclusão de curso, de defesa de mestrado e de qualificação de doutorado. Contribuições fundamentais para a minha formação acadêmica. Agradeço também pela oportunidade de participação no projeto Modernidade, Arte e Pensamento (CNPq), que me proporcionou contato com diferentes colegas, temas e bibliografias.

À prof.^a Dr.^a Leticia Borges Nedel, pelas disciplinas ministradas no doutorado, pelas conversas e conselhos que me fizeram ter contato com outras perspectivas historiográficas, enriquecendo a minha formação acadêmica.

À prof.^a Dr.^a Maria Cristina Montalvão Marques Sarmento, que muito gentilmente me acolheu em Portugal durante o período de doutorado sanduíche.

À CAPES, pelo financiamento dos meus estudos e pesquisa no Brasil e durante o breve período de sanduíche em Portugal por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (bolsista da CAPES/PDSE/Processo nº 99999.006583/2015-06), e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

À prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca, ao prof. Dr. Ricardo Virgilino da Silva e ao Dr. Felipe Matos, pela participação na banca examinadora da tese.

À prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Paschoal Guimarães, pela participação na banca de qualificação.

Ao Dr. Luís Farinha Franco, por todas as conversas, dicas e sugestões, cujo valor foi absolutamente inestimável para a elaboração desta tese.

Ao prof. Dr. Adriano Luiz Duarte e à prof.^a Dr.^a Janice Gonçalves, cujos comentários e sugestões na minha banca de qualificação de mestrado acompanham-me até hoje e reverberaram em algumas decisões tomadas durante a escrita da tese.

À Dr.^a Mafalda Ferro, pela gentileza e excelente atendimento na Fundação António Quadros.

Às equipes da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, do setor de obras raras da Biblioteca Universitária João Paulo II (UCP), do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea.

Às equipes da Biblioteca Nacional, do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Real Gabinete Português de Leitura, do Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro) e do arquivo da Academia Brasileira de Letras.

À equipe do arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, cuja gentileza e prontidão no atendimento foram excepcionais.

Aos meus queridos amigos Maria, Pedro, André, Marta, Florian, Vicent, Clara e dona Florinda, pela acolhida tão calorosa em Lisboa, cuja lembrança me aquece o coração e me enche de saudades da terrinha.

À Bia, Mimi, Ba, Tami, Lizi, Ana e Rafa, queridas amigas historiadoras, pelo apoio e amizade eternos. Ao Zulu (Tiago Rodrigo), amigo querido, pela leitura de um dos meus textos e conselhos valiosos.

À Amanda, companheira de pesquisas e passeios no além-mar, por todas as conversas e incentivo.

À Camila, Sabrina, Alejandra, Mauro, Jorge, Dani, Carol e todos os colegas da pós-graduação que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta tese e compartilharam a experiência de participar do Programa de Pós-graduação em História da UFSC.

A Lívia, Douglas, Tiago e Cristiane, queridos companheiros de laboratório, pelas discussões, sugestões e leituras. Agradeço sempre por termos tido a oportunidade de estudar juntos.

À minha querida amiga Sol, por me apresentar a perspectiva transnacional de análise na história e pelas maravilhosas conversas.

Aos meus sogros, Regina e Everlindo, pelo apoio e carinho.

Aos meus pais, Ana e Nilo, pelo apoio e amor incondicionais, pela leitura e revisão dos textos, pela companhia em viagens acadêmicas e de pesquisa, por toda a paciência e carinho sempre!

Ao meu marido Pedro, meu amor, meu companheiro, pela eterna paciência, pelo apoio incondicional, por ser o meu porto seguro em todas as situações.

Ao meu filho Antônio, que sem querer agilizou o término desta tese e cujo nascimento esperamos ansiosamente.

A todos os amigos e familiares, que contribuíram direta ou indiretamente para esta tese.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explorar o intercâmbio cultural entre as revistas portuguesas *Lusitania* e *Nação Portuguesa* e a revista brasileira *America Brasileira*. A partir de uma perspectiva transnacional de análise, procurou-se investigar o movimento de ideias que circulou nas três revistas no início dos anos 1920. Criadas em um momento de crise política e econômica em seus respectivos países, tais revistas ventilaram ideias nacionalistas tradicionalistas, vinculadas a uma aproximação luso-brasileira e a uma valorização da cultura portuguesa e de um modelo de civilização ibérico, cada qual apropriando e ressignificando essas ideias de acordo com os seus propósitos e orientação nacionalista. Além do intercâmbio de ideias, foi explorado o contato das revistas através da conexão estabelecida entre membros de seus corpos editoriais e/ou colaboradores, nas revistas e para além delas, dando-se ênfase aos três principais mediadores desse intercâmbio: Elysio de Carvalho, António Sardinha e Afonso Lopes Vieira. A abordagem transnacional, aliada à história dos intelectuais, possibilitou a compreensão de um intercâmbio que ocorria de forma assimétrica entre os três periódicos (que também eram muito diferentes entre si), permitindo explorar a interpenetração de ideias e os diversos pontos de contato intelectual através do Atlântico num dado momento histórico.

Palavras-chave: História dos intelectuais. Revistas. Aproximação luso-brasileira.

ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to explore the cultural exchange between the portuguese magazines *Lusitania* and *Nação Portuguesa* and the brazilian magazine *America Brasileira*. From a transnational perspective of analysis, one intended to investigate the movement of ideas that circulated within those three magazines in the early 1920's. Created in a context of political and economical crisis in their respective countries, these magazines ventilated traditionalist and nationalist ideas, of a luso-brazilian approximation and an enhancement of portuguese culture and of an iberian model of civilization. Each magazine appropriated and re-signified these ideas accordingly to its purposes and nationalist orientation. Besides the idea exchange, it was explored the contact between these magazines through the connections established among their editorial groups and/or collaborators, in the magazines and beyond them. Emphasis was given to the three main mediators of this exchange: Elysio de Carvalho, António Sardinha e Afonso Lopes Vieira. The transnational approach applied to the history of intellectuals enabled the comprehension of an asymmetrical exchange between the three magazines (which were also quite different from each other), allowing to explore the interpenetration of ideas and the diverse intellectual contact points through the Atlantic in a given historical moment.

Keywords: History of Intellectuals. Magazines. Luso-brazilian approximation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 DAS REVISTAS	29
1.1 Revistas, História e metodologia	29
1.2 Brasil e Portugal no início do século XX	36
1.3 <i>America Brasileira</i>	40
1.4 <i>Nação Portuguesa</i>	51
1.5 Estratégias de sobrevivência econômica.....	60
1.6 <i>Lusitania</i>	71
2 PARA ALÉM DAS IDEIAS: BASTIDORES DAS REVISTAS E O TRÂNSITO DE INTELLECTUAIS NO CAMPO POLÍTICO E CULTURAL	83
2.1 Intelectuais e mediadores culturais.....	85
2.2 Bastidores das revistas	87
2.3 Os bastidores da <i>America Brasileira</i> e o campo cultural brasileiro	94
2.4 Cruzando o Atlântico	117
2.5 Os bastidores da <i>Lusitania</i> , da <i>Nação Portuguesa</i> e o campo intelectual português.....	136
3 NACIONALISMO, IBERISMO, HISPANISMO, LUSO- BRASILISMO E AS REVISTAS	157
3.1 Nacionalismo	157
3.2 Iberismo	177
3.3 Hispanismo	184
3.4 A aproximação luso-brasileira.....	199
4 HISTÓRIA E TRADIÇÃO A SERVIÇO DO HISPANISMO E DA APROXIMAÇÃO LUSO-BRASILEIRA...	211
4.1 Descobrimento, colonização e independência do Brasil.	218
4.2 O Centenário de Independência do Brasil e o debate historiográfico na revista <i>America Brasileira</i>	238
4.3 Instituto Varnhagen.....	252
4.4 Raça e nação	264

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
	FONTES.....	287
	Artigos de jornais e revistas.....	287
	Correspondências.....	296
	Outros documentos.....	306
	Arquivos e bibliotecas consultados.....	308
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	309

INTRODUÇÃO

Assim diante do mundo, e ao magnificar o Descobrimento da América, a Espanha, Portugal, o Brasil e as nações da América Espanhola, afirmarão os direitos das Nações Peninsulares e das outras que destas descendem. Neste momento da vida nacional, quando nos achamos arrastados por traição aos últimos passos da ignomínia de um regimen, a alma histórica de Portugal resplandece e a Festa gloriosa celebra-se também em nossos corações (VIEIRA, A., 1922, p. 145).

No início do século XX, intelectuais do Brasil e de Portugal atravessaram momentos de desilusão com as experiências republicanas recém-implantadas em seus países. A corrupção e a instabilidade política do momento levaram intelectuais de ambos os países a pensar o problema, buscando soluções.

Em Portugal, no final do século XIX e início do século XX, o *déficit* do tesouro, o perigo de perda do império colonial africano e o problema dos gastos reais, que degradou a imagem da família real, foram alguns dos motivos que impulsionaram o desejo de mudar a forma de governo. A grande expectativa sobre o regime republicano pode explicar, em parte, as desilusões e contradições quando este entra em vigor em 1910 (MARQUES, 2000, p. 290). Em 1914, com apenas quatro anos de existência, o governo republicano português resolve entrar na Primeira Guerra Mundial, decisão que deixou marcas profundas no país. "A superficialidade dos governos que decidiram combater, sem qualquer preparação, numa guerra que pela primeira vez envolvia todos os recursos de uma nação"(ADINOLFI, 2007, p. 114), teve fortes consequências, entrando na mira da crítica da sociedade civil após experiência tão traumática. Os resultados da guerra colocaram fim aos projetos e empreendimentos grandiosos do governo português, reduzindo-os à gestão do cotidiano devastado pela crise econômica e social.

Após um período marcado pela instabilidade política, a queda da Primeira República portuguesa acabou sendo desencadeada pelo exército (médias e altas patentes), cujo poder de compra fora reduzido pela metade, apoiado pelo funcionalismo público, pela mesma razão. Da mesma forma o apoiaram bancos, grande indústria e alto comércio, que sofriram com a crise econômica e financeira, além do medo instigado pelo socialismo; o clero, pela progressiva descristianização e laicização do Estado; parte da classe média das cidades, "descontente com a crise

econômica, saturada de instabilidade política e de ameaças revolucionárias; parte da *intelligentzia*, desiludida com o decair dos ideais republicanos, atraída pela novidade do Integralismo" (MARQUES, 2000, p. 297, grifo do autor).

No Brasil, a geração de intelectuais de 1870 foi um dos principais grupos que se engajou nas transformações da sociedade no fim do século XIX. Eles buscavam a atualização da sociedade através de um modelo de vida europeu, o que englobava a modernização das estruturas da nação e a elevação do nível cultural e material da população. Entretanto, a República manteve as desigualdades, reprimiu violentamente as revoltas populares e criou uma teia de corrupção e favorecimento político. Essa situação, aliada à perda da posição que esses intelectuais possuíam durante o Império, levou-os a pensar que aquela não era a República de seus sonhos (SEVCENKO, 2003, p. 97).

Segundo Daniel Pécaut (1990, p. 23), o “horror” dos intelectuais a uma política entregue a acordos entre oligarquias regionais, ostentação de fortuna e a uma República incapaz de constituir uma nação, alimentou o ressentimento. Ao mesmo tempo, inspirou uma reação ao isolamento, um esforço de fazer da literatura um instrumento de transformação social e política.

O cenário que emergiu ao fim da Primeira Guerra Mundial aumentou ainda mais o seu descontentamento. O modelo da *Belle Époque* francesa, modelo civilizatório tomado como referência pela maioria dos intelectuais brasileiros, entrou em decadência, o que propiciou a busca por um modelo de organização de sociedade que fosse brasileiro em essência e formato. Nessa mesma época, intelectuais portugueses procuravam formas de contornar a crise política, econômica e social que seu país vivia também buscando um novo modelo de organização social e política que conseguisse alçar Portugal entre as grandes potências europeias e que pudesse combater a ameaça imperialista de outras potências europeias sobre suas colônias.

O objetivo desta tese é investigar o intercâmbio cultural entre três revistas publicadas na década de 1920, sendo duas em Portugal e uma no Brasil, por meio do qual pode-se averiguar um movimento de ideias que alimentou seus projetos nacionalistas e interpretações sobre o futuro de suas respectivas nações, através do tradicionalismo, da aproximação luso-brasileira e de leituras do iberismo cultural ou do hispanismo defendido por António Sardinha. Esta investigação foi realizada através das revistas

*America Brasileira: resenha da actividade nacional*¹ (1921-1924), *Nação Portuguesa: revista de cultura nacionalista* (1914-1938) e *Lusitania: revista de estudos portugueses* (1924-1927), nas quais se pode observar um espaço para essas discussões e a afinidade entre intelectuais que participavam do corpo editorial e/ou que colaboravam com as referidas publicações.

A ideia deste trabalho surgiu a partir da dissertação de mestrado defendida em 2010, sob o título *Os Bastiões da Nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. Elysio de Carvalho era o editor da revista *America Brasileira* e, após a análise de algumas de suas obras (mais especificamente aquelas produzidas no período em que o autor esteve voltado a um forte nacionalismo) e da revista citada, observou-se que Elysio era ferrenho defensor de um projeto nacionalista para o Brasil calcado no tradicionalismo (apesar da defesa de uma modernização econômica), no ibero-americanismo e nas raízes ibéricas da nação brasileira, propondo uma maior interação com os demais países ibéricos e ibero-americanos.

Com base nessas considerações, surgiu a hipótese de que tal projeto poderia ter sido compartilhado por outros intelectuais, visto que a *America Brasileira* (1921-1924), revista dirigida por Elysio de Carvalho e dentro da qual o autor alinhava suas principais ideias ao projeto editorial, teve inúmeros colaboradores (brasileiros, portugueses, ibero-americanos e espanhóis). Sendo assim, optou-se por investigar revistas contemporâneas à *America Brasileira* (1921-1924). Após a análise de algumas revistas brasileiras e portuguesas, a pesquisa foi delimitada em três delas: *America Brasileira* (1921-1924), *Nação Portuguesa* (1914-1938) e *Lusitania* (1924-1927).

Essa delimitação foi traçada em virtude de afinidades no conteúdo das revistas, da participação de colaboradores em comum e por se observar que havia um diálogo nos bastidores entre os seus diretores e/ou membros do corpo editorial. A *America Brasileira* veiculou propaganda de si própria nas páginas da *Nação Portuguesa*, apresentando-se como "a revista de elite intelectual a que melhor defende Portugal no Brasil" (NAÇÃO..., 1923a, n.p.) e é uma das poucas revistas comentadas nas páginas da *Lusitania* (que não continha anúncios publicitários). Da mesma forma, *Lusitania* e *Nação Portuguesa* veicularam suas propagandas na *America Brasileira*, enviaram suas edições ao diretor do

¹ Optou-se por manter a grafia original no título das revistas, nos nomes de colaboradores, nos nomes de membros do corpo editorial e em citações diretas.

periódico e tiveram matérias comentadas na seção *Portugalia* ou reproduzidas. Entre a *Nação Portuguesa* e *Lusitania*, podem ser observados alguns colaboradores em comum, o fato de António Sardinha ser o diretor da *Nação Portuguesa* e participar do corpo editorial da *Lusitania*, além de a *Lusitania* veicular propaganda na *Nação Portuguesa*. O próprio nome das revistas, *America Brasileira*, *Nação Portuguesa* e *Lusitania*, remete a um certo espaço ideológico nacionalista.

Revistas são excelentes fontes de pesquisa para a divulgação de ideias por serem um *locus* privilegiado para a troca de informações e debates intelectuais, por meio dos quais se pode perceber redes de amizade e influência, mas também posições opostas que suscitam debates. Segundo Clara Rocha (1985, p. 39), as publicações periódicas são lugares de afirmação em grupo, sendo este julgado por outras revistas, pelo público ou pelos seus próprios companheiros de geração.

"O escritor defronta-se também com outras revistas através dum jogo de diálogo intertextual que se estabelece entre as várias publicações periódicas dum dado momento" (ROCHA, 1985, p. 40). Essa intertextualidade apontada por Clara Rocha pode ser notada nas revistas em foco nesta investigação, além de vários autores terem colaborado em mais de uma delas, como é o caso de Affonso Lopes Vieira, Carlos Malheiro Dias, António Sardinha, Afrânio Peixoto, Agostinho de Campos, entre outros.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a revista como um espaço literário coletivo, visto que o seu grupo a define.² Tal característica deve ser observada principalmente no caso da *Nação Portuguesa*, que, dada a sua longa existência, trocou de editor e de grupo de colaboradores, o que ocasionou mudanças no conteúdo de seus artigos e nas características que a definiam intelectualmente. Por essa razão, este periódico terá apenas a sua segunda e terceira séries (que correspondem aos anos de 1922 a 1926) como delimitação do foco de análise.

Ao mesmo tempo, é importante considerar que, apesar de ser um espaço coletivo, não necessariamente ele será homogêneo e que cada revista tem sua forma de organização e características próprias, tornando impossível uma comparação que parta do pressuposto de que apenas o conteúdo muda. Na *Lusitania*, por exemplo, havia um grupo que coordenava a revista e que era formado por colaboradores fixos.

² "Por exemplo, a partir de certo momento, queixam-se alguns leitores da *Seara Nova* de que a revista já "não é a mesma" depois que dela desapareceram os primeiros diretores, Raul Proença, Jaime Cortesão, etc." (ROCHA, 1985, p. 35).

Diferentemente, na *America Brasileira* apenas a direção, sob o comando de Elyσιο de Carvalho, não mudou ao longo de sua existência. Elyσιο imprimiu na revista muito de suas preferências estéticas, literárias e políticas, o que denota que o perfil editorial da revista personificava o seu diretor.

A revista *Lusitania* que começou a ser publicada em 1924, sob a direção de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925), filóloga e crítica literária alemã que morava em Portugal, contava com o seguinte corpo editorial: Affonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, António Sardinha, António Sergio, Carlos Malheiro Dias, Faria de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos, Luciano Pereira da Silva, Mário de Azevedo Gomes, José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos, Ricardo Jorge e Vianna da Motta.

Posicionava-se como um órgão independente, que fazia parte do movimento de recriação do Espírito da Pátria "para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa" (AO LEITOR..., 1924, p. 4). Ainda dentro da definição do programa da revista, os redatores afirmam que ela seria o verdadeiro lar para os estudos lusófilos, buscando-os dentro e fora de Portugal.

Queremos comunicar com o espírito do mundo; mas, por vastos motivos de inteligência e sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil – filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal – e a Espanha, nossa irmã peninsular (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

A definição do Brasil como "filho grandioso e gentilíssimo" recai na ideia do Brasil como a ex-colônia portuguesa que deu certo e que serviria de exemplo para relembrar a época de ouro portuguesa (que remete aos grandes descobrimentos) e do sucesso do padrão civilizatório português.

Estado, nação e sociedade deveriam ser convergentes dentro do nacionalismo adotado pelas revistas portuguesas do início do século XX, conforme Élio Serpa (2000, p. 70-71), uma vez que tomavam a pátria grandiosa e os feitos do passado como exemplo para o presente, e externamente serviriam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, "como veículos de difusão das ideias fixando uma memória coletiva de sua tradição e mostrando aos demais países europeus seu

pendor imperialista mediante discurso de ser 'criador de nacionalidades'" (SERPA, 2000, p. 71). Esse ponto de vista é reforçado no momento em que Portugal procurou afirmar-se dentro do contexto imperialista europeu.

Essa posição seria útil à campanha de aproximação entre Brasil e Portugal encetada na primeira metade do século XX, que procurava “acomodar uma unidade política com base étnica – termo que passou a ser empregado para lidar com os aspectos raciais – de forma a não ferir a recíproca autonomia e a individualidade nacionais no contexto das nações” (RAMOS, 2001, p. 363). A mencionada campanha estava atrelada a um projeto que envolvia Portugal, Brasil e Angola na formação de uma identidade lusa e, portanto, referente ao direito histórico de Portugal sobre o Atlântico Sul.

Segundo Maria Bernardete Ramos (2001, p. 382), diversos eventos culturais e políticos realizados por Portugal e apoiados pelo Brasil tiveram como base o discurso da “Política do Atlântico Sul e da lusitanização”. Pelas relações científicas, literárias, artísticas e comerciais é que se daria a consciência do comum destino atlântico entre Brasil e Portugal, pelo menos segundo aqueles que encabeçaram tal meta.

Muito embora a revista *Lusitania* não pareça tão nacionalista quanto as outras duas, por ser uma revista cultural e de literatura, como a designa Clara Rocha (1985, p. 29), e por não ter tantos artigos de cunho político explícito, é por meio da análise de seus artigos e resenhas que pode-se observar que, além de ter colaboradores em comum com os outros periódicos estudados, *Lusitania* apresentava artigos de história e literatura que seguiam a mesma orientação nacionalista das outras duas revistas, englobando temas como a épica camoniana, a história da expansão ultramarina, a cultura portuguesa dos séculos XIV, XV e XVI e a literatura da Península Ibérica.

Apesar de se apresentar como uma revista de caráter mais científico e cultural, com a participação de intelectuais consagrados no meio acadêmico português, *Lusitania* contava também com intelectuais integralistas (inclusive com um de seus principais teóricos, António Sardinha) ou simpatizantes do integralismo e da revista *Seara Nova*, no seu corpo editorial. Nas correspondências de intelectuais que participaram da revista, fica evidente a disputa entre esses dois grupos nos bastidores do periódico, inclusive no que diz respeito à sua orientação. Boa parte dos artigos tinha um apelo mais científico, buscando certa imparcialidade em suas análises; no entanto, alguns, bem como textos das seções de *Bibliografia*, *Música e Artes Plásticas* e *Marginália*, escapavam à essa característica, uma vez que resenhas

críticas, comentários e mesmo determinados tipos de análise trazem uma visão de mundo, um projeto nacional, uma perspectiva estética, histórica e/ou política do autor que os redigiu.

A *Nação Portuguesa* (1914-1938) começou sob a designação "revista de filosofia política", sendo a primeira série publicada entre 1914 e 1916, em Coimbra, sob a direção de Alberto Monsaraz (1889-1959). A revista foi retomada apenas em 1922 quando foi iniciada a segunda série, publicada em Lisboa e dirigida por António Sardinha (1887-1925), sob a designação "revista de cultura nacionalista". Entre seus colaboradores, pode-se citar José Pequito Rebelo, Manuel Múrias, Rolão Preto, Castelo Branco Chaves, Nuno de Montemor, Pedro Teotónio Pereira e Affonso Lopes Vieira.

Apontada como um dos principais veículos de divulgação do Integralismo Lusitano, boa parte de seus colaboradores, membros da primeira fase do movimento, tiveram grande influência da *Action Française*, movimento nacionalista e conservador surgido na França no final do século XIX (PINTO, 1982-3, p. 1418).

Já a revista *America Brasileira: resenha da actividade nacional* foi publicada no Rio de Janeiro, entre 1921 e 1924, e dirigida por Elysio de Carvalho (1880-1925). Extremamente nacionalista e multifacetada, misturava artigos de cunho político, literário e artístico. Apresentava-se como "critica e estudo dos problemas nacionaes; defesa militar e economica; resenha da vida internacional; synthese das possibilidades e realizações brasileiras; expoente da cultura nacional em suas varias modalidades" (AMERICA..., 1921, n.p.). A construção nacional, proposta no periódico, é alicerçada no ibero-americanismo, na influência ibérica, principalmente portuguesa, no tradicionalismo, assim como nas discussões sobre raça (que tomavam como base as teorias raciais do século XIX) presentes em artigos de diversos autores, entre os quais se pode citar Oliveira Vianna, Cândido Motta Filho e Elysio de Carvalho.

O projeto nacionalista encetado na mencionada revista estava diretamente ligado à tradição e ao passado de glória português. Até mesmo as imagens que aparecem no corpo e nas capas combinam modernidade e tradição (PIAZZA; LEMOS, 2008). Antônio Quadros, em seu livro *O primeiro modernismo português: vanguarda e tradição*, aponta para o imbricamento entre a tradição e a modernidade como um fator de permanência nas obras dos primeiros modernistas portugueses.

[...] um Mário de Sá Carneiro, um Fernando Pessoa, um Amadeo de Souza-Cardoso, um Almada Negreiros, transcenderam infinitamente os

movimentos a que estiveram ocasionalmente ligados, fossem eles o simbolismo, o cubismo ou o futurismo. Neles e por eles, o encontro da Vanguarda e da Tradição deu chispa, a chispa do génio criador. E mais ainda: o relançamento e o rejuvenescimento do projecto essencial português, tonalizando-o com a modernidade do século XX (QUADROS, 1989, p. 54).

Essa característica, que marcou a arte e a literatura do período, aparece com grande força nas três revistas citadas, o que auxilia a compreensão da troca de ideias entre esses intelectuais portugueses e brasileiros no início dos anos 1920.

O tradicionalismo e a civilização ibérica são elementos fundamentais nas três revistas e, no caso da *America Brasileira*, têm como suporte as ideias raciais que surgiram no século XIX e foram desenvolvidas por intelectuais como Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882). Não obstante muitas dessas teorias apresentarem o problema da degeneração racial com a miscigenação de diferentes raças (SCHWARCZ, 2008, p. 18), ainda no fim do século XIX o discurso eugênico muda o parecer negativo sobre países mestiços, lançando a possibilidade de se "resolver" a situação por meio do aprimoramento da raça. Em outras palavras, a miscigenação deixaria de ser um problema para ser uma solução, na qual a raça branca prevaleceria, diminuindo gradualmente o número de mestiços em determinadas sociedades, como no caso do Brasil (FLORES, 2007, p. 63).

A discussão acerca dos benefícios da eugenia aparece nas páginas da *America Brasileira* e tem uma relação direta com a colonização portuguesa. De acordo com alguns autores, a psique brasileira seria composta por vários elementos portugueses que se sobreporiam aos elementos indígenas ou africanos. Tais argumentos vão ao encontro de discussões sobre a importância e as qualidades do gene latino, mais especificamente ibérico, que aparece nas três revistas. Dessa forma, a discussão sobre raça é igualmente utilizada para dar suporte ao modelo de civilização ibérico, constatando e prevendo o seu sucesso.

A tese é dividida em quatro capítulos. No primeiro, é realizada uma reflexão acerca da metodologia empregada ao se trabalhar com periódicos no início do século XX e da abordagem transnacional aplicada à história dos intelectuais. Além disso, foi feita uma apresentação das revistas estudadas, com suas principais características, composição, corpo

editorial, colaboradores, estratégias de sobrevivência econômica, programa, etc.

No segundo capítulo, é realizada uma breve reflexão sobre o estudo de bastidores em revistas e a utilização dos termos intelectuais e mediadores. Abordaram-se questões referentes aos intelectuais que compunham o corpo editorial das revistas ou que eram colaboradores assíduos, buscando-se compreender as movimentações de bastidores nos periódicos em questão e a movimentação desses intelectuais no campo cultural brasileiro, português e luso-brasileiro. Todavia, para que não se tornasse demasiadamente extensa a análise, procurou-se partir sempre das revistas e a elas retornar, no que se refere ao trânsito desses intelectuais. Buscou-se destacar o papel de Affonso Lopes Vieira, António Sardinha e Elysio de Carvalho, como os principais interlocutores/mediadores do contato entre as três revistas. Apesar do referido capítulo ter como inspiração metodológica a prosopografia, esse tipo de abordagem amiúde pressupõe a análise de um grupo (uma biografia coletiva de um grupo), e como nem a *Lusitania* nem a *America Brasileira* possuíam um grupo coeso, que coordenasse seu funcionamento, optou-se por trabalhar com termos como "trânsito de intelectuais" e "ponto de encontro", que se mostraram mais adequados para compreender a circulação e o contato entre esses intelectuais nas revistas e em alguns casos para além delas.

Vale ressaltar que não se optou por trabalhar de forma geral com trajetória. Esse tipo de análise aparece apenas pontualmente no primeiro e segundo capítulos com a finalidade de explicar melhor as três revistas estudadas. Tampouco o termo geração foi utilizado tomando como referência a data de nascimento, mas a partir da concepção de um grupo de intelectuais marcados pelos mesmos eventos históricos/sociológicos/culturais.

No terceiro capítulo, é trabalhada a questão do nacionalismo em Portugal e no Brasil, além da aproximação luso-brasileira, do hispanismo defendido por António Sardinha e do iberismo nas suas diversas leituras e ressonâncias no fim do século XIX e início do século XX.

No quarto, e último, capítulo abordaram-se as interpretações históricas, principalmente acerca dos descobrimentos, colonização e independência do Brasil, e a questão racial, como elemento formador da nacionalidade. Essas questões estavam entrelaçadas com o nacionalismo, o hispanismo/iberismo cultural e a aproximação luso-brasileira nas revistas, fundamentando e afirmando o potencial civilizacional ibérico e a herança lusitana no Brasil. Foi reservado um espaço para analisar o Instituto Varnhagen, organizado por Elysio de Carvalho, que também propunha uma aproximação com Portugal.

A tese versa sobre o intercâmbio cultural que ocorria através das três revistas, muito embora não se trate de um projeto comum ou de um grupo propriamente dito. Nesse sentido, a abordagem transnacional foi escolhida por ser a perspectiva de análise que melhor se encaixa no objetivo deste estudo, permitindo analisar o movimento e a interpenetração de ideias e o cruzamento desses sujeitos históricos nos dois lados do Atlântico. Os intercâmbios culturais podem ocorrer de forma mais homogênea e consistente, ou, como no caso estudado, de forma mais esporádica, assimétrica e de curta duração. Esta última configuração de intercâmbios culturais tem também a sua importância dentro do campo da História, pois, apesar de sua brevidade, pode auxiliar na compreensão dos diversos processos de construção de pensamento em uma determinada época, sinalizando caminhos que foram traçados, mas abandonados por diversas razões. Pode ajudar a compreender posições de determinados intelectuais que tiveram alguma ligação com esses intercâmbios, que ressoaram nas suas leituras, de livros ou revistas, ou mesmo por meio de suas amizades (ou inimizades) intelectuais.

Essa forma de olhar para o passado pode também nos auxiliar a compreender o presente. Em momentos de crise econômica e política, diversos movimentos e ideias surgem, ou emergem, muitos dos quais nos parecendo inexatos, contraditórios e paradoxais, e, após algum tempo, alguns ganham força no campo político/cultural, sobrepondo-se a outros, que desapareceram. No entanto, é no momento em que essas ideias, esses movimentos, esses projetos em construção ainda estão lutando para legitimar-se no campo das ideias – e por vezes tal processo nos parece confuso, contraditório e disforme – que se pode observar a sua multiplicidade e as disputas que ocorrem dentro do campo, seja ele político, cultural, econômico ou estético. Mediante essa multiplicidade de ideias, pode-se notar o dinamismo e as disputas pela primazia do campo intelectual.

Buscou-se entender esse intercâmbio cultural entre *Lusitania*, *America Brasileira* e *Nação Portuguesa* à luz dessa multiplicidade de ideias que antecede o Estado Novo português e o Estado Novo brasileiro. Essas diversas saídas para a nação, esses projetos em construção que, mesmo sendo menores, por vezes incompletos, e tendo sido apagados da história, existiram, foram colocados em livros e periódicos, lidos e debatidos por diversos intelectuais da época. Todas essas discussões prepararam o terreno para o surgimento dos Estados Novos, entretanto, buscar-se-á um olhar que parta daquele momento histórico e não *a posteriori*, evitando observar esses movimentos de ideias sob a perspectiva do que viria em seguida, mas tentando compreender as suas

especificidades e os seus objetivos à luz do momento em que estão sendo pensados.

A década de 1920 caracteriza-se, de certa forma, como um período de transição, de saída do século XIX que, segundo Eric Hobsbawm, terminou com a Primeira Guerra Mundial, para as características que definiram o século XX. Enquanto na década de 1930 o panorama intelectual já estava mais definido, com a consolidação de grupos, ideologias e projetos nacionais mais delineados, na década de 1920 esses ainda estavam em processo de construção, por isso a importância de dar cor e relevo à multiplicidade de projetos (ainda em gestação) que surgem na época. O descontentamento com a crise econômica e com as políticas governamentais vigentes, além do impacto da Primeira Guerra Mundial (assim como de suas consequências) e da Revolução Russa, criaram um ambiente propício para o surgimento desses inúmeros projetos nacionais. Procurou-se adotar a perspectiva dos sujeitos históricos presentes nesta tese, tendo em vista sua apreensão com o futuro. Apesar de haver um consenso entre aqueles que se empenhavam em debater a questão nacional sobre o que não se queria, o *status quo*, não havia um caminho unificado e claro a ser seguido, por isso a multiplicidade de ideias.

A História é feita por acontecimentos, mas também por projetos que visam determinadas ações nos âmbitos político, cultural, estético, econômico entre outros. Em uma disputa no campo intelectual, esses diversos projetos são debatidos, aceitos ou rejeitados por intelectuais, ou mesmo por parte da população, caso estejam ao alcance de um público letrado de modo geral. Todavia, o que permanece e que fica registrado na história são os mais aceitos, mais bem acabados ou que de fato foram colocados em prática (no caso de instituições, empreendimentos editoriais, grupos políticos, etc.), sobrepondo-se à memória de um leque mais amplo que englobava outros projetos que também disputaram a primazia no campo intelectual, mas que, por alguma razão (morte daqueles que os defendiam, desinteresse, conjuntura política desfavorável, falta de divulgação, entre outros), ficaram à margem da história.

As relações estabelecidas entre os participantes das três revistas encaixam-se neste caso. Pouco exploradas, formaram uma breve rede de contatos e de troca de ideias das quais apenas algumas se converteram em ações concretas, mesmo se por pouco tempo. Muito provavelmente essa brevidade se deu em virtude da morte de dois dos principais mediadores, Elysio de Carvalho e António Sardinha, ambos no ano de 1925, do desinteresse de outros intelectuais em dar continuidade a essa conexão e de modificações no campo cultural e político brasileiro e português. O

presente estudo propõe-se a investigar tais conexões de forma a contribuir para a compreensão dessa extensa e complexa rede de projetos nacionais em construção nas primeiras décadas do século XX.

1 DAS REVISTAS

1.1 Revistas, História e metodologia

A cultura impressa sempre despertou enorme interesse por parte de estudiosos e pesquisadores que se debruçam sobre o pensamento e a produção humana ao longo dos tempos. Por muito tempo, foi estudada apenas pelo seu valor informativo, fosse para revelar os segredos das antigas civilizações, fosse para discutir e compreender autores contemporâneos.

Muito embora ainda hoje o valor informativo desse tipo de documento seja de altíssima relevância tanto para os estudos literários e filosóficos, quanto para a historiografia contemporânea, especialmente para a chamada história das ideias, nas últimas décadas cada vez mais os historiadores têm voltado seus esforços para compreender a cultura impressa por outras chaves de leitura. Pesquisadores têm se esforçado para levar em consideração o valor evidenciário desses documentos, a forma e as características de sua produção (condições de produção, gráficas e tipográficas, tipo de papel, impressão, tinta, ilustrações), as redes de sociabilidade intelectual e suas possíveis relações com determinados documentos (no caso de cartas, revistas, jornais), entre outros.

Desse modo, a cultura impressa deixou de ser vista unicamente como fonte de pesquisa, mas também como objeto de pesquisa, ampliando as possibilidades de análise do pesquisador de acordo com seus objetivos. Todas as formas de análise são igualmente relevantes, cada qual a sua maneira, devendo o pesquisador defini-las de acordo com o que deseja saber, ou seja, de acordo com as perguntas que direcionam a sua pesquisa.

Apesar de parte da historiografia brasileira atualmente conferir grande prestígio aos trabalhos que visam à materialidade da cultura impressa (nas suas mais variadas formas), o presente trabalho não se enquadra nesse tipo de metodologia. As perguntas que guiaram esta pesquisa orientam uma metodologia na qual as revistas são estudadas como objeto e fonte de análise concomitantemente, a fim de compreendê-las à luz da história dos intelectuais. Qual a ligação que existia entre as revistas *America Brasileira*, *Lusitania* e *Nação Portuguesa*? Havia um projeto comum entre elas? De que forma essas revistas estavam ligadas a uma aproximação intelectual luso-brasileira no início do século XX? Quais os intelectuais envolvidos nessas empreitadas e que tipo de relação mantinham entre si?

A premissa de um movimento de ideias é muito cara a este trabalho, pois trata-se de uma questão-chave para se compreender a heterogeneidade nas revistas e nos grupos intelectuais, combatendo a visão de um panorama cultural estático, dividido em segmentos de fronteiras absolutas. Analisar a intertextualidade das revistas também é uma forma de se compreender as relações estabelecidas entre elas. As três foram lugares de discussão da aproximação luso-brasileira, de ensaios históricos ligados ao hispanismo/iberismo cultural, à aproximação luso-brasileira, ao tradicionalismo e ao nacionalismo, compartilhando textos e notas entre si e de umas sobre as outras.

Ao trabalhar com revistas, deve-se ter todo o cuidado para observar as características específicas de cada uma, seja no que se refere ao seu conteúdo e projeto gráfico, ou ao próprio funcionamento da revista e projeto editorial. Deve-se levar em conta as razões pelas quais a revista foi fundada, quem a coordenava e a forma como a coordenava, se havia um corpo fixo de colaboradores ou mesmo um corpo editorial fixo. Ao se trabalhar com mais de uma revista, esse processo de análise é muito delicado, pois, inicialmente, o pesquisador pode se sentir inclinado a fazer uma comparação simples entre os periódicos. Entretanto, essa comparação simples pode tornar-se um engano, visto que não necessariamente haverá uma correspondência exata entre os elementos de comparação e análise.

Ao tomar as revistas *America Brasileira*, *Lusitania* e *Nação portuguesa*, pôde-se observar com mais clareza a complexidade da teia que envolve suas afinidades. Ao compulsá-las, observa-se a existência de uma afinidade entre as três: temas em comum, propaganda ou resenha das outras duas revistas, alguns colaboradores em comum e ligação entre membros do corpo editorial. Isso pode ser constatado tanto no espaço público da revista como nos bastidores.

Dito isso, faz-se necessário enfatizar que a análise visa dar cor às diferenças entre as revistas, uma vez que a *Nação Portuguesa* tinha forte cunho político, sendo veículo de propagação do Integralismo Lusitano; a *Lusitania*, por sua vez, compunha-se como uma revista de estudos portugueses, que contava com grandes nomes do meio acadêmico português; e, por fim, a *America Brasileira*, nacionalista, que se dizia de cultura e informação geral e na qual colaboraram diversos intelectuais, brasileiros e estrangeiros, consagrados no campo cultural.

José Augusto Seabra aponta que é necessário desfibrar os fios culturais emaranhados numa mesma revista. Esses feixes culturais são, por vezes, tendências díspares, convergentes ou até mesmo contraditórias "reclamando-se todas elas por vezes de um movimento cujas margens

afinal transbordam frequentemente" (SEABRA, 2003, p. 24). Nesse sentido, é importante distinguir os campos dominantes, assim como orientações nucleares e derivadas, observando as posições e linguagens assumidas e mobilizadas a partir dos códigos ideológicos socioculturais, estéticos ou éticos, que lhe dão sentido.

Estes traduzem-se em paradigmas temáticos tais como os da tradição-modernidade, decadência-renascença, nacionalismo-cosmopolitismo, ordem-anarquia, reação-progresso, arte-vida, etc., nas suas múltiplas variações, a que correspondem títulos e discursos que se tecem em função das fixações ou obsessões de cada grupo ou geração, face a um contexto histórico e político marcado primeiro pela vitória, e depois pela queda da República, atravessando a 1ª Grande Guerra, e as diferentes crises do regime, até à instauração do Estado Novo (SEABRA, 2003, p. 24).

Esses diferentes fios culturais podem ser observados como pertencentes a uma mesma tendência, ainda que sejam contraditórios; mas também podem significar diferentes movimentos, que entram ou não em conflito, nas páginas de uma mesma revista, como seria o caso da *Lusitania*, ou até mesmo unidos apenas por pontos em comum sob o jugo do diretor, como é o caso da *America Brasileira*. Seja como for, o trabalho de "desfibrar" uma revista é sempre muito complexo e exige do profissional olhos de lince e atenção redobrada ao averiguar as conexões, por vezes não tão óbvias ou visíveis, que fazem parte das revistas. É através desse pinçar de diferentes ideias e posições que se esmiúça a riqueza da complexa trama de movimento de ideias que caracteriza a Primeira República brasileira e portuguesa.

Pela sua efemeridade – menos que o jornal e mais que o livro –, as revistas eram obras em movimento. Diretamente relacionadas à vida cotidiana, publicavam querelas literárias e filosóficas, discussões e obras em andamento. "Situando-se na correnteza dos acontecimentos e daí extraíndo seu roteiro de ideias e pontos de discussão, a revista é marcada por uma escrita dinâmica e reflexiva" (VELLOSO, 2010, p. 43). Apesar de o jornal e de a revista debruçarem-se sobre um tempo acelerado, a revista não tem como objetivo a atualidade imediata, mas transformá-la em objeto de reflexão.

Ainda que marcada por um caráter inacabado, que a diferencia de outros suportes de informação, ao propor uma encadernação dos números

em volumes (como é o caso de todas as revistas trabalhadas), provavelmente partia-se do pressuposto de que as reflexões encetadas nas páginas desses periódicos fossem consideradas relevantes por um longo período de tempo e, por isso, a escolha de autores renomados e assuntos considerados importantes, pois o ato de guardá-las encadernadas também pressupunha futuras consultas ao seu conteúdo. Nesse ponto, a relação estabelecida com as revistas encadernadas assemelha-se à do livro, também guardado para futuras consultas, embora este se caracterize geralmente por reflexões acabadas, enquanto aquelas por reflexões muitas vezes inacabadas, em andamento, mas que ainda assim podem ser utilizadas como referência.

Nesse sentido, as revistas são locais privilegiados para o desenvolvimento de projetos literários, artísticos, editoriais ou políticos, e, por isso, caracterizam-se como um excelente observatório da sociabilidade intelectual.

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas (SIRINELLI, 1996, p. 249).

Existem diversas formas de se trabalhar com revistas. Pode-se debruçar sobre uma única revista, esmiuçando-se seu conteúdo, tal qual fez Tania Regina de Luca, com a *Revista do Brasil*; estudar revistas que tenham pertencido a um grupo de intelectuais, conforme fez Tiago Viktor com *Terra de Sol*, *Árvore Nova* e *Festa*; ou ainda debruçar-se sobre um grande conjunto, como fez Ana Luiza Martins. Há também diferentes abordagens que podem ser utilizadas, como a abordagem comparativa e a transnacional.

Hoje em dia, há um extenso debate, situado nos Estados Unidos e na Europa, acerca dessas abordagens. O interesse por determinadas formas de análise histórica modifica-se ao longo do tempo em virtude da ênfase que se dá a determinados objetos e pelo momento político, econômico, social, cultural, de países ou regiões. No caso da Europa, a história transnacional tem conquistado um grande espaço pela necessidade de se pensar a união europeia e, além disso, segundo Micol Seigel (2005, p. 63), a globalização no pós-Segunda Guerra Mundial, a mobilidade e a resistência ocasionadas pelo colonialismo, do modo como

foram retratadas por intelectuais anticoloniais e pós-coloniais, forneceram combustível ao *transnational turn*. Assim, estudos sobre a história atlântica, a diáspora negra, as culturas do imperialismo, as culturas híbridas e as regiões fronteiriças (*borderlands*) (PURDY, 2012, p. 65) multiplicaram-se nos últimos anos.

Em muitos artigos, o debate sobre a história transnacional abarca a discussão entre esta abordagem e a história comparativa. A história comparativa, que chegou ao hall das celebridades históricas com Henri Pirenne na década de 1920 na França (KEDAR, 2009, p. 4), conta com diversos adeptos ainda hoje, mas tem sido duramente criticada por alguns pesquisadores que defendem a abordagem transnacional em detrimento da comparativa, como Micol Seigel (2005), apesar de ambas pertencerem à família da abordagem relacional (WERNER; ZIMMERMANN, 2006, p. 31).

A história comparativa pode ser extremamente útil para dar maior clareza aos perfis de casos particulares na história ou para questionar uma dada particularidade. Concentrando-se nas semelhanças, revela tendências comuns, concentrando-se nas diferenças, permite uma percepção mais aguçada de casos individuais (KEDAR, 2009, p. 24). Em contraposição, seus críticos afirmam que a comparação implica seleção, abstração e descontextualização em certo grau, além de cortar entrelaçamentos e interromper o fluxo da narrativa (KOCKA, 2003, p. 41).

A história transnacional, ou *histoire croisée*, por sua vez, tem como objetivo "*to investigate relational configurations that are active and asymmetrical, as well as the labile and evolving nature of things and situations, to scrutinize not only novelty but also change*"³ (WERNER; ZIMMERMANN, 2006 p. 38) e, portanto, o entrelaçamento de entidades, pessoas, práticas ou objetos. Com a abordagem transnacional, o interesse da pesquisa histórica deslocou-se para o emaranhado de processos de constituição entre dois objetos, como a Europa e o mundo árabe (KOCKA, 2003, p. 42).

Dentro da perspectiva da *histoire croisée*, o transnacional não pode simplesmente ser considerado como nível suplementar de análise para ser acrescentado ao local, regional e nacional de acordo com a lógica da mudança de foco. Ao contrário, é apreendido como um nível que existe em interação com os demais, produzindo sua própria lógica com efeitos

³ "Investigar configurações relacionais que são ativas e assimétricas, bem como a natureza variável e envolvente de coisas e situações, perscrutar não apenas a novidade, mas também a mudança" (tradução nossa).

de *feedback* sobre outras lógicas estruturadoras de espaço. Vai além do micro/macro; essa noção de escala refere-se aos vários espaços dentro dos quais estão enraizadas as interações que fazem o processo analisado (WERNER; ZIMMERMANN, 2006, p. 43).

Entretanto, como bem destaca Sean Purdy (2012, p. 66), a pesquisa empírica envolve alguma forma de comparação, buscando semelhanças e contrastes em diferentes tempos e espaços. Ela deve ser distinguida da abordagem comparativa, que busca comparações de macrounidades sociais, procurando estabelecer explicações causais. Na opinião de Purdy, a exclusão, que alguns autores da história transnacional defendem, do método comparativo seria um equívoco, uma vez que a comparação entre dois elementos numa determinada análise é importante para elucidar semelhanças e diferenças, ainda que dentro de uma abordagem transnacional.

No âmbito da história dos intelectuais, a história comparada tem sido discutida em trabalhos profícuos, como no livro *Pour une histoire comparée des intellectuels* (1998), dirigido por Michel Trebitsch e Marie-Christine Granjon. A obra é fruto do trabalho realizado por um grupo de pesquisa, vinculado ao *Institut de l'histoire du temps présent* (IHTP), sobre história dos intelectuais e reúne textos que abordam a história comparada dos intelectuais sob diversos aspectos.

As noções de geração e sociabilidade, dentro da história dos intelectuais, podem ser pensadas como um fator relevante à perspectiva transnacional, já que, muitas vezes, um evento que marca a intelectualidade de um determinado país é tão impactante quanto em um intelectual de outro, ocasionando uma comunhão de pensamento, uma circularidade de obras e mesmo a criação de uma rede de sociabilidade entre os intelectuais dessas duas regiões e dessa mesma geração. O termo geração é aqui pensado não no sentido biológico, mas de grupos marcados por determinados eventos comuns, e, portanto, caracterizado por uma "geometria variável" e concebido "como uma escala móvel do tempo" (SIRINELLI, 2006, p. 135). Pode-se pensar na intelectualidade ocidental do início do século XX como um bom exemplo. Herdeira da *Belle Époque* francesa e dos grandes avanços tecnológicos, que ocorriam no Estados Unidos e na Europa, essa intelectualidade foi fortemente marcada pela Primeira Guerra Mundial e suas consequências.

Da Primeira Guerra Mundial, cuja duração e impacto não haviam sido previstos, uma das grandes heranças será o rompimento com a *Belle Époque* e o início de um novo panorama político e ideológico, impulsionado também pela Revolução Russa e sua recepção nos demais países ocidentais. Sobre o campo artístico da época, Marshall Berman

afirma que a Primeira Guerra Mundial ocorreu num dos períodos mais criativos de toda a história da cultura; artistas e escritores considerados modernistas na época estavam encantados com o grande desenvolvimento tecnológico do período. "No começo de 1917, porém, os modernistas que ainda estavam vivos (alguns dos mais criativos já haviam morrido), perceberam o horror da guerra: longe de ser uma expressão de intensa criatividade, esta havia reduzido a humanidade à mais completa abulia" (BERMAN, 1988, p. 10).

Dessa forma, tanto no Brasil quanto na Europa, toda uma geração de intelectuais teve sua produção marcada por eventos comuns: a Primeira Guerra Mundial, o fim da *Belle Époque* e o surgimento de um novo panorama político e ideológico. No momento em que correntes nacionalistas e projetos de modernização disputavam a primazia no campo intelectual e político, as revistas caracterizavam-se como um excelente observatório da sociabilidade intelectual e da fermentação desses múltiplos projetos nacionais.

Dessa maneira, pode-se observar, na *America Brasileira* (1921-1924), na *Lusitania* (1924-1927) e na *Nação Portuguesa* (1916-1937), o trânsito de certos intelectuais e o compartilhamento de ideias, ainda que de forma assimétrica, que serviram na construção de projetos nacionais. O futuro de sucesso brasileiro e português realizar-se-ia através de um modelo ibérico de civilização pautado nas conquistas e na glória dos séculos XV e XVI, modelo esse que também serviria aos demais países ibero-americanos e à Espanha, a fim de mostrar a superioridade ibérica em contrapartida ao modelo alemão e francês. Muito embora os intelectuais brasileiros e portugueses buscassem um modelo de organização que fosse fundamentado na sua própria realidade histórico-sociológica e que pudesse elevar seus países à condição de potências mundiais, teriam em comum um modelo de civilização ibérico como padrão em seus projetos nacionais.

Há indícios de que as revistas, já citadas, circulavam em ambos os países e faziam propaganda umas das outras. Pode-se, por conseguinte, observar um cruzamento, uma história que perpassa Brasil e Portugal por intermédio de redes de sociabilidade intelectual que foram construídas através desses periódicos e, em alguns casos, para além desses. A abordagem transnacional pensada no estudo das revistas e na história dos intelectuais pode ser extremamente útil para apontar ideias e projetos políticos que ressoaram em mais de um país.

Dentro dessa perspectiva, a comparação aparece como ferramenta auxiliar, como foi colocado por Purdy (2012), para delinear as diferenças e as semelhanças entre determinados elementos importantes para a

análise, como a forma de organização das revistas, a situação política e econômica nos países pesquisados, a organização do campo intelectual, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, a história transnacional fornece uma sensação de movimento e interpenetração, pois permite ao historiador investigar os fluxos intelectuais, as trocas de ideias, de produção artística e intelectual e a circulação de projetos nacionais com características parecidas, criados, muitas vezes a partir da ressonância de determinadas ideias em diferentes países.

1.2 Brasil e Portugal no início do século XX

O período da Primeira República no Brasil (1889-1930) foi marcado por revoltas populares, corrupção política e pelo descontentamento dos intelectuais diante dos rumos que a República havia tomado. A Primeira Guerra Mundial e a nova configuração política e ideológica que se apresentava na Europa também tiveram o seu impacto no novo panorama político e nos embates dentro do campo intelectual brasileiro. Dessa forma, boa parte dos intelectuais vincularam-se a uma cultura política⁴ que buscava identificar os males da nação brasileira, realizar um diagnóstico e propor soluções.

Nessa perspectiva, deparamo-nos com uma grande variedade de correntes de ideias e de projetos de modernização para o país, muito diferentes entre si, mas que, em boa parte, compartilhavam um ideal de modernização que deveria ocorrer com o auxílio da ciência (GOMES, 2009, p. 22).

Num momento em que, tanto no Brasil quanto na Europa, correntes nacionalistas disputavam a hegemonia no campo intelectual e político, os confrontos no seio da intelectualidade na República brasileira abarcavam as interpretações histórico-sociológicas sobre o Brasil, a questão da identidade nacional e o caminho que o país deveria seguir no futuro próximo.

⁴ Serge Berstein acentua o papel das representações na definição de cultura política e o seu caráter plural num dado país e num dado momento da história. O conceito de cultura política pode ser entendido como "[...] um sistema de representações fundado sobre uma certa visão de mundo, sobre uma leitura significativa, se não exata, do passado histórico, sobre a escolha de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, conforme os modelos retidos, e que se exprime por um discurso codificado, símbolos, ritos que o evocam sem que uma outra mediação seja necessária" (BERSTEIN, 1992, p. 71, tradução nossa).

Um dos momentos mais importantes nesse embate ocorreu por ocasião das comemorações dos cem anos de independência do Brasil, em 1922, quando se passou a questionar a situação do país após cem anos de vida independente e mais de trinta de vida republicana. Os intelectuais brasileiros tomaram o evento como momento-chave para fazer um balanço da situação nacional, articulando passado, presente e futuro em diferentes projetos de modernização nacional (MOTTA, 1992, p. 5).

Os anos entre 1921 e 1924, especialmente 1922, foram, no Brasil, momentos de grande efervescência política e ocasião de muitos acontecimentos marcantes na história do país, como a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o movimento tenentista; a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa; a criação do Centro Dom Vital (e da revista *A Ordem*); a realização do Congresso Eucarístico; a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo; e a Exposição Universal, montada no Rio de Janeiro por ocasião das comemorações do Centenário de Independência.

Dentre as diferentes correntes nacionalistas que disputavam o campo intelectual e político, alguns intelectuais defenderam uma aproximação entre Brasil e Portugal a fim de justificar o grau de civilização da nação brasileira pela herança portuguesa, para promover uma unidade linguística, uma aproximação literária ou até mesmo uma união política entre as duas nações. Alguns intelectuais portugueses e brasileiros engajaram-se nessa aproximação, vendo uma saída para ambos os países.

No Brasil, além do descontentamento com a Primeira República, o modelo da *Belle Époque* francesa, tomado como referência pelos intelectuais brasileiros, havia sofrido um forte abalo com a Primeira Guerra Mundial, levando muitos a procurar outras referências e modelos, entre os quais a Ibéria.

Em Portugal, no final do século XIX e início do século XX, o *déficit* do tesouro, o perigo de perda do império colonial africano e o problema dos gastos reais, que degradou a imagem da família real, foram alguns dos motivos que impulsionaram o desejo de mudar a forma de governo. Segundo João Medina, o episódio do *Ultimatum* Britânico⁵ despertou o Partido Republicano para a ação, que, naquele momento de

⁵ O *Ultimatum* Britânico, em janeiro de 1890, exigia a retirada das tropas portuguesas localizadas entre as colônias de Moçambique e Angola. A concessão de Portugal às exigências britânicas ocasionou um sentimento de humilhação nacional, uma vez que esse perdia territórios e poder simbólico na acirrada disputa imperialista.

angústia vivida pelos portugueses, surgia "como uma espécie de Sebastianismo vermelho que transformava a ideia da República num mito de tipo messiânico – ela era, ao mesmo tempo, D. Sebastião e a Virgem Maria à qual se reza pela salvação" (MEDINA, 2000, p. 301-302).

A grande expectativa sobre o regime republicano pode explicar em parte as decepções e contradições desenvolvidas após a sua instauração, em 1910. No final do século XIX, ser republicano era o mesmo que ser contra a monarquia, a corrupção política, os partidos monárquicos, a igreja e os jesuítas, mas não a favor de um programa propriamente definido; ou assim o era para muitos dos que se diziam republicanos (MARQUES, 2000, p. 290).

A guerra também trouxe graves consequências para a República portuguesa, criada em 1910, como o fim dos projetos e empreendimentos grandiosos planejados pelo governo, "reduzindo a obra governativa à difícil gestão do cotidiano" (MARQUES, 2000, p. 288). Ao mesmo tempo, o governo português sentia a perda de prestígio entre as potências europeias e a ameaça aos seus territórios coloniais, especialmente depois do *Ultimatum* Britânico que, além da perda territorial e de poder simbólico na corrida imperialista, ocasionou um sentimento de humilhação nacional. As consequências da guerra, o desprestígio entre as potências europeias e a alta rotatividade no poder criaram uma situação de descontentamento para a população portuguesa, o que levou diversos intelectuais a repensar a gestão e o futuro do país.

No final do século XIX, o governo português adotou uma nova estratégia aproximando-se do Brasil. Essa nova política, que buscou afirmar Portugal como potência colonial moderna, visando estabelecer seu lugar entre as potências europeias, desenvolveu-se ainda mais depois da proclamação da República em 1910, com o intuito de conferir legitimidade ao novo regime (FERREIRA, 2008, p. 120-121). O discurso nacionalista brasileiro e português aludia a uma fraternidade luso-brasileira na qual os dois países estariam unidos pela fé, pela língua e pela tradição histórica. Segundo Marie-Jo Ferreira (2008, p. 127), esse discurso "serviu de referência às relações diplomáticas luso-brasileiras, em particular durante as comemorações do primeiro Centenário da Independência Brasileira".

O governo português participou das comemorações, realizadas em grande estilo na cidade do Rio de Janeiro com uma exposição universal, expondo vários de seus produtos, entre os quais vinho e azeite (MOTTA, 1992, p. 69). Segundo Luiz-Annibal Falcão, Portugal teria oferecido ao Brasil uma réplica do *Tríplice do Infante*, de Nuno Gonçalves, pintado por Luciano Freire.

Este presente, além de ser uma manifestação de beleza, é uma expressão nacional. A veneranda obra do grande Nuno tem para nós o mais alto significado. E' como um testemunho de um passado fértil em glórias, em beleza, em vontades varonis de que a descoberta do Brasil, fructo do esforço esclarecido do infante Don Henrique, é o coroamento maravilhoso (FALCÃO, 1923, p. 47).

Foi a primeira vez que um chefe de Estado português visitou oficialmente o Brasil independente e, muito embora sua visita não tenha tido grande relevância para o estabelecimento de acordos políticos e comerciais, foi importante do ponto de vista simbólico. De acordo com Ferreira (2008, p. 133-134), diversas razões contribuíram para a elaboração de um discurso oficial favorável a uma fraternidade luso-brasileira por parte dos dois países. A elite brasileira ainda estava muito presa à necessidade de mostrar sua herança europeia e a herança portuguesa, além de ser de grande auxílio nessa questão, ainda justificava a "permanência de uma tradição, de uma cultura, de uma língua, de uma fé religiosa, preciosas para as elites". A herança colonial também servia para auxiliar o governo brasileiro a justificar e legitimar a integridade do território e, conseqüentemente, as fronteiras nacionais. Para o governo português, o Brasil era a expressão da capacidade colonizadora portuguesa, dando suporte à imagem de Portugal como potência civilizadora.

Conforme Maria Bernardete Ramos (2001, p. 382), diversos eventos culturais e políticos realizados por Portugal e apoiados pelo Brasil tiveram como base o discurso da "Política do Atlântico Sul e da lusitanização". Pelas relações científicas, literárias, artísticas e comerciais é que se daria a consciência do comum destino atlântico entre Brasil e Portugal, pelo menos segundo aqueles que encabeçaram tal meta.

A aproximação luso-brasileira foi muito discutida em livros e periódicos da época, tanto pelos grupos a favor, que expressavam suas opiniões em revistas como *Atlântida*, dirigida por João de Barros e João do Rio, como por grupos contra, que colaboravam em revistas como *Brazílea*, declaradamente antilusitana e criada por Arnaldo Damasceno Vieira e Álvaro Bomilcar.

A revista *Atlântida* (1915-1920) contou com um diretor brasileiro, João do Rio, e um diretor português, João de Barros, e visava ao fortalecimento dos vínculos entre os dois países. O periódico era

patrocinado pelos ministros das relações exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e do Fomento de Portugal, e possuía um número maior de colaboradores portugueses, o que, segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2009, p. 64), era devido à guerra, que dificultava a comunicação e o transporte regular entre os dois países. Contava com colaboradores de peso como Olavo Bilac, Júlio Dantas, Júlia Lopes de Almeida e Aquilino Ribeiro, além de figuras proeminentes do panorama cultural luso-brasileiro e que também colaboraram na *America Brasileira* e/ou na *Lusitania*, como Luís da Camara Reys, Alberto d'Oliveira, Jaime Magalhães de Lima e Vítor Viana.

Em 1919, a *Atlântida* mudou seu subtítulo de "Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil" para "Órgão do pensamento latino no Brasil e em Portugal", no mesmo momento em que passou a ser gerida por três diretores, os dois primeiros acrescidos de Graça Aranha, que estava em Paris. Graça Aranha foi um dos autores que mais influenciaram Elysio de Carvalho, além de ter colaborado com a *America Brasileira*.

A *America Brasileira*, a *Nação Portuguesa* e a *Lusitania* diferenciavam-se da *Atlântida* por não serem binacionais, nem haver indícios de qualquer tipo de financiamento estatal. Tampouco possuíam um projeto que estava sendo gestado de forma coletiva, as ideias apresentadas nas revistas ressoavam umas nas outras, auxiliando a formação de projetos nacionais, sendo que cada qual ressignificava essas ideias de acordo com as particularidades histórico-sociológicas de seu país e com o objetivo a que haviam se proposto. Além disso, havia contato entre membros de seu corpo editorial, formando uma rede de sociabilidade luso-brasileira nas revistas e para além delas.

Neste capítulo, será feita uma apresentação geral das revistas, como se configuravam, seus objetivos iniciais e parte de sua trajetória, para que, nos próximos capítulos, se possa aprofundar o trânsito de intelectuais que ocorria entre e para além delas e nos elementos de convergência no campo das ideias.

1.3 *America Brasileira*

A revista *America Brasileira: resenha da actividade nacional* foi uma revista nacionalista que trazia em suas páginas parte da discussão favorável à aproximação luso-brasileira. Publicada no Rio de Janeiro entre 1921 e 1924, apresentava a seguinte designação: "Crítica e estudo dos problemas nacionaes; Defesa militar e economica; Resenha da vida internacional; Synthese das possibilidades e realizações brasileiras;

Expoente da cultura nacional em suas varias modalidades" (AMERICA..., 1921, n.p.).

O programa, presente na capa do número inaugural da revista, em dezembro de 1921, estabelecia diretrizes gerais para o seu conteúdo. "O nome desta Revista define um programma, contém um traçado digno da grandeza do nosso paiz, e revela, do mesmo passo, a singular posição que occupamos entre as nações sul-americanas" (AMERICA..., 1921, n.p.). No texto, a América Brasileira é apresentada em contraposição à América Espanhola, seja pela manutenção de sua unidade, em contraposição à divisão territorial que sofreram as colônias espanholas; seja pela língua, que difere de seus vizinhos; seja pelos tipos de governos estabelecidos após a independência; ou pela "substancia profunda peculiar a todas" as nações vizinhas e que as diferia do Brasil.

Todas essas diferenças teriam deixado o Brasil sozinho na América. Enquanto entre os países hispano-americanos haveria um intercâmbio e uma valorização de artistas, escritores e estadistas, "de nós ninguem se occupa" (AMERICA..., 1921, n.p.).

Em face da America Hespanhola está, portanto, a America Brasileira. Cabe-nos fazer das nossas cousas a propaganda intensa, quotidiana, vigilante que as demais Republicas sul-americanas, unidas num só pensamento, realizam no mundo civilizado (AMERICA..., 1921, n.p.).

A revista serviria como veículo de propaganda do Brasil e como um espaço para discutir as questões nacionais e os problemas mais urgentes, apontados no texto como o carvão e o ferro, pois "da solução delles depende todo o nosso progresso" (AMERICA..., 1921, n.p.). Além desses dois problemas urgentes, estão elencados os seguintes: a resolução do problema da instrução primária e rural; a reorganização das forças armadas de mar e terra; a construção de estradas de ferro estratégicas, adaptáveis para fins militares; a correção de "graves erros políticos"; a revisão da Constituição Federal, a fim de estreitar os laços entre os estados "estabelecendo um regime tributario unico e uma mesma organização judiciaria"; e a intensificação da imigração de "raças realmente uteis ao desenvolvimento do nosso paiz" (AMERICA..., 1921, n.p.).

O editorial apresentava o posicionamento da revista no que se refere a alguns dos temas que circularam por suas páginas. A relação do Brasil com as nações vizinhas é apresentada de forma ambígua. Por um

lado, as diferenças com os países vizinhos teriam causado certa animosidade: os brasileiros teriam sido acusados de imperialistas, expoliadores e gananciosos, e sua política foi considerada opressora, muito embora tivessem impedido por duas vezes que "o Uruguay fosse absorvido pelas ambições do caudilhismo platino" e libertado o Paraguai "de uma tyrannia infame" (AMERICA..., 1921, n.p.). Por outro lado, o texto prega uma relação de paz com as nações hispano-americanas.

Armemo-nos, sem odios, mas para não ter surpresas. Firmemos uma politica de paz e cordialidade na America, pois, depende da tranquillidade das nossas relações com os paizes visinhos, o progresso e a grandeza deste continente. Evitemos a paz armada, mas não nos deixemos arrastar por ideologias perigosas, descurando a defeza nacional (AMERICA..., 1921, n.p.).

Em um trabalho anteriormente realizado sobre a revista (LE MOS, 2006), pôde-se averiguar que, no seu forte nacionalismo, a *America Brasileira* apresentava três balizas centrais que orientavam o seu conteúdo: a francofilia, a lusofilia e o ibero-americanismo. Essas três balizas refletem as opiniões e as escolhas do diretor da revista, Elysio de Carvalho. A francofilia expressa nas páginas do periódico corresponde à influência cultural francesa no Brasil do século XIX e início do XX. A França era o país tido como referência cultural e civilizacional para a grande parte da elite brasileira desse período.

O ibero-americanismo, por sua vez, aparece como o desejo de maior contato com os demais países vizinhos, por meio de um intercâmbio cultural prolífico, mas, simultaneamente, almejava-se o reconhecimento da supremacia regional brasileira, como líder da América do Sul. Os artigos e notas frequentemente apresentavam um tom defensivo, como se pôde observar na citação anterior, no qual se deseja a aproximação com os países vizinhos, mas, ao mesmo tempo, há o receio de uma possível invasão; por isso diversos artigos esboçam preocupação com a prontidão militar brasileira, seja no caso de armamentos, seja com os próprios militares.

Essa posição, a princípio defensiva, não foi tão bem recebida por outros latino-americanos, tanto que, no artigo que abre o quinto número da revista (abril de 1922), intitulado *A America Brasileira julgada pelo Sr. Zeballos*, a redação discordou de ideias presentes no ensaio publicado

pelo argentino Estanislau Zeballos na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, argumentando que ele teria entrevistado, no programa da *América Brasileira*, uma propaganda contra sua pátria. No texto, afirmou-se que, no objetivo de aprimorar militarmente o Brasil, não havia qualquer propósito de agressão e que a Argentina havia feito o mesmo.

De modo que, se bem entendemos os argumentos do illustre Sr. Zeballos, quando a Argentina se arma devemos todos ficar tranquilos, certos das suas boas intenções, mas quando o Brasil cuida da sua defeza descurada, o caso muda de figura (A AMERICA..., 1922, n.p.).

No entanto, em diversos artigos são noticiadas animosidades entre países da América do Sul e/ou disputas territoriais ocorridas no século XIX como forma de justificar a política "defensiva" apregoada pela revista. Por um lado, o impacto da Primeira Guerra Mundial e o medo de uma segunda guerra de semelhantes proporções (sentimento que, por vezes, aparece em alguns artigos da revista) guiavam o nacionalismo presente na *América Brasileira* e a posição defensiva proposta pela redação da revista. Por outro lado, a questão militar servia de reforço no ato de mostrar para os demais países, em especial os países sul-americanos, o lugar de destaque e de domínio real e simbólico do Brasil na América do Sul.

A lusofilia aparece de forma tímida no início da revista, mas pouco a pouco vai consolidando-se como um dos temas principais, especialmente a partir de meados de 1923, invadindo o grande espaço que a América Latina ocupava nos temas presentes inicialmente no periódico.

Em carta enviada a Lima Barreto, convidando-o para ser um colaborador efetivo da revista, Elysio de Carvalho explica que a *América Brasileira* fora pensada "nos moldes da edição semanal do The Times, que pela extensão do seu programma e pela relevancia de seus intuitos se destina a todo o Brasil" (CARVALHO, 21 nov. 1921, I-6, 29, 299, grifo do autor).

Através dessa carta e de outras correspondências trocadas entre membros do corpo editorial e colaboradores, pode-se afirmar que as colaborações eram remuneradas. Alguns meses após ter estendido o convite de colaboração a Mário de Andrade, Renato Almeida acertou os detalhes da colaboração. O valor teria sido estabelecido com base no que Mário disse ter recebido da *Revista do Brasil*:

Elysio manda dizer que a proposta é a seguinte: farás uma chronica mensal, dessa Paulicéa desvairada, com inteira liberdade de assumpto, retribuindo-te a America da mesma fôrma que a Revista do Brasil, ou seja 40\$ por chronica (ALMEIDA, [ago. 1923], MA-C-CPL253, grifos do autor).⁶

Há indícios de algumas exceções, como se pode observar na carta de Elysio de Carvalho para António Sardinha, na qual afirma que transcreveria o artigo *A lição do Brasil* de autoria de Sardinha, publicado na *Nação Portuguesa*, não havendo qualquer menção de pagamento para o caso de transcrição (CARVALHO, 1 abr. 1924, 357-3).

Algumas notas inseridas no meio de artigos eram trechos reproduzidos de outras revistas, livros ou discursos; contudo, na sua grande maioria, não há a indicação da publicação original, apenas do autor. Como algumas dessas notas não estavam relacionadas aos demais artigos da revista ou àquele artigo com o qual compartilhavam a página, pode-se sugerir a hipótese de que foram colocadas ali como forma de resolver algum problema de sobra de espaço na diagramação da revista.

Na carta a Lima Barreto, anteriormente citada, Elysio assegura-lhe que a revista era "organizada sob bases economicas solidas" (CARVALHO, 21 nov. 1921, I-6, 29, 299). Além de garantir o pagamento da colaboração, a afirmação também remete, provavelmente, à possibilidade de a revista sobreviver ao "mal dos sete números" – como havia denominado Olavo Bilac a efêmera duração das revistas no final do século XIX –, pelo menos no que se referia à sua sobrevivência econômica, pois não era incomum a curta duração de periódicos na época, ocasionada por diversas razões, entre as quais a falta de dinheiro.

Ao longo de sua existência, pode-se notar uma grande variedade de colaboradores nacionais e estrangeiros, muitos dos quais, donos de um grande prestígio intelectual: Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho, Oliveira Vianna, Mário Pinto Serva, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Graça Aranha, João Ribeiro, Carlos Malheiro Dias, António Sardinha, Philéas

⁶ Em carta datada pelo serviço de catalogação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) como novembro de 1923, Renato afirmou que houve um engano, referindo-se possivelmente a Elysio, "o engano deve ter sido (e só podia ser) delle, pois lhe dei a ler a tua carta, em que fazias a proposta, ou melhor em que dizias que a REVISTA DO BRASIL te dava 40\$, ao que me autorizou ella a te dizer que a AMERICA pagaria o mesmo" (ALMEIDA, [nov. 1923], MA-C-CPL257).

Lebesgue, Gustavo Barroso, António Ferro, Fidelino de Figueiredo, entre outros.

Olhando para a lista de colaboradores, é possível que se estranhe o fato de haver colaboradores de orientações políticas ou literárias tão distintas, como Manuel Bandeira e Mário de Andrade, eternizados no campo modernista brasileiro, e intelectuais como António Ferro, frequentemente lembrado como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo português, António Sardinha, ideólogo do Integralismo Lusitano, ou Oliveira Vianna, autor marcado pelo autoritarismo e pelo racismo em suas obras.

É necessário, no entanto, lembrar que, no Brasil do início do século XX, a taxa de analfabetismo era imensa, conseqüentemente havia um número reduzido de intelectuais que participavam dos vários jornais e revistas que circulavam no período. Além disso, existem diversos fatores que podem levar um intelectual a colaborar com um determinado periódico, como a busca por prestígio (especialmente no caso de revistas que podem equivaler às instâncias de consagração do campo intelectual, porque dão visibilidade ao autor e à obra), a comunhão do projeto político/cultural do periódico, por fazer parte do grupo ao qual o periódico serve como veículo para a propagação de ideias, apenas como forma de ganhar a vida, por ter sido convidado por um dos membros que compõem o corpo editorial por uma razão específica ou até mesmo ter seu artigo, originalmente publicado em outra revista, transcrito.

As *Crônicas de Malazarte*, que Mário de Andrade publicou na *America Brasileira*, por exemplo, foram colaborações pagas. Capistrano de Abreu, por sua vez, em carta a João Lúcio de Azevedo, deixou claro que não tinha qualquer tipo de relação com a revista ou seu diretor, apenas havia sido convidado a publicar novamente trabalhos que haviam saído inicialmente no *Jornal do Comércio* no fim do século XIX (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 293-294).

Além disso, a revista prometia ser um "expoente da cultura nacional em suas várias modalidades" e "resenha da vida internacional", portanto, convidava a colaborar (ou simplesmente transcrevia artigos já publicados) autores que, na época, eram consagrados ou que estavam desenvolvendo trabalhos considerados atuais e importantes. É o caso, por exemplo, de Oliveira Vianna, que, na década de 1920, era muito prestigiado no meio intelectual, sobretudo como intérprete do Brasil. No entanto, esse mesmo autor, marcado pela sua participação no governo Vargas e pelo apoio à ditadura de 1937, passou a ser criticado na década de 1940 nos meios intelectuais de esquerda, pelos elementos racistas e pelo autoritarismo presentes em sua obra. Essas críticas aumentaram após

a sua morte, em 1951, agravando-se ainda mais no período da ditadura militar, que, para muitos, se fundava na visão e na proposta política do autor, enviando-o "aos infernos" (CARVALHO, 1991, p. 83).

Nesse sentido, é preciso compreender que a visão que muitos intelectuais tinham de Oliveira Vianna no momento em que a *America Brasileira* foi publicada (primeira metade dos anos 20) era positiva, ele era considerado um autor de prestígio, cujas ideias estavam em sintonia com muito do que estava sendo publicado sobre a questão nacional. As ideias consideradas hoje em dia como racistas, na época eram aceitas por boa parte dos intelectuais, que traziam em sua bagagem de leitura as teorias raciais do século XIX. Além disso, "[...] o espírito da época era muito menos liberal do que o de hoje, o autoritarismo pairava no ar, da direita à esquerda" (CARVALHO, 1991, p. 83).

Por isso, é importante historicizar esses sujeitos dentro do contexto e do momento de vida em que se encontram. António Ferro, por sua vez, em 1922, ainda jovem, era conhecido como poeta, ex-editor da revista modernista *Orpheu*. É importante lembrar que esse é um período anterior ao Estado Novo em Portugal (iniciado em 1933), de cuja participação como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional António Ferro ficou conhecido.

Por fim, ainda há mais um fator a ser levado em consideração na variedade de colaboradores da *America Brasileira*: a escolha do diretor. A *America Brasileira* espelhava as opções políticas, literárias, estéticas de seu diretor, que, por sua vez, além de bem abrangentes, também demonstravam o seu interesse em se estabelecer no campo intelectual da época, contatando intelectuais de prestígio nas mais variadas áreas.

Essa é a chave para se compreender a relação da *America Brasileira* com *Lusitania* e *Nação Portuguesa*. "Elisio de Carvalho é um dos mais lusofilos entre os lusofilos escritores brasileiros, e é um dos mais belos e elevados espiritos da sua geração" (BARROS, 1923, p. 244). A partir dos anos 20, Elysio de Carvalho⁷ passou a se corresponder com vários autores portugueses, entre os quais António Sardinha, diretor da

⁷ Elysio de Carvalho foi agraciado pelo governo português com o grau de oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada em 07 de junho de 1923 (informação retirada do site do governo português: <<http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=154>>. Acesso em: 30 jul. 2017). Esta ordem honorífica portuguesa destina-se a distinguir o mérito literário, artístico e científico, de acordo com a lei nº 5/2011 de 2 de março (disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/archive/doc/Lei_n_52011.D.R.n_43_SerieI_de_2011_03_02.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017).

Nação Portuguesa, e Affonso Lopes Vieira, um dos secretários da *Lusitania*, além de já ter em seu círculo de amizades o escritor português exilado no Brasil, membro importante da colônia portuguesa do Rio de Janeiro e do corpo editorial da *Lusitania*, Carlos Malheiro Dias.

Além de transcrever artigos dessas duas revistas, a *America Brasileira* contou com a colaboração de diversos autores portugueses como António Sardinha, Affonso Lopes Vieira, Carlos Malheiro Dias, Agostinho de Campos, António Ferro, Alfredo Pimenta, Carlos Lobo de Oliveira, Fidelino de Figueiredo, João de Barros, José Osório de Oliveira, Leonardo Coimbra e Anthero de Figueiredo. Contava também com uma seção intitulada *Portugalia*, que trazia notícias e comentários do mundo luso-brasileiro e de Portugal, além de resenhas de livros portugueses, na subseção *Livros e Autores*.

Boa parte das colaborações portuguesas versavam sobre literatura, política, língua e a aproximação luso-brasileira. Não apenas os portugueses escreviam sobre tais temas, mas também alguns autores brasileiros, incluindo o diretor e a própria redação da revista na seção *Portugalia*, em notícias e comentários do mundo luso-brasileiro. As ideias de António Sardinha, inclusive algumas de suas interpretações histórico-literárias e seu hispanismo, marcaram presença na *America Brasileira*, seja pela pena do próprio Sardinha, seja por outros autores, como Carlos Lobo de Oliveira, em seu artigo *António Sardinha, poeta do lusitanismo*.

A valorização da cultura portuguesa na *America Brasileira* e o hispanismo de Sardinha (sem a ênfase na questão religiosa) serviam para dar sustentação ao nacionalismo ali colocado. A origem portuguesa/ibérica, de passado glorioso, seria uma das razões da futura inserção do Brasil entre as potências mundiais. Como mencionado anteriormente, o intercâmbio entre as três revistas deu-se de forma assimétrica, de modo que a *America Brasileira* foi a que mais colaboradores do outro lado do Atlântico teve e a que mais recepcionou ideias vindas das outras revistas; todavia, essa recepção não pressupõe passividade, pois, em toda recepção, ocorre uma resignificação das ideias, seja pela forma como o artigo é enfeixado, seja através dos comentários feitos sobre matérias reproduzidas.

Os três primeiros números da *America Brasileira* tinham tamanho grande, de 31,2 cm por 46,8 cm (largura x altura). Os números possuíam dezesseis páginas, exceto o primeiro, composto por vinte páginas. A partir do quarto número, a revista mudou de tamanho, 22,2 cm por 31,3 cm, no intuito de torná-la mais elegante e cômoda para a leitura. Na mesma nota em que se explica essa modificação, o corpo editorial

expressou o desejo de publicá-la quinzenalmente, o que não ocorreu (AVISO..., 1922, n.p.).

O número de páginas, no entanto, aumenta e varia entre 30 e 36 páginas, com exceção do número especial de comemoração do centenário (112 páginas) e dos números 14 (38 páginas), 28 (44 páginas), 30 (42 páginas), 34 (42 páginas) e 35/36 (47 páginas).⁸ A qualidade do papel também melhora a partir do número 14 (publicado em fevereiro de 1923), tornando-se mais encorpado. A edição especial do centenário, correspondente aos números 9 a 12 (agosto a dezembro de 1922), também apresenta uma qualidade superior de papel, provavelmente por tratar-se de um número comemorativo, que continha diversas imagens, reprodução de gravuras e fotografias, e muitos anúncios.

As páginas da revista passaram a ser numeradas a partir de janeiro de 1923 em numeração contínua até o número de dezembro de 1923. O mesmo acontece com os números publicados em 1924, o que sugere a intenção de encadernação dos fascículos por ano de publicação.

A revista era dividida em um corpo principal de artigos, uma seção de notas e comentários diversos (*Notas & Commentarios, Ideas & Commentarios, Notulas*), e uma seção de notícias (*Echos & Noticias, Repertorio*).⁹ Esta era composta por subseções temáticas variadas, como "a defesa da raça", "música", "teatro", "revistas e jornais", "da América Espanhola", "atividade brasileira", "boletim militar", "indústria e comercio", entre outras que variaram ao longo dos 36 números. Na seção de notícias, os temas alternavam-se entre economia, política nacional e internacional, artes, literatura, ciência, saúde, notícias dos estados, notícias relacionadas ao que seria uma espécie de coluna social, informando viagens de sujeitos considerados importantes social ou politicamente, homenagens e banquetes, revistas recebidas pela redação, lançamentos de livros, além de uma subseção chamada "Femina"¹⁰, que aparece pouquíssimas vezes.

⁸ Número de páginas contado a partir dos números digitalizados na Biblioteca Nacional e que incluem as páginas de propaganda.

⁹ Estão elencadas entre parênteses os diversos nomes sob os quais aparecem essas seções nos números.

¹⁰ Apenas um dos textos dessa subseção é assinado, *A longa vida*, por Selda Potocka, esposa de Carlos Malheiro Dias, que disserta sobre como viver uma vida longa, direcionando o texto a todos, não apenas às mulheres. Nas demais notas que aparecem na referida subseção, há uma notícia da Academia Feminina, dirigida por Maria Junqueira Schmidt, no Rio de Janeiro; uma nota sobre Lady Rhondda, a primeira mulher a ter representação na Câmara dos Lords na Inglaterra, e o fato de que outras vinte mulheres estavam em condições idênticas

Há algumas poucas notas e artigos cujo autor é mulher ou que versam sobre a mulher¹¹, pois a *America Brasileira*, como boa parte de suas contemporâneas do mesmo gênero, era uma revista de homens para homens, característica comum na época, o que é possível de se observar pela quase totalidade de homens como autores de artigos e pelas propagandas cujo público-alvo era predominantemente masculino, como vestuário para homens (Parc Royal e alfaiate Januário), charutos (Stender e Costa, Ferreira & Penna) e automóvel (Buick).

É importante mencionar que a América Espanhola possuía uma subseção própria, muito embora houvesse notícias de países sul-americanos em outras subseções de economia e artes, por exemplo. Portugal também tinha uma subseção própria, chamada "Portugalia", que, a partir do número 18 (junho de 1923), se tornou uma seção independente, composta por diversas notas e alguns artigos relacionados a Portugal e às relações luso-brasileiras.

O corpo editorial da revista mudou consideravelmente ao longo de sua existência. Nos três primeiros números, havia três diretores literários: Ronald de Carvalho, Jorge Jobim e Renato Almeida; um diretor financista: Theophilo de Albuquerque; um secretário da redação: Ribeiro Couto; e um diretor político e geral, Elysio de Carvalho. Dos números 4 ao 12 (ainda em 1922), o corpo editorial resumiu-se a Elysio (diretor),

de elegibilidade na Câmara; a reprodução de uma fala de Bertha Lutz sobre o Congresso Feminino de Roma, do qual participou, e na qual disse ainda faltar o voto à mulher brasileira; e a reprodução de um trecho da carta que a Sra. Charles Evans Hughes, esposa do Secretário de Estado dos Estados Unidos, dirigiu à Comissão Auxiliar de Senhoras do Segundo Congresso Científico Pan-Americano, mencionando o evento ser importante à participação da mulher no estreitamento da amizade continental.

¹¹ Sobre o movimento feminista, há poucos artigos e notas que o mencionam, majoritariamente referindo-se à questão do voto, e apresentam posições bem variadas. O livro *Voto Feminino e Feminismo*, de Diva Nolf Nazario foi elogiado por sua fé patriótica; Zorayda Braga é apresentada como uma lutadora pela emancipação da mulher e, em seu artigo *Calçando preconceitos*, defendeu a independência e o direito de trabalho da mulher. Osvaldo Orico, por sua vez, dissertou sobre a questão do voto feminino em tom condescendente. Stanislau Zeballos (1922, n.p.), em artigo reproduzido de outro periódico, escreveu sobre as mulheres notáveis na América do Sul como aquelas que apresentaram um feminismo "sadio", associando seu talento à vida pública "sem descer ao suburbio nem ao comicio", como esposas e parentes de homens públicos, publicistas e sábios, mulheres colaboradoras e conselheiras (citou o exemplo de Flora de Oliveira Lima e sua ascendência aristocrática).

Theophilo de Albuquerque (redator-chefe), Renato Almeida (secretário da redação) e Carlos Rubens (redator). O número de pessoas envolvidas reduziu e o ano de 1923 iniciou apenas com Elysio de Carvalho (diretor) e Luiz-Annibal Falcão (secretário da redação). Em novembro, Carlos Rubens retornou como gerente e nos números de dezembro de 1923 e janeiro de 1924 havia apenas os nomes de Elysio e Carlos Rubens, como diretor e gerente, respectivamente, pois Luiz Annibal Falcão desligou-se da secretaria da revista para assumir a *Idea Ilustrada*. De fevereiro a agosto de 1924, Renato Almeida juntou-se a Elysio e Carlos, assumindo o posto de redator-chefe. Entretanto, devido a um desentendimento com o diretor, desligou-se da empresa Monitor Mercantil e da *America Brasileira*, e a revista terminou (números 33 a 36, setembro a dezembro) novamente apenas com Elysio de Carvalho como diretor e Carlos Rubens como gerente.

Os números 6 (1922), 17, 18, 20 e 22 (1923) não possuíam contracapa – tanto nos exemplares da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, quanto naqueles localizados na Biblioteca Nacional – e, portanto, não há informação a respeito do corpo editorial, exceto o nome de Elysio de Carvalho, como diretor, que aparece no cabeçalho da primeira página.

Diversos ilustradores colaboraram com a *America Brasileira*, como os portugueses Jorge Barradas e Correia Dias, além de Emiliano Di Cavalcanti, Zina Aita e Angelus. Rafael Cardoso (2005) apresenta Correia Dias como um dos pioneiros na criação de capas ilustradas para livros e como um dos mais destacados capistas dos anos 1920, pela qualidade e quantidade de produção. Cardoso afirma também que vários artistas e ilustradores renomados no final da década de 1910 e na década de 1920 passaram a dedicar-se ao projeto de capas de livro. A julgar pela *America Brasileira*, seria possível supor que de revistas também.

Em trabalho anteriormente realizado (PIAZZA; LEMOS, 2008/1), foi possível aferir que há uma imbricação entre modernidade e tradição nas imagens presentes na *America Brasileira*. Enquanto os ilustradores Di Cavalcanti e Zina Aita seguiam a tendência do *art nouveau*, esboçando uma transição para o *art déco*, o ilustrador português Jorge Barradas retratou cenas de costumes portugueses e tipos sociais calcados no naturalismo/realismo e nas gravuras românticas oitocentistas (PIAZZA; LEMOS, 2008/1). Essa característica da ilustração no periódico está em sintonia com o conteúdo dos artigos da revista, que ao mesmo tempo em que trazia as *Crônicas de Malazarte*, de Mário de Andrade, também publicava artigos que exaltavam a influência da tradição portuguesa no Brasil.

1.4 *Nação Portuguesa*

A *Nação Portuguesa* foi um dos principais veículos de divulgação do Integralismo Lusitano, surgido entre os anos de 1913 e 1914 em um grupo egresso da Universidade de Coimbra. Entre seus fundadores pode-se citar: José Hipólito Vaz Raposo (1885-1953), Luís Almeida Braga (1886-1970), António de Sousa Sardinha (1887-1925), Alberto Monsaraz (1889-1959) e José Pequito Rebelo (1893-1983). Entre aqueles que participaram do movimento estavam monarquistas "que não se reconheciam na Monarquia deposta, e republicanos convertidos ao monarquismo por se não reconhecerem na República recém-implantada [...]" (QUINTAS, 2014, p. 173).

Luís de Almeida Braga, figura importante dentro do movimento, foi quem criou a expressão "Integralismo Lusitano", posicionando-o como um movimento crítico à Renascença Portuguesa, de caráter estético-filosófico, que pregava uma regeneração artística do país pelo culto da tradição e do amor à pátria. É nas páginas dos folhetos de *Aqui d'El-Rei!* e da revista *Nação Portuguesa* que as ideias integralistas deixaram o plano filosófico-estético inicial e entraram para o das ideias políticas (QUINTAS, 2014, p. 171), tendo sido a *Nação Portuguesa* apontada como um dos principais órgãos do Integralismo Lusitano.

No plano simbólico, a revista apresentava na capa a imagem do pelicano que em seu ninho dilacera a carne do próprio peito para alimentar seus filhotes (contrapondo-a à imagem de *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa), "acompanhada da divisa «pola:lei: e pola:grei», Empresa e Divisa do rei D. João II" (QUINTAS, 2014, p. 172).

A *Nação Portuguesa* (1914-1938) começou com a designação "revista de filosofia política" e sua primeira série foi publicada entre 1914 e 1916 em Coimbra, sob a direção de Alberto Monsaraz (1889-1959), que foi seu também seu financiador (CARVALHO, 2003, p. 137). A revista foi retomada apenas em 1922 quando foi iniciada a segunda série, publicada em Lisboa, e dirigida por António Sardinha (1887-1925), sob a designação "revista de cultura nacionalista". A partir de 1925, com a morte de Sardinha, a revista passou a ser dirigida por Manuel Múrias (1900-1960).

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre a sua totalidade ou sobre séries específicas, como é o caso de Paulo Dias Oliveira (2009), José Manuel Cordeiro (2009), Paulo Archer de Carvalho (2003) ou Cecília Barreira (1982-3). Já foi apontado, por outros pesquisadores, o

intervalo de tempo entre a primeira e a segunda série, pois se tratou de um longo período que acarretou em grandes modificações no corpo da revista, como a mudança de seu subtítulo, de local de publicação e de diretor. Durante esse tempo, António Sardinha e outros intelectuais integralistas publicaram *A Monarquia* (1917-1925).

No entanto, há um outro intervalo de tempo, que é o da terceira série, cujo número inicial é de 1924 e o segundo apareceu apenas em 1925. No ano de 1924, portanto, só houve um único número da *Nação Portuguesa*, provavelmente em razão da saúde debilitada de António Sardinha, que viria a falecer no início de 1925.

Como forma de delimitar o objeto de análise, foram trabalhadas apenas duas séries da revista: a segunda (1922-1923) e a terceira (1924-1926). Optou-se por essa delimitação, pois o intercâmbio entre as três revistas ocorre apenas até 1925; após esse ano, dois dos principais intermediadores, Sardinha e Elysio, já haviam falecido, a *America Brasileira* havia sido suspensa e a *Lusitania* passava por momentos de dificuldade, com o falecimento de outros membros de seu corpo editorial, tendo publicado apenas um fascículo em 1926 e o derradeiro em 1927. Além desses motivos, em 1926, Portugal entrou em um período de ditadura militar, o que modificou o contexto em que as revistas foram publicadas anteriormente e as relações entre os intelectuais nelas envolvidos. A partir de 1927, ocorreram cisões e dissidências no seio do Integralismo Lusitano, tendo Manuel Múrias consumado sua dissidência em 1928 (QUINTAS, 2014, p. 187).

O período escolhido também tem relação direta com o fato de António Sardinha ser o diretor da *Nação Portuguesa*, ter participado do corpo editorial da *Lusitania*, ter colaborado com a *America Brasileira* e ter se correspondido com vários dos intelectuais que estiveram envolvidos nos três empreendimentos editoriais, tornando-se assim um dos pontos de ligação entre as três revistas.

De acordo com Paulo Archer de Carvalho, Sardinha foi o grande intelectual e líder do movimento integralista lusitano e, quando assumiu a revista, tratou de ampliá-la, promoveu "campanhas de assinantes e faz *mailing* aos potenciais leitores, ao mesmo tempo que institui ao nível da organização, a Bolsa de Propaganda Integralista, inclui publicidade paga [...], vê crescer o leque de colaboradores [...]" (CARVALHO, 2003, p. 139). Sardinha veiculou nas páginas da *Nação Portuguesa* boa parte da sua produção intelectual, abordando temas caros ao integralismo, como a monarquia orgânica, e à aproximação entre Portugal e Brasil, vinculada ao seu hispanismo.

As ideias veiculadas no seio da revista eram de ordem tradicionalista, antiliberal e contrarrevolucionária, dando especial atenção à questão religiosa, na qual se pregava a restauração cristã do Ocidente, e à monarquia orgânica, na qual havia uma tendência centralizadora na figura do rei e uma tendência descentralizadora e corporativa referente às províncias e municípios. Na leitura de António Costa Pinto (1982-3, p. 1410), o integralismo teria sido portador de um projeto político definido como conservadorismo radical.

Boa parte de seus colaboradores, membros da primeira fase do Integralismo Lusitano¹², teve grande influência da *Action Française*, movimento nacionalista e conservador que surgiu na França no final do século XIX, e de pensadores como Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893), Gustave Le Bon (1841-1931), Maurice Barrès (1862-1923) e Charles Maurras (1868-1952).¹³ Essa geração que participou da primeira fase do Integralismo Lusitano foi muito influenciada pelo borbulhar intelectual que ocorria em Paris em fins do século XIX (PINTO, 1982-3, p. 1418).

O integralismo era um movimento nacionalista tradicionalista que se inspirava em uma "Idade Média florescente e ideal, imaginada como um sistema de poderes em equilíbrio – Rei, Cortes, Municípios, Corporações –, descentralizador e orgânico" (BARREIRA, 1982-3, p. 1421). Críticos da Primeira República portuguesa, os integralistas engajaram-se nas discussões sobre os problemas nacionais, cuja solução passaria por um pacto a ser estabelecido entre "o Rei, os municípios, e os trabalhadores de todas as classes e profissões organizados corporativamente" (QUINTAS, 2014, p. 184).

Para os integralistas, estabelecer o alicerce de um regime nas clientelas partidárias, republicanas ou monárquicas, era um equívoco.

Era decerto necessário continuar a promover o princípio da Instituição Real na chefia do Estado, mas era agora imprescindível refazer as

¹² Aqueles intelectuais já citados como fundadores, além de Luís de Almeida Braga e Rolão Preto.

¹³ Intelectuais europeus que defendiam ideias nacionalistas, sendo que alguns utilizaram, para dar fundamento às suas ideias, as teorias raciais que surgiram no século XIX, o determinismo histórico e, no caso de Charles Maurras, uma monarquia renovada. Maurice Barrès defendia a predominância do Estado sobre o indivíduo, tanto que se posicionou firmemente contra Alfred Dreyfus, no famoso Caso Dreyfus, que mobilizou a França no final do século XIX (WINOCK, 2000).

corporações, os sindicatos, e organizar uma acção nacional paramilitar com forças voluntárias e audazes (QUINTAS, 2014, p. 184).

Suas críticas eram direccionadas principalmente à Primeira República e ao pensamento de esquerda, que havia ganho impulso com a Revolução Russa (1917), mas não havia uniformidade no grupo quanto às ideias fascistas provenientes da Itália, sendo alguns mais receptivos e outros menos.

No artigo de abertura do primeiro número da segunda série, intitulado *Porque voltámos*, sem indicação de autoria, atribuiu-se o retorno da revista à situação em que se encontrava Portugal.

Se as instituições desorganizadoras da Republica agravaram sensivelmente o mal, como logico desfecho de anarquia liberalista que em 1834 se apossou das redeas do poder para contrariar e perverter a formação historica da nacionalidade, não se confinam apenas aí as causas fundamentaes da demorada agonia em que tudo entre nós parece estrebuchar. O que nos mata, principalmente, é, com a falta duma idéa-directriz, a falta dum grupo ou classe social, em que se apoie qualquer tentativa séria de «reaportuguezar Portugal» – na definição já agora memoravel do poeta Afonso Lopes Vieira (PORQUE..., 1922, p. 1).

Lançando mão de preceitos caros ao Integralismo Lusitano, afirmou-se: "abramos os *Lusíadas* e ali prescutaremos, como em nenhuma parte, a vocação apostólica, que anima, qual seiva mística, o corpo moral da patria bem amada" (PORQUE..., 1922, p. 5, grifo do autor). No seu nacionalismo fervoroso, propunha a discussão das questões nacionais, pelo ponto de vista integralista, e chamava todos os seus leitores para a acção, a fim de resolver os problemas de Portugal. "Agrupados neste reduto para defesa do pensamento nacional, todo o auxílio que nos venha converte-se num acto de puro e consciente patriotismo" (NAÇÃO..., 1923b, p. 627).

Os artigos da *Nação Portuguesa*, na sua segunda e terceira séries, variavam entre assuntos relevantes à doutrina integralista e à situação política, social e económica de Portugal e do mundo, ensaios históricos, focados principalmente no fim da Idade Média e nos séculos XV, XVI e

XVII, além de ensaios sobre literatura, sobre o hispanismo defendido por Sardinha e a respeito da fraternidade luso-brasileira.

Utilizou-se aqui o termo veículo de propagação e não órgão oficial, como alguns historiadores o fazem, para acompanhar o léxico utilizado pela própria revista, na qual, no número 7/8 da terceira série, se escreveu: "Embora não seja a *Nação Portuguesa* um órgão oficial do Integralismo Lusitano, é ocioso salientar as ligações que nos prendem a este admirável movimento de ressurgimento nacional" (REUNIÃO..., 1925, p. CXLVII, grifo do autor). Grande parte do conteúdo da revista dizia respeito à doutrina integralista, seja nos artigos principais, seja nos avisos, comentários, resenhas e propagandas de livros; além disso, noticiavam-se questões vinculadas à Junta Central do integralismo.

Muito embora a revista fosse feita para ser lida por qualquer pessoa, frequentemente a redação dirigia-se aos integralistas, sabendo serem eles seu público principal, apelando para que ajudassem a causa e a revista. A sede da *Nação Portuguesa* foi local de reunião dos integralistas em 1925, para deliberar questões referentes aos diversos organismos que os representavam, aos serviços da Bolsa de Propaganda, ao corpo dirigente do Instituto António Sardinha e às conferências promovidas pela Junta Provincial da Estremadura. "Trata-se, enfim, do início duma intensa actividade política do Integralismo Lusitano, que a crise nacional, dia a dia mais aguda, torna necessária e urgente" (REUNIÃO..., 1925, p. CXLVII). Além disso, após a morte de Sardinha, foi a Junta Central do Integralismo Lusitano que encarregou a direção literária da revista a Manuel Múrias e atribuiu a posição de secretário a António Rodrigues Cavalheiro (INTEGRALISMO..., 1925, n.p.).

As séries da revista possuíam numeração contínua, indicativo da intenção de encaderná-las em um único volume por série ou parte desta. Os volumes encadernados consultados na Biblioteca Nacional de Portugal contam inclusive com um índice unificado com todos os títulos de artigos, de textos publicados em seções e as ilustrações presentes nos números da série.

Diferentemente da *America Brasileira* e da *Lusitania*, que possuíam uma estrutura de seções relativamente fixas ao longo de sua existência, a *Nação Portuguesa*, na segunda e terceira séries, apresentava apenas uma seção que se repete no final de quase todos os números, intitulada *Das ideias, das almas & dos factos*. Essa seção ocupava-se de pequenas notícias relacionadas à própria revista e a outros assuntos diversos. Houve outras seções de frequência menos estável, tais como: *Cipo*, que tratava de pequenas notícias de falecimento e homenagens, *Memento*, *Pão de Guerra* e *Revista Científica*. *Crónica Social*, que

versava sobre política e era escrita por Rolão Preto, apareceu de forma intermitente até o primeiro número da terceira série. *Crónica Agrícola*, por Pequito Rebelo, *Crónicas da Cidade*, por Correia Marques, e *Questões económicas* apareceram apenas uma vez.

A partir da terceira série, surgiram algumas secções que figuraram de forma mais frequente nas páginas da revista. *Na Feira das Letras*, escrita majoritariamente por Manuel Múrias, estava em quase todos os números a partir do terceiro e era composta por críticas, resenhas literárias, obras e revistas recebidas. *Crónica do Mês* também surgiu a partir do terceiro número da terceira série e apareceu em todos os números, exceto no quarto. Era dividida em subsecções: *Política interna*, escrita frequentemente por Manuel Múrias; *Política Externa*, por Correia Marques; *Financeira*, por Afonso Lucas; *Social*, por Rolão Preto ou pelo Tenente Ribeiro da Silva; *Colonial*, pelo Tenente Ribeiro da Silva; e *Musical*, por Ivo Cruz.

No quinto número da terceira série, foi anunciado um arranjo referente às secções da revista, e Rolão Preto justificou seus escritos na subsecção *Social* de *Crónica do Mês*:

É intenção do Director da *Nação Portuguesa* [Manuel Múrias], organizar agora o *arranjo* desta revista de sorte a poder sempre (ou quasi sempre) incluir as suas secções periódicas. Bom será, pois difícil se torna manter ao lume dagua do revolto oceano dos acontecimentos, o fio inalterável da crónica quando tão largos prazos nos afastam do contacto bondoso do leitor... Depois, os acontecimentos são muitos e de variadas conclusões a tirar. Maior se torna por isso a dificuldade acrescentando-se da tirania do espaço que nos obriga a um resumo por demasia complicado (PRETO, 1925, p. CV, grifos do autor).

Na segunda e terceira séries da revista, é possível observar entre os colaboradores, nomes importantes do Integralismo Lusitano, tais como Rolão Preto, José Pequito Rebelo, Manuel Múrias, Afonso Lucas e Castelo Branco Chaves; assim como de intelectuais ligados à Igreja Católica, como Manuel Gonçalves Cerejeira e Nuno de Montemor (pseudônimo de Joaquim Augusto Álvares de Almeida). A colaboração de estrangeiros é bem pequena: a peruana Angelica Palma, o espanhol António Ballesteros Beretta e o diplomata brasileiro Oliveira Lima – além

da reprodução de um artigo de Gilberto Freyre. Também foram colaboradores o historiador português João Lúcio de Azevedo e o poeta Affonso Lopes Vieira, que se manteve muito próximo aos integralistas, colaborando também em *A Monarquia*.

O Brasil aparece frequentemente nas páginas da revista em análises históricas ou políticas, ocasionadas entre outros motivos pelas comemorações do Centenário de Independência do Brasil, em 1922; tanto que lhe foi dedicado o décimo primeiro número da segunda série, correspondente a maio de 1923. Segundo Élio Serpa (2000, p. 74), a imagem do Brasil na revista era a do filho que deu certo. Sobre a *America Brasileira* e Elysio de Carvalho foram publicadas algumas pequenas notícias e um artigo maior (que versava sobre a aproximação do nacionalismo brasileiro e do integralismo lusitano), a partir da publicação de *O Gênio Peninsular* de Sardinha nas páginas da *America Brasileira*.

Sobre *Lusitania*, há a resposta de Manuel Múrias a António Sérgio, a respeito da querela iniciada nas páginas da revista a propósito do seiscentismo em Portugal, além do seguinte texto publicado no primeiro número da terceira série, que demonstra afinidade entre o programa da *Lusitania* e alguns dos anseios da *Nação Portuguesa*:

A «Nação Portuguesa» saúda a «Lusitânia», revista de estudos portugueses, que marca na nossa apagada e vil tristeza um heroico esforço de inteligência e de vontade. Nascida debaixo do nome insígne de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, dão-lhe o fervor da sua bela flama nacionalista os cuidados infatigáveis de Afonso Lopes Vieira e de Reynaldo dos Santos. Destina-se a «Lusitânia» a colaborar na «re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa – verdade imortal e pairante por sôbre o mediocre, o contingente e o provisório». Assim a «Lusitânia» se apresenta numa exortante e consoladora proclamação. Tanto nos basta para que lhe queiramos, como a uma companheira privilegiada e distintíssima. Deseja a «Lusitânia» também, como nós, «comunicar com o espírito do Mundo; mas, por vastos motivos de inteligência e sentimento, – diz-nos ela –, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil – filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal – e a Espanha, nossa irmã

peninsular». São os mesmos roteiros que nos conduzem. Que a «Lusitânia» desbrave o caminho que nos distancia da entresenhada hora do resgate e veja em nós um permanente aplauso a quanto de belo e grande realize! (A' "LUSITANIA"..., 1924, p. 51-52).

Pode-se encontrar, nas páginas da *Nação Portuguesa*, anúncios da *Lusitania* no primeiro e segundo número da terceira série. É provável que o contato entre as duas revistas tenha sido encerrado com a morte de Antônio Sardinha, diretor de uma e membro do corpo editorial de outra. A aproximação das duas revistas, conforme colocado na citação, não se dava via projetos políticos definidos como o integralismo, mas por um nacionalismo cultural que visava à revalorização da cultura portuguesa e de uma aproximação com o Brasil e a Espanha.

Há também na *Nação Portuguesa* anúncios das revistas brasileiras *America Brasileira*, *Revista do Brasil* e a *A Ordem*. Esta era uma revista católica, fundada em 1921 sob a direção de Jackson de Figueiredo, e ligada ao Centro Dom Vital, que serviu ao movimento político, social e literário promovido por esse centro com o intuito de desenvolver a cultura católica no laicato. Em carta enviada a Sardinha, Figueiredo escreveu que embora às vezes divergissem quanto às soluções dos problemas contemporâneos, compartilhavam a crença de que a salvação estava na lição do passado e no catolicismo. Além de elogiar a *Nação Portuguesa*, afirmou ter enviado alguns de seus livros e números de *A Ordem* para Sardinha e expressou a intenção de tecer comentários sobre as obras de Sardinha nas páginas da revista (FIGUEIREDO, 10 jul. 1923, 21-1).

A partir do número 7/8 da terceira série, a *Nação Portuguesa* passou a anunciar nas páginas de propaganda a *Biblioteca Contrarrevolucionária Brasileira*, que contava com livros editados pelo Centro Dom Vital e que estavam à venda na seção da Livraria da *Nação Portuguesa*. A lista contava com obras de Jackson de Figueiredo, Perilo Gomes, Lúcio dos Santos, Durval de Moraes, Hamilton Nogueira e de Dr. Mário Alcântara de Vilhena.

A *Revista do Brasil*, na época de sua primeira fase (1916-1925), foi dirigida por Paulo Prado e Monteiro Lobato, em São Paulo, e ocupou um lugar de destaque no periodismo cultural da Primeira República brasileira (LUCA, 2005, p. 297), fazendo sua propaganda como "a mais antiga das revistas de alta cultura que se publicam no Brasil". Com esse periódico não foi encontrada uma ligação específica, tampouco cartas entre seus diretores. Provavelmente, tratava-se de uma questão comercial,

visto que a *Nação Portuguesa* tinha certo alcance entre intelectuais portugueses e que poderia ser um bom veículo de propaganda àqueles que poderiam mostrar-se interessados pela *Revista do Brasil*.

A *America Brasileira*, por sua vez, fez sua propaganda tentando atrair possíveis assinantes, apresentando-se como "a revista de elite intelectual a que melhor defende Portugal no Brasil" (NAÇÃO..., 1923a, n.p.) e afirmando que remeteria gratuitamente um número a quem estivesse interessado. Para facilitar o acesso à revista brasileira, na propaganda ainda se afirmava que os interessados podiam assinar e anunciar por intermédio da *Nação Portuguesa*, acordo que deve ter sido previamente combinado entre seus responsáveis.

Da mesma forma, na *America Brasileira* também havia propaganda da *Nação Portuguesa*, com o valor de 48 escudos, adiantados, para assinatura anual para todo o Brasil. No mesmo anúncio, era colocado que se poderia assinar ou anunciar por intermédio da *America Brasileira*, que forneceria todas as informações. É provável que o acordo tenha sido efetuado inicialmente através de Carlos Lobo de Oliveira, representante da *Nação Portuguesa* no Brasil, no início de 1923, e conhecido de Elyσιο de Carvalho, pois as cartas de Elyσιο a Sardinha tratam de outros assuntos, mas não das propagandas de suas revistas.

A partir de meados da terceira série, nas propagandas iniciais, a *Nação Portuguesa* fez um apelo para que se comprassem livros por intermédio da administração da revista:

Os escritores nacionalistas desajudados de qualquer auxílio não têm uma livraria que lhes edite os livros. «Nação Portuguesa» criou a sua secção editorial a fim de obviar a essa dificuldade que é fundamental para o ressurgimento do país. Leitores! Auxiliai a secção editorial da «Nação Portuguesa»! Comprai todos os livros, sejam ou não da nossa biblioteca por intermédio da «Nação Portuguesa» (OS ESCRITORES..., 1925, n.p.).

A lista de livros apresentados pela *Biblioteca Nacionalista*, com livros à venda na administração da *Nação Portuguesa*, contava com autores como Fernão Vide, José Pequito Rebelo, António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Armando da Silva, Alberto Monsaraz, Nuno de Montemor, Affonso Lopes Vieira, Carlos Lobo de Oliveira, Agostinho de Campos, entre outros.

Graças ao seu concurso a *Nação Portuguesa* alargou o raio de acção para além de Portugal e é de certo hoje a publicação portuguesa mais lida em todo o mundo. Onde quer que exista um núcleo de portugueses procuramos que a *Nação Portuguesa* leve com as suas doutrinas arraigadamente nacionalistas um pouco do conforto moral e intelectual que é, longe da Pátria, o que mais dói e amargura. E ainda com os mesmos intuitos, montou a *Nação Portuguesa* uma secção de venda de livros especialmente destinada aos nossos assinantes que os poderão adquirir pelo preço de venda qualquer livreiro de Lisboa, e em especial as dos nossos amigos que organizarem a Biblioteca Integralista, pois de todos conseguimos depósito (A ACCÃO..., 1925, p. 123).

1.5 Estratégias de sobrevivência econômica

Os anúncios publicitários indicam uma das formas de manutenção da revista. Em alguns números da *Nação Portuguesa* havia uma página no meio da edição intitulada *Aos nossos leitores*, na qual se afirmava que a revista possuía um *déficit* elevado que ameaçava a sua existência. Como solução, foram elencadas quatro propostas: o pagamento anual da revista pelo valor de 60\$00 ou mais; o pagamento espontâneo e direto da assinatura para evitar despesas de cobrança por correio (o número de inadimplentes devia ser alto, pois tanto a *Nação Portuguesa* quanto a *America Brasileira* lançaram pequenas notas nas edições, solicitando que as assinaturas fossem pagas em dia); obtenção de outros assinantes cujo pagamento fosse garantido (para isso se oferecia um bônus); e anunciar ou fazer anunciar na revista.

Na mesma página, ou no verso, era publicada uma lista de quem havia efetuado pagamentos, provavelmente para incentivar e pressionar aqueles que eram do movimento integralista, contando inclusive com alguns anônimos que teriam efetuado pagamentos altos como 100\$00 e 250\$00. Indicava-se, ao lado do nome, o lugar de origem, caso a pessoa não fosse de Portugal, por exemplo: Augusto Mota (Moçambique) e Ernesto Medina (Cabo Verde).

Os anúncios contidos no periódico eram os mais variados: colégios privados, livrarias, médicos, dentistas, advogados, bancos, lojas de roupas, livros, transportadoras e até fabricante de bebidas alcoólicas. Anúncios de determinados bancos e transportadoras poderiam atender ao

país inteiro ou até mesmo pessoas no exterior; no entanto, anúncios de negócios menores, como de médicos, dentistas, advogados e lojas de vestuário, por exemplo, eram direcionados a um público mais restrito geograficamente (cidade do anúncio e arredores), o que pode sugerir outros locais com certa circulação daquele periódico ou até mesmo lugares inusitados, como é o caso de New Bedford, Estados Unidos.

No décimo número da *Nação Portuguesa*, foi anunciado um agente geral nos Estados Unidos, António Augusto Lopes, seguido de uma série de anúncios locais (médico, professor, advogado, entre outros). No número seguinte, foi anunciado um agente em Fall River, cidade vizinha de New Bedford, e, no segundo número da terceira série, um agente em Tauton.¹⁴ Todos esses locais foram destinos de imigração portuguesa. Segundo *Portuguese-americans in the Massachusetts power structure: a positional analysis* (2005, p. 2), a imigração portuguesa nos Estados Unidos ocorreu majoritariamente em duas ondas relacionadas a fatores econômicos (1890-1910) e políticos (1950-1970) em Portugal. Boa parte dos que vieram na primeira onda concentraram-se em várias comunidades no sudeste de Massachusetts, onde encontraram emprego na área têxtil, de indumentária e da pesca.¹⁵

Como uma das formas de ajudar a manutenção da revista, inclusive indicada pela própria direção, eram anúncios, pode-se aventar a possibilidade de que na colônia portuguesa de New Bedford houvesse entusiastas da causa integralista, que anunciavam ou solicitavam que amigos ou parentes o fizessem para auxiliar a revista. Um outro indício que reforça tal hipótese é a criação do jornal *A Tradição*, noticiada no terceiro número da terceira série (1925) da *Nação Portuguesa*. Esse jornal, de acordo com a nota, era publicado em New Bedford e dirigido por António A. Lopes, agente da *Nação Portuguesa*, "[...] companheiro de sempre e uma das mais fortes vontades que o Integralismo formou" (*A TRADIÇÃO...*, 1925, p. LXVIII).

Mas *A Tradição* tem para nós uma razão especialíssima de gratidão e simpatia. Ao alto junto do título lê-se o seguinte: – *Jornal de cultura nacional, fundado em memória do Dr. António Sardinha*. Seja bemvindo o novo arauto que à sombra da memória de António Sardinha

¹⁴ A grafia atual seria Taunton.

¹⁵ O primeiro grupo de imigrantes portugueses chegou aos Estados Unidos em 1820, composto majoritariamente por açorianos que trabalharam em navios baleeiros americanos (*PORTUGUESE-AMERICANS...*, 2005, p. 2).

pedosamente se coloca! A todos os nossos camaradas da *A Tradição* e em especial a António Lopes, um apertado abraço de funda simpatia e agradecimento (A TRADIÇÃO..., 1925, p. LXVIII, grifo do autor).

Pode-se também aventar a possibilidade de que houvesse poucas revistas portuguesas nessa comunidade, de modo que a *Nação Portuguesa* fosse um dos poucos meios impressos em português que servisse a esse propósito. O próprio periódico se apresentava como "a revista portuguesa de maior circulação na América" (NAÇÃO..., 1925, n.p.), logo acima dos anúncios oriundos dos Estados Unidos. Esses anúncios eram em português, alguns com algumas palavras ou frases em inglês; a grande maioria dos nomes citados são nomes portugueses, mas há algumas exceções de nomes em inglês, o que pode sugerir descendentes de portugueses casados com americanos, ou americanos que viviam próximos e atendiam à comunidade portuguesa.

Pensando em qualquer uma das possibilidades anteriores, ou mesmo em ambas conjuntamente, há mais um indício da circulação da *Nação Portuguesa* na colônia de New Bedford: em maio e junho de 1923, foi publicada uma carta intitulada *Um apelo à Colônia Portuguesa de New Bedford*. Na carta, enviada à revista por meio de seu agente em New Bedford, o médico João C. S. Pitta, que também anunciava sua prática na revista, fazia um apelo à imprensa, ao clero, às associações, aos clubes e à colônia em geral para a formação de uma Comissão de Assistência, que através da organização de eventos e do recebimento de doações, ajudaria as instituições de beneficência e caridade, em Portugal continental, ilhas e na própria colônia, que passavam por momentos de dificuldade.

Em algumas edições, na mesma página do sumário, já vinha descrito o valor de anúncios por publicação, cujo preço variava pelo tamanho que ocupava na página: 1 página 40\$000, 1/2 página 20\$000, 1/4 de página 10\$000 e 1/8 de página 5\$000. A partir de maio de 1922 (quinto número da segunda série), esses valores dobraram, assim como o valor do número avulso e das assinaturas para Portugal e para o exterior, sofrendo novo reajuste em 1924. No número 7/8 (1925), há um pequeno bilhete no meio da revista no qual se afirmou que o primeiro dever de todo integralista seria contribuir para as despesas de propaganda por meio de uma inscrição na "bolsa de propaganda", cuja cota mínima seria de 2\$50 mensais.

Outras revistas também anunciaram nas páginas da *Nação Portuguesa*, como as portuguesas *Os Açores*, revista regionalista, *Revista*

Portuguesa, *Salus*, *Gil Vicente*, *Labareda*, *A Ordem*, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, *Lusitania*, *Estudos*, e as brasileiras *America Brasileira*, *A Ordem*, *Revista do Brasil* e *O Mundo Literário*. No entanto, a *America Brasileira* é a única das quatro revistas brasileiras cuja assinatura e anúncio poderiam ser feitos por intermédio da *Nação Portuguesa*; sendo esse um acordo bilateral entre as duas revistas (conforme pode ser observado no anúncio da *Nação Portuguesa* na *America Brasileira* e vice-versa).

Há anúncios da *America Brasileira* mesmo depois de ela deixar de existir, ou seja, em 1925, e apresentando Luiz Annibal Falcão como seu secretário, sendo que este deixou o posto em novembro de 1923. Isso ocorreu, possivelmente, porque a *Nação Portuguesa* oferecia um contrato especial (não especificado) para aqueles que desejassem anunciar em mais de seis números e, portanto, é provável que tenha sido fechado um acordo para um número específico de anúncios no início de 1923 (a primeira vez que o anúncio da *America Brasileira* aparece é em março de 1923); no entanto, o texto original não foi modificado (por isso o nome de Luiz na secretaria) e, como a *Nação Portuguesa* imprimiu apenas um número em 1924 (o segundo número da terceira série havia sido previsto para o fim do ano, mas saiu apenas em 1925), os anúncios já contratados devem ter sido realocados nos números que se seguiram. O segundo número, que saiu em 1925, após a morte de Sardinha, indica na capa que ainda teria sido organizado pelo falecido. Apenas no terceiro número a revista explica, em um texto inicial, que a Junta Central do Integralismo Lusitano havia encarregado Manuel Múrias, antigo secretário, da direção literária da revista.

A caça aos assinantes era uma prática comum na época para viabilizar a existência de determinados periódicos. O procedimento de enviar um exemplar sem compromisso a uma pessoa interessada, como aparece no anúncio da *America Brasileira*, era uma das táticas sutis empregadas na corrida por mais assinantes. Algumas revistas chegavam a solicitar endereços de conhecidos para enviar remessas de amostras (MARTINS, 2001, p. 228). A *Nação Portuguesa* enviava no meio da edição uma pequena folha, solicitando que todos se empenhassem em conseguir novos assinantes e uma tabela com lugar para colocar nomes, endereços e telefones. Havia também brindes para os que conseguissem outras assinaturas, como no caso da *Nação Portuguesa*, que prometia uma assinatura gratuita para cada cinco conseguidas pelo leitor.

Os locais de venda também eram importantes para a circulação do periódico.

A diversificação dos pontos físicos de venda redundou em maior circulação daquele produto, até então distribuído fraternalmente entre comensais dos cafês da moda, impingindo entre amigos [...]. Enquanto o jornal contava com os meninos jornalheiros que, aos berros anunciavam nas ruas do *Triângulo* as notícias de impacto, as revistas, em geral de conteúdo menos sensacionalista, eram distribuídas em ponto comerciais estratégicos; especialmente em locais de intensificação da vida urbana, logradouros mais frequentados, nas charutarias, hotéis, estações ferroviárias, teatros, as poucas livrarias da cidade. As mais concorridas eram as *charutarias*, pequenos balcões de meia porta, que comercializavam artigos ligeiros, de pouca monta onde, entre o rapé e o cigarro, vendia-se de quebra o jornal, por vezes a revista [...] (MARTINS, 2001, p. 232-233).

O texto anterior refere-se ao Brasil, mas poderia referir-se a Portugal em certos aspectos. A *Nação Portuguesa* em seus números iniciais deixa claro que estava à venda em todas as livrarias e tabacarias. "As revistas mais sólidas anunciavam a existência de agentes espalhados pelo Estado ou pelo País, quando não pelo mundo, facilitando ao interessado a aquisição individual ou a tomada de assinatura" (MARTINS, 2001, p. 237). A *Nação Portuguesa*, das três revistas estudadas, é a única que anuncia os agentes que a revendiam. Na segunda série, aparecem nomes referentes a Paris, Madri, Rio de Janeiro e New Bedford. No Rio, os agentes eram Carlos Lobo de Oliveira, monarquista português que morou no início dos anos 20 no Brasil e era conhecido de Elysio de Carvalho, e a Livraria Leite Monteiro. A partir da terceira série, a lista de agentes aumentou e modificou-se (visto que alguns nomes não permaneceram na listagem), incluindo agentes em cidades de colônias africanas e em outras cidades estadunidenses.

A *America Brasileira*, assim como a *Nação Portuguesa*, utilizou-se em larga escala dos anúncios publicitários de bancos, alfaiatarias, livros, livrarias, remédios e até de produtos inusitados, como explosivos de segurança e o automóvel Buick. Os anúncios de bancos e do Biotônico Fontoura eram provavelmente os que mais pagavam, visto que ocupavam meia página ou uma página inteira da revista. A edição especial do centenário, que lançou os números de 9 a 12 juntos, foi a que teve maior quantidade de anúncios e de anúncios que ocupavam uma página inteira,

o que sinaliza a relevância dessa edição. Os anúncios de bancos estrangeiros, companhias de transporte e navegação sugerem que a revista era lida por um público seletivo, de elite, e indicam a circulação da revista pelas colônias estrangeiras no Brasil, como o caso da colônia portuguesa, e possivelmente no exterior.

Todas as revistas estudadas ofereciam assinaturas anuais para o exterior. A *America Brasileira* cobrava um preço único, já a *Nação Portuguesa*, a partir da terceira série, passou a apresentar um mesmo valor de assinatura para Brasil e colônias portuguesas e valores em moedas diferenciadas para América, Espanha, Inglaterra e outros países. A *Lusitania* diferenciava valores para províncias ultramarinas, Brasil e países estrangeiros (sendo esse último em libras).

Além das assinaturas e dos anúncios, não foram encontrados outros indícios acerca do funcionamento das finanças da *America Brasileira*. Poder-se-ia supor que, em momentos de necessidade, Elysio de Carvalho, que possuía uma boa condição financeira (EDMUNDO, 1957, p. 762-763), pudesse injetar capital na revista, uma vez que essa era propriedade da S. A. Monitor Mercantil, da qual Elysio era presidente. Vale ressaltar que a revista servia de vitrine para os escritos de seu diretor.

A *Lusitania*, por sua vez, diferenciava-se das outras duas revistas, pois não possuía anúncios publicitários. Além das assinaturas, os seus responsáveis recorreram a uma outra forma de angariar fundos: uma sociedade civil sob forma de sociedade por quotas. Os integrantes da sociedade reuniam-se em assembleia para tomar decisões importantes, inclusive sobre as contas da revista, como se pode observar no seguinte trecho da ata referente às despesas do ano de 1924:

Entrando-se na ordem da noite o Dr. Luís da Camara Reys apresentou as contas, que foram aprovadas por unanimidade. O sócio Dr. Reynaldo dos Santos, considerando a vantagem de diminuir os encargos administrativos, que constam da conta de ganhos e perdas, propõe que se faça depositária geral da revista *Lusitânia* a casa Aillaud Limitada, desta cidade, tomando por base as condições por essa casa propostas, o que foi unanimemente aprovado. Pelo Dr. Reynaldo dos Santos foi ainda dito que as quotas dos sócios falecidos sejam pagas aos respectivos herdeiros logo que as condições financeiras da sociedade o permitam (ACTA, 5 mar. 1925, BNP Esp. A/6024).

Até o quarto fascículo, publicado em setembro de 1924, a parte administrativa era coordenada por Luís da Camara Reys (1885-1961) e, a partir de 1925, passou a ficar sob o comando da Livrarias Aillaud e Bertrand, que, entre outras condições, estabeleceu que o desconto concedido à livraria seria de 30% para que pudessem dar um desconto de 20% aos revendedores. Alguns meses depois de firmado o acordo, a livraria entrou em contato com a direção da *Lusitania* para informar irregularidades na antiga administração:

Verificámos logo de começo, pela forma desordenada como nos entregaram a documentação da dita Revista, que não podíamos tomar a responsabilidade do que anteriormente foi feito, pois ainda hoje nos teem aparecido inumeros casos difíceis de resolver, dado que a escrita que nos entregaram além de dificiente é feita em grande parte de papeis isolados e incompreensíveis. De resto já verbalmente pusémos aos Srs. Antonio Sergio, Dr. Afonso Lopes Vieira e Dr. Reinaldo dos Santos, a impossibilidade de podermos de futuro prestar contas sôbre existências e tudo quanto se prenda com a antiga administração (LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND, 6 jul. 1925, BNP Esp. A/5974).

O próprio Luís da Camara Reys (27 set. 1924, BNP Esp. A/5902) propôs a Reynaldo dos Santos que conseguissem uma solução mais econômica para os serviços da *Lusitania*, apontando a possibilidade de entregá-los a uma livraria. O alto custo da revista, que contava com várias reproduções de imagens (pinturas ou fotografias) em papel de melhor qualidade, com a pouca venda fora de Portugal, provavelmente não tornava a situação financeira muito confortável, o que pode ser verificado pelos recibos de devolução de empréstimos feitos de sócios da revista. "Meu caro Reynaldo, o seu bilhete ainda vem anuveado do deficit pavoroso, mas não posso convencer-me senão perante os factos de q a venda do IX não venha a resolver parte do caso triste" (VIEIRA, 30 jul. 1925, BNP Esp. A/5919), grifo do autor), escreveu Affonso Lopes Vieira a Reynaldo dos Santos.

Em algumas das cartas de Camara Reys a Reynaldo dos Santos, pode-se observar que as revistas *Seara Nova* e *Lusitania* compartilhavam não apenas alguns colaboradores e membros do corpo editorial, mas também o local de produção. Camara Reys coordenava a administração

de ambas as revistas e o pagamento de seus funcionários, sendo que o valor pago aos que trabalhavam na *Lusitania* correspondia a uma porcentagem do salário pago aos que trabalhavam na *Seara Nova* (REYS, 26 ago. 1924, BNP Esp. A/5898).

Houve uma tentativa de expansão da revista para outros países, inclusive para o Brasil, através do envio de exemplares para pessoas importantes no meio intelectual, como Edgar Prestage, na Inglaterra, e Segundo de Ispizua, na Espanha, e para bibliotecas da Europa e do continente americano (BENSAÍDE, s.d., BNP Esp. A/5966; REVISTA..., s.d., BNP Esp. A/5991). Buscaram-se também representantes que pudessem realizar a venda da revista no Brasil, conforme se pode observar na carta de Carlos Malheiro Dias a Reynaldo dos Santos.

Querido amigo

Aqui estou a responder-lhe pela volta do correio.

Se mandarmos a *Lusitania* para um livreiro – um grande livreiro como Frço Alves, – dificilmente ela circulará. As livrarias, no Rio, são grandes jazigos de livros. Penso que nos convem que a *Lusitania* apareça em toda a parte, nas livrarias, sim, mas principalmente nos pontos de venda de jornaes e revistas.

A minha opinião é que se ofereça a agencia do Martins, agente do Seculo e Ilustração Portuguesa. É um homem sério, com sucursaes em diversos Estados. Será preciso informar-se na administração do Seculo, pedindo nome e morada dos seus agentes no Rio. Escreverei uma carta para acompanhar a da gerencia. Tem que se lhe pedir para espalhar a *Lusitania* também pelas livrarias. Convem mandar oferecer exemplares a Celso Vieira, Elysio de Carvalho, João Luso, Victor Viana, Diniz Junior, Goulart de Andrade, Afranio Peixoto, Ant. Austrgesilo, Flexa Ribeiro, Alexandre de Albuquerque (DIAS, 20 jan. 1924, BNP Esp. A/5960, grifos do autor).

A agência sugerida por Carlos Malheiro Dias respondeu ao grupo da *Lusitania* com uma negativa, explicando que não haveria público para a revista no Brasil, em razão do desinteresse por parte da colônia portuguesa e do preço elevado do periódico.

Deixamos de aceitar agencia que V. Ex. nos offerece de v/ revista "Lusitania" pelos seguintes motivos:

Acabamos aqui com agencia de jornaes e revistas portuguezas, devido ao pouco ou nenhum patriotismo da Colonia para publicações portuguezas, que é muito raro as comprar.

Como V. S. nos falla na Livraria Francisco Alves, a fomos procurar para lhe entregar a nota que V.S. nos enviou dos exemplares remetidos, nos declarou que não lhe convinha de forma alguma ficar com este encargo, visto terem plena certesa de não se venderem.

Nossa opinião é também a mesma, se não se vende nas Livrarias, muito menos nos pontos onde se vendam jornaes.

Portanto os exemplares que nos enviou encontram na alfandega para o pagamento de direitos, que deve regular de 800/900 réis o kilo.

Queira nos informar, se devemos dar ordem para que lhes sejam devolvidos ou aquem devemos entregar a correspondencia s/ este assumpto.

A sua revista, é muito cara, e aqui o meio para a compra de revistas neste genero não ha.

Infelizmente o Juizo que ahi fazem daqui deixa muito a desejar.

Ahi tem-se feito diversas revistas, contando com a venda aqui ser um sucesso e por fim chegam a realidade da completa illusão (MARTINS, 22 jul. 1924, BNP Esp. A/5969).

A carta de José Martins dá a entender que as revistas portuguesas tinham pouco alcance no Brasil, apesar dos esforços de seus realizadores, talvez até pelo fato de que havia um número enorme de periódicos produzidos no Brasil que competiam entre si, o que dificultaria a entrada de periódicos portugueses, possivelmente mais caros na sua produção e pela exportação. Todavia, nas prestações de contas da Livrarias Aillaud e Bertrand, para a direção da *Lusitania*, pode-se observar que essa coordenava assinaturas da *Lusitania* nas colônias e no estrangeiro, inclusive no Brasil – a lista de assinantes para os quais havia sido enviado o fascículo 5/6, por exemplo, apresentava sete assinantes no Rio de Janeiro, dois em São Paulo, e um em cada um dos seguintes lugares: Salvador, Paraíba, Santos e Recife (REVISTA..., s.d., BNP Esp. A/5979).

Uma outra dificuldade de exportação das revistas para o Brasil era a taxa alfandegária, como se pôde perceber na carta de José Martins; em alguns casos, a revista poderia ficar retida na alfândega, como foi o caso dos fascículos 1 e 2 da *Lusitania*, enviados a Elysio de Carvalho. "Cada semana que passa agrava os encargos de armazenagem" (REYS, 26 ago. 1924, BNP Esp. A/5898), ponderou Luís da Camara Reys em carta para Reynaldo dos Santos.

O contato com a empresa de José Martins foi realizado por intermédio de Carlos Malheiro Dias, que lhe escreveu, fazendo a proposta de representação. Com a resposta negativa, o corpo editorial da *Lusitania* buscou alternativas.

Temos portanto a considerar Elysio de C. ou a empresa q edita a Rev. de Philosophia de São Paulo, a qual espontaneamente nos propôs a representação. Mas só estando nós em plena atividade em Lisboa, e reunidos, me parece q poderemos assentar numa resolução. Para isso será indispensável ouvir o Carlos M. D. (VIEIRA, s.d., BNP Esp. A/5926, grifo do autor).

Affonso Lopes Vieira ressaltou a necessidade de consultarem Malheiro Dias possivelmente porque este, na época, morava no Brasil e possuía uma extensa rede de contatos, sobretudo no mundo letrado, o que o tornava, dentre os membros do corpo editorial da revista, possuidor de conhecimentos mais específicos para avaliar a situação. Affonso Lopes Vieira propôs a Elysio de Carvalho a representação da *Lusitania* no Brasil, e este assim lhe respondeu:

A Soc. An. Monitor Mercantil, empresa proprietaria da A. B. e de que sou presidente, pode ser agente geral para o Brasil da revista, com percentagem de 35% de comissão. A percentagem é elevada, mas, exigindo os livreiros e vendedores 25 e 30%, ficam 10 ou 5% para as despesas de expediente, que não são pequenas. Fará a S. A. Monitor Mercantil distribuição da revista por todo o país, e para isso precisa de 150 a 200 exemplares, ou mais. Convem também que se destinem 10 a 15 ex. para o serviço de imprensa. Devo, porem, avisar-lhe do seguinte: a cobrança é feita com demora, e raramente se consegue liquidar [ilegível] trimestralmente com os livreiros e

agentes dos Estados (CARVALHO, 21 out 1924, espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 8 – Lusitania, grifo do autor).

O contato de Elysio de Carvalho com a *Lusitania* se deu por meio de Affonso Lopes Vieira, mas também de Carlos Malheiro Dias que, como mencionado anteriormente, sugeriu o envio da revista ao publicista brasileiro que conhecia há certo tempo. "Elysio de C. fará aceitar à empresa do Monitor a representação da L. com 35%. Que pensa V. disto? Estamos sem expansão no Brasil" (VIEIRA, s.d., BNP Esp. D4/1545-9, grifos do autor), escreveu Lopes Vieira a Malheiro Dias.

Não há indícios de que o acordo teria sido firmado, muito provavelmente devido à elevada taxa que seria cobrada pela S. A. Monitor Mercantil e pela demora em liquidar o valor junto aos revendedores. Elysio de Carvalho havia se oferecido também para ser o cônsul espiritual da *Lusitania*, publicando comentários, notícias e resenhas desta na *America Brasileira*.

No conjunto epistolar sobre a *Lusitania*, localizado no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal), é possível perceber o grande empenho, por parte daqueles que estavam no corpo editorial, na expansão da revista. A fim de fazê-la conhecer em outros lugares, seus responsáveis enviavam fascículos e separatas de presente a instituições e a outros intelectuais, como se pode observar no trecho da carta de Luciano Pereira da Silva a Reynaldo dos Santos:

Venho agradecer-lhe, mto penhorado, todas as amabilidades e favores com que me distingue na sua carta. Eu desejo as separatas para mandar a especialistas dos assuntos tratados, os que eu conheça em Hespanha, França, Inglaterra e Alemanha, e não para pôr à venda. A Lusitania não perderá com isso, antes poderá assim ser mais conhecida no estrangeiro (SILVA, 25 jan. 1924, BNP Esp. A/5938, grifo do autor).

Luciano Pereira da Silva era um acadêmico de grande reconhecimento e, de 1915 a 1925, foi diretor da Escola Normal Superior, vinculada à Universidade de Coimbra. Nas correspondências que enviou a Reynaldo dos Santos, pode-se notar que fez contato com outros intelectuais europeus importantes, através das conexões que estabeleceu em instituições de consagração intelectual, das quais fazia parte ou com que tinha algum tipo de contato. O capital simbólico acumulado por

Luciano permitiu-lhe apresentar *Lusitania* a intelectuais de grande envergadura, como o espanhol Menendes Pidal, por exemplo.

Da Lusitania trouxe um exemplar do fascículo II destinado, pelo nosso amigo Dr. J. de Figueiredo, para o subdirector do Museu do Prado. Mas este anda pela Itália, e eu vou entregar esse exemplar ao Snr Menendes Pidal, que m'o está constantemente pedindo. Eu sou sócio correspondente da Academia Real de História aqui de Madrid, a cujas sessões (que são nas [ilegível]) concorro sempre. Foi aí que conheci o Menendes Pidal, a quem falei na Lusitania. Ele promete colaboração, dizendo, porém, que actualmente está mto ocupado, e sempre pede o 2º nº da Lusitania. Na próxima sexta-feira levar-lhe-hei aquele nº.

Não tenho falado agora, aos livreiros, da Lusitania. Da Livraria Roma recebi essa carta, e disse-lhe para escrever directamente a administração de Lusitania. Essa assinatura é para a Biblioteca do Senado (Câmara Alta). O Ateneu também assina, mas por intermédio do respectivo livreiro (SILVA, 26 maio 1924, BNP Esp. A/5945, grifos do autor).

1.6 *Lusitania*

José Augusto Seabra (2003, p. 26), na conferência *Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século*, comentou a propensão eclética das revistas portuguesas na primeira década do século XX, na qual coabitavam nos mesmos espaços intelectuais que divergiam ideologicamente ou literariamente. Essa característica também pode ser observada em empreendimentos editoriais na década de 1920, como é o caso da *Lusitania* (1924-1927) e de *Homens Livres* (1923), apesar da grande quantidade de revistas publicadas na época, como se pode perceber nas palavras de Fidelino de Figueiredo no editorial do primeiro número de *Portugalia*:

É muito avultado o numero das revistas portuguesas, no decorrer do seculo XIX e neste primeiro quartel do XX, bastante mais do que poderia deixar suppor a pequenez do paiz e a grande percentagem dos analphabetos [...]. Quem organisasse o inventario das revistas portuguesas

prestaria um bom serviço aos créditos da cultura nacional e colheria ocasiões variadas de render justiça á iniciativa e á tenacidade de muitos dos nossos homens de letras e de ciência, que, inteiramente desajudados do favor publico, se abalançaram a empreendimentos tão pouco remuneradores (FIGUEIREDO, F., 1925, p. 5).

Em janeiro de 1924 surgia o primeiro fascículo da *Lusitania: revista de estudos portugueses*, composta e impressa nas oficinas gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa (atual Biblioteca Nacional de Portugal) e dirigida pela renomada filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925). Ao folhear as páginas iniciais da revista, o leitor deparava-se com um rico sumário, composto por títulos de artigos escritos por intelectuais importantes no meio português da época, como Luciano Pereira da Silva, matemático e professor da Faculdade de Ciências e da Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra; José de Figueiredo, historiador da arte e diretor do Museu Nacional de Arte Antiga; Jaime Cortesão, historiador e diretor da Biblioteca Nacional de Portugal; da própria Carolina Michaëlis de Vasconcellos, entre outros.

Entretanto, se observado apenas o sumário desse número, e os demais que apresentavam o conteúdo dos nove fascículos que se seguiram, não se poderia imaginar a grande movimentação e as disputas que ocorreram nos bastidores dessa organizada lista de artigos, cristalizada no início da revista. Muito embora o número de estudos no campo da História, que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa, tenha aumentado, poucos são aqueles que se propõem a investigar as disputas e as negociações que aconteciam de forma pouco visível nas páginas impressas da revista.

No caso da *Lusitania*, mesmo no corpo tipográfico, há indícios dessas disputas, não necessariamente no corpo principal de artigos, mas na penúltima seção, intitulada *Bibliografia, Música e Artes Plásticas*, na qual vários autores apresentavam resenhas críticas, e na última seção, *Marginalia*, composta por notas e pequenas notícias. Ademais, o pesquisador atento ao campo cultural português da época percebe imediatamente que não se trata de uma revista cujo corpo editorial segue uma mesma linha de pensamento ou que pertença a um determinado grupo, muito embora se deva sempre ter em mente que as fronteiras entre grupos intelectuais não são sólidas e muito menos impermeáveis.

No caso da *Lusitania*, parte dessas negociações ficou documentada nas trocas epistolares de vários membros do corpo editorial e de alguns

colaboradores. Muitas dessas cartas fazem parte de um conjunto de manuscritos avulsos presentes no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal).¹⁶

Como foi devidamente assinalado por Rita Correia (2013), *Lusitania* era composta por um grupo heterogêneo, aglomerando em suas páginas simpatizantes ou integrantes do Integralismo Lusitano, mencionado anteriormente na *Nação Portuguesa*, e pessoas vinculadas ao grupo da revista *Seara Nova*.

Os seareiros, como passaram a ser designados, eram um grupo reunido em torno da revista *Seara Nova* (1921 – dias atuais). Alguns de seus integrantes também haviam participado do movimento Renascença Portuguesa – surgido em 1912 e que incluía, no programa apresentado por Teixeira de Pascoaes, "a denúncia do catolicismo romano, do demoliberalismo e da subserviência perante a cultura francesa" (QUINTAS, 2014, p. 169). Por meio de Teixeira de Pascoaes, a saudade adquiriu especial relevo dentro do movimento: "a suprema criação sentimental da Raça" (GUIMARÃES, 2011, p. 53).

Segundo Fernando Guimarães (2011, p. 59), em termos literários, havia na *Seara Nova* certa influência dos saudosistas e mais tarde de escritores que colaboraram com a revista *Presença*. No entanto, tratava-se de uma revista cujo conteúdo era especialmente "de natureza ensaística e doutrinária", voltado para um ideário republicano e democrático. "O grande objectivo dos *seareiros* era formar uma opinião pública que se pretendia fosse consciente" (GUIMARÃES, 2011, p. 59). O grupo fundador da revista contava com Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão, Camara Reys, Raul Brandão e Raul Proença (REIS, 2003, p. 63).

Empenhados no combate aos problemas da Primeira República e da sociedade portuguesa de forma geral, os seareiros participaram do Grupo de Propaganda e Ação Republicana, criado em 1922, da União Cívica, criada em 1923, da revista *Homens Livres* (da qual membros do Integralismo Lusitano também participaram) e, muito embora criticassem os partidos políticos atuantes na República e a plutocracia, alguns dos seareiros aceitaram fazer parte do governo nomeado pelo Presidente

¹⁶ Este conjunto de documentos foi adquirido em leilão pela Biblioteca Nacional de Portugal. Todavia, pelo grande número de cartas endereçadas a Reynaldo dos Santos, que na época ocupava, junto com Affonso Lopes Vieira, o papel de secretário da redação, pode-se supor que estes documentos estivessem com ele ou com alguém a ele relacionado.

Teixeira Gomes e formado por Álvaro de Castro (SEABRA, 2003, p. 32), como António Sérgio, que assumiu o cargo de Ministro da Instrução – muito embora tenha nele permanecido por pouco tempo.

O descontentamento com os rumos da República foi um sentimento compartilhado por diversos segmentos da sociedade portuguesa, de modo que diversos grupos de intelectuais buscaram refletir sobre a situação de instabilidade política e crise econômica, propondo outros caminhos. Ademais, o período pós-Primeira Guerra Mundial caracterizou-se pela emergência e reverberação de ideologias, como o nazi-fascismo e o comunismo, a partir da Revolução Russa, que inflamaram ainda mais o debate sobre a solução para os problemas nacionais.

Para boa parte dos seareiros, a solução para os problemas da República estava diretamente relacionada à educação; por isso, defenderam ações e promoveram ideias ligadas à educação, ao desenvolvimento intelectual da sociedade e à economia. Esse grupo considerava-se uma elite intelectual capaz de conduzir as modificações necessárias para iluminar o pensamento da nação portuguesa, que, naquele momento, a seu ver, enfrentava uma crise ideológica, política e econômica, visando a uma revolução moral e espiritual. Buscavam evitar a derrota dos valores democráticos por intermédio da reforma das instituições republicanas.

No afã de realizar a reforma intelectual, os seareiros combatiam correntes ideológicas, como o Integralismo Lusitano, a Cruzada Nun'Alvares e o fascismo, além do bolchevismo e do anarquismo, muito embora as três primeiras, vistas como as mais ameaçadoras e perigosas, merecessem "a preocupação dominante dos seareiros" (REIS, 2003, p. 62).

Alguns dos seareiros que figuraram nas páginas da *Lusitania* fizeram parte do "Grupo da Biblioteca Nacional", como assim passou a ser designado, cuja referência era a Biblioteca Nacional de Portugal, local de composição e impressão desse periódico, e da qual Jaime Cortesão era diretor e Raul Proença, chefe dos Serviços Técnicos. Ambos contaram com a colaboração de Álvaro Pinto, por pouco tempo, António Sérgio e Aquilino Ribeiro (GUIMARÃES, 2011, p. 66). Desse "grupo" participavam diversas figuras proeminentes no cenário das letras portuguesas, como Raul Brandão, José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos, Affonso Lopes Vieira, Mário de Azevedo Gomes, Luís da Camara Reys, entre outros (TRAVESSA, 2004, p. 143).

O chamado "Grupo da Biblioteca" tinha interesses bem diversificados, que incluíam produções tais como *Lusitania*, *Homens*

Livres e Seara Nova, mas também acolheu os anarco-sindicalistas de *A Batalha*, dirigida por Alexandre Vieira (SEABRA, 2003, p. 32-33).

Mas não só de seareiros e integralistas era composta a *Lusitania*. Havia também em seu corpo editorial figuras de relevo do campo cultural que não se filiavam a nenhum dos dois grupos, como por exemplo alguns intelectuais do corpo docente da Universidade de Coimbra, uma das universidades mais antigas e respeitadas da Europa, como a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcellos, o matemático Luciano Pereira da Silva e o professor de filosofia Joaquim de Carvalho. *Lusitania* apresentava-se como uma revista dedicada aos estudos portugueses e valia-se de nomes consagrados do campo cultural português para lhe conferir prestígio. O elemento que unia seareiros, simpatizantes do integralismo e acadêmicos era o estudo de Portugal e os assuntos portugueses.

De acordo com carta enviada por António Sérgio à D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, a ideia da revista surgiu juntamente com o projeto de criação de uma Junta Portuguesa de Orientação dos Estudos e da Educação Nacional.¹⁷ Segundo Sérgio, a junta seria criada por iniciativa particular e "só depois de ela constituída se pedirá aos poderes públicos o seu reconhecimento oficial e o alongamento das suas atribuições" (SÉRGIO, 21 abr. 1923, MS.CMV 4/110).

Ainda segundo Sérgio, a revista teria "por objecto dar idea de todo o movimento cultural português dos nossos dias", com a colaboração "de estudiosos de mérito sem preocupação de partidos políticos, esteticos ou literários". Além dos artigos principais, dar-se-iam notícias críticas "de todos os trabalhos interessantes, publicados no país ou no estrangeiro, q interessem á historia, á filosofia, á arte, etc. de Portugal" (SÉRGIO, 21 abr. 1923, MS.CMV 4/110).

António Sérgio solicitou à D. Carolina permissão para inscrever seu nome como presidente da Junta e como diretora da revista, mas afirmou que ela não deveria se preocupar, pois "todo o trabalho será preparado por nós e V. Ex.^a terá apenas de exercer uma fiscalização geral e sumária sobre o andamento da obra" (SÉRGIO, 21 abr. 1923, MS.CMV 4/110).

¹⁷ Em dezembro de 1923, quando António Sérgio foi nomeado Ministro da Instrução (cargo que ocupou somente por dois meses e dez dias), e Simões Raposo foi escolhido como seu chefe de gabinete, foi publicado um decreto que pretendeu criar a Junta de Orientação de Estudos. Todavia, a constituição do órgão não chegou a acontecer (BRANDÃO, 2009, p. 2). Em 1929, foi criada uma Junta de Educação Nacional.

Apesar de Sérgio escrever na carta que os secretários de redação seriam, além dele próprio, Agostinho de Campos, Reynaldo dos Santos, Ricardo Jorge, Lúcio de Azevedo, Raul Proença, Faria de Vasconcelos e "talvez o Dr. José Maria Rodrigues, o Camara Reis, etc." (SÉRGIO, 21 abr. 1923, MS.CMV 4/110), essa lista sofreu alterações já na constituição do primeiro fascículo.

Nos três primeiros fascículos, o corpo editorial da revista era composto por D. Carolina, como diretora; Affonso Lopes Vieira e Reynaldo dos Santos, como secretários da redação; e Camara Reis, como editor e redator gerente. Na parte de redação: Affonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos e António Sardinha, na literatura; António Sérgio, na crítica literária; Carlos Malheiro Dias, nos estudos luso-brasileiros; Faria de Vasconcelos, na pedagogia; Luciano Pereira da Silva, nas ciências matemáticas; José Leite de Vasconcelos, na etnografia; Mário Azevedo Gomes, na agronomia; José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos, na arte e arqueologia; Ricardo Jorge, nas ciências biológicas; e Vianna da Motta, na música. Essa lista permanece nos demais fascículos com algumas poucas modificações.

Além de artigos e resenhas escritas pelos membros do corpo editorial, *Lusitania* contou com a colaboração de João Lúcio de Azevedo, António Baião, Bettencourt Rodrigues, Jaime Cortesão, Joaquim de Vasconcelos, Castelo Branco Chaves, Henrique Lopes de Mendonça, Jaime de Magalhães Lima, José Maria Rodrigues e de estrangeiros, como Afrânio Peixoto, Aubrey Bell, Salomon Reinach, Edgar Prestage, entre outros.

Com 24 cm de altura e 17 cm de largura, *Lusitania* era uma revista de fácil manuseio, que apresentava reproduções de fotografias, pinturas e desenhos (apenas duas são coloridas) em papel de melhor qualidade, acompanhando determinados artigos. Os fascículos foram projetados para uma futura encadernação em volumes – ao total foram quatro volumes, cada um composto por três fascículos, exceto o último, que continha apenas o décimo fascículo. Do fascículo consagrado a Camões (números 5 e 6 juntos), fez-se uma tiragem especial de cinquenta exemplares em papel avergado¹⁸, numerados.

Os principais temas que circulavam no periódico eram história, arte, literatura e a língua portuguesa. Muito embora seja possível

¹⁸ "Papel que deixa ver, por transparência, linhas horizontais e verticais (linhas d'água) que, no papel feito a mão, provêm dos fios metálicos que constituem o fundo da forma e, no papel de máquina são produzidas por rolo filigranado" (FONSECA, 2008, p. 165).

visualizar orientações políticas e estéticas conflitantes nas resenhas de livros e comentários efetuados nas páginas da *Lusitania*, a revista em si não propunha um projeto político específico. Apresentava-se como uma revista de estudos portugueses, de cunho cultural e em diversos momentos como imparcial ou isenta política ou esteticamente no que diz respeito ao seu conteúdo. Entretanto, como se verá nos próximos capítulos, os comentários expostos na revista estavam diretamente ligados a uma visão de mundo específica do autor que os redigiu, com suas implicações políticas e estéticas, e que, muitas vezes, entrava em conflito com a visão de outros membros do corpo editorial. Apesar disso, convergiam em linhas gerais na valorização da cultura portuguesa, na reconstrução da pátria através de seu reaportuguesamento e no estabelecimento de laços com o Brasil e Espanha, no afã de uma projeção futura de sucesso, inspirada no passado glorioso da expansão ultramarina portuguesa.

Na primeira página do primeiro fascículo, há um texto endereçado ao leitor, no qual se afirma que

Aspira a Lusitania a ser um órgão da nossa cultura, pôsto ao serviço da Reconstrução Nacional. Órgão independente, emprêsa espiritual – pois nem sequer tem a Revista outro editor que não seja a sua própria redacção – vem esta publicação enquadrar-se no grande movimento de re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa – verdade imortal e pairante por sobre o medíocre, o contingente e o provisório. Amamos e queremos servir a Terra Lusa em tôdas as irradiações da sua alma avoenga e contemporânea. Eis o nosso programa (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

O programa da revista apresenta uma posição nacionalista, assumindo um compromisso com a reconstrução nacional, todavia, diferentemente da *Nação Portuguesa*, trata-se de um nacionalismo predominantemente cultural. Muito embora um nacionalismo cultural não deixe de ser político, esse não é um projeto definido e nomeado através de um movimento político específico, como o integralismo que regia a *Nação Portuguesa*, por exemplo. Tanto que o foco da reconstrução da pátria aparece na questão do "espírito", na retomada do patrimônio cultural nacional, que, na visão expressa pela revista, foi de

grande importância para a civilização no mundo e tornaria a ser. Em um próximo capítulo, dar-se-á maior atenção a essa orientação, a esse nacionalismo cultural herdeiro do iberismo *fin-de-siècle*, que tem elementos em comum com o hispanismo defendido por Sardinha, e que compõe o elo fundamental entre as três revistas estudadas.

Condensaremos, indo buscá-lo fora de Portugal, o tão importante (e tão desconhecido do público) movimento de Estudos lusófilos, cuja bibliografia achará nesta Revista o seu verdadeiro lar. Iremos arquivando e desenvolvendo o património da Cultura nacional, integrando-o, com seu carácter próprio, no da Cultura universal, de que êle foi tão decisivo elemento na civilização e na beleza do mundo. [...] Desejamos em as nossas páginas todos os escritores novos que revelarem aptidões de construção (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

O desejo de apresentar escritores que revelassem aptidões de construção foi provavelmente o motivo que levou intelectuais de orientações políticas e interesses tão diferentes a participarem do empreendimento editorial, tanto que António Sérgio escreveu a Sardinha afirmando que desejava tê-lo na revista "não só pela sua pessoa como pela corrente social q representa, pois a revista deverá ser nacional, sem domínio dêste ou daquele grupo, partido, ou confissão religiosa" (SÉRGIO, 24 set. [1923], 82-4, grifo do autor). O interesse pela reconstrução cultural da pátria era o que estava em jogo, independentemente da corrente política do autor; no entanto, a situação política em que se encontrava Portugal, a exaltação de ânimos e os conflitos entre correntes nacionalistas distintas emergiram no seio da *Lusitania*, e as desavenças ocasionadas por posições políticas contrárias transpareceram nas páginas e nos bastidores da revista, como se verá no próximo capítulo, colocando em xeque a tão desejada imparcialidade da *Lusitania*.

Ainda no programa apresentado no primeiro fascículo, afirmou-se:

Queremos comunicar com o espírito do mundo; mas, por vastos motivos de inteligência e sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil – filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal – e a

Espanha, nossa irmã peninsular (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

Élio Serpa (2000, p. 74) salienta que na *Lusitania* o Brasil "[...] aparece muito mais como uma possibilidade de Portugal se ver nele mediante o reconhecimento da sua contribuição na formação da nacionalidade brasileira pela língua e pela literatura". Tanto o Brasil quanto a Espanha, surgem dentro da perspectiva de revalorização da cultura portuguesa. Autores e livros desses dois países são resenhados na seção *Bibliografia, Música e Artes Plásticas*; no entanto, são poucos os colaboradores estrangeiros da *Lusitania*: o francês Salomon Reinach (que também colaborou com a revista luso-brasileira *Atlântida*); o hispanista francês Marcel Bataillon; o suíço Wilhelm Meyer-Lübke, que escreveu sobre D. Carolina e suas obras; os ingleses lusófilos Aubrey Bell e Edgar Prestage; o hispanista inglês William J. Entwistle; o brasileiro Afrânio Peixoto; o alemão E. A. Voretzsch; e os japoneses Tadao Ueno e Rokuro Abe.

Outros autores, como Elysio de Carvalho, Segundo de Ispizua, Ramiro de Maeztu, Celso Vieira e Franz Hümerisch, tiveram artigos publicados em outros periódicos reproduzidos nas páginas da *Lusitania* – bem como *Lusitania e Nação Portuguesa* tiveram alguns de seus artigos reproduzidos na *America Brasileira*. No segundo fascículo, foi anunciada a colaboração "de ilustres brasileiros, como Afrânio Peixoto, Elysio de Carvalho, Mário Barreto, Silva Ramos, Celso Vieira, Coelho Netto, Ronald de Carvalho, Tristão da Cunha, e outros" (NOS SEUS..., 1924, p. 167), mas que não chegou a se concretizar.

Em 1924, foram publicados quatro fascículos da revista; em 1925, apenas três (sendo um deles os fascículos 5 e 6 juntos) e, nos anos de 1926 e 1927, apenas um por ano. A queda na publicação de fascículos da revista se deu, muito provavelmente, pela dificuldade financeira, como afirmou Luciano Pereira da Silva em agosto de 1926: "[...] as finanças da *Lusitânia* voltam a ser más. A crise, de venda de livros e revistas, faz-se sentir" (CORRESPONDÊNCIA..., 1984, p. 89, grifo do autor); mas também pela morte ou exílio de alguns colaboradores e membros do corpo editorial.

No fatídico ano de 1925, faleceram, logo nos dois primeiros meses, Paulo Plantier, que participava da sociedade de quotas, e António Sardinha, levando Luciano Pereira da Silva a escrever:

Sinto muito a notícia que me dá, da morte do seu amigo Plantier. Vão então rareando as nossas

fileiras? A morte do Sardinha, inesperada, foi um triste acontecimento, por tantos motivos. Agora a de Plantier, que suponho também inesperada, é um golpe para a nossa Lusitania. Mas parece-me que se deve fazer tudo para a não suspender, tudo o que se possa. Já ha assinantes que pagaram 6 números, e estes pelo menos devem dar-se-lhes (SILVA, 24 fev. 1925, BNP Esp. A/ 5954, grifo do autor).

O ano de 1925 não terminaria sem mais uma morte, ainda que não tão inesperada: a de D. Carolina. Em fevereiro de 1925, Luciano Pereira da Silva escreveu a Reynaldo dos Santos que D. Carolina não estava muito bem de saúde, mas a diretora só viria a falecer no final do ano, e Luciano voltou a escrever a Reynaldo dos Santos: "então a nossa boa D. Carolina lá se nos foi! [...] A Lusitania está sofrendo muitas perdas, infelizmente. Mas este desenlace da D. Carolina já vinha sendo esperado ha bastante tempo" (SILVA, 19 nov. 1925, BNP Esp. A/5957, grifo do autor).

Terminou o ano de 1925, mas não as baixas no corpo editorial da revista. Apesar de as mortes de Sardinha e Plantier terem sido inesperadas, a de Luciano Pereira da Silva foi chocante por tratar-se de um assassinato.¹⁹ Após o trágico caso, Affonso Lopes Vieira escreveu a Reynaldo dos Santos, ponderando se deveriam manter a revista e, expressando o clima trágico que se estabeleceu entre aqueles envolvidos no periódico, afirmou:

Não vejo também possibilidade de manter a Lusitânia, q começa a ser um cemitério. Custar-me há imenso, e sei q a si também, se não pudermos cumprir a promessa do fasc. In Memoriam de D. Carolina, para o qual recebi há dias um artigo do Voretzzen, e cuja colaboração estava, assegurada uma, a outra, q mais importante já entregue; e considero também desastroso q o fasc. dos Painéis não chegue a sair. Porém não sinto agora coragem de pensar em continuarmos, ao lembrar-me q o encantador amigo e sábio ilustre ficou hoje no cemitério de Caminha! – Achei mto bem q o

¹⁹ Segundo a Gazeta de Coimbra (1926, p. 1), Luciano "havia sido vítima da agressão de um louco, que, sem motivo, lhe havia vibrado uma facada com uma faca de dois gumes, ofendendo-lhe a região hipogastrica".

Joaquim de Carvalho representasse a revista (VIEIRA, s.d., BNP Esp. A/5922, grifo do autor).

Em 28 de maio de 1926, iniciou-se um período de ditadura militar em Portugal. Ocorreram diversos movimentos contrários a esse regime, entre os quais a Revolta de Fevereiro de 1927, da qual participaram vários intelectuais portugueses. Após o fracasso da revolta, alguns participantes buscaram o exílio, principalmente na Espanha e na França, como foi o caso de António Sérgio e Jaime Cortesão (que havia colaborado na *Lusitania*). Apesar de tudo, *Lusitania* ainda publicou o número derradeiro *in memoriam* de D. Carolina em 1927.

Das três revistas, a que parece ter tido maior alcance é a *Nação Portuguesa* que contava com agentes em outros países da Europa, Estados Unidos e Brasil. Em uma análise mais geral pôde-se observar que, enquanto a *Nação Portuguesa* era predominantemente política, *Lusitania* tinha como foco a parte cultural (língua, literatura, artes, história, patrimônio), enquanto a *America Brasileira* se situava entre ambas, ainda que, muitas vezes, o cultural estivesse a serviço do político. A história, no entanto, ocupava lugar essencial nas três.

2 PARA ALÉM DAS IDEIAS: BASTIDORES DAS REVISTAS E O TRÂNSITO DE INTELLECTUAIS NO CAMPO POLÍTICO E CULTURAL

Neste capítulo foram abordadas questões referentes aos intelectuais que compunham o corpo editorial das revistas ou que eram colaboradores assíduos. Buscou-se compreender o papel desses intelectuais dentro do campo cultural luso-brasileiro, se eram diplomatas, políticos, porta-vozes autorizados dentro do campo, ou se foram intelectuais considerados "menores", e as políticas de amizade que promoviam de forma a se estabelecer dentro do campo. Do mesmo modo, foi levado em consideração que alguns intelectuais tiveram como função primordial a criação de ideias, enquanto outros tiveram uma importância maior dentro do campo cultural como mediadores culturais.

Ao estudar o trânsito de intelectuais através do campo intelectual português, brasileiro e luso-brasileiro, e o intercâmbio de ideias que proporcionaram, pode-se compreender de que forma determinadas ideias ressoaram de um lado a outro do Atlântico, ou de um grupo a outro dentro do próprio país, e, portanto, responder às seguintes perguntas: de que forma as três revistas estudadas cruzavam-se? Qual era a relação entre os membros do corpo editorial e os colaboradores? Quais intelectuais mediarão o contato com colaboradores e demais revistas?

A opção metodológica que melhor atende à problemática deste estudo consiste em focar nos pontos de encontro, nos cruzamentos das redes de sociabilidade intelectual e nos mediadores culturais que viabilizaram o intercâmbio e o contato entre as três revistas. Ponto de encontro é entendido aqui como o momento em que os intelectuais envolvidos e/ou as revistas cruzam-se, tendo pontos de interesse comuns e estabelecendo um intercâmbio de ideias. O ponto de encontro não é necessariamente a continuação de um projeto iniciado em conjunto, nem pressupõe a continuação do mesmo. Ele se configura como um momento de contato e intercâmbio, cuja duração pode ser breve, se estender por meses ou mesmo por alguns anos, e cujo término pode ser ocasionado por diferentes razões: mudança de orientação política ou estética dos envolvidos (causada ou não por uma modificação no contexto político), desinteresse, morte, exílio, entre outros motivos.

Optou-se por essa forma de abordagem porque não há um projeto comum às três revistas escolhidas, nem um grupo específico que as coordenava, como foi o caso de *Atlântida*, uma revista binacional. Por trás da *Lusitania*, havia intelectuais acadêmicos renomados e dois grupos diferentes que interagiam entre si, mas de ideologias políticas opostas; na

America Brasileira, não havia um grupo, propriamente dito, uma vez que o corpo editorial mudou diversas vezes ao longo da sua existência; a *Nação Portuguesa* é a única das três revistas, que se poderia analisar como um grupo unido por uma mesma orientação política, por tratar-se de um veículo de propaganda do ideário do Integralismo Lusitano, e, ainda assim, deve-se levar em conta a heterogeneidade de pensamento dentro do próprio movimento.

Apesar de a aproximação intelectual entre portugueses e brasileiros não ser uma novidade neste campo de pesquisa²⁰, o conhecimento que temos das diversas relações de afinidade, ou quiçá de amizade, traçadas no início do século, ainda é fragmentado. Dessas aproximações, pode-se encontrar indícios em cartas, revistas, jornais, livros de memórias, atas de institutos ou fundações, que permitem vislumbrar pontos de contato entre esses diversos intelectuais dos dois lados do Atlântico.

Muito embora não se trate de um trabalho de micro-história, foram utilizadas algumas ferramentas metodológicas dessa abordagem historiográfica. Nos diversos documentos pesquisados, encontraram-se indícios de alguns pontos de encontro entre intelectuais, mas que por vezes, são incompletos e fragmentados, dificultando a escrita da história. Em tais casos, vários desses indícios foram utilizados para dar sustentação às hipóteses de encontros e cruzamentos. Da mesma forma que Natalie Zemon Davis, em *The return of Martin Guerre* (1983), utilizou documentos de época que não foram produzidos pelos principais sujeitos históricos da narrativa, ou sobre eles, para apresentar hipóteses sobre as ações desses sujeitos, o mesmo foi feito acerca dos pontos de encontro entre intelectuais sobre quais há poucos indícios.

A análise das relações entre os sujeitos foi realizada a partir das revistas e no entorno delas. A *America Brasileira*, a *Lusitania* e a *Nação Portuguesa* são o eixo a partir do qual se busca compreender essas relações intelectuais. Tendo em mente que o objeto da tese são as revistas, as incursões no campo intelectual visam compreender o papel dessas e de alguns intelectuais que delas participaram dentro do campo intelectual de sua época – sempre partindo das revistas e a elas retornando.

²⁰ RAMOS, SERPA, PAULO, 2001; GOBBI, FERNANDES, JUNQUEIRA, 2002; LESSA, 2002; SARAIVA, 2004; SARMENTO, GUIMARÃES, 2010; SARMENTO, GUIMARÃES, 2012; GUIMARÃES, ANDRADE, CASTRO, 2013; NUNES, FREIRE, 2013; MOURÃO, GOMES, 2014.

2.1 Intelectuais e mediadores culturais

Utilizou-se a definição de intelectual tendo como base as reflexões encetadas por Jean-François Sirinelli (1996) e nas quais o termo intelectual pode ser compreendido a partir de duas noções. A primeira delas abarca um sentido mais amplo e sociocultural, que engloba criadores e mediadores culturais.

Dentro dessa noção, pode-se pensar boa parte dos intelectuais que colaboraram com as revistas analisadas por se tratarem de escritores, jornalistas, críticos de literatura ou de arte, professores, historiadores, etc., independentemente de terem sido porta-vozes autorizados²¹ no campo intelectual de sua época. Cada qual à sua maneira contribuiu para que se possa compreender o movimento intelectual dentro do campo cultural: os porta-vozes autorizados, pelo impacto de suas ideias e pelo prestígio que conferiam a qualquer evento ou projeto que participassem, e os considerados menores, por acompanhar a complexidade de um movimento ou de uma agitação artística/filosófica/literária/política encorpando-a quantitativamente e/ou ressignificando-a.

Segundo Paul Van Thiegem (Apud MURICY, 1987, p. 17), é através da leitura de autores de menor envergadura que "se descobre tudo o que é comum entre eles e os maiores".

Alguns dentre eles, que mal têm lugar nas histórias da literatura de sua pátria, foram causa do nascimento e do desenvolvimento de tendências, de modas às quais os maiores não se mostraram refratários. Outros, menos importantes ainda, não exerceram, por assim dizer, nenhuma ação; porém, receberam as influências estrangeiras com tanto mais docilidade quanto lhes faltava forte originalidade. Os seus escritos são testemunhos excelentes das correntes literárias de seu tempo, lembrando esses rochedos que, colocados na superfície das geleiras, permitem pelo seu deslocamento, verificar o movimento lento e infalível da massa que os arrasta. [...] Os espíritos

²¹ Segundo Pierre Bourdieu (1996, p. 89), "o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador".

superiores só coincidem por uma pequena parte de si próprios, e o que tomam por empréstimo à corrente geral é muitas vezes por eles assimilado a tal ponto que se torna dificilmente reconhecível.

Ao se trabalhar com essa noção de intelectual, é necessário problematizar também o momento a partir do qual um intelectual é considerado como tal, levando em conta o reconhecimento pelos seus pares e o grau e a forma de inserção no campo cultural/político. Em trabalho anterior (LEMOS, 2010), foi realizada uma análise sobre a construção que Elysio de Carvalho havia feito de si como intelectual, especialmente como produtor de cultura. No atual trabalho, buscou-se expandir essa análise, englobando a construção de Elysio de Carvalho, e de outros intelectuais, como mediadores culturais.

Muito embora na acepção de intelectual apresentada por Sirinelli exista a distinção entre intelectuais criadores e mediadores, uma categoria não necessariamente exclui a outra, podendo um intelectual criador ser também mediador e vice-versa. Tampouco pressupõe-se certa passividade agregada ao termo mediador (GOMES, 2016). Não se trata de um mero transmissor de ideias, livre de qualquer intenção política, social ou estética. Toda mediação acarreta opções, orientações, e, por vezes, ressignificações por parte do mediador, o que, de certa forma, não o afasta do termo "criador", uma vez que a criação pode ocorrer na ressignificação de uma determinada ideia e na intertextualidade que a mediação pode propiciar.

Tanto entre os intelectuais considerados menores, quanto entre aqueles que dispunham de forte capital simbólico, pode-se observar diversas interpretações de determinadas ideias que circulavam na sua época e/ou país. A prática da leitura é um processo constante de reinterpretação de sentidos, tornar o texto semelhante “ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se ou reapropriar-se dele” (CERTEAU, 1994, p. 261). E esse processo de apropriação e reapropriação de diversas leituras é perceptível nos escritos desses intelectuais em um livro, em um artigo de revista ou mesmo no assunto de uma carta.

A mediação cultural é utilizada nesta tese sobretudo para buscar compreender o intercâmbio cultural ocorrido entre a *Nação Portuguesa*, a *Lusitania* e a *America Brasileira*. Por se tratar de um intercâmbio assimétrico – realizado entre revistas muito distintas e de forma desigual, uma vez que a *America Brasileira* era muito mais receptiva aos artigos publicados nas outras duas revistas –, deve-se levar em consideração

quem foram os principais articuladores dessas revistas e quais atuaram de fato como mediadores no intercâmbio.

Jean-François Sirinelli apresenta uma outra noção de intelectual em um sentido mais estrito, fundamentada na noção de engajamento. Tal noção pode ser pensada de forma concomitante à aceção mais ampla de intelectuais a partir da criação e mediação cultural ou não. Para os fins deste estudo e dentro do que se pôde averiguar, os intelectuais acadêmicos colaboradores ou membros do corpo editorial da *Lusitania* devem ser compreendidos apenas a partir da primeira noção (criadores e mediadores).

Essa segunda noção de intelectual apresentada por Sirinelli serve para compreender alguns dos intelectuais que aparecem nesta tese a partir do seu engajamento em um projeto político mais definido, como os membros do Integralismo Lusitano, ou em um nacionalismo de forma mais geral, como é o caso de Elysio de Carvalho, ou ainda em um projeto cultural.

Apesar do engajamento político e de alguns desses intelectuais terem ocupado cargos nos governos republicanos de seus respectivos países, não foram encontrados indícios de que as revistas estudadas possuíssem qualquer tipo de vínculo estatal; tampouco se pode afirmar que houve uma posição alinhada à do Estado, tal qual ocorreu em momento posterior com alguns intelectuais que abraçaram o projeto político do Estado Novo português e brasileiro.

O objetivo deste capítulo foi investigar as aproximações intelectuais ainda pouco exploradas, buscando traçar as redes de sociabilidade e políticas de amizade entre os intelectuais que participaram das revistas; no entanto, sendo dada especial atenção àqueles que de fato organizaram as revistas, Affonso Lopes Vieira, António Sardinha e Elysio de Carvalho, e que serviram como mediadores culturais através delas.

2.2 Bastidores das revistas

Jacqueline Pluet-Despatin (1992, p. 125), na década de 90, chamava atenção para novas formas de abordagem das revistas, ocasionadas pela emergência de uma sociologia da cultura, da história dos intelectuais e mesmo de uma história das ciências sociais. Ao analisarmos revistas de cultura no início do século XX, adentramos no universo do campo cultural que englobava literatura, filosofia, história, ciências e artes, todas interligadas e cujas discussões gravitavam, muitas vezes, em torno de preocupações e interesses comuns. Nesse sentido, as revistas são

locais privilegiados para o desenvolvimento de projetos literários, artísticos, editoriais ou políticos; por isso, caracterizam-se como um excelente observatório da sociabilidade intelectual (SIRINELLI, 1996).²²

Conforme Pluet-Despatin (1992, p. 126), a principal característica dessas revistas reside no fato de serem um ponto de encontro de itinerários individuais em torno de um credo comum; no entanto,

*[...] le monde des revues n'est pas uniforme et chaque revue est un 'milieu' ou forme un 'tissu humain' qui a ses structures, son mode de fonctionnement, et dont il est possible d'établir, à partir de divers facteurs un multiplicité de typologies*²³ (PLUET-DESPATIN, 1992, p. 126).

A aparente uniformidade que há em determinadas revistas é muitas vezes posta em xeque quando se observa a movimentação nos bastidores. "*Car une revue ne se réduit pas à son sommaire et celui-ci est le produit d'une intense activité en coulisse*"²⁴ (PLUET-DESPATIN, 1992, p. 127).

As revistas são compostas por dois tipos de espaços diferentes: um espaço público, daquilo que de fato é impresso na revista, e um espaço mais humano, escondido, onde se negociam os escritos (PLUET-DESPATIN, 1992, p. 130). Convém ressaltar, como advertiu Chartier, que "o que chega a nós do passado é outro 'corpo': um corpo tipográfico" (CHARTIER, 2014, p. 11). Desse espaço que não é visível, sobram poucos indícios, pois boa parte das reuniões e discussões dos grupos que organizavam as revistas não eram documentadas. Para conseguir vislumbrar ainda que uma pequena ponta do *iceberg* desses bastidores, o

²² É necessário fazer uma pequena ressalva no que se refere às práticas de escrita que orientavam as revistas no início do século XX. As revistas como *locus* de sociabilidade intelectual fazem sentido, no Brasil, até a metade do século XX, pois à medida que o campo acadêmico se expande com revistas especializadas e à medida que os próprios meios de comunicação sofrem consideráveis transformações, a relação dos intelectuais com as revistas também se modifica. Hoje em dia, nas revistas especializadas do campo acadêmico, por exemplo, as colaborações são em virtude de uma necessidade constante de publicação para compor o currículo dos pesquisadores.

²³ "[...] o mundo das revistas não é uniforme e cada revista é um 'meio' ou forma um 'tecido humano' que tem suas estruturas, seu modo de funcionamento, e do qual é possível estabelecer a partir de diversos fatores uma multiplicidade de tipologias" (tradução nossa).

²⁴ "Pois uma revista não pode ser reduzida ao seu sumário e este é o produto de uma intensa atividade nos bastidores" (tradução nossa).

historiador deve recorrer a outros tipos de documentos como diários, jornais, epistolários, artigos em outras revistas, livros de memórias e assim por diante. Como um dos objetivos desta tese é compreender essa movimentação intelectual por trás das revistas, os demais documentos, como as correspondências, foram utilizados como fonte de pesquisa pelo seu valor informativo.

Em correspondências e livros de memórias há, por vezes, opiniões e julgamentos sobre determinados intelectuais que devem ser observados levando em consideração o momento em que foram escritos, a posição de seus autores no campo e o momento de sua trajetória individual. Pierre Bourdieu, ao tratar de biografia, afirmou que mesmo o nome próprio apenas designa "uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação, todas as descrições seriam válidas somente nos limites de um estágio ou de um espaço" (BOURDIEU, 2006, p. 187). Isso ocorre, pois, ao escrever uma biografia, por vezes, pressupõe-se certa homogeneidade na vida em questão e adota-se uma perspectiva teleológica ao escrevê-la. Entretanto, em virtude da mudança de ambiente, de amizades, de formação, de trabalho, do contexto político e econômico ou até mesmo de algum evento marcante, como a Primeira Guerra Mundial, a trajetória, as escolhas e as opiniões (políticas, estéticas, etc.) daquela pessoa se modificam.

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2006, p. 190).

No caso de uma carta, exprime-se sentimentos daquele determinado momento, com as amizades e as inimizades que faziam parte daquele momento específico na trajetória do autor. No caso do livro de memórias, deve-se ter em mente que, muito embora trate de uma época anterior, o livro foi escrito *a posteriori* e, portanto, pode "resgatar lembranças transformadas em função de acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para 'coincidir' com o que é pensado muitos anos mais tarde" (BECKER, 2006, p. 28), ou mesmo para justificar posições e atitudes posteriores.

Não se trata de uma investigação fácil ou simples de ser feita, pois o pesquisador deve garimpar em diversos documentos para muitas vezes, encontrar apenas um ou outro pequeno indício dessa convivência intelectual. No caso da revista *America Brasileira*, a dificuldade foi enorme pois até o presente momento não foi encontrado o espólio documental de Elysio de Carvalho (se é que o espólio existe), diretor do periódico, tampouco o de Renato Almeida, Carlos Rubens ou Luís Anníbal Falcão, intelectuais que fizeram parte do corpo editorial da revista em determinados momentos. Mesmo bibliografia sobre estes intelectuais ou documentos produzidos por/sobre eles, no período estudado, é escassa.²⁵

Arquivar a própria vida não é um privilégio de homens ilustres, como bem exemplifica Philippe Artières (1998), ao analisar os arquivos pessoais de um detento na França do século XVIII. Entretanto, em virtude de a relevância dos arquivos pessoais estar geralmente condicionada à atuação pública e de destaque de seus titulares – seja nas artes, na política ou nas ciências –, a maioria dos arquivos pessoais que "sobrevivem" até os dias de hoje são de pessoas consideradas ilustres, dando origem à boa parte dos trabalhos nessa área.

De acordo com Paulo Sérgio Moraes de Sá, Maurício Lissovsky e Aurélio Vianna, os homens públicos costumam guardar e cuidar de seus papéis, ainda que, em alguns casos, ocorra uma certa incompatibilidade de uma biografia cheia de feitos e arquivos que deixam a desejar, ou o contrário, figuras menos proeminentes que foram muito preocupadas com a acumulação de seus registros.

Mas este descompasso na relação biografia/registro corresponde quase sempre ao tipo de preocupação que o arquivador tem com a sua imagem. A produção de uma imagem é fruto tanto do que se exhibe quanto do que se esconde. Nesta operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivo quem supõe que seus documentos vão configurar para a história o que o titular enquanto ator foi para sua época. É difícil imaginar

²⁵ Sobre Renato Almeida, há uma pequena bibliografia que trata do período em que o intelectual se dedicou ao folclore (período posterior ao recorte temporal delimitado na tese). Já sobre Luís Anníbal Falcão e Carlos Rubens (pseudônimo de José Hermógenes da Costa), foram encontradas apenas algumas menções, mas nenhuma bibliografia.

o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória não se exhibe o que não se releva; não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem. (SÁ, LISSOVSKY, VIANNA, 1986, p. 69).

A manutenção e o cuidado para que esses arquivos cheguem até as mãos de pesquisadores ou de instituições que os mantenham é uma questão complexa, que envolve não apenas a vontade de seus titulares, mas também de outras pessoas que depois se tornaram responsáveis por esses arquivos, como secretários, familiares, amigos e inventariantes; além de outras variáveis que incluem espaço para guardar os documentos (antes de serem depositados em instituições), acordos entre pessoas físicas e instituições, para que se efetue a doação ou venda dos arquivos pessoais e o julgamento sobre a importância – ou não – daquele determinado arquivo para a sociedade.

Sobre a *Nação Portuguesa*, foram encontradas algumas referências em correspondências presentes no espólio de António Sardinha, localizado na Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica de Portugal, *campus* de Lisboa. A *Lusitania*, por sua vez, é, das três, a que mais indícios deixou sobre sua movimentação de bastidores. Foram encontradas referências sobre a revista no espólio de Carlos Malheiro Dias, localizado no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal), no espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, localizado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e no espólio de Affonso Lopes Vieira, localizado na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira (em Leiria), no qual há um conjunto epistolar cuja referência é a *Lusitania*. Mas a grande surpresa durante a pesquisa foi um conjunto de documentos avulsos, presente no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal), cujo conteúdo versa sobre a organização da revista.

Nesse espaço oculto dos bastidores, podem-se vislumbrar os vários aspectos referentes à organização e funcionamento da revista. Ao se enveredar por esse caminho, o historiador deve estar ciente da existência de fatores que poderiam levar um determinado intelectual a colaborar com um periódico (convite do corpo editorial, comunhão do projeto político/cultural, como atividade remunerada, entre outros).

Da mesma maneira, uma revista pode ser criada pelas mais diferentes razões ou propósitos e até mesmo ter a sua forma de

organização diferente de outras, o que obriga o pesquisador a ser cauteloso, evitando tomar todas as revistas como objetos homogêneos que possuam um projeto ou uma ideologia comum a todos os seus colaboradores. Faz-se necessária uma análise não apenas do histórico da publicação, mas também dos intelectuais envolvidos, das relações que os permeiam e do lugar que ocupam no campo cultural/político/intelectual. Desse modo, pode-se compreender o seu funcionamento e todo o jogo de forças que ocorria nos bastidores, tais como disputas internas e externas ao corpo editorial, problemas e negociações financeiras, tentativas de expansão do empreendimento editorial, entre outros.

Como um exemplo sobre os diversos motivos que cercam a criação de uma revista, pode-se citar uma carta escrita por Renato Almeida, em 27 de janeiro de 1922, e endereçada a Carlos Malheiro Dias, que, desde 1915, havia entrado em sociedade com Arthur Brandão e Aureliano Machado na Companhia Editora Americana (ALVES, 2009, p. 199), dona das revistas *A Scena Muda*, *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. Na carta em questão, Renato Almeida coloca para Malheiro Dias o seu descontentamento com outro grupo editorial, composto por Castro Moura, Octavio Tavares e José Francisco Duarte Saúde, que, a seu ver, teria copiado o modelo do magazine *Eu Sei Tudo* – que, por sua vez, também não era completamente original, pois havia sido criado tendo como modelo a revista francesa de 1905, *Je Sais Tout, encyclopédie mondiale illustrée* (MARTINS, 2001, p. 96).

O Saude, que foi para mim um desengano formidável, meteu-se com o Moura, foi buscar o Octavio Tavares e os trez juntos tiveram a falta de vergonha de fundar, com o título "Pelo Mundo", um magazine que é a mais escandalosa e mais espantosa copia do Sei Tudo. O mesmo preço, o mesmo formato, o mesmo numero de paginas.... Os canalhas tiveram a pachorra até de arranjar typos, fios, vinhetas tudo igual aos nossos; fizeram uma paginação tão servilmente imitada que qualquer de suas paginas, isoladamente, seria por nós mesmos confundida com uma pagina do Sei Tudo (ALMEIDA, 27 jan. 1922, BNP Esp. D4/142-3).

A cópia de determinados modelos de sucesso dentro da imprensa é ainda hoje uma estratégia muito utilizadas por diversas editoras. Almeida narrou para Malheiro Dias não apenas o ocorrido com a *Eu Sei Tudo*, mas também o plano do grupo editorial de *O Malho* de lançar uma

revista igual à *A Scena Muda* para tentar resolver os problemas financeiros com a queda na venda de *Para Todos*. Entretanto, Renato Almeida, literato, mas advogado de formação, realizara contratos de exclusividade com algumas empresas cinematográficas o que teria dificultado a empreitada de *O Malho*.

Revistas como *Eu Sei Tudo*, *Para Todos*, *Fon. Fon!*, *Tagarela* destinavam-se ao grande público (OLIVEIRA, VELLOSO, LINS, 2010), diferentemente das revistas trabalhadas nesta tese que eram direcionadas a um público mais seletivo do microcosmo intelectual.

Pela forma como Renato Almeida aborda o problema da concorrência de diversas revistas do grupo editorial, é possível supor que trabalhasse ou prestasse serviço para a Companhia Editora Americana, além de ter uma relação próxima de trabalho com Carlos Malheiro Dias e Aureliano Machado. Na mesma época, Almeida e Malheiro Dias participaram da *America Brasileira*, aquele como parte do corpo editorial e ambos como colaboradores.

Renato Almeida afirmou a Malheiro Dias que era preciso tomar providências com relação à cópia de *Eu Sei Tudo* e lançou a seguinte estratégia: como Moura estava há tempos explorando uma revista de figurinos que era cara, mas que vendia bem por ser a única em português, Renato propunha montar uma revista semelhante à de Moura; no entanto, deveriam firmar acordos com as casas de moda de Paris para terem exclusividade, além de contratarem em Paris um desenhista para fazer figurinos especiais para a sua revista e contarem com a colaboração de D. Selda²⁶, esposa de Malheiro Dias.

Juntando a isso o Jornal das Famílias, as secções de D. Selda, bordados, monogrammas, modelos de crochê, moldes e o mais de que nos lembraremos até a realização, acreditamos eu e o Machado que se poderia fazer o Jornal das Senhoras causa

²⁶Dona Selda Potocka Heisenstein, segunda esposa de Malheiro Dias, "tinha adquirido certo renome como diplomata no tratamento higiênico do rosto e do cabelo pela eletrólise" (ALVES, 2009, p. 198), e sua beleza teria encantado Malheiro Dias. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Dona Selda prosseguiu com suas atividades: abriu uma filial do instituto de beleza que dirigia em Lisboa, assinou uma coluna na *Gazeta de Notícias* ("Consultório da Mulher"), na qual atendia dúvidas do público feminino e escreveu um livro de aconselhamentos, *Consultório da Mulher*, sobre higiene da beleza, tratamento do cabelo, doenças das senhoras, doenças das crianças e economia doméstica (ALVES, 2009, p. 199).

definitiva e completa, capaz de cahir na cabeça do Moura como a Scena Muda cahiu sobre o Para Todos e a Revista, com o novo formato, cahiu sobre... todos.
Que dizes? (ALMEIDA, 27 jan. 1922, BNP Esp. D4/142-3).

No caso desse grupo editorial, pode-se afirmar que estavam comprometidos com a venda e o lucro, mas também com a necessidade de se imporem no mercado editorial, utilizando uma nova revista para senhoras como estratégia para conter o avanço de empreendimentos editoriais de rivais que já lhes haviam prejudicado de alguma forma.

Muito embora se possa constatar determinados intelectuais agrupados em torno de um certo interesse, a riqueza da análise do campo cultural também se faz nas diferenças, ao observar os grupos sem alisá-los com o rolo compressor da homogeneidade, mas observando a heterogeneidade dentro deles, as convergências e as divergências de projetos e ideias. Observar aqueles intelectuais que tiveram uma participação mais ativa, outros que compartilhavam de uma posição comum, mas cuja participação foi moderada; aqueles que se preocupavam em criar ou recriar determinadas ideias, enquanto outros tiveram um papel maior como mediadores culturais e ventilavam essas ideias; aqueles que participaram meramente como um ganha-pão ou que foram convidados, mas que não possuíam qualquer vínculo direto com as ideias propagadas pela revista.

2.3 Os bastidores da *America Brasileira* e o campo cultural brasileiro

Das três revistas estudadas nesta tese, a *America Brasileira* é a de que se tem menos informações sobre os bastidores, pois não foram encontrados espólios ou livros de memórias daqueles que estiveram mais envolvidos com a manutenção do periódico, diferentemente do caso da *Lusitania*, da qual se encontrou um conjunto epistolar que versava sobre as negociações e a saúde financeira da revista. Tampouco pode-se falar num "grupo" da *America Brasileira*, pois havia uma centralização da revista por parte de seu diretor, e os demais intelectuais que dela participaram o fizeram como funcionários e, muitas vezes, tinham interesses diferentes daqueles do diretor.²⁷

²⁷ As considerações expostas nesta tese são diferentes das apresentadas por Felipe Cazetta (2014), tanto no que se refere à existência de um grupo da *America*

Da *America Brasileira* participaram de forma mais ativa e frequente Elysio de Carvalho (1880-1925), seu diretor, Carlos Rubens, Renato Almeida e Luiz Annibal Falcão. Todas essas pessoas foram intelectuais sobre os quais há pouquíssima bibliografia disponível. Foi dada maior atenção ao diretor da revista, uma vez que há mais indícios de contato entre ele e intelectuais portugueses, além do fato de a revista ser moldada a partir de suas preferências literárias, estéticas e políticas, servindo, inclusive, como vitrine das suas ideias, atos e publicações. Na edição final, correspondente a novembro e dezembro de 1924, há uma nota que anunciava o fim da revista e na qual fica explícita a centralização exercida por Elysio de Carvalho, que também era um dos fundadores e presidente da S. A. Monitor Mercantil, que editava a *America Brasileira*:

Esta revista é hoje publicada com algum atrazo e contendo, numa mesma edição, os numeros reunidos de Novembro e Dezembro, devido ao facto de não ter podido contar, nestes ultimos dois mezes, com a cooperação – que lhe é elemento primordial – do seu director, o Sr. Elysio de Carvalho, que, ha algum tempo já, se encontra enfermo e ausente desta Capital. [...] Sendo esta revista, antes de tudo, obra exclusiva de Elysio de Carvalho, que a tem mantido principalmente como expressão do seu pensamento na vida literaria, politica, social e economica do Brasil, e exigindo o estado de saude do nosso prezado chefe que elle empheenda uma viagem á Europa, para onde seguirá nos primeiros dias de Fevereiro proximo, *America Brasileira* delibera suspender, desde já, a sua publicação, até que Elysio de Carvalho possa regressar, restabelecido, ao convivio dos seus numerosos amigos e admiradores (AMERICA..., 1924, p. 354).

Alagoano, natural da cidade de Penedo, Elysio de Carvalho (ou Elysio Augusto de Carvalho) foi ainda muito jovem para Recife e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, destino comum de muitos intelectuais brasileiros na época, por tratar-se da então capital da República e um lugar privilegiado para a consagração de autores. Ávido

Brasileira, quanto à mudança que, segundo Cazetta, teria ocorrido na forma de Elysio de Carvalho encarar os portugueses a partir da publicação do artigo *Amemos o Brasil*, de Carlos Malheiro Dias, na *America Brasileira*.

por reconhecimento intelectual, procurou inserir-se no campo literário carioca escrevendo livros, publicando artigos, dirigindo revistas e correspondendo-se com intelectuais nacionais e estrangeiros.

Muitos intelectuais frequentavam-lhe a casa e foi ali, no início dos anos 20, que Mário de Andrade recitou o *Noturno de Belo Horizonte* (ALMEIDA, 3 out. 1924, MA-C-CPL263). Dedicado ao dono da casa, o poema foi posteriormente publicado na revista *Estética* (v. 1, abril-junho de 1925).

Segundo Luiz Edmundo, em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, ao contar suas memórias da virada do século XX, Elysio de Carvalho era um "bibliômano", dono de uma rica biblioteca com coleções raras e caríssimas, que ficava "a encher as estantes, dêle, dos amigos, dos *sebos* da rua de S. José..." (EDMUNDO, 1957, p. 762), além de emprestar livros a todos os seus amigos e também àqueles que não o eram.

Foi casado duas vezes. A primeira em 1898, com Elvira Marinho da Silva, no Rio de Janeiro, com quem teve cinco filhos (dos quais dois morreram ainda na infância), e, após o falecimento de D. Elvira, em 1919, casou-se em 1921 com Marie Anne de Pokorny, de origem húngara.²⁸ Segundo Luiz Edmundo (1957, p. 761), sua primeira esposa era rica e o

[...] delírio bibliomânico, do qual se aproveitam honestamente, diga-se de passagem – certos intelectuais pobres, da sua maior intimidade, só acaba quando o dote da mulher se esgota, no dia em que a uma roda de amigos, no fundo da sua linda e rica biblioteca, folheando uma coleção de *affiches* de Mucha, posta em volume numa edição valendo muito mais de mil francos, êle diz, embora sem grande apreensões e cuidados:

— O pior é que o dinheiro acabou. Felizmente prometeram-me um emprêgo, aí numa repartição qualquer...

²⁸ Não foi encontrada uma certidão de nascimento ou batismo, nem mesmo qualquer referência que pudesse indicar a situação financeira e social dos pais de Elysio de Carvalho. Entretanto, tendo em vista que, antes dos vinte anos, ele foi para o Rio de Janeiro e se casou com uma moça que tanto Capistrano de Abreu quanto Luiz Edmundo afirmavam ser de família rica, pode-se supor que seus pais talvez tivessem uma situação econômica confortável ou ainda pressupor a existência de um padrinho, que tenha financiado a viagem para o Rio de Janeiro e possivelmente acertado o casamento.

Nesse momento Elísio de Carvalho, o bibliômano mais moço da cidade, não tem mais de vinte anos (EDMUNDO, 1957, p. 762-763).

Infelizmente essa vasta e rica biblioteca foi desmembrada. Em 1925, quando, já muito doente, Elysio de Carvalho embarcou para a Suíça (da qual não retornaria com vida) em busca de tratamento para tuberculose, entregou parte de sua biblioteca a um livreiro para que fosse vendida. No entanto, segundo Capistrano de Abreu, Elysio guardou a parte mais preciosa "em quinze caixões" (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 318). Em um desses estava um livro de Capistrano de Abreu, que esperava revê-lo no retorno de Elysio ao Brasil, entretanto, aborreceu-se, pois,

Quando chegou a viúva, fiz reclamá-lo. Respondeu que nada tem, o que deve ser falso; mas ela veio furiosa com os amigos que abandonaram e esqueceram o marido. Por minha parte isto é falso, porque nunca fui dos seus amigos. Estive em sua casa algumas vezes tratando de meus artigos, por achar muito penoso subir as íngremes escadas de seu escritório. A viúva, que entrevi algumas vezes, holandesa ou cousa que valha, se encontrar o volume emburrará em não entregá-lo: tratemos, pois de reavê-lo (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 356).

De acordo com Capistrano de Abreu, Elysio de Carvalho fazia "com suas diversas publicações e agências quinze contos mensais, mas gasta dezasseis" (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 317), o que levanta a hipótese de dificuldades financeiras já existentes ou a surgir no horizonte – com a sua estada no sanatório Schatzalp em Davos, na Suíça, para tratamento da tuberculose – como a razão da venda de parte de sua biblioteca.

No início de sua carreira, Elysio de Carvalho foi acusado do plágio de três poesias – publicadas em mais de um periódico –, que seriam de autoria de Aristeu de Andrade. Sobre sua trajetória, Victor Viana escreveu no prefácio de *Bárbaros e Europeus* (1909, p. 5-6):

Guerreado a princípio, atacado violentamente, não se defendeu bem. Elysio não se justificou, mas continuou a trabalhar. Duvidavam do seu mérito.

Riam dele, troçavam dele nas rodas literárias. Elysio de Carvalho não procurava desfazer essa impressão. Estudava, penetrava cultores estranhos, correspondia-se com estrangeiros.

É possível que a pecha de plagiador tenha permanecido vinculada ao seu nome ainda por um bom tempo, pois em carta a João Lúcio de Azevedo, em 1924, Capistrano de Abreu comentou: "creio que sua impressão é certa sobre Elisio de Carvalho: quer ser acadêmico. Veio de Alagoas, casou com uma mulher rica que tinha algum dinheiro, com o qual, diziam, pagava trabalhos feitos por outros, assinados e publicados por ele" (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 294).

As informações que nos chegam através dos escritos de Elysio de Carvalho e da percepção de alguns sujeitos que conviveram com ele é a de um intelectual que busca incessantemente se construir e se afirmar no seio da intelectualidade brasileira, possivelmente pela duração da pecha de plagiador ou por sentir que ainda não tivesse alcançado a posição e o reconhecimento que almejava entre aqueles que estabeleceu como pares.

Segundo Sérgio Miceli, biografias e livros de memórias podem fornecer "dados e informações a respeito de categorias de escritores que ocupam momentaneamente posições diferentes no campo" (MICELI, 2001, p. 17). Enquanto biografias costumam ser dedicadas a autores, vivos ou consagrados postumamente, que desfrutavam de uma posição dominante, "o gênero memórias constitui uma estratégia a que recorrem no mais das vezes intelectuais dominados" (MICELI, 2001, p. 17). Dentro dessa perspectiva, *História de um cérebro*, livro publicado em 1905 por Elysio de Carvalho, que conta sua trajetória literária, apresenta-se como uma construção de si para si e para outrem como forma de legitimação do espaço ocupado no campo intelectual.

O autor utilizava amiúde a *America Brasileira* para promover suas ideias, seus livros e ações, publicando elogios de outros a si, aos seus livros ou às suas ações. Procurou incessantemente relacionar-se com autores estrangeiros, enviando-lhes exemplares de seus livros – prática comum entre intelectuais, mas que ocorria em grande frequência e quantidade no caso de Elysio de Carvalho.²⁹ Em *Afirmações, um agape*

²⁹ Na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, estão depositados livros que pertenceram ao acadêmico Manoel de Sousa Pinto e, entre os diversos livros de Elysio que constam na coleção (quase todos com dedicatória, exceto um exemplar de *Poemas em Prosa*, cujo ex-libris é do próprio Elysio), há alguns exemplares dedicados à Academia das Ciências, mas que possuem o ex-libris de Sousa Pinto. Possivelmente, esses livros foram enviados a Sousa Pinto para que

de intellectuaes (1921), publicou uma conferência de sua autoria e outra de Ronald de Carvalho, ambas proferidas em um banquete que lhe foi oferecido, cujos conteúdos enaltecem as obras e a personalidade de Elysio. Nesse tipo de atuação, o próprio produtor assume o encargo de construir a sua consagração (MICELI, 2001, p. 21).

Apesar da constante luta por reconhecimento, há indícios de que tenha conquistado certo capital social, tanto que frequentou a Villa Kyrial de Freitas Valle, além de intelectuais, diplomatas e outras pessoas que possuíam inserção em círculos restritos da sociedade terem frequentado banquetes por ele organizados. Algumas dessas pessoas estiveram presentes no seu segundo casamento, que, do lado da noiva, contou com testemunhas, como o gerente do Banco Hypothecario do Brasil e o vice-cônsul da Holanda.³⁰ Além disso, Graça Aranha, escritor por quem nutria grande admiração, foi padrinho de seu filho caçula, Mário, nascido em 1907. Todas essas relações podem ter sido construídas com base em amizade e/ou visando aumentar a sua inserção no círculo de intelectuais e personalidades da época.

Segundo Victor Viana (1909), o reconhecimento de Elysio teria vindo a partir de *Delenda Carthago: manifesto naturista*, em 1900. Ao longo da vida, teve mais de quarenta obras publicadas, mas apenas uma foi reeditada – *Five O'Clock* foi organizada por Luiz Edmundo Bouças Coutinho e Marcus Salgado, em 2006.

Sua trajetória foi muito diversificada, passando pelo naturismo (inspirado em Saint-Georges de Bouhélier), pelo anarquismo, pelo decadentismo e por um nacionalismo exacerbado. Elysio de Carvalho também trabalhou na Junta Comercial do Rio de Janeiro e tornou-se diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da polícia do Rio de Janeiro em 1911, onde permaneceu até 1915 (SANT'ANA, 1982). Incentivou a criação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro onde lecionou Criminalística e publicou vários livros sobre o assunto, muitos dos quais

este os entregasse à biblioteca da Academia; entretanto, como o ex-libris do autor está colado nos exemplares, é muito provável que ele os tenha arquivado em sua biblioteca particular na época em que os recebeu e que tenham ido parar na biblioteca da Academia, como pretendia seu autor, apenas quando Manoel doou seu acervo particular à Academia.

³⁰ Ao segundo casamento de Elysio compareceram Gustavo Barroso, Carlos Malheiro Dias, Renato Almeida, Correia Dias, José Mariano Filho, Ronald de Carvalho, Celso Vieira, Luiz Edmundo, Theophilo de Albuquerque, Di Cavalcanti, entre outros (CASAMENTOS..., 1921, p. 4).

fundamentados nas ideias difundidas pela escola positiva italiana, cujo grande teórico foi Cesare Lombroso (1835-1909).

Uma de suas principais características era o forte engajamento no que quer que estivesse interessado no momento, escrevendo fervorosamente sobre o assunto e empenhando-se em outras atividades relacionadas. Quando se interessou pelo anarquismo, participou da fundação da Universidade Popular (1905); quando naturista, publicou o manifesto *Delenda Carthago: manifesto naturista* (1900); e, quando seu nacionalismo estava mais exacerbado, participou da fundação do efêmero Instituto Varnhagen, dirigiu a revista *America Brasileira* (1921-1924) e escreveu diversas obras nacionalistas. Entre os anos de 1910 e 1925, publicou obras de assuntos variados que foram convergindo cada vez mais para o seu interesse pela questão nacional, como *Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira* (1911), *Brava Gente* (1921), *Os Bastiões da Nacionalidade* (1922), *Laureis Insignes* (1924), *Suave Austero* (1925), *Principes del Espiritu Americano* (1925), entre outros.

Segundo Fábio Luz, em texto publicado no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1907, p. 296), Elysio de Carvalho

[...] se *queima* frequentemente, ao menor signal de desatencção ás suas palavras, á menor distracção do ouvinte aos seus artigos que não primam pela synthese, e muito pelo contrario são sempre extensos, cortados de §§, á moda do mestre [Nietzsche]. E' entretanto um fraco typo do superhomem, com sua adiposidade, e apezar ou por causa della tem saúde fraca, nefralgias frequentes, irritabilidade neurasthenica, enxaquecas que o tornam intratavel quando o acommettem. Será um *representante man* das theorias exoticas do individualismo, do egoismo sublimado do anarchismo transviado, mas não é um *superhomem* physicamente superior, capaz de vencer e esmagar (grifos do autor).

A descrição pouco lisonjeira do anarquista Fábio Luz foi publicada em 1907, momento em que Elysio afastava-se do anarquismo e aproximava-se do decadentismo. Tanto que, em *Five O' Clock*, livro decadentista que simula um diário, publicado pelo autor em 1909 e dedicado a Paulo Barreto (João do Rio), afirmou que "inquirido a propósito da minha abjuração política que tanto rumor e cólera provocou no seio dos radicais, socialistas e libertários, respondo-lhe quase com

estas mesmas palavras: o anarquismo é uma atitude absurda" (CARVALHO, 2006, p. 101). Afirmou, ainda, tratar-se o anarquismo de uma "doutrina em decadência" e "um acervo de falsas idéias filosóficas e morais".

Contudo, é possível que Elysio de Carvalho fosse dono de uma personalidade difícil, sendo esse um dos possíveis motivos para haver tantas trocas no corpo editorial da *America Brasileira* durante a sua existência.

Desentendimentos eram comuns nos bastidores das revistas, pelas mais diversas razões, e, em 1924, Renato Almeida, que participou ativamente da revista desde o seu início, desentendeu-se com Elysio de Carvalho, desligando-se da revista e do *Monitor Mercantil*, do qual era funcionário. O desentendimento foi descrito como uma "incompatibilidade moral" de Renato com a empresa do *Monitor Mercantil* (CARVALHO, 21 out 1924, MA-C-CPL1694). Renato descreveu a situação a Mário de Andrade em carta:

Como te disse acima, a minha saída da America não foi directa, isto é, deixei a revista, por ter deixado de trabalhar no Monitor, por incompatibilidade evidente com o Elysio. Não te posso responder se sai brigado, porquanto o Elysio, que por doença não vae mais todos os dias ao escriptorio, não se entendeu directamente comigo e, quando sobre um pretexto futil eu lhe fiz uma carta intima, respondeu-me com uma carta official, na qualidade de presidente da Empresa, á qual só se podia dar uma resposta – demissão e foi o que fiz incontinente. É certo que não posso mais manter relações com esse cavalheiro, nem escrever uma só linha na America. Isso não quer dizer que lhe vá negar o cumprimento, ou deixar de tratá-lo com toda cortezia, a menos que tome outras atitudes, do que o julgo muito capaz. Essa é a situação, que te conto com toda sinceridade. Tu me conheces sufficientemente, para saber que nunca, mesmo que isso me viesse causar prejuizos, como acontece no caso, eu poderia bancar o cordeiro da fabula... (ALMEIDA, 31 ago. 1924, MA-C-CPL262, grifo do autor).

Nascido na Bahia, na cidade de Santo Antônio de Jesus, em 1895, Renato Almeida³¹ era neto de diplomata pelo lado paterno. Filho de um médico do exército e de uma professora³², mudou-se com a família para o Rio de Janeiro por volta de 1906. Quando tinha quatorze anos, seu pai faleceu, deixando a família em situação difícil; no entanto, uma tia, que havia ficado viúva na Bahia, mudou-se para o Rio de Janeiro, comprou uma boa casa e pôde proporcionar uma boa situação financeira para que a mãe de Renato educasse os filhos (CARNEIRO, 1997, p. 898).

Em 1911, entrou para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde fez amizade com Edgard Ribas Carneiro (1894-1962), que foi professor da Faculdade de Direito de Niterói e, mais tarde, construiu carreira como jurista, ascendendo ao cargo de desembargador em 1946 (EDGARD..., s.d., n.p.). Ribas Carneiro também participou da *America Brasileira*, escrevendo os artigos *O cyclo da expansão brasileira* (nº 1), *A historia illuminada* (nº 5), *O regente Feijo'* (nº 9 a 12), *Instituto Varnhagen: Em louvor de Ruy Barbosa* (nº 16), e da fundação do Instituto Varnhagen. A sua participação na revista e no instituto se deram, muito provavelmente, através de Renato Almeida, cuja amizade, segundo a historiadora Maria Cecília Ribas Carneiro, filha de Edgard, permaneceu por muito tempo, tendo, inclusive, Renato sido um dos padrinhos de casamento de Edgard (CASAMENTOS..., 1920, p. 5).

Renato Almeida também coordenou a colaboração de Mário de Andrade na *America Brasileira*. Em janeiro de 1924, foi publicada uma pequena nota na qual se afirmou que Renato estava entre os redatores da *America Brasileira* e que, "desde que esta se publica, vem ocupando lugar de exceção, pela multiplicidade e brilhantismo de sua tarefa" (O NOVO..., 1924, p. 9). Todavia, foi somente naquele momento que a direção decidiu conceder-lhe a posição de redator-chefe.

E ainda que isso, por assim dizer, venha apenas legalizar uma expressão da realidade, todavia daí

³¹ Conhecido como ensaísta e folclorista, recebeu o título de cidadão honorário carioca, foi membro da Sociedade Felipe D'Oliveira, nos anos 30-40, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, membro do IHGB, da Academia Brasileira de Música e fundou a Comissão Nacional do Folclore em 1947 (GOMES, 1999, p. 38).

³² Segundo Maria Cecília Ribas Carneiro, Inácia Victorina da Costa Almeida (dona Mocinha), foi um caso notório por ter sido a primeira mulher a ingressar na Escola de Medicina da Bahia; entretanto, os alunos, entusiasmados com a ideia de terem-na como colega, fizeram uma manifestação à sua porta, e seu pai a proibiu de frequentar a faculdade (CARNEIRO, 1997, p. 898).

se derivam razões para grande regosijo de nossos leitores. E' que, respondendo agora, de publico e em plena posse, por um cargo de que já tinha as funções mas cujas responsabilidades lhe não cabiam, certamente que o fulgurante escriptor não saberá impôr limites á sua actuação, afim de que a nossa revista tambem seja, em sentido real, uma viva expressão de sua mentalidade (O NOVO..., 1924, p. 9).

Renato aparece entre os diretores literários da revista nos números 1 a 3, como secretário da redação nos números 4 a 12 e como redator-chefe nos números 26 a 32. Neste intervalo (do número 13 ao 25), que corresponde aos números publicados em 1923 e janeiro de 1924, é provável que tivesse trabalhado na redação, embora seu nome não apareça na contracapa, tanto pelo que foi colocado no trecho da nota reproduzida acima, quanto pelo que aparece na correspondência trocada entre Renato e Mário de Andrade. Além disso, Renato Almeida era funcionário do *Monitor Mercantil*, revista de propriedade da mesma empresa que a *America Brasileira*, cujo presidente era Elyσιο de Carvalho, e que funcionava no mesmo local. No *Monitor Mercantil* atuou por cinco anos, de 1920 a 1924 (ALMEIDA, 3 out. 1924, MA-C-CPL263), como redator jurídico, então é provável que tivesse assumido, ainda que não oficialmente, trabalhos na *America Brasileira* em 1923.

As trajetórias de Renato Almeida e Elyσιο de Carvalho cruzaram com a daqueles autores e artistas posteriormente consagrados pelo movimento modernista, na Semana de Arte Moderna, em 1922, e na Villa Kyrial do mecenas, senador, perfumista e poeta José de Freitas Vale. Sobre a colaboração de Mário de Andrade na *America Brasileira* não é possível saber de quem foi a ideia, pois tanto Elyσιο de Carvalho quanto Renato Almeida reivindicavam-na. Em carta com data provável de agosto de 1923, Renato escreveu em carta a Mário: "Alegro-me muito em te trazer para a America (reivindico a idéa do convite), pois precisamos fazer da revista uma tribuna seria e de grande fulgor" (ALMEIDA, [ago. 1923], MA-C-CPL253). Entretanto, após o desentendimento entre Renato e Elyσιο, este escreveu a Mário: "depois, não foi elle quem o trouxe para a A.B. A idéa da sua collaboraçãõ foi minha, exclusivamente minha, e a insistencia do Renato era obra tambem minha: foi elle méro intermediario. Ahi está o que deve v. ao Renato" (CARVALHO, 21 out. 1924, MA-C-CPL1694, grifo do autor).

Mário de Andrade publicou na revista as *Chronicas de Malazarte* entre outubro de 1923 e julho de 1924. Através das cartas recebidas por Mário, é possível aferir que o fim de sua colaboração na *America Brasileira* tenha sido em razão da saída de Renato Almeida da revista e, por isso, a insistência de Elysio de Carvalho em afirmar que a ideia do convite havia sido sua e que Mário nada devia a Renato. "Não me agradou a sua atitude no 'caso' Renato. O motivo alegado é improcedente" (CARVALHO, 21 out 1924, MA-C-CPL1694), afirmou Elysio a Mário. Renato Almeida, por sua vez, escreveu a Mário:

É verdade, não te quero falar da tua saída da "America". Não poderia dizer se aprovo ou não o teu gesto, porque a intelligencia não reage quando o coração domina. E o teu gesto veio de uma amizade, que é uma das melhores coisas que eu devo ao convívio das letras (ALMEIDA, 3 out. 1924, MA-C-CPL263).

Esses diálogos sobre o fim da colaboração de Mário levam a crer que o principal contato de Mário na revista fosse Renato, ou que aquele assim o entendesse. Muito embora Renato e Elysio compartilhassem temas sobre os quais tivessem interesse, a partir dos escritos de ambos na *America Brasileira*, é possível observar que os interesses de Elysio de Carvalho estavam majoritariamente voltados à política, literatura, história e economia, enquanto os de Renato estavam majoritariamente voltados às artes plásticas, filosofia, música e literatura. Entre os seus artigos, pode-se citar: *A musica no Brasil, no século XIX* (nº 9/12), *A função do idealismo* (nº 18), *A arte de Jean Bard* (nº 23), *A redempção de Fausto* (nº 21) e *Num atelier cubista* (nº 26).

Esse interesse pelo campo artístico compartilhava-o Carlos Rubens (1890-1946), cronista, ensaísta, jornalista e crítico de arte, que assumiu o posto de redator da *America Brasileira* dos números 4 a 12 (1922) e o posto de gerente nos números 23 a 36 (fim de 1923 e 1924), além de ser funcionário do *Monitor Mercantil*. Pouquíssimas informações foram encontradas a seu respeito, no entanto, sabe-se que escreveu livros sobre arte, como *Impressões de Arte* (1921), *J. Baptista da Costa* (1926), *História da pintura no Brasil* (1939), *Vitor Meireles: sua vida e obra* (1946); além do livro de contos *Tarantula* (1923). Na *America Brasileira*, colaborou nove vezes, com contos, artigos e notas, na sua maioria sobre arte.

Renato Almeida, por sua vez, participou de forma ativa na Semana de Arte Moderna, palestrando no dia 15 de fevereiro de 1922, *Perennis Poesia* (AMARAL, 1998, p. 116), e auxiliando na seleção dos artistas do Rio para o evento (AMARAL, 1998, p. 255); colaborou no número 8/9 da revista modernista *Klaxon* (1922-1923) e, juntamente com Ronald de Carvalho e Graça Aranha, participou da efêmera *Estética* (1924-1925), revista modernista dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sergio Buarque de Hollanda. Portanto, é possível que durante a sua permanência na *America Brasileira* Renato Almeida tivesse coordenado os artigos e talvez escrito algumas das notas (atribuídas à redação) que versavam sobre artes plásticas, música e questões relacionadas à filosofia da arte e estética.

Vale lembrar que as amizades e os grupos intelectuais, especialmente aqueles envolvidos com o modernismo brasileiro, mudaram rapidamente de configuração durante a década de 1920. Partindo de uma preocupação comum no campo das artes, abraçar a arte brasileira e pensar a sua renovação no campo estético, artistas e literatos pouco a pouco distanciaram-se, formando grupos opositores a partir de meados dos anos 20.

Esses diferentes grupos travavam confrontos abertos. Segundo Ângela de Castro Gomes, a curta duração da revista *Estética* (com apenas três números) é um exemplo dos embates que se travavam (GOMES, 1999, p. 53). Em 1925, o grupo verde-amarelo já estava formado; em 1926, emergiu o grupo anta, comandado por Plínio Salgado. Mário de Andrade rompeu com Graça Aranha em 1926 e com Oswald em 1928; e em 1929, Plínio Salgado rompeu com a *Antropofagia* de Oswald. "Graça Aranha, por sua vez, não agradava mais nem aos de *Estética*, nem aos 'paulistas' em geral, nem aos de *Festa*" (GOMES, 1999, p. 59).

Todas essas cisões no seio da intelectualidade modernista dos anos 1920 e seus embates pouco aparecem no corpo da *America Brasileira*, em primeiro lugar porque o conteúdo da revista estava muito mais alinhado com a orientação de Elysio de Carvalho, que, embora tenha sido citado pelo *Correio Paulistano* como participante da Semana de Arte Moderna (AMARAL, 1998, p. 135), não tinha como principal preocupação as discussões encetadas pelos modernistas, mas sim política, economia e autores do cânone literário. A partir de meados de 1923, Portugal passou a ocupar um lugar de destaque entre os temas que aparecem na revista. Em segundo lugar, porque os embates acentuaram-se após o término da *America Brasileira*.

Renato Almeida também participou do Instituto Varnhagen, criado por Elysio de Carvalho e apadrinhado por Rocha Pombo, no qual,

segundo o programa e o estatuto, ocupava o lugar de secretário, apesar de ter escrito a Mário de Andrade:

Hoje, meu querido Mario, tenho que ir assistir o Julio Dantas. Não o vi, nem o veria; mas recebe-o o Instituto Varnhagen (onde, não sei porque, sou secretario) e fala o Celso Vieira, a quem, por obrigação, tenho de ouvir. E, afinal, eis-me na coorte desse cavalheiro, que é o mais vivo atestado da cultura minguada do nosso Brasil (ALMEIDA, [ago.-set.? 1923], MA-C-CPL255, grifo do autor).

Pelo comentário exibido na carta, é possível que Renato não compartilhasse o gosto por autores contemporâneos consagrados no campo da literatura brasileira e portuguesa com Elysio de Carvalho e tampouco fosse um entusiasta do Instituto Varnhagen, muito embora tenha proferido uma conferência chamada *A formação Moderna no Brasil*, que foi publicada na *America Brasileira* e depois como livro, acrescida de uma carta-prefácio de Graça Aranha, pelo próprio instituto. É possível também que o comentário sobre Dantas e Vieira, pelo modo como foi escrito, tenha sido uma forma da persona epistolar de Renato aproximar-se de Mário de Andrade, reforçando seu vínculo com o movimento modernista ao rejeitar autores contemporâneos consagrados.

Foi através de Renato Almeida que Mário de Andrade conheceu Luiz Annibal Falcão (1897-1968), também envolvido com a *America Brasileira*, ao ocupar o posto de secretário no ano de 1923.

Breve vae até ahi o LUIZ ANNIBAL FALCÃO, já collaborador da escandalosa KLAXON e espirito brilhante, bem dos nossos. Admira-te com grande sinceridade e deseja approximar-se de ti. Recebe-o com um grande carinho, com o teu carinho. Elle reclamará, como secretario da AMERICA BRASILEIRA a tua collaboração (ALMEIDA, [abr. 1923], MA-C-CPL249, grifo do autor).

Em carta subsequente, datada pelo serviço de catalogação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) como maio de 1923, Renato volta a mencionar Luiz, afirmando que este estaria indo a São Paulo em missão da empresa Monitor Mercantil, e especialmente da *America Brasileira*, e novamente solicitou que Mário o recebesse e o apresentasse aos intelectuais paulistas ligados ao modernismo:

Já o conheces através de uma formosa pagina na KLAXON e, certamente, pelas chronicas que tem feito na America. Merece bem que o recebas, com alma, pois é dos nossos e excelente. Apresenta-o aos camaradas dahi, facilitando-lhe a incumbencia que leva de organizar com os NOVOS da S. Paulo um numero sobre arte moderna (ALMEIDA, [maio 1923], MA-C-CPL250, grifos do autor).

Como secretário da *America Brasileira* era esperado que fosse o representante da revista em algumas situações, entre as quais a de solicitar ou cobrar colaborações. Em carta a Paulo Prado, Capistrano de Abreu afirmou que recebeu um "portador" de Elysio sobre um texto que lhe havia prometido: "conversei com o portador... filho do meu velho Anibal Falcão! testemunha e comparsa do drama do *Événement!* (CORRESPONDÊNCIA..., 1977, p. 431, grifo do autor). Luiz Annibal Falcão era filho de Annibal Falcão (1859-1900), escritor e político brasileiro, que se empenhou nas campanhas pela abolição da escravatura e no movimento de proclamação da República.

Muito embora se encontrem poucas informações acerca de Luiz Annibal Falcão, é de se supor que possuísse certo capital social por ser filho de um político conhecido e atuante nos dois grandes momentos políticos brasileiros da segunda metade do século XIX, e também por ter se casado com a neta do Conselheiro Tomás Coelho, antigo ministro da guerra no período monárquico, de quem herdara uma mansão em Petrópolis (BARATA, 1968, p. 4).

O encontro programado entre Luiz e Mário em maio de 1923 não ocorreu, pois Luiz afirmou em carta de 17 de maio que lamentava ter de voltar ao Rio sem conhecer Mário pessoalmente e finalizou "desejando-lhe um prompto restabelecimento" (FALCÃO, 17 maio 1923, MA-C-CPL2643), o que indica que talvez não tenham se encontrado por problemas de saúde de Mário.

Tampouco saiu o número sobre a arte moderna. Inicialmente programado para agosto, foi adiado para setembro, depois para novembro e acabou não sendo feito. As únicas duas colaborações de modernistas "novos" de São Paulo foram: *Variações sobre o nome de Mário de*

Andrade, de Manuel Bandeira (dezembro de 1923) e *Grammatica*³³, de Rubens Borba de Moraes (novembro de 1923).³⁴

Todavia, esse não foi o único contato entre Mário e Luiz. Encontraram-se em novembro de 1923 na casa de Yan de Almeida Prado, onde Luiz convidou Mário a colaborar com a *Idéa Illustrada* (FALCÃO, 5 nov. 1923, MA-C-CPL2644), periódico que dirigia. A direção dessa revista foi apontada como a razão de seu desligamento da *America Brasileira*, na qual se publicou uma nota a respeito, afirmando que "a sua brilhante passagem nesta casa se assignala pelas qualidades de seu bello espirito, a que muito deve esta revista, confessando-lhe, com o maior desvanecimento, a sua gratidão" (DR. LUIZ..., 1924, p. 24).

É possível que Luiz Annibal Falcão tenha sido um dos pontos de contato de Mário com o tradutor, poeta, crítico literário e entusiasta da língua portuguesa, Philéas Lebesgue (1869-1958), e com o escritor e tradutor, Francis de Miomandre³⁵ (1880-1959).

A uma pergunta de Philéas Lebesgue sobre o movimento "novo" no Brasil, respondi falando em si e na "Klaxon", de que lhe mandei varios exemplares, o que motivou ate um artigo d'elle, se não me engano na "Revue de l'Amérique Latine". O Francis de Miomandre a quem falei tambem em V., com toda certeza o citará num proximo artigo (FALCÃO, 5 nov. 1923, MA-C-CPL2644).

Luiz serviu como um intermediário para Philéas Lebesgue, remetendo-lhe livros de terceiros, como em 1924, quando lhe enviou um livro de Manuel Bandeira (VEIGA, 1998, p. 30). Entre outros autores que enviaram livros a Lebesgue, pode-se citar Ronald de Carvalho, que lhe ofereceu *O Espelho de Ariel*, em 1923, e Guilherme de Almeida. Segundo Cláudio Veiga (1998, p. 30), os livros que eram enviados a Lebesgue, por autores ou intermediários, eram acompanhados por um pedido de que lhes

³³ Trecho reproduzido de *Domingo dos Séculos*, indicado como no prelo ao fim do artigo na *America Brasileira*.

³⁴ Além dessas colaborações, a revista traz três artigos curtos de Nella Aita, irmã da ilustradora Zina Aita, que, assim como Di Cavalcanti, Angelus (Antônio Ângelo Nascimento), Correia Dias e Jorge Barradas, elaborou capas para a *America Brasileira*. Há pouquíssimas informações sobre Nella Aita. Suas colaborações para a revista têm temas diversos, mas que circundam a área artística ou literária, sendo todos sobre a Itália.

³⁵ Pseudônimo de Francis Félicien Gabriel Gilbert Durand.

fosse feita alguma referência – provavelmente em sua coluna no *Mercur de France*. Em 1932, em outra carta a Mário, Luiz afirmou que Lebesgue escreveu-lhe pedindo alguns dados para escrever um pequeno estudo sobre a então atual atividade literária brasileira.

E é justamente por isso que venho pedir-lhe socorro: para evitar que o Lebesgue só fale em Coelho Netto, póde V. enviar-lhe alguns volumes seus? Já respondi precipitadamente ao velho Philéas pedindo-lhe que esperasse, que eu ia fazer o necessario para documental-o, etc. (FALCÃO, 14 maio 1932, MA-C-CPL2649).

Mário atende ao pedido de Luiz, enviando a Lebesgue um exemplar de *Macunaima* (VEIGA, 1998, p. 40).

Tanto Francis de Miomandre quanto Philéas Lebesgue foram colaboradores da *America Brasileira*, provavelmente a partir do contato de Luiz Annibal Falcão, tendo o primeiro sido colaborador assíduo de novembro de 1923 a dezembro de 1924 (exceto em outubro de 1924), com artigos escritos especialmente para a *America Brasileira*. A colaboração de Miomandre na revista foi mais frequente que a de Lebesgue, entretanto, não foi possível encontrar muitas informações a seu respeito. Como autor, recebeu o prêmio Goncourt, de literatura, em 1908 por *Écrit sur de l'eau...* Foi também tradutor de diversos autores de língua espanhola, como Unamuno, Calderón, Cervantes, Asturias e Lydia Cabrera, além de ter traduzido *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, com Ronald de Carvalho e deste ter traduzido *Epigramas irônicos e sentimentais*.

É provável que Luiz tenha conhecido Miomandre e Lebesgue quando esteve estudando em Paris, de onde, segundo Mário Barata, voltara "um pouco francês, para sempre" (BARATA, 1968, p. 4). Foi um entusiasta da cultura francesa e um incentivador das relações franco-brasileiras.

Segundo Roger Cadier (1982, p. 143), Luiz poderia ser classificado como o mais francês dos brasileiros e, no início dos anos 20, teria feito amizade com o embaixador francês Alexandre-Robert Conty. Na década de 1960, foi presidente da *Alliance Française* do Rio de Janeiro (BARATA, 1968, p. 4) e participou da Comissão Brasileira de

Cooperação Intelectual³⁶, onde foi admitido como membro efetivo em 1939 (EM 7..., 1939, p. 14). De acordo com Ana Luiza Grillo Balassiano (2012, p. 127), Renato Almeida, em discurso proferido em 13 de novembro de 1965 no cinquentenário do Liceu Francês do Rio de Janeiro, teria afirmado que, através da indicação de Luiz Annibal Falcão, foi nomeado diretor da instituição, juntamente com Alfred Le Forestier, em 1927.³⁷

Luiz trabalhou como jornalista, tradutor e escritor, colaborando em diversos periódicos. Como escritor produziu *Babioles, 3 comédies* (1934), *O conto na literatura brasileira* (1941), *Colloquios transatlânticos* (1941), *A mulher que sofria da imaginação* (1943), *Do meu alforge* (1945). Escreveu o prefácio biográfico do livro de seu pai, *Formula da Civilização Brasileira* (1934); organizou o livro *Poèmes français d'écrivains brésiliens* (1967), no qual escreveu o *avant-propos*, e Francis de Miomandre, o prefácio; e dirigiu a já citada *Idéa Illustrada* e o *Journal Français du Brésil*.

Traduziu para o francês *Poèmes* (1960), de Manuel Bandeira – tradução coletiva realizada por L. A. Falcão, F. H. Blank-Simon e Manuel Bandeira –, e *Anthologie de quelques conteurs brésiliens, établie par l'Académie Brésillienne de Lettres* (1938). No prefácio do livro de Victor Orban, *Machado de Assis, son oeuvre littéraire*, Anatole France escreveu:

*Grâce à Luiz Annibal Falcão qui a cherché à adapter chaque texte plutôt qu'à le traduire, et grâce aussi à M. Manuel Gahisto, qui s'est particulièrement intéressé au texte de «Page relue», les lecteurs français pourront prendre un premier contact avec des auteurs dont l'oeuvre, nous l'espérons, ne décevra pas*³⁸ (FRANCE apud AUDIGIER, 2010, p. 110).

³⁶ A Comissão foi criada em 1925 como forma de colaboração do Brasil com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, fundado em 1924 por iniciativa da França e sob o patrocínio da Sociedade das Nações e, aos poucos, foi sendo colocada sob tutela do Itamaraty (FLÉCHET; DUMONT, 2014).

³⁷ A autora não explica a ligação de Luiz Annibal Falcão com a instituição na década de 20, apenas menciona que seu nome aparece no quadro administrativo na década de 40 (BALASSIANO, 2012, p. 129).

³⁸ "Graças a Luiz Annibal Falcão, que procurou adaptar cada texto mais do que traduzi-lo, e graças igualmente a M. Manuel Gahisto, que se interessou particularmente pelo texto de «Page relue», os leitores franceses poderão ter um

O livro foi publicado em 1917, o que significa que a colaboração de Luiz Annibal Falcão foi efetuada quando este ainda morava na França.³⁹ Poder-se-ia supor que, além de Francis de Miomandre e Philéas Lebesgue, Luiz Annibal Falcão tivesse tido algum contato com o brasilianista Manoel Gahisto, amigo de Lebesgue, quando esteve na França. Em abril de 1920, Luiz esteve presente, assim como Graça Aranha, no banquete oferecido a Lebesgue, em Paris.

Philéas Lebesgue dedicou-se inicialmente a Portugal e depois ao Brasil e, por razões até mesmo geográficas, relacionou-se mais com personalidades portuguesas do que com brasileiras (VEIGA, 1998, p. 19). No *Mercure de France*, no qual colaborava, escreveu crônicas das letras portuguesas, intercaladas por algumas incursões na literatura brasileira. Entre os autores sobre os quais escreveu, destacou o português João de Barros e, entre os brasileiros, Afrânio Peixoto (VEIGA, 1998, p. 21), ambos entusiastas de uma aproximação luso-brasileira.

Escreveu os livros *Le Portugal littéraire d'aujourd'hui* (1904) e *La République Portugaise* (1914), além das seguintes traduções: *Histoire d'un Mort* (1904), de Paulo Osório, *Le Roman d'Amadis de Gaule* (1924), de Affonso Lopes Vieira, *Au Créneau – Récits de Guerre* (1930), de Pina de Moraes. Lebesgue teve uma ligação estreita com o brasilianista Manoel Gahisto, com quem traduziu *Jana e Joel*, de Xavier Marques, e *O Rei Negro*, de Coelho Netto.

Lebesgue foi membro correspondente de três entidades culturais de Salvador: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (a partir de 1904), o Grêmio Literário da Bahia e, em 1917, por iniciativa de Xavier Marques, da Academia de Letras da Bahia. Xavier Marques (1861-1942) foi jornalista, político, poeta, biógrafo e ensaísta baiano, tendo sido eleito para a Academia Brasileira de Letras em julho de 1919. Marques foi colaborador da *America Brasileira* em três números e manteve correspondência assídua com Lebesgue (VEIGA, 1998, p. 29). Mesmo antes de convidá-lo a participar da Academia de Letras da Bahia, Marques havia entrado em contato, enviando-lhe seus livros *Praieiros* e *Holocausto*.

As redes de sociabilidade intelectual formavam-se através de diversas formas de contato, fosse através da troca epistolar, como a já

primeiro contato com autores cuja obra, assim esperamos, não irá decepcionar" (tradução nossa).

³⁹ Luiz formou-se na Universidade de Paris, em direito e ciência política, em 1919 (HILTON, 1948, p. 86).

mencionada entre Xavier Marques e Lebesgue, de locais públicos de convivência, como livrarias, cafês e bibliotecas, ou locais privados de convivência, como a casa de uma determinada pessoa. Para José Osório de Oliveira (1926, p. 49), os críticos do Brasil moderno dividiam-se em grupos, conforme as livrarias que frequentavam: na Garnier, havia o grupo que pontificava Nestor Victor e ao qual pertenciam Andrade Muricy e Tasso da Silveira; na Leite Ribeiro, havia o grupo do qual faziam parte Ronald de Carvalho, Renato Almeida e Agrippino Grieco.

Renato Almeida (3 out. 1924, MA-C-CPL263) mencionou em carta ter ouvido Mário de Andrade recitar o *Noturno de Belo Horizonte* na casa de Elysio de Carvalho. Maria Amélia Buarque de Hollanda (s.d., n.p.), em seus apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Hollanda, afirmou que este frequentava a casa de Guilherme de Almeida, onde às sextas-feiras reuniam-se vários intelectuais, entre os quais Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Afonso Arinos, Di Cavalcanti e Manuel Bandeira. Sérgio frequentava também a casa de Ronald de Carvalho, às quartas-feiras, juntamente com Vila Lobos, Agripino Grieco, Peregrino Júnior, Paulo Silveira e Luiz Annibal Falcão. Segundo Peregrino Júnior, foi lá que Manuel Bandeira leu *Berimbau*, Felipe de Oliveira *Lanterna Verde* e Mário de Andrade *A Paulicéia Desvairada* e os poemas *Dança*⁴⁰ (BOTELHO, 2005, p. 91).

Ronald de Carvalho (1893-1935) foi ensaísta, escritor, crítico literário e diplomata brasileiro. Seu nome constava na *America Brasileira*, juntamente com Jorge Jobim e Renato Almeida, como diretor literário nos três primeiros números. Nesses números, publicou um artigo e resenhou três livros, apresentados na seção *Ecos & Notícias*. Após esses números, não há qualquer indício de maior participação na organização da revista, apenas a colaborações com artigos. Dos que foram listados pela revista como sendo do corpo editorial nesse início, Renato e Ronald são os de que há mais indícios de participação efetiva, enquanto Ribeiro Couto e Jorge Jobim apenas colaboraram com um artigo cada um e depois não voltaram a aparecer nas páginas da *America Brasileira*.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1893, Ronald de Carvalho graduou-se em direito em 1913 e, logo em seguida, viajou para a Europa, encontrando seus colegas de faculdade, onde permaneceu durante 1913-

⁴⁰ Peregrino Júnior afirmou que o *Noturno de Belo Horizonte* foi declamado na casa de Ronald de Carvalho (BOTELHO, 2005, p. 91), no entanto, pode ser que ele tenha se equivocado ou que o poema tenha sido declamado em ambas as casas: de Elysio, conforme informa a carta de Renato Almeida, e de Ronald, conforme Peregrino Júnior.

14 em Paris e Lisboa (BOTELHO, 2005, p. 86). Esse era um percurso familiar a muitos jovens de elite na época que possuíam recursos para viajar à Europa após a faculdade. Descendente de famílias oriundas dos quadros administrativos do Império, seu pai, Arthur Augusto de Carvalho, engenheiro naval e capitão-tenente, e seu tio tomaram parte na Revolta da Armada e foram fuzilados em 1894 pelas tropas de Floriano Peixoto. Após a morte do pai, Ronald e sua mãe foram acolhidos pelo avô materno, então diretor-geral da Alfândega do Rio de Janeiro (BOTELHO, 2005, p. 95-96).

Casou-se, em 1914, com Leilah Accioly, jovem cuja família tradicional da oligarquia agrária e política do Ceará, fazia parte, na época, dos altos quadros do Itamaraty (BOTELHO, 2005, p. 95). Nesse mesmo ano ingressou na carreira diplomática. De acordo com André Botelho (2005, p. 95), para compreender sua rápida, mas brilhante carreira na diplomacia, deve-se levar em conta o capital social herdado de sua família e casamento. Nos primeiros anos de Itamaraty, dividiu sala com Alceu Amoroso Lima, seu amigo de faculdade, e foi contemporâneo de Rui Ribeiro Couto, que o apresentou a Manuel Bandeira e aos modernistas paulistas (BOTELHO, 2005, p. 99).

Em suas missões diplomáticas, percorreu quase todos os países da América, ocupou o posto de primeiro secretário da embaixada em Paris e foi encarregado de negócios na Holanda. Em 1923, viajou ao México, como convidado especial do governo mexicano, onde realizou conferências na Universidade do México e em diferentes cidades, além de ter sido recebido pela Academia Mexicana de La Lengua em sessão solene (RONALD..., 1937, p. 7). Essa viagem foi noticiada na *América Brasileira* e foi publicado um artigo de Ronald sobre o assunto.

Iniciou sua colaboração em periódicos na revista da faculdade, publicando um grande número de artigos, assinados com pseudônimos e com suas iniciais. Colaborou, entre outros, no *Diário de Notícias*, em *La Prensa* e *La Nación*, de Buenos Aires; no *Mercure de France*, *Revue de L'Amérique Latine* e, durante muitos anos, foi correspondente no Brasil da *Revue de Genève*. Proferiu conferências na Sorbonne, no Collège de France, no Palais de Justice e publicou diversos livros, entre os quais *Epigramas Irônicos e Sentimentais* (1922), *O Espelho de Ariel* (1922), *Estudos Brasileiros* (publicado em três séries: uma em 1924 e duas em 1931), *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919) e *Toda América* (1926).

É provável que, durante sua estadia em Paris, em 1913-14, Ronald tenha cruzado com escritores portugueses que andaram por lá, como Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros e Raul Leal (SARAIVA, 2004,

p. 31). Entre 1914 e 1915, colaborou nas revistas portuguesas *A Águia*, *Alma Nova* e *Orpheu*, sendo que desta foi codiretor. Tornou-se amigo de Luís de Montalvor, Correia Dias e Carlos Malheiro Dias, além de ter se correspondido com Sá Carneiro, Fernando Pessoa, João de Barros, Nuno Simões, José Pacheco, entre outros (SARAIVA, 2004, p. 85). Daqueles que participaram mais ativamente da coordenação da *America Brasileira*, já citados anteriormente, Ronald de Carvalho foi o que maior aproximação teve com Portugal, além de Elysio de Carvalho, até 1927. De todos os citados, também é aquele que maior reconhecimento teve em vida e posteriormente, por sua obra e por sua atuação no Itamaraty.

Ao que parece, Ronald e Elysio de Carvalho possuíam uma estreita relação. Na falta de livros de memórias ou correspondência de ambos, não há como afirmar se eram amigos próximos, no entanto, há diversas evidências que apontam para uma certa proximidade. Ronald de Carvalho fez parte tanto da *America Brasileira* como do Instituto Varnhagen, criados por Elysio de Carvalho; juntamente com sua esposa e Celso Vieira foi testemunha, da parte do noivo, no segundo casamento de Elysio de Carvalho; em 1921, foi um dos organizadores, juntamente com Gustavo Barroso, Jorge Jobim, Renato Almeida, Álvaro Moreira e Theophilo de Albuquerque, do almoço de homenagem a Elysio de Carvalho no restaurante Assyrio (ALMOÇOS..., 1921, p. 5). Os discursos proferidos por Ronald de Carvalho e por Elysio de Carvalho no evento foram enfeixados em livro, com introdução de Carlos Malheiro Dias, e publicados sob o título *Affirmações: um agape de intelectuais* (1921), levando como autores Ronald e Elysio.

Ronald, juntamente com Renato Almeida, fazia parte do grupo de intelectuais denominados posteriormente como Grupo do Rio, que participaram da Semana de Arte Moderna de 22 com o grupo paulista, mas com quem no decorrer da década entraram em conflito – desse desentendimento surgiu o termo Grupo do Rio, criado por seus detratores (BOTELHO, 2005, p. 93). Ronald é considerado o responsável pela adesão de Heitor Villa-Lobos, seu amigo pessoal, e dos artistas plásticos Zina Aita, Hildegardo Leão Velloso e Vicente do Rego Monteiro na Semana de Arte Moderna (BOTELHO, 2005, p. 91). Quando ocorreram as cisões no seio modernista, em torno de Graça Aranha ficou apenas "[...] um pequenino grupo, tendo como figura máxima um grande poeta, Ronald de Carvalho, mas êle próprio doidinho para entrar na Academia [...]" (LIMA, 21 jun. 1964, arquivo Alceu Amoroso Lima, p. 4).

Em junho de 1925, Prudente de Moraes Neto escreveu a Mário de Andrade:

Hoje é o jantar do Graça. Todo mundo vai, até o Estácio Coimbra. O nosso Manuel não quis ir. Rompeu definitivamente as relações literárias com a mesa. A nota da Idéa Ilustrada foi escrita pelo Falcão [Luiz Annibal Falcão], a pedido do Graça e do Ronald. Sem importancia. As brigas de comadres de que você falava esta mesmo tomando conta do nosso pobre modernismo (MORAES NETO, 19 jun. 1925, MA-C-CPL5260).

O termo "a mesa" foi utilizado por Mário, em outra carta, para referir-se a Renato Almeida, Ronald de Carvalho e Graça Aranha, tomado a partir de uma foto publicada na *Revista da Semana* (número 12, 18 mar. 1922, n.p.) e posteriormente na *America Brasileira* (número 30, jun. 1924, p. 175).

Alguns daqueles intelectuais que permaneceram ao lado de Graça Aranha após as cisões no meio modernista participaram da criação da Fundação Graça Aranha em 1930.⁴¹ Essa Fundação teria como objetivo cultivar o nome e a obra do escritor e a "propugnar pelo progresso intellectual do Brasil, conforme a orientação do espirito moderno, em litteratura e arte" (ATAS..., 6 jun. 1930, Fundo Arquivístico de Graça Aranha). Da primeira reunião, registrada em ata, participou Renato Almeida (presidente), Contra-Almirante Heráclito da Graça Aranha (tesoureiro e irmão do escritor), Marianno Augusto de Medeiros (secretário), Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Felipe d'Oliveira e Álvaro Teixeira Soares.

Dos nomes citados, Renato, Ronald e Álvaro Teixeira Soares participaram da *America Brasileira*. Álvaro colaborava na revista desde meados de 1923 e, em outubro de 1924, pouco antes de a *America Brasileira* suspender suas atividades, foi anunciado como membro da redação.

Graça Aranha, por sua vez, ocupava um lugar privilegiado nas páginas da *America Brasileira*, muito embora não tenha feito parte do seu corpo editorial. Objeto de admiração de Elysio de Carvalho e Renato Almeida, há nove artigos de sua autoria e cinco notas e quatro artigos sobre o escritor (sendo três desses artigos escritos por Elysio de Carvalho), muitos dos quais versavam sobre as ideias que Graça Aranha apresentou em *A Estética da Vida* (1921). Entre os artigos de sua autoria,

⁴¹ A última entrada no livro de atas consta do ano de 1958. A Fundação também promoveu prêmios literários, sendo dois dos contemplados *O Quinze*, de Rachel de Queiróz, e *Caminhos Cruzados*, de Érico Veríssimo.

um é a reprodução da conferência *O Espírito Moderno*, que Graça Aranha realizou na Academia Brasileira de Letras, e que culminou no seu rompimento com esta. Na conferência, afirmou que a criação da Academia teria sido um erro e criticou a europeização sobretudo na literatura brasileira, pregando uma separação literária maior de Portugal: "não somos a camara mortuaria de Portugal" (ARANHA, 1924, p. 176).

Apesar da frase de efeito, a crítica de Graça é construída de forma a sustentar o ponto principal da conferência: a literatura brasileira dever-se-ia tornar-se moderna, rompendo os grilhões da influência europeia. Portanto, há de se considerar que Graça Aranha não expressava repulsa por Portugal em todos os seus aspectos culturais, muito pelo contrário, em outros de seus escritos, há evidência de uma defesa da latinidade, que inclui Portugal, sobretudo no contexto do pós-Primeira Guerra, em que intelectuais pró-aliados amiúde contrapunham um modelo de civilização latino ou anglo-saxão em contraposição ao modelo alemão.

Além disso, Graça Aranha entrou para os quadros da revista binacional (Brasil/Portugal) *Atlântida* em 1919 quando esta mudou seu subtítulo de *Mensário Social para Brasil e Portugal* para *Órgão do Pensamento Latino para Brasil e Portugal*. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2013, p. 27), a guinada da revista, que passava a defender a "alma latina", pregando uma maior comunhão entre Brasil, França e Portugal, justificava a incorporação de Graça como diretor literário em Paris.

De acordo com Carlos Eduardo Ornelas Berriel (2000, p. 29), Graça Aranha fez parte de um "célebre cenáculo" de escritores portugueses e brasileiros, que circulavam ou residiam na França, o qual era composto por Domício da Gama, José Veríssimo, Magalhães de Azevedo, Eça de Queirós, Barão do Rio Branco, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Eduardo Prado e, de vez em quando, contava com Joaquim Nabuco e Olavo Bilac. No início do século XX, Graça Aranha trocou correspondências com Jaime Magalhães Lima, português que defendia a aproximação entre Brasil e Portugal (PEREIRA, 2010, p. 266).

A aproximação entre Brasil e Portugal, que foi bem acolhida por muitos intelectuais, políticos e diplomatas brasileiros, entre os quais Medeiros e Albuquerque e Graça Aranha (GUIMARÃES, 2013, p. 53), apareceu nas páginas da *Atlântida* em 1917 na forma de inquérito respondido por diversos intelectuais. Em 5 de novembro de 1918, Medeiros e Albuquerque escreveu a Graça uma carta na qual menciona o assunto:

A ideia de uma aproximação maior entre o Brasil e Portugal surpreendeu-me, quando eu a vi lançada pela primeira vez. Lançada mal, por fantazistas que não lhe davam uma fama aceitável. Depois, meditando, eu a achei excelente; mas nunca mais ouvi falar nisso (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 5 nov. 1918, arquivo Graça Aranha).

2.4 Cruzando o Atlântico

Brasileiros lá, portugueses cá, os itinerários individuais de diversos intelectuais de ambas as nações se cruzaram em Portugal, no Brasil ou até mesmo em Paris, como é o caso de Ronald e Graça. Em alguns casos presencialmente, em ambientes públicos e privados de convivência social, em outros casos através da troca de correspondências, estabelecidas a partir de interesses em comum e/ou de conhecidos, amigos em comum.

Nesse sentido, a colônia portuguesa no Brasil teve papel fundamental e, para os estudos encetados nesta tese, em especial a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Optou-se por mencionar apenas a importância da colônia portuguesa no Brasil, pois acredita-se que, no âmbito deste estudo, esta tenha exercido um papel visivelmente maior do que núcleos de colônia brasileira em Portugal, dos quais não há indícios de participação, ou qualquer menção, nas revistas analisadas. Nesse sentido, é importante reforçar que o intercâmbio entre as revistas não era homogêneo, a receptividade ativa⁴² por parte da *America Brasileira* era muito maior do que pelas outras duas revistas, apesar de todas as três recepcionarem ideias vindas umas das outras. Ademais, as notícias do mundo luso-brasileiro nessas revistas eram de portugueses no Brasil e em Portugal e de brasileiros, em sua maioria lusófilos, no Brasil. As poucas menções de brasileiros em Portugal remetem a passagens momentâneas, conferências que foram feitas em viagens específicas, e não de brasileiros que morassem em Portugal.

⁴² Coloca-se o termo "ativa" para ressaltar que as revistas trabalhadas possuíam determinadas orientações políticas, estéticas, culturais, e, portanto, a recepção não pode ser encarada como uma mera atividade passiva, pois as escolhas implícitas na seleção de autores e ideias reproduzidas e/ou comentadas nas revistas estavam diretamente vinculadas a essas orientações, muitas vezes sofrendo ressignificações por parte daqueles que comentavam as matérias ou através da forma como estas eram enfeixadas juntamente com outras.

Em 1920, 14% da população do Rio de Janeiro era de portugueses (172.338 pessoas), e no censo brasileiro de 1929, 47% dos imigrantes portugueses no Brasil (303.865 pessoas) encontravam-se no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Segundo Carlos Lessa (2002, p. 28), "o imigrante português não destoava da população local, do ponto de vista educacional, social e econômico". Em 1906, 44% dos imigrantes portugueses eram analfabetos, número muito próximo aos 48% da população de analfabetos residentes no Rio de Janeiro (LESSA, 2002, p. 28).

Muitos desses imigrantes portugueses ingressaram no movimento operário, no entanto, uma parte se dedicou ao comércio varejista, sobretudo alimentos, bebidas, tecidos, além de casas de crédito (MOURÃO, 2014, p. 387), da compra de imóveis, para que lhes rendessem aluguel, de bares, restaurantes e da implantação de indústrias. A maioria trabalhava como empregados nessas áreas de comércio (FLORENTINO; MACHADO, 2002, p. 102).

O grande controle desses setores por parte dos imigrantes portugueses foi uma das razões da lusofobia no início do século XX, especialmente por se tratar de um grupo que manifestava preferência na contratação de mão de obra de conterrâneos recém-chegados – o que ajudava a formar uma rede de apoio ao imigrante quando este chegava ao Brasil – em detrimento de locais que também disputavam as mesmas vagas de emprego (CURY, 2002, p. 247). Além disso, havia a prática de remeter muito daquilo que poupavam à terra natal e de muitos terem a intenção de para lá regressar após terem feito fortuna do outro lado do Atlântico, o que não era bem visto pelos brasileiros (MOURÃO, 2014, p. 288).

Essas questões aparecem na *America Brasileira* no artigo *O libello nativista contra os portuguezes*, de Elysio de Carvalho, no qual o autor combateu a ideia do "vício lusitano", que consistiria no português imigrante amar mais a sua terra do que a pátria de residência; de tomar tudo o que fosse do brasileiro; de canalizar fortunas conseguidas no Brasil para Portugal; e por carregar mazelas provenientes do elemento português de uma raça inferior.

Para o autor, o imigrante português amava tanto sua terra natal quanto qualquer outro imigrante. Elysio afirmou que se tratava de uma calúnia a alegação de que o português teria aversão ao Brasil, posto que todas as famílias brasileiras teriam em seus antepassados ao menos uma pessoa que teria vindo de Portugal. O autor lançou mão do argumento de que muitos dos que fizeram fortuna permaneceram no país e fundaram clubes, sociedades, casas de educação e beneficências. Elysio combateu

a ideia de que os portugueses remeteriam fortunas a Portugal, afirmando que, tão logo fizessem algum dinheiro, investiam na compra de imóveis no Brasil, para fins de aluguel. Questionou se as grandes empresas que atuavam no país empregavam seus lucros no Brasil e afirmou que havia uma cifra significativa de dinheiro proveniente de Portugal empregado em empresas industriais, comerciais e bancárias no Brasil. Por fim, terminou o artigo enfatizando as qualidades da raça portuguesa, utilizando como argumento o exemplo do período da expansão marítima e do tipo de colonização empregado no Brasil.

Aos portuguezes devemos, digamos sem emphemismos, a grandeza da terra, unida e identificada pelo sangue e pelo espirito da patria, e a opulencia da nacionalidade. [...] Quaesquer que fossem os seus erros e as suas faltas, que foram muitas, é absurdo negar que, com o sangue generoso e heroico, elles nos transmittiram todas as qualidades primaciaes da gloriosa raça que deu Nun'Alvares, o Infante Henrique, D. João de Castro, Francisco de Almeida, Camões, Diogo do Couto, Nuno Gonçalves e tantos outros heroes, guerreiros, poetas e escriptores (CARVALHO, 1922c, n.p.).

No argumento de defesa utilizado, o autor não nega muitas das acusações, mas as relativiza, comparando-as com a prática de imigrantes de outras nacionalidades. A exaltação da raça portuguesa aparece em diversos artigos e notas da *America Brasileira*, fundamentando a ideia de que no caldeamento da população, o português era um dos mais importantes elementos constitutivos na nossa formação, não qualquer "raça" europeia, mas a portuguesa, validando a projeção de um futuro grandioso.

Carlos Malheiro Dias, em *Amemos o Brasil. Carta aos estudantes portuguezes (America Brasileira, nº 5)*, condenou os excessos de ambos os lados e aconselhou a fraternidade e a união moral entre portugueses e brasileiros.

Em seu artigo, *O libello nativista contra os portuguezes*, Elysio de Carvalho mencionou imigrantes que enriqueceram e permaneceram no país, fundando clubes, sociedades, beneficências, entre outros. Muitas associações foram fundadas pela colônia portuguesa no Rio de Janeiro, sobretudo no século XIX, como o Real Gabinete Português de Leitura (1837), o Liceu Literário Português (1868), o Clube Ginástico Português

(1868), o Clube Vasco da Gama (1868), a Beneficência Portuguesa (1840), a Caixa de Socorros D. Pedro V (1863), a Sociedade Beneficente Luso-Brasileira (1880), entre outras. Os prédios imponentes do Real Gabinete Português de Leitura e do Liceu Literário marcaram presença na arquitetura carioca.

Segundo Vania Maria Cury (2002, p. 245), através dessas agremiações, os representantes ilustres da colônia portuguesa "exerciam a liderança da qual desfrutaram no período colonial e estendiam sua benemerência para os indivíduos mais desafortunados de origem comum". Essa rede assistencial criada especialmente por associações de auxílio mútuo e beneficência, deu suporte aos imigrantes portugueses recém-chegados ao Brasil. A Beneficência Portuguesa, por exemplo, foi criada com o intuito de ajudar os imigrantes portugueses a encontrar trabalho, de apoiar os pobres e pagar seus funerais (COSTA, 2014, p. 728).

Além dessas, foi fundada, em 1911, a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, importante órgão empresarial que mantinha uma prática filantrópica e social. Estabeleceu relações com o governo português recém-instalado, e entre seus objetivos estava a defesa e a promoção das relações comerciais e industriais entre Portugal e Brasil, bem como a representação e a defesa das classes que a compunham (MOURÃO, 2014, p. 393). Além da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, houve também a de São Paulo, fundada em 1912, e a do Pará, responsável pela publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, obra que foi organizada por Carlos Malheiro Dias e financiada pela colônia portuguesa brasileira, encabeçada por Albino de Sousa Cruz, industrial português do comércio de tabaco no Brasil e presidente do Real Gabinete Português de Leitura entre 1919 e 1962.

Albino de Sousa Cruz vendeu o controle de sua empresa produtora de cigarros à *British American Tobacco*, para consagrar o resto de sua vida ao engrandecimento do Real Gabinete, projeto para o qual contou com a colaboração de Carlos Malheiro Dias (ALVES-CAETANO, 2011, p. 428).

De todas as associações portuguesas a que mais aparece nas fontes estudadas é o Real Gabinete Português de Leitura⁴³, afinal, seu objetivo era preservar e difundir a cultura portuguesa no Brasil (CURY, 2002, p.

⁴³ Até 1906, chama-se apenas Gabinete Português de Leitura, incorporando o termo Real após a denominação lhe ser concedida pelo rei D. Carlos, em 6 de setembro de 1906 (ALVES-CAETANO, 2011, p. 431).

245), o que estava em sintonia com a proposta de aproximação luso-brasileira presente nas revistas. Fundado em 1837, surgiu a partir de uma sociedade de ações, em uma reunião liderada por liberais portugueses que residiam no Brasil desde o final dos anos 1820, para onde vieram fugindo de perseguições do governo absolutista de D. Miguel aos seus adversários políticos (MULLER, 2002, p. 308). Como as demais associações, valorizava a identidade portuguesa e encorajava as trocas políticas e culturais entre os dois países, tendo sido uma das associações portuguesas de maior relevo no Rio de Janeiro e um símbolo da colônia portuguesa da região (COSTA, 2014, p. 729). Outras instituições surgiram no Real Gabinete, como a Beneficência Portuguesa, a Caixa de Socorros de D. Pedro V e a Federação das Associações Portuguesas. Além disso, foi nas suas instalações que a Academia Brasileira de Letras, nos primeiros anos de sua existência, fez suas reuniões, e onde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontrou acolhimento no período em que se efetuaram obras na sua sede (ALVES-CAETANO, 2011, p. 430-431).

Não há um vínculo direto entre qualquer uma das três revistas e o Real Gabinete Português de Leitura, no entanto, foram noticiadas conferências realizadas em seu espaço físico. Além disso, Carlos Malheiro Dias, colaborador da *America Brasileira* e *Nação Portuguesa* e membro do corpo editorial da *Lusitania*, foi colaborador do Real Gabinete, tendo sido prestigiado como seu orador oficial.

A imigração portuguesa para o Brasil no período pós-independência esteve associada a diversos fatores econômicos e políticos em Portugal. A maior parte da população que imigrava era composta por homens pobres em busca de melhores oportunidades, todavia, em determinados momentos, por razões de ordem política, houve a imigração de intelectuais e profissionais liberais, como arquitetos e médicos. Um desses momentos foi a revolta de janeiro de 1891 no Porto, cujo objetivo era a implantação de um regime republicano em Portugal. Após o fracasso da revolta, muitos dos que imigraram para o Brasil em virtude desse acontecimento eram republicanos.⁴⁴ Tal é o caso de Ricardo Severo, arquiteto que se fixou em São Paulo, e José Augusto Prestes, industrial que se fixou no Rio de Janeiro. Em contrapartida, quando ocorreu a proclamação da República, em 1910, muitos daqueles incomodados com a situação política decidiram imigrar, e, entre esses, havia uma parcela considerável de monarquistas.

⁴⁴ Segundo Heloísa Paulo, muitos desses imigrados auxiliaram a fundar o Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro e o Centro Republicano de São Paulo, ambos fundados em 1908 (PAULO, 2014, p. 457).

Tal é o caso de Carlos Malheiro Dias (1875-1941), um dos intelectuais de maior destaque da colônia portuguesa do Rio de Janeiro e um dos grandes representantes daqueles que se interessavam pela aproximação cultural entre Brasil e Portugal. A atuação nas instituições mantidas pela colônia portuguesa, a intensa atividade cultural, jornalística e empresarial que desenvolveu durante sua permanência no Brasil, a manutenção de laços com a intelectualidade portuguesa e o seu interesse na aproximação luso-brasileira, proporcionaram-lhe acesso e visibilidade nas redes de intelectuais e políticos portugueses e brasileiros adeptos dessa aproximação, o que, segundo Jorge Luís dos Santos Alves (2009, p. 242), acabou colocando Malheiro Dias em uma posição de facilitador de iniciativas desse tipo. Tal perspectiva contribui para que se possa compreender a presença de Malheiro Dias nas três revistas estudadas, visto que todas eram favoráveis à aproximação cultural luso-brasileira. Além disso, na *Lusitania*, Malheiro Dias era responsável pela seção de Estudos Luso-Brasileiros (muito embora só tenha publicado um único artigo ao longo da existência da revista).

Nascido no Porto, em 1875, Malheiro Dias era filho de pai português, representante de uma companhia francesa de seguros, e de mãe brasileira, ascendência que sempre foi salientada pelo autor. Entre 1893 e 1897, viveu no Rio de Janeiro, onde publicou contos e folhetins em jornais e revistas literárias, e onde publicou em 1896 seu primeiro romance, *A Mulata*. A reação ao romance por uma parte do público foi uma das razões do seu retorno a Portugal. Ambientado no período inicial da República no Rio de Janeiro, recebeu críticas mais políticas do que literárias, não sendo bem visto nos círculos intelectuais e políticos nacionalistas antilusitanos da capital federal. Durante esse período, trabalhou como caixeiro de uma empresa de comércio de café. Iniciou seus estudos no curso de Direito em Coimbra, mas pediu transferência para o Curso Superior em Letras, em Lisboa, concluindo-o em 1899 (ALVES, 2010, p. 272-274).

Em Portugal, teve êxito político e literário, publicando diversas obras na primeira década do século XX. Em 1906, foi eleito para a Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa e, em 1907, como sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras. No campo da política, apoiado por relações de amizade e parentesco, foi eleito deputado pelo Partido Regenerador em 1901, 1902, 1905 e 1910. Em 1907 e 1908, esteve no Rio de Janeiro, primeiro em missão jornalística para preparar a visita de D. Carlos e, em seguida, pela ocasião da comemoração do Centenário de Abertura dos Portos. Nessa primeira década do século XX, acumulou grande capital social, o que pode ser observado pela sua

participação nas academias e pelo recebimento de comendas honoríficas (ALVES, 2010, p. 274-275).

Em 1913, decidiu pelo exílio voluntário ao Brasil, por problemas políticos – simpatizante da monarquia, sentia-se descontente com a proclamação da República em 1910 – e pessoais – o divórcio do primeiro casamento, em virtude de sua relação com Selda Potocka Heisenstein, ocasionou um escândalo nos meios sociais frequentados pelo autor e desavenças familiares (ALVES, 2010, p. 275).

Nesse segundo período no Brasil, manteve "relações com os comendadores, grandes patronos da Beneficência Portuguesa, do Gabinete Português de Leitura e do Liceu Literário Português" (ALVES, 2010, p. 274), além de se envolver em empreendimentos editoriais, como a Companhia Editora Americana, proprietária da *Revista da Semana*, *A Scena Muda* e *Eu Sei Tudo*, em sociedade com Arthur Brandão e Aureliano Machado, e a organização dos três volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921, 1923 e 1924).

Em meados de 1923, Malheiro Dias foi convidado para participar do corpo editorial da revista *Lusitania* e, ainda que tenha publicado apenas um artigo na revista, a troca epistolar com Affonso Lopes Vieira demonstra que era consultado sobre determinados assuntos relativos à organização da revista, em especial sobre a questão da representatividade da *Lusitania* no Brasil, provavelmente em razão de seus inúmeros contatos e de sua experiência no mercado editorial brasileiro.

Nesse mesmo ano, Carlos Malheiro Dias foi apresentado a um jovem português entusiasta das relações luso-brasileiras: José Osório de Oliveira.

[...] recordava eu o facto de ser um daqueles a quem V. Ex. dedicou a "Carta aos estudantes portugueses", um colega do seu filho tive depois a honra de ser apresentado a V. Ex. por Justino de Montalvão, uma tarde do inverno passado, em Lisboa, mas não tive o praser de falar demoradamente com V. Ex. (OLIVEIRA, 2 de out. 1924, BNP Esp. D4/1083-3).

José, que foi colega do filho de Malheiro Dias no Liceu, escreveu diversas cartas elogiando o escritor e suas ideias, iniciando as missivas frequentemente com a designação "mestre". Na carta citada a seguir, posicionou-se favoravelmente ao lado de Malheiro Dias em querelas intelectuais e disputas políticas no campo intelectual português.

Recebo a sua carta, ao mesmo tempo que meu irmão. Não se importe o mestre que meia duzia de novos sem alma e, apesar das pretensões, sem cabeça, sigam esse desvairado com monomania raciocinadora que se chama Antonio Sergio. Creia que a parte sã, que ainda é a maior parte da mocidade está consigo, quer dizer com Portugal (OLIVEIRA, 22 dez. 1924, BNP Esp. D4/1083-5).

José Osório de Oliveira (1900-1964) era filho da editora, escritora, militante feminista e republicana, Ana de Castro Osório, e do poeta e diplomata, Paulino Gomes de Oliveira, e irmão de João de Castro Osório, escritor filiado ao Integralismo Lusitano. A ligação de José Osório com o Brasil era grande, pois fez parte da formação de sua juventude. Paulino, seu pai, envolveu-se no levante revolucionário de 1908, depois do qual teve de buscar exílio, escolhendo o Brasil como destino, para onde retornou com a família após a proclamação da República na posição de Cônsul em São Paulo, em 1911, por lá permanecendo até a sua morte em 1914.

A mãe de José e João, Ana de Castro Osório (1872-1935), escreveu diversos livros infantis no final do século XIX e início do XX, incluindo *A minha pátria* (1906), que foi "aprovado como prêmio escolar em concurso do Ministério do Reino" (GOMES, 2011, p. 287), e *Uma lição de História* (1909), ambos de teor patriótico, bem como livros direcionados às mulheres e mães, como *As mães devem amamentar seus filhos* (1903) e *As mulheres portuguesas* (1905). Em 1907, foi iniciada na seção feminina da Loja Humanidade da maçonaria, da qual viria tornar-se presidente. No período em que residiu no Brasil, construiu uma grande rede de contatos e, entre 1908 e 1914, teve três livros aprovados pelos Conselhos de Instrução de Minas Gerais e de São Paulo. Em 1914, fundou a Lusitânia Editora Limitada, em Lisboa (GOMES, 2011).

Ana foi mais uma adepta do movimento de aproximação entre Brasil e Portugal. Em 1922, por ocasião do Centenário de Independência – momento propício para aludir à comunhão intelectual dos dois povos –, e em 1923 realizou uma série de conferências no Brasil sobre a mulher, a maternidade, o heroísmo dos portugueses, o urbanismo e a aliança entre Brasil e Portugal. Essas conferências foram publicadas em livro, *A grande aliança*, pela sua editora, Lusitânia, em 1924. A autora chegou a enviar *A grande aliança* a Monteiro Lobato, a quem propôs em carta uma ligação entre as duas editoras (de Ana e de Monteiro), todavia, a proposta não foi

bem recebida. Monteiro alegou que sua editora estava ocupada em imprimir obras em domínio público, além disso afirmou que não editava nem imprimia livros portugueses, uma vez que a reforma ortográfica implantada pela República era repelida pelo público brasileiro, e que tampouco sua casa editorial tinha interesse em vender livros em Portugal. Escreveu que tinha a impressão de que Brasil e Portugal caminhavam em direções contrárias (GOMES, 2011, p. 298-299). Há de se levar em consideração que Monteiro Lobato tinha outros interesses, tendo expressado um americanismo bem acentuado em suas obras.

José Osório, nesse sentido, seguiu o caminho também traçado por sua mãe, seja no que se refere à aproximação luso-brasileira, seja no que diz respeito ao patriotismo.⁴⁵ No final de sua carta-prefácio ao livro de José Osório, *Literatura Brasileira* (1926), Malheiro Dias apontou a importância do papel de Ana de Castro, a quem atribuiu o mérito de saber "fazer de seus filhos soldados e patriotas, dando-lhes a mais edificante lição do passado pelo instruído conhecimento da sua esplêndida e imortal sobrevivência, ensinando-os a amar o Brasil" (DIAS, 1926, p. XXIV).

Em entrevista realizada em 1923 sobre sua ida ao Brasil, José Osório declarou que a razão se devia por um lado à livraria que a mãe deixara instalada em passagem recente pelo país e, por outro, à intenção de realizar conferências sobre a literatura portuguesa, "mostrando ao mesmo tempo o esplêndido esforço do nacionalismo português" (OLIVEIRA apud SARAIVA, 2004, p. 563).

É sobretudo levar aos que nos amam e aos que, porventura, nos desconhecem, o nome de Portugal. Eduquei-me no Brasil. Amo-o enternecidamente e nunca perdi ocasião de o afirmar. No entanto, posso garantir-lhe que não há qualquer propósito especulativo. A aproximação luso-brasileira é um dever (OLIVEIRA apud SARAIVA, 2004, p. 564).

Nas cartas enviadas a José Osório nos anos 1920 por Alberto Rangel, Elysio de Carvalho e Carlos Malheiro Dias, há, por vezes, referência à Ana de Castro, agradecimento de livros enviados e votos de felicidade e bem-estar à mãe, que, de certa forma, agregava a José Osório certo capital social.

Durante essa estada no Brasil, em 1923, José Osório estabeleceu diversos contatos no meio intelectual brasileiro. Esteve na casa de Mário

⁴⁵ Nas décadas de 1930 e 1940 participou da revista *Atlântico*.

de Andrade e assistiu a uma das reuniões dos modernistas de São Paulo, no entanto, os dois autores passaram a se corresponder apenas a partir de 1932. Foi provavelmente nesse momento (1923) que José Osório também entrou em contato com Elysio de Carvalho, em cuja casa conversou com Celso Vieira (OLIVEIRA, 1926, p. 6), e a quem dedicou, juntamente com Carlos Malheiro Dias, seu livro *Literatura Brasileira* (1926). Nesse livro, o autor escreveu que Malheiro Dias era exemplo de amor pelo Brasil, enquanto Elysio era exemplo de amor por Portugal.

Respondendo ao apelo de V. Ex. para que amasse o Brasil e, agora, á "Exortação" para que melhor amasse Portugal eu escrevi um estudo sobre "Literatura brasileira" em que julgo dar uma prova desse duplo amor. Por isso o dedico: "A Elysio de Carvalho, exemplo de amor por Portugal", e "A Carlos Malheiro Dias, exemplo de amor pelo Brasil" [...] Eu não sei se V. Ex. terá recebido o meu livro anterior "Oliveira Martins e Eça de Queiroz" ou se conhecerá os meus artigos na "America brasileira", "Nação portuguesa" e "Acção realista". Neles tenho posto sempre uma fé em Portugal e um amor pelo Brasil que nada tem conseguido quebrar, nem mesmo dois anos de exílio em Africa e meio ano de cadeia, e me veio como sangue e desde a minha infância (OLIVEIRA, 2 out. 1924, BNP Esp. D4/1083-3).

O apelo à que se refere José Osório é o texto de Malheiro Dias, já citado, que foi publicado também no quinto número da *America Brasileira*, no qual o autor aludia à fraternidade luso-brasileira, encorajando-a tanto para portugueses como para brasileiros. Na *America Brasileira*, José Osório publicou *A alma da Espanha* (nº 21, set. 1923) e na *Nação Portuguesa* publicou *Literatura Brasileira* (nº 12, 2ª série, jun. 1923) e *A verdadeira literatura portuguesa (Conferência que devia ter sido dita no Brasil)* (nº 11, 3ª série, 1926).

No artigo publicado no número doze da *Nação Portuguesa*, José Osório elogiou o trabalho de Graça Aranha, especialmente a partir do ensaio que Elysio lhe dedica em *Os Bastiões da Nacionalidade* (1922), mas coloca ênfase nas produções de Alberto Rangel, que designa como herdeiro de Euclides da Cunha, e Elysio de Carvalho. Para José Osório, mesmo longe de sua terra, em Paris, Rangel continuava a ser brasileiro, enquanto Graça Aranha tornara-se um "ateniense".

Alberto Rangel (1871-1945) foi um escritor e engenheiro brasileiro. De 1901 a 1905, prestou serviços ao governo do Amazonas e ocupou o cargo de Diretor de Terras e Colonização, experiência que lhe rendeu subsídios para escrever *Inferno Verde (cenas e cenários do Amazonas)* (1908) (QUEIROZ, 2016). Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1912, e ingressou na carreira diplomática, dedicando-se a pesquisas históricas em diversos países europeus. Além de *Inferno Verde*, publicou diversos livros, entre os quais *Sombras n'água: vida e paisagens no Brasil equatorial* (1913), *D. Pedro I e a Marquesa de Santos* (1916), *Lume e cinza* (1924). Colaborou com dois artigos na *America Brasileira: Maria Quitéria de Jesus* (nº 19, jul. 1923) e *Lume e cinza, fora de portas* (nº 35-36, nov./dez. 1924).

Mas quem não verá em Elísio de Carvalho e em Alberto Rangel os alicerces duma concepção brasileira da vida que vem de quasi todos os escritores que os precederam e se há de formar, embora inconscientemente, do conjunto de toda a literatura brasileira, como com os outros povos acontece? (OLIVEIRA, 1923b, p. 599).

Elysio escreveu a José Osório em 30 de junho de 1924 agradecendo as palavras elogiosas publicadas nas páginas da *Nação Portuguesa* e concordando com o valor atribuído à obra de Alberto Rangel, a quem ele próprio dedicou seu livro *Suave Austero* (1924).

Nas cartas enviadas a José, Elysio dá a entender que também teria conhecido João e Ana. Em todas as cartas, referiu-se de forma muito afável a todos os membros da família e afirmou ter enviado alguns de seus livros e números da *America Brasileira* aos irmãos. É possível que José Osório tenha ampliado sua rede de contatos no Brasil por intermédio de Elysio de Carvalho: "Conforme seu pedido, escrevi aos amigos de Bahia e Recife – gente generosa e bôa" (CARVALHO, 8 jun. 1923, BNP Esp. N24/63).

Quando adoeceu, Elysio avisou José que passaria por Portugal antes de seguir viagem para a Suíça e que gostaria de ver todos da família, no entanto, especificou que já havia combinado previamente de se encontrar com Affonso Lopes Vieira para um almoço na Serra de Cintra e que, por isso, José deveria entender-se com ele para que pudessem se encontrar (CARVALHO, 24 jan. 1925, BNP Esp. N24/66).

As duas cartas de Alberto Rangel, recebidas durante o período estudado, que constam no espólio de José Osório na Biblioteca Nacional

de Portugal, têm um tom mais distante, mas, nem por isso, menos cordial. Na carta de 23 de dezembro de 1926, Rangel comentou o livro *Literatura Brasileira* de Osório, dizendo ser o estudo "uma visão de enamorado. Que meu paiz aproveite" (RANGEL, 23 dez. 1926, BNP Esp. N24/453). E, ao final da carta, comenta o *post-scriptum* dedicado a Elysio de Carvalho:

Tambem não me demorarei a lhe dizer o quanto me commoveram as suas referencias ao Elysio de Carvalho. No espetaculo do egoismo generalizado de nossos tempos não é comum a expansão da amizade a exaltar-se depois que a morte appareceu appondo os sellos glaciaes e irremoviveis. Que formoso coração entreabre á memoria de quem ambos pranteamos! Que nobres sentimentos fidalgamente vertidos na taça das libações á sombra elysea do Elisio! (RANGEL, 23 dez. 1926, BNP Esp. N24/453).

O livro de José Osório, escrito a partir do artigo homônimo presente nas páginas da *Nação Portuguesa*, foi publicado em 1926, pouco tempo depois do falecimento de Elysio, razão pela qual foi acrescido do *post-scriptum*.

O livro, como o próprio José explicou em suas páginas, não é um levantamento da literatura brasileira ou algo do gênero: "limitar-me hei a falar de quem me apetece e como me apetece" (OLIVEIRA, 1926, p. 11). Ampliou e retificou algumas das ideias que já havia desenvolvido no artigo homônimo e reafirmou sua admiração e amizade por Elysio de Carvalho ao comentar suas obras e reproduzir uma conversa que teria tido com um rapaz português, companheiro seu no Brasil, que o indagou:

— Mas por que é que você está sempre a citar o Elysio? É o Elysio para aqui, o Elysio para ali, o Elysio diz, o Elysio faz... Porque não fala você doutra pessoa?

Ao que eu respondi:

— Meu amigo! Se assim falo de Elysio de Carvalho não creia você que é só por ser amigo dêle. Em Elysio de Carvalho eu admiro o escritor poderoso que em sua obra reflete as mil facetas do seu espirito. Dir-me há você: — Mas há outros mais profundos, mas há outros mais artistas, e eu dir-lhe hei: — Há, mas não há outro mais diverso, mas não outro mais brilhante e, por isso, não há

outro mais sedutor. Polígrafo, impossível lhe é ser em tudo profundo. De grande fecundidade, difícil lhe seria ser sempre artista. [...] Se você acha pouco esta obra numerosa, útil e bela junte-lhe o facto de Elysio de Carvalho ser um dos mais ardentes e, ao mesmo tempo, dos mais lúcidos amigos de Portugal. E se ainda acha pouco junte-lhe também o facto de êle ser o escritor brasileiro que eu conheço mais intimamente e, se quiser, o de êle ser uma das raríssimas pessoas que no Brasil tem a coragem de usar monóculo o que, embora lhe pareça sem importância, define-o muito melhor do que tudo que eu acabo de dizer (OLIVEIRA, 1926, p. 22-24).

Vale notar que a modificação constante no pensamento de Elysio (naturismo, anarquismo, decadentismo, nacionalismo) que para José Osório era algo interessante, será no futuro alvo de crítica por outros autores, como Antônio Candido (1978, n.p.) que se referiu às ideias de Elysio e à sua trajetória como uma "grande salada" e uma "estranha evolução".

No *post-scriptum* do livro, José afirmou que "todos os campos de luta pareciam poucos para êle [Elysio de Carvalho]: – o campo poético, o estético, o crítico, o criminalístico, o histórico, o geográfico, o político, o económico[...]" (OLIVEIRA, 1926, p. 70-71), todos lhe serviam para satisfazer seu amor pela vida. "[...] Elysio de Carvalho era, além do maior amigo de Portugal, o meu maior amigo, um amigo mais velho, um pouco como meu pai" (OLIVEIRA, 1926, p. 71-72).

Da família Castro Osório, José talvez fosse o mais próximo de Elysio de Carvalho. Nas cartas de Elysio a José, há, por vezes, menções ao irmão João, perguntando se este havia recebido livros que mandou. De Elysio para João, há apenas uma carta na Biblioteca Nacional de Portugal, na qual teceu elogios ao autor, comentou de seu estado de saúde e lamentou que a colaboração de João de Castro para a *America Brasileira* tivesse chegado tarde demais, no momento em que Elysio já havia suspenso a revista por motivo de sua ausência causada por problemas de saúde (CARVALHO, 24 jan. 1925, BNP Esp. E43/Cx20). No entanto, foi publicado um pequeno comentário elogioso sobre João de Castro e sua obra na seção *Portugalia* do número 26 da *America Brasileira* (fev. 1924), acompanhado de um retrato do autor. João de Castro, adepto das ideias do Integralismo Lusitano, colaborou na *Nação Portuguesa* com o

artigo *Portugal na Grande Guerra e o livro do major Vasco de Carvalho* (nº 1, 3ª série, 1924).

Outro autor português que esteve no Brasil nos anos 20 e fez contato com uma série de intelectuais brasileiros foi António Ferro. Conhecido principalmente por ter dirigido o Secretariado da Propaganda Nacional (1933-1945) durante o Estado Novo em Portugal, Ferro é classificado pela historiografia literária portuguesa, no início de sua trajetória, como um escritor modernista. Foi editor dos dois números de *Orpheu*, em 1915, e diretor da *Ilustração Portuguesa*, entre 1921 e 1922, e da revista *Contemporanea*. Esteve no Brasil acompanhado de sua esposa, a poeta Fernanda de Castro, em 1922, na ocasião da Semana de Arte Moderna. No Brasil, proferiu a conferência *A idade do jazz-band*, colaborou com revistas, entre as quais *Klaxon* e *America Brasileira*, e foi agraciado com o título de Sócio Honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1922.

Na *America Brasileira* publicou o artigo *António Ferro* (nº 7, jun. 1922) e foi escrita uma pequena nota em *Portugalia* sobre uma viagem que realizou a Paris. Ferro fez contato com uma série de autores, inclusive Elysio de Carvalho, que lhe entregou vários de seus livros e números da *America Brasileira* quando Ferro ainda estava no Brasil.

Em uma carta endereçada a António Ferro, Elysio de Carvalho mencionou um convite para assumir a representação da revista portuguesa *Contemporanea* (número *Specimen* 1915; 1922-1926).

Quanto ao convite que me faz relativamente á Contemporanea, ponho me inteiramente á sua disposição, podendo desde já contar com a minha dedicação. Acho, no entanto, que essa representação deve ser feita por intermedio de minha empresa a S. A. Monitor Mercantil ou da America Brasileira para effeitos commerciaes. No caso de concordar, queira transmittir instruções acerca de assignaturas, venda avulsa, annuncios, pagamento, etc. Bem dizer-lhe que aqui chegou apenas o 1º numero, e que rarrissimos a conhecem, convindo tratar-se da venda avulsa com a preocupação de divulgá-la conscientemente entre nós, onde é possível alcançar-se desde logo 50 a 110 assignantes. Entre este e outros assumptos que se prendem á representação da Contemporanea dirá o amigo o que devo fazer. (CARVALHO, 23 ago. 1923, PT/FAQ/AFC/01/001/0124/00001).

Na carta, Elysio reiterou que não conseguiu encontrar outros números da revista e aproveitou para solicitar a compra de todos os números publicados a partir do segundo, além da inscrição de seu nome como assinante permanente.

Tanto a negociação para a representação da *Lusitania* quanto da *Contemporanea*, Elysio de Carvalho sugeriu que fosse feita por intermédio da empresa S. A. Monitor Mercantil, proprietária da *America Brasileira*, e da qual ele foi um dos fundadores e presidente. É possível que, ao se tornar conhecido no meio intelectual luso-brasileiro, Elysio de Carvalho tenha ganhado visibilidade como articulador das relações luso-brasileiras e como possível intermediador de revistas portuguesas no Brasil.

Segundo José Osório de Oliveira, teria sido com a ajuda de António Ferro e Carlos Lobo de Oliveira, que ele teria sido bem recebido quando esteve no Brasil, em 1923:

Aqui encontrei, graças a si e ao nosso bom amigo Carlos Lôbo de Oliveira, o melhor acolhimento entre a gente moça que escreve. Em São Paulo a mesma coisa. Vi quanto você é estimado e isso me alegrou sinceramente, como portuguez e como novo. Você sabe que eu não conheço rivalidades nem despeitos mas, que os tivesse, você sabe como eles se apagam aqui (OLIVEIRA, 18 set. 1923, PT/FAQ/AFC/01/001/0329/0001).

A respeito de Carlos Lobo de Oliveira (1895-1973), há pouquíssimas informações. Intelectual português, foi membro do Integralismo Lusitano e viveu no início dos anos 20 no Brasil. Foi colaborador da *America Brasileira*, onde publicou o artigo *António Sardinha, poeta do lusitanismo*, e da *Nação Portuguesa*, além de ter sido representante desta até o oitavo número da segunda série.

Oficial do nosso exercito, serviu a monarquia do Porto com galhardia e denodo, expatriando-se depois suficientemente edificado com o que vira e ouvira. As *Memorias* (se Carlos de Oliveira as escrevesse) constituiriam um expressivo depoimento com que ilustrar, sobretudo, a história da emigração de 1919-1921 (CARLOS..., 1922, p. 288).

Na ocasião da morte de Elysio de Carvalho foi publicada uma nota na *Nação Portuguesa*, na qual se escreveu que a "*Nação Portuguesa* pediu ao seu querido amigo, o poeta Carlos Lobo de Oliveira, que nos falasse, nesta hora de tristeza, de Elísio de Carvalho, de quem foi, no Rio de Janeiro, companheiro dedicado" (OLIVEIRA, 1925, p. 357). A carta de José Osório a António Ferro fornece indícios de que Carlos Lobo de Oliveira fosse bem inserido nas redes de sociabilidade luso-brasileiras da época. Sobre sua amizade com Elysio, Carlos Lobo escreveu na *Nação Portuguesa*, dando a entender que possuíam uma estreita ligação e que estivera em sua casa:

Conheci-o há anos no Rio e logo, uma estreita camaradagem nos uniu, tal era o poder insinuante do seu espírito, da sua gentil-homeria de letrado. Podia ter sido um diletante perdido entre as coisas belas e o perfume estranho dos livros. Não o foi. Quando da sua vinda para a Europa em tratamento, desfez-se da sua esplendida livraria. Que belas páginas escreveu o meu amigo. Agripino Grieco a propósito dêsse notável leilão, sôbre o bibliófilo e erudito elegante que foi Elísio de Carvalho. O ambiente da sua livraria era delicioso (OLIVEIRA, 1925, p. 359).

Além do contato com intelectuais que fizeram parte da colônia portuguesa no Brasil ou que estiveram no país por motivos de viagem, foi na década de 1920 que Elysio de Carvalho passou a se corresponder com maior frequência com intelectuais portugueses. Muito embora até o presente momento não tenha sido encontrado nenhum espólio do autor, foram localizadas algumas cartas enviadas por ele a intelectuais portugueses, como João de Barros, António Sardinha, Affonso Lopes Vieira e Anthero de Figueiredo. Em todas as cartas enviadas, Elysio de Carvalho buscou estabelecer uma conexão com esses intelectuais, elogiando-os, fazendo comentários sobre suas publicações, enviando alguns de seus livros e pedindo colaborações para a *America Brasileira*.

João de Barros (1881-1960) foi poeta, pedagogo e publicista, membro da Academia das Ciências de Lisboa, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1917) e filiado à maçonaria desde a juventude. Aderiu ao Partido Republicano em Portugal e, durante a Primeira República portuguesa, participou da campanha de reforma do ensino e exerceu os cargos de secretário-geral do Ministério da Instrução

Pública (1914) e de diretor-geral do Ensino Primário (1915-1916) (GUIMARÃES, 2013, p. 17). João de Barros foi um dos intelectuais portugueses empenhados na aproximação luso-brasileira, tendo sido um dos diretores da revista binacional *Atlântida* (1915-1920). Produziu uma extensa bibliografia sobre literatura e pedagogia, sendo que doze de seus livros foram consagrados ao Brasil, país para o qual viajou diversas vezes.

Provavelmente em uma de suas viagens conheceu Elysio de Carvalho. Em seu epistolário, localizado na Biblioteca Nacional de Portugal, há cinco cartas de Elysio, escritas entre setembro de 1922 e 16 de junho de 1925. Na primeira delas, o remetente avisou Barros que havia deixado seu cartão no Guanabara (hotel do Rio de Janeiro) em razão de sua ausência.

[...] enderecei-te num telegrama pedindo que me marcasses dia e hora para um encontro. Volto novamente ao assumpto certo de que encontrarás cinco minutos destinados à palestra que desejo ter contigo acerca de varios projetos relativos ao intercambio intellectual com os dois paises. Em meio de todas estas festas, é preciso não esquecer a oportunidade para um bom entendimento (CARVALHO, 23 set. 1922, BNP Esp. N11/898).

Como se pode averiguar, o ponto de interesse entre ambos teria sido a aproximação luso-brasileira, assunto candente no momento do envio da carta em virtude da celebração do Centenário de Independência do Brasil e da participação portuguesa neste. Em outra carta, datada de 1924, Elysio expressou seu contentamento e reconhecimento do cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros assumido por João de Barros em novembro daquele ano. Durante essa função, João foi diretor-geral do ensino secundário de fevereiro de 1925 até outubro de 1927, quando foi suspenso das funções, abandonando definitivamente o cargo em novembro de 1928 (ARAÚJO; ARAÚJO, 2004, p. 20) – desde 1926 havia sido instalada uma ditadura militar em Portugal.

Meu querido João de Barros,
Acabo de ter noticia da constituição definitiva do novo ministerio, e vejo com alegria que lhe foi confiada a pauta dos negocios estrangeiros. A sua ascensão, sem causar surpresa a todos nós, seus amigos e admiradores, é oocurrencia que adquire notavel significação política para o problema das

relações entre os dois países. Já as letras luso-brasileiras estão em festas, o motivo de justo regozijo é a sua escolha para todos quantos se interessam pelo triumpho dessa politica de intima aproximação de que se fez V. apostolo ardoroso e persistente. Acredito muito sinceramente nos resultados de sua actuação, que, sem duvida, será brilhante e efficiente (CARVALHO, 27 nov. 1924, BNP Esp. N11/901).

João de Barros colaborou na *America Brasileira* com dois artigos, *O problema luso-brasileiro* (nº 20, agosto de 1923) e *Um amigo de Portugal. Philéas Lebesgue, poeta e crítico* (nº 25, janeiro de 1924), ambos na seção *Portugalia*, além de ter tido um artigo reproduzido, *Patriotismo Brasileiro* (setembro de 1923). No primeiro, João de Barros debruçou-se sobre temas delicados da aproximação luso-brasileira, como os tratados comerciais e econômicos, os portos ou zonas francas e a questão da língua – no início do século XX havia um debate, envolvendo brasileiros e portugueses, entre aqueles que defendiam uma autonomia da língua brasileira e aqueles que defendiam um purismo linguístico, alinhado com Portugal. Barros defendeu a superação dos problemas que diziam respeito a esses temas e defendeu a aproximação entre os dois países.

No artigo de janeiro de 1924, teceu elogios ao francês lusófilo Philéas Lebesgue, que considerava um amigo de Portugal. No artigo reproduzido de outro periódico, teceu elogios à produção de Elysio de Carvalho e à *America Brasileira* em virtude da valorização de Portugal no patriotismo esboçado por Elysio, com a seguinte afirmação sobre o livro *Os Bastiões da Nacionalidade*: "mostra como o patriotismo da *élite* brasileira não é adverso nem hostil ao patriotismo lusitano. Muito pelo contrario. Um e outro se fundem, na evocação e na religião do Passado" (BARROS, 1923b, p. 244, grifo do autor).

Elysio de Carvalho também se correspondeu com António Sardinha, um dos principais teóricos do Integralismo Lusitano, sendo que através dessas cartas, Elysio de Carvalho expôs a afinidade existente entre a revista *Nação Portuguesa* e a *America Brasileira*, no que se refere ao tradicionalismo, à aproximação luso-brasileira e à ideia de culto aos antepassados ligando-se ao contemporâneo.

Presado e illustre confrade Antonio Sardinha.
 Accuso o recebimento do numero IV da Nação Portuguesa, e felicito-o pela iniciativa, que é

sobremaneira alevantada e exprime muita belleza. Não é de hoje que acompanho a sua actuação no movimento politico e espirital da gloriosa patria de Camões, a que estou preso por vinculos eternos e sagrados. O seu Integralismo Lusitano, doutrina politica, literaria e esthetica com fundamentos na história, no desenvolvimento ethnico e na idealidade do povo português, é movimento que possui todos os attributos para ser triumphante, e, com a maior satisfação, verifico que muito se aparenta com as ideias e os principios que inspiram a America Brasileira cujo programma nacionalista consiste em ligar o culto dos nossos antepassados à energia dos contemporaneos, em fortalecer a permanencia histórica e sagrada, em guardar esta consciência serena e imprescriptivel que fez do antigo e do Brasil dos nossos dias um todo indissolúvel, geographica e moralmente, em preparar o advento da America Brasileira como potencia mundial. Ha identidade completa de pensamento (CARVALHO, 1 fev. 1923, 357-1, grifos do autor).

Apesar dos elogios ao Integralismo Lusitano, como se pode observar na carta, o diretor da *America Brasileira* não compartilhava de todas as ideias propostas no ideário integralista, como é o caso da monarquia orgânica e seu sistema de governo, e da forte defesa do catolicismo. A afinidade entre ambos se dava principalmente através da tradição, do "resgate dos antepassados" e do hispanismo, definido por Sardinha como a "síntese dos diversos nacionalismos gerados pela civilização, saída da Península Ibérica, envolveu o Atlântico e foi florescer na América [...]" (SARDINHA, 1924a, p. 111).

O hispanismo, eco do iberismo tão discutido no século XIX, propunha uma fraternidade ibérica e ibero-americana, sendo o Brasil e as demais ex-colônias americanas representantes do reflorescimento da civilização ibérica. Tal ideia era muito atrativa para o nacionalismo defendido por Elyσιο de Carvalho (sem a ênfase na questão religiosa) e para muitos intelectuais portugueses, pois por um lado legitimava um modelo de civilização ibérico, em contraposição ao alemão ou ao anglo-saxônico, ao mesmo tempo em que estabelecia a importância de Portugal como criador de civilizações. Por outro lado, esse mesmo discurso servia para legitimar o lugar do Brasil entre as potências mundiais, amparado por uma herança europeia (ibérica ou portuguesa), como símbolo e

reflorescimento da civilização ibérica. Muitos dos textos publicados na *America Brasileira* vão ao encontro dessas ideias.

Nas cartas de Elyσιο de Carvalho para António Sardinha, pode-se constatar que nem todos os textos de Sardinha publicados na *America Brasileira* foram por iniciativa deste como colaborador ativo, como no caso de *O Significado do Amadis*, que Elyσιο de Carvalho afirmou ter tomado a liberdade de transcrever nas páginas da revista (CARVALHO, 15 fev. 1924, 357-2). Da mesma forma o fez com Affonso Lopes Vieira, poeta português, a quem dedicou o livro *Laureis Insignes* (1924) e com quem se correspondeu até o fim da vida, quando já estava internado em um sanatório na Suíça para o tratamento de tuberculose.

As correspondências de Affonso Lopes Vieira e Carlos Malheiro Dias para Reynaldo dos Santos também mostram indícios da participação do diretor da *America Brasileira* no intercâmbio cultural luso-brasileiro. Os três intelectuais participavam do corpo editorial da revista *Lusitania*, que tinha em seu programa a vontade de se comunicar com o espírito do mundo, elegendo o Brasil e a Espanha por afinidade.

Por meio das cartas trocadas entre os intelectuais que participaram da empreitada, pode-se observar a tentativa de expandir a circulação do periódico no Brasil, e com esse intuito Affonso Lopes Vieira sugeriu aos demais colegas o nome de Elyσιο de Carvalho, que se havia oferecido para ser não o representante da *Lusitania* no Brasil, mas o seu cônsul espiritual. "Para o q será preciso estabelecer negociações portanto, se quisermos mais q esta nobre amizade" (VIEIRA, s.d., BNP Esp. A/5926). Carlos Malheiro Dias também o menciona quando, ao traçar estratégias de divulgação da revista no Brasil, afirmou que deveriam mandar exemplares para diversos intelectuais brasileiros, entre os quais Elyσιο de Carvalho.

2.5 Os bastidores da *Lusitania*, da Nação Portuguesa e o campo intelectual português

Conforme apresentado anteriormente, a revista *Lusitania* era composta por grupos diversos, tendo em suas páginas integralistas ou simpatizantes do Integralismo Lusitano, seareiros e intelectuais acadêmicos de grande nome em Portugal. A disputa entre seareiros e integralistas ou simpatizantes do integralismo ocorria sobretudo através de António Sérgio e Affonso Lopes Vieira, que disputavam internamente a organização da revista.

António Sérgio (1883-1969) nasceu em Damão, que, na época, era colônia portuguesa na Índia, e viveu dos três aos dez anos no Congo

português, onde seu pai foi Governador. Vinha de uma família da aristocracia liberal, com pai e avós governadores ultramarinos e marinheiros (SÉRGIO..., s.d., n.p.). Seu avô havia sido preceptor militar de D. Luís, de quem o pai de Sérgio era amigo (FERNANDES, 2008, p. 16).

Foi oficial da armada, mas desligou-se do serviço logo após a proclamação da República. Tendo grande interesse pela área de educação, em 1914, Sérgio e a esposa inscreveram-se como alunos no centro de educação do Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra. Colaborou com a casa editora Companhia Americana, através da qual esteve no Brasil em 1913 (FERNANDES, 2008, p. 18-19). Sérgio retornou ao país em 1920, onde tinha como tarefa montar uma tipografia e reformar os serviços das publicações Laemmert (FERNANDES, 2008, p. 19). Nesse mesmo período, acompanhado por Álvaro Pinto, criou a Sociedade Sérgio & Pinto, que administrava a Livraria Editora Anuário do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, por meio da qual representava a *Renascença Portuguesa*, a *Seara Nova* e os *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (FERNANDES, 2008, p. 19).

Sérgio foi obrigado a sair do Brasil por razões de saúde, retornando à Europa. O fim da sociedade, em 1923, foi noticiado na *America Brasileira*, passando o Anuário do Brasil a ser de propriedade exclusiva de Álvaro Pinto (ANNUARIO..., 1923, p. 149). Em 1924 e 1925, o Anuário do Brasil editou a revista *Terra de Sol*, dirigida pelo próprio Álvaro Pinto e por Tasso da Silveira. Muito embora também defendesse uma aproximação luso-brasileira, essa revista não foi tratada no escopo deste trabalho por não fazer parte do intercâmbio com *Lusitania*, *Nação Portuguesa* e *America Brasileira*. Sua ligação com o grupo de *Festa*, conforme estudado por Tiago Viktor em sua dissertação de mestrado *Trajectoria de constituição e fundamentos do modernismo do grupo de Festa* (2016), apresentava uma outra rede de sociabilidade intelectual que, embora tenha cruzamento com alguns sujeitos em *Lusitania*, como é o caso de Sérgio, e talvez com Elysis de Carvalho, a revista é pouco mencionada em *Lusitania* e *America Brasileira*, e não aparece nas páginas da *Nação Portuguesa*.

É possível que Affonso Lopes Vieira não se desse muito bem com Álvaro Pinto, pois, em carta a Reynaldo dos Santos, escreveu: "Lusitania no Brasil, tudo poderá ser menos Terra de Sol, onde está um indesejável – o A. Pinto" (VIEIRA, s.d., BNP Esp. A/5926, grifos do autor). Pinto foi membro importante da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1920, sobretudo por sua casa editora, que publicou inúmeros livros. Além da direção de *Terra de Sol* foi também secretário

e administrador da segunda série de *A Águia* (1912-1921), diretor da revista *Ocidente*, entre 1937 e 1956, e participou do movimento da Renascença Portuguesa, juntamente com António Sérgio e Jaime Cortesão.

Além de seu envolvimento na Renascença Portuguesa, Sérgio participou da fundação da Universidade Popular em Lisboa, "mas o projecto acabará por não avançar, concretizando-se embora noutros pontos do país" (FERNANDES, 2008, p. 22). Em 1911, assumiu a direção da revista *Serões*, a qual tentou prestigiar, pedindo a colaboração de diversos escritores, entre os quais Raul Proença, entretanto, a revista só durou até o final do ano (FERNANDES, 2008, p. 16). Em 1918, dirigiu a revista *Pela Grei*, antecessora da *Seara Nova*, da qual também fez parte. Em 1923, participou da fundação de *Homens Livres* e envolveu-se na articulação da criação de *Lusitania* (que viria a ser lançada em 1924) e ainda ao final de 1923 envolveu-se em um dos governos republicanos, assumindo brevemente o posto de Ministro da Instrução Pública.

A princípio, António Sérgio teria sido o principal articulador da *Lusitania* em sua fase inicial. No entanto, a troca epistolar entre Affonso Lopes Vieira e D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos sugere a presença de Affonso nas fases iniciais de organização da revista, muito embora seu nome não estivesse na lista de colaboradores ou organizadores iniciais presentes nas cartas que António Sérgio escreveu à D. Carolina em abril e em junho de 1923. Lopes Vieira escreveu rogando a D. Carolina que aceitasse o cargo de diretora da revista em que tanto estavam empenhando-se:

Queremos sobretudo o APOIO MORAL q o nome de V.E. significa para todos nós. Não lhe tirará tempo, nem lhe dará mais cuidados q a outro colaborador. Não será tampouco uma função decorativa – será um apoio moral e uma GARANTIA inestimavel (VIEIRA, 5 maio 1923, MS.CMV 4/319, grifos do autor).

Affonso Lopes Vieira (1878-1946) foi um poeta português natural da cidade de Leiria. Filho de advogado, estudou direito em Coimbra mas sempre esteve ligado ao campo literário, ao qual depois de um tempo passou a dedicar-se integralmente. Fez parte do movimento da Renascença Portuguesa e colaborou na primeira série da revista *A Águia*. Participou também da revista *Homens Livres*, *America Brasileira*, *Lusitania* e *Nação Portuguesa*. Apresentava um nacionalismo

tradicionalista em seus escritos, que em sua maioria eram de conteúdo literário ou histórico-literário, diferentemente de António Sardinha e Elysio de Carvalho que publicaram muitos textos de cunho político. Publicou diversos livros entre os quais *A Diana de Jorge de Montemor* (1924), que contava com prefácio de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *O Romance de Amadis* (1923) e *O Poema do Cid* (1930).

Nas cartas trocadas com António Sardinha, percebe-se certa afinidade entre os dois autores que interagiram na revista *Homens Livres*, *Lusitania* e *Nação Portuguesa*, além de em *A Monarquia*, que, em carta sem data definida, Affonso expressa intenção de estreitar a relação de amizade com Sardinha e explica que só poderia contribuir com quantia modesta para a quotização da revista, vinculada ao Integralismo Lusitano, apesar da situação confortável de seu pai (VIEIRA, s.d., 117-1).

Nessas cartas trocadas, há menções a Elysio de Carvalho e à *America Brasileira*, no que diz respeito aos artigos de ambos publicados na revista e em alguns casos elogiando Elysio, o que reforça a hipótese de que o vínculo entre a *Lusitania*, *Nação Portuguesa* e *America Brasileira* se deu através destes três articuladores: Affonso, Sardinha e Elysio. "Reenviei-lhe logo a America Brasileira, cujo empréstimo torno a agradecer-lhe" (VIEIRA, 12 abr. 1923, 117-56, grifo do autor), escreveu Affonso a Sardinha.

A proximidade de Lopes Vieira era muito maior com Sardinha do que com António Sérgio, com quem se desentendeu frequentemente nos bastidores da *Lusitania* e de quem discordava de posições e análises. "Que o Sergio não se alargue na Bib., pois já tem bastante pags. em 10. E, depois, temo sempre q ele descarrile!" (VIEIRA, 24 ago. 1925, BNP Esp. A/5911, grifo do autor). Em outra carta, Affonso desabafa a Sardinha: "As mnhas relações com o A. Sergio estão quasi a 0. Isso alivia-me de camaradagens impossiveis" (VIEIRA, s.d., 117-66).

No momento em que *Lusitania* saiu da administração de Camara Reys, Affonso escreveu a Sardinha: "Uma excelente nova: – a administração da Lusitania vai sair das mãos onde está, e onde estava mal. Para isso precisaremos da redacção da Nação Portuguesa, q em tempo lhe pedi e ao Pequito e vocês cederam tão gentilmente" (VIEIRA, 31 ago., 117-11, grifo do autor).

Pelas trocas de cartas entre Sardinha e Lopes Vieira, este parece ser o principal articulador de Sardinha na *Lusitania*. "Estimei muitissimo a sua entrega definitiva na Lusitania" (VIEIRA, 14 dez. 1923, 117-69, grifo do autor). Na mesma carta, assume uma posição de alinhamento com os integralistas ao afirmar: "Declarei em nosso nome (grupo Nação Portuguesa) não aceitarmos cargos da nova governação, q apoiaremos

emqto ela nos exprimir" (VIEIRA, 14 dez. 1923, 117-69, grifo do autor). Lopes Vieira aproximava-se do Integralismo Lusitano, mas mais de António Sardinha, pela via do tradicionalismo, pela ideia do reaportuguesamento de Portugal, de uma aproximação cultural com o Brasil e Espanha, e pelo interesse sobre os séculos XV e XVI, principalmente seus livros e escritores, expressando um nacionalismo mais literário. Tanto que, em 1914, publicou *Campanha Vicentina*, que trata de uma campanha de divulgação da obra de Gil Vicente, além dos já previamente citados *O Romance do Amadis* e *O Poema de Cid*.

A movimentação de bastidores da *Lusitania* fornece indícios de que não era D. Carolina quem efetivamente dirigia o periódico, nem mesmo no projeto inicial, uma vez que tanto Sérgio quanto Lopes Vieira deixaram claro em suas cartas que, mais do que uma atuação efetiva na organização da revista, era sobretudo o nome da renomada filóloga, professora da Universidade de Coimbra e membro da Academia das Ciências de Lisboa como diretora que desejavam, como forma de obter prestígio e conferir seriedade à revista. Nessa altura, D. Carolina já estava com 72 anos e com a saúde debilitada, como se pode verificar em menções sobre seu estado de saúde em suas próprias cartas e de terceiros sobre a autora.

Alemã por nascimento, Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925) dedicou-se ao estudo da língua portuguesa e foi casada com o historiador e crítico de arte português Joaquim de Vasconcellos. A ligação de D. Carolina e de alguns membros do corpo editorial, que eram acadêmicos de renome no campo intelectual português, com a *Lusitania*, se dava pelo fato dessa ser uma revista de estudos portugueses. Entretanto, pelo fato de haver outros membros do corpo editorial que faziam parte de grupos políticos diferentes, certa tensão foi criada nos bastidores, sobretudo por posições e opiniões expostas em resenhas críticas e comentários, que acabavam por expressar uma ou outra visão estética ou política. Todavia, é necessário ressaltar que boa parte do conflito ideológico nada tinha com a preocupação central daqueles membros que eram acadêmicos, dedicados especialmente à temática de estudos portugueses de forma geral.

Apesar de lhe haverem garantido pouco ou nenhum incômodo, o nome de D. Carolina na direção da *Lusitania* trouxe-lhe algumas situações desconfortáveis como o assédio com colaborações para a revista (VIEIRA, 19 mar. 1924, MS.CMV 4/341), a cobrança de Alfredo Pimenta, que lhe escreveu afirmando que duvidava de sua amizade ao vê-la "dirigir uma Revista, sem q se tivesse lembrado de mim" (PIMENTA, [dez.? 1923], MS.CMV 3/222), e algumas polêmicas, como as críticas

que José de Figueiredo teceu sobre um livro de Vergílio Correia no primeiro fascículo da *Lusitania*. "Desses não gostei", escreveu a diretora a Affonso Lopes Vieira sobre as últimas linhas da resenha crítica, "nem gosta meu marido. E seguramente não gostará a Faculdade! O criticado, claro que responde – em Carta à Directora" (VASCONCELLOS, 11 mar. 1924, espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 8 – Lusitania, grifo da autora).

Na época, Vergílio Correia era professor de História da Arte e Arqueologia na Universidade de Coimbra e José de Figueiredo finalizou sua crítica afirmando que havia sido severo exatamente por Correia ocupar essa posição, alegando que os que lessem o livro sem conhecer o assunto fariam um "juízo tristíssimo" sobre este, e os que conheciam "não o farão melhor da Faculdade em que o sr. dr. Vergilio Correia professa" (FIGUEIREDO, 1924, p.131). A menção à faculdade também não agradou a Luciano Pereira da Silva, que escreveu a Joaquim de Carvalho: "me parece que o Fg.do tem razão, excepto na piadinha à *Faculdade em que professa* o V. C.^a. Estas piadas colectivas às Faculdades são de mau gosto, e espero obter que não se repitam. Cada professor tem a responsabilidade do que escreve" (CORRESPONDÊNCIA..., 1984, p. 67, grifo do autor).

Sobre o conflito, D. Carolina pediu a Affonso Lopes Vieira que fixassem "leis" sobre tais assuntos e que acreditava não poderem negar a publicação da réplica. Lopes Vieira respondeu-lhe que, por tratar-se de uma questão moral e não de ideias, não poderiam aceitar a réplica (VIEIRA, s.d., MS.CMV 4/340). Em outra carta, D. Carolina escreveu a Lopes Vieira:

E como Post-Scriptum nada agradável vai a Carta de Vergílio Correia, com a qual continua, mas seguramente não acaba, o conflicto entre os investigadores da Arte Portuguesa que principiou no primeiro fasciculo – e com um pouco de bondade se poderia ser evitada.

Destinada a ser publicada na Lusitania – aparecerá naturalmente – recambiada em jornaes e depois na Terra Portuguesa com justas censuras amargas à respeito da "Directora" que nada "dirige".

Mas, como V.V. E.E. quiserem (VASCONCELLOS, s.d., espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 8 – Lusitania, grifos da autora).

Lopes Vieira afirmou a Reynaldo dos Santos⁴⁶ que nunca pensara em publicar a carta de Correia, mas que ficara impressionado com o final da carta de D. Carolina, "em q a querida Senhora se apelidava «Directora q nada dirige»" (VIEIRA, s.d., BNP Esp. A/5928). Muito embora as opiniões de D. Carolina fossem respeitadas pelo corpo editorial, a maior parte das decisões era tomada por outros membros, especialmente por Affonso Lopes Vieira.⁴⁷ Tanto que, em carta direcionada a António Sérgio e Reynaldo dos Santos, Camara Reys, que ocupou o cargo de editor e redator gerente até o quarto fascículo (setembro de 1924), afirmou que havia recebido uma carta de Affonso Lopes Vieira na qual, em nome da *Lusitania*, dispensava seus serviços. Entretanto, Camara Reys afirmou que essa informação seria falsa, dando a entender que Lopes Vieira havia tomado a decisão sem submetê-la aos demais membros fundadores que estavam em Lisboa, "pelo menos V. V. Ex.cias negam ter sido consultados para semelhante resolução" (REYS, 13 fev. 1924, M-SER-180(22)).

Em outra polêmica, Fidelino de Figueiredo escreveu à D. Carolina, como diretora da revista, solicitando "a sua intervenção de justiça no insolito episodio de aggressão do Sr. Sergio – tão confiado estou nos sentimentos de amistosa benevolencia e afinidade de V. Excia", e que se D. Carolina não concordasse com o teor daquelas palavras "q. tem aggravantes pessoas, q. por agora callarei, mt. me obsequiará publicando na mesma revista algumas linhas q. desacreditem a antiga" (FIGUEIREDO, 20 maio 1924, MS.CMV 2/59, grifo do autor).

Muito provavelmente referia-se Figueiredo à resenha crítica de Sérgio ao seu livro *História da Literatura Clássica* (1924), na qual Sérgio (1924a, p. 279) afirmou que Figueiredo era frequentemente incompreensível, "pouco dotado para a análise crítica" e "insensível aos valores estilísticos e à beleza específica da arte do verbo". Para Sérgio, teria faltado aos livros de Figueiredo o estudo das causas e dos

⁴⁶ Reynaldo dos Santos (1880-1970) foi médico e historiador da arte portugueses. Publicou diversos livros, entre os quais *Álvaro Pires de Évora* (1922), *A Torre de Belém* (1922), *As tapeçarias de Arzila e Tanger* (1925) e *Sequeira e Goya* (1929).

⁴⁷ Para Cristina Nobre (2005, p. 134) foi com *Lusitania* que o "amor de Lopes Vieira pelo nascimento, prossecução e manutenção de um projecto literário irá verdadeiramente nascer", tendo colocado muito de si na concepção e na realização deste projeto editorial. Segundo Nobre, por esta razão, quase poder-se-ia considerar *Lusitania* como "mais um espécime bibliográfico do escritor, naquela urdidura entre a vida e a obra que fazia parte do seu esteticismo fundamental" (NOBRE, 2005, p. 137).

desenvolvimentos, das influências e das repercussões, por se tratar de uma história da literatura.

As críticas ferinas publicadas nas páginas da *Lusitania* causaram irritação em alguns escritores, o que levou à publicação de uma nota no terceiro fascículo, intitulada *Lusitania e os políticos*⁴⁸, na qual se afirmou que as críticas foram acolhidas com "exageros de nervosismo". Pedia-se que fossem averiguadas as revistas francesas, nas quais os próprios autores suplicavam críticas severas. "Quem não quiere ver crítica, – fique inédito" (SÉRGIO, 1924b, p. 467). Nessa mesma nota, afirmou-se que foram acusados de antirrepublicanismo por alguns jornais e de antimonarquismo por outros e que em um desses jornais foi escrito que Fidelino de Figueiredo havia sido atacado por ser monárquico. Essas afirmações eram repelidas sob a alegação de que a *Lusitania* nada tinha a ver com política, mas com a apreciação de Figueiredo como escritor e publicista, procurando dar legitimidade e validação ao aspecto artístico e à própria revista como produto livre de interesses políticos.

A publicação de réplicas e trélicas de contendas intelectuais em revistas era uma prática muito comum, inclusive em periódicos que representavam, de certa forma, uma zona de conforto para o autor por ser um *locus* de sociabilidade daqueles que compartilhavam de seus posicionamentos. Entretanto, no intuito de tornar *Lusitania* uma revista de estudos portugueses sem cor política, o corpo editorial optou por não atender a parte das solicitações de réplicas às críticas que apareciam nos artigos e na seção *Bibliografia, Música e Artes Plásticas*. O que, por sua vez, não significa necessariamente uma imparcialidade, pois as próprias críticas estavam diretamente atreladas a uma visão de mundo, a um projeto nacional, a uma perspectiva estética, histórica e/ou política do autor que as redigia.

O discurso sobre a imparcialidade da revista emerge na troca epistolar entre os membros do corpo editorial, tanto que Sérgio (s.d., espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio) afirmou para Affonso Lopes Vieira que a ideia da aproximação com os integralistas havia sido sua e de forma desinteressada.

Seareiros e integralistas haviam feito parte de *Homens Livres*, revista em cujas páginas se havia tentado congregiar intelectuais de orientações ideológicas diferentes, inspirando-se em uma ideia nacional "anterior e superior às finalidades partidárias" (LOPO, 2009, p. 3).

⁴⁸ Conforme a errata publicada na página 491 do mesmo fascículo, esta nota saiu com a assinatura de António Sérgio por engano da tipografia.

Segundo Rita Correia (2013, p. 2), havia, entre os intelectuais da época, aqueles que acreditavam que seria possível inverter o processo de decadência da nação "por via da concertação de todas as vontades impolutas, capazes de sobrepor o bem comum, aos interesses materiais individuais e às diferenças ideológicas e partidárias". Estes intelectuais compartilhavam a rejeição da instabilidade governativa sistêmica e do desprestígio das instituições, recusavam o demo-liberalismo e a plutocracia (CORREIA, 2013, p. 2).

Homens Livres, no entanto, teve apenas dois números e seu fim foi ocasionado pelo ingresso de dois redatores do grupo seareiro (António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes) no governo de Álvaro de Castro, quebrando o acordo de independência em relação ao poder político e partidário (CORREIA, 2013, p. 2). *Lusitania*, publicada logo em seguida (contando inclusive com a participação de alguns intelectuais que haviam participado de *Homens Livres*) com o projeto de ser uma revista de estudos portugueses, representava novamente a promessa de um terreno neutro onde a convivência dos dois grupos poderia ocorrer (CORREIA, 2013, p. 4).

Em carta a Reynaldo dos Santos, Affonso Lopes Vieira escreveu:

Devemos contar com o sacrifício e a abnegação de publicarmos idéas em que não acreditamos e até sob forma que parentesco teria a uma flexibilidade literaria. Mas a Lusitania não é a revista duma doutrina ou duma estética, da cultura do nosso tempo nos seus variados e por vezes justos sentidos. O seu interesse está precisamente em refletir correntes de pensamento que não obedecem ao espírito sempre restrito dum só credo, mas á variedade de tendencias que tem entre si este laço comum, o de serem sinceras e da época que vivemos.

É evidente que visões e sensibilidade tão antagónicas como a sua, a de Malheiro Dias por um lado e a do Sérgio por outro, hão-de arripiar-se por [ilegível] ao vêrem-se lado a lado falar uma linguagem que só os separa cada vez mais.

[...] Tudo o que se pede é que a *Lusitania* não seja um órgão de propaganda de uma doutrina politica de uma confissão. Para isso lá estão a Seara Nova, a Nação Portuguesa ou as publicações de pura responsabilidade pessoal ([VIEIRA], s.d., BNP Esp. A/5932, grifos do autor).

Todavia, a disputa pelo espaço reservado às resenhas críticas e notas, e conseqüentemente à livre defesa de determinadas ideias políticas, filosóficas e estéticas, e pelos convites de colaboração de determinados autores, demonstra que esse não era um espaço imparcial. Dado o momento de forte nacionalismo e embate acirrado entre ideologias distintas, durante o qual *Lusitania* foi publicada, essas "visões e sensibilidades antagônicas" ocasionaram conflitos entre os próprios membros do corpo editorial que disputavam o espaço para imprimir à revista suas ideias.

Meu caro Afonso. Seja meu amigo, caramba! Não diga nada ao Sardinha; não me demore a polémica de um minuto; e concorde em se pôr a minha resposta (corpo 8, na Bibliografia), já neste número.

[...] Quis ficar bem com a minha consciência; mas sejam caridosos comigo! Reinaldo pensa, como eu, q o corpo redactorial, direcção da revista, etc., manifestam a sua orientação geral no facto e momento de escolherem os seus críticos; mas que estes, uma vez empossados no seu mister, devem exprimir a sua opinião, e não a de um corpo, aliás heterogéneo (SÉRGIO, set. 1924, espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio, grifo do autor).

O conteúdo do cartão-postal refere-se à resenha feita por Sérgio sobre o livro de Manuel Múrias, *O seiscentismo em Portugal*, na qual teceu várias críticas ao livro, definindo-o como "propaganda política, sob o simulacro de um trabalho histórico" (SÉRGIO, 1924c, p. 446). No fascículo seguinte, António Sardinha, que assim como Múrias fazia parte do Integralismo Lusitano, publicou no corpo principal da revista o artigo *O Século XVII*, no qual elogiou o livro de Múrias, corroborando algumas de suas posições.⁴⁹

⁴⁹ O século XVII e o sebastianismo eram temas apreciados como elementos-chave da caracterização do "gênio" português e da nacionalidade nas análises históricas dos integralistas. A interpretação que António Sérgio fez sobre o mesmo período era completamente diferente. Para Sérgio, "admirar a época seiscentista era pretender a continuação do «grande eclipse cultural nacional» [...]" (FERREIRA, 1983, p. 457).

Em nota, nesse mesmo fascículo, Sérgio prometia a publicação de uma carta a Sardinha no fascículo seguinte, a qual se julgava na obrigação de escrever, pois o artigo de Sardinha continha afirmações diametralmente opostas às dele na notícia sobre o livro de Múrias.⁵⁰ Sérgio queixou-se a Lopes Vieira afirmando que havia combinado com Reynaldo dos Santos de publicar uma nota após o artigo de Sardinha, como havia visto em periódicos estrangeiros: "isso me autoriza a contestar a sua feia acusação de que eu pretendi 'uma quebra de regras morais'" (SÉRGIO, s.d., espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio).

Tendo como base a explicação que Affonso Lopes Vieira direcionou à D. Carolina sobre o caso de Vergílio Correia, na qual afirmava que não publicariam a réplica por tratar-se de uma questão moral, pode-se supor que a acusação de "quebra de regras morais" talvez tivesse esse mesmo sentido. A preocupação com o choque de ideias na revista partia também de Malheiro Dias, conforme carta trocada com Lopes Vieira, na qual este afirmou que trataria de tomar uma atitude firme.

As preocupações q V. mostra acêrca da Lusitania têm sido as minhas, e ainda ha pouco falei confidencial mas categoricamente, ao excelente Reynaldo. No fasc. a sair já apareceu o evidente choque de ideas, o q é permitido, contanto, q se não perca nunca o respeito ao sagrado. A minha atitude será a mais firme e, sendo necessário, a mais cruel em nome de Deus. Peço-lhe guarde para si estas coisas graves (VIEIRA, s.d., BNP Esp. D4/1545-9, grifos do autor).

Sérgio (29 ago. 1924, espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio) escreveu a Lopes Vieira que se sentiu atacado por Sardinha e afirmou que as contendas

⁵⁰ Intitulada *O século XVII em Portugal, segundo o romantismo jacobino, o romantismo reaccionário, e o humanismo imparcial e crítico*, a carta não chegou a sair na *Lusitania* – o fascículo a que se destinava foi por inteiro dedicado a Camões, além de ter sido publicado após a morte de Sardinha. No entanto, a querela sobre o seiscentismo continuou reverberando em outros periódicos e, segundo Jorge Borges de Macedo, a carta foi por fim publicada em outubro de 1925 na revista *Seara Nova*, sob o título *O problema da cultura em Portugal e o significado do Seiscentismo na sua história* (MACEDO, 1983, p. 515).

deveriam acontecer na *Seara Nova* e na *Nação Portuguesa*, não na *Lusitania*: "A unidade da Lusitania esta quebrada". Em uma longa carta, que demonstra o arrefecimento da relação entre os dois grupos contrários na revista – e mais especificamente entre Sérgio e Lopes Vieira –, Sérgio queixou-se a Lopes Vieira:

Não quis capitulá-lo de hóspede na Lusitânia, mas, pelo contrário, protestei contra o facto de ter sido eu tratado como hóspede, – já no facto de me não falarem quando fizeram sair o 1º número, nem quando combinaram a constituição da sociedade, etc., já no boato, q para aí correu, de q me iam expulsar da Lusitânia! [...] Testemunha de q correu pelas livrarias do Chiado q Você, Lopes Vieira, falara em me expulsar da Lusitânia, é o Aquilino, por exemplo (o único q agora me ocorre do qual tenho a certeza q é seu conhecido). [...] e muita gente reparou e achou incorrecto q se tomassem todas as decisões relativas ao 1º número sem se dizer nada à minha pessoa (SÉRGIO, s.d., espólio de Affonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio, grifos do autor).

Sobre os conflitos no corpo editorial, Luciano Pereira da Silva⁵¹ (1864-1926) escreveu a Reynaldo dos Santos que Agostinho de Campos era um dos "bons elementos da harmonia" (SILVA, 10 dez. 1924, BNP Esp. A/5951) para filtrar as divergências entre ambos os grupos. Jornalista, professor e escritor, Agostinho de Campos (1870-1944) era bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, mas atuou como docente, lecionando português em Hamburgo e alemão no Liceu Central de Lisboa e na Casa Pia. Tornou-se posteriormente diretor-geral da Instrução Pública e professor efetivo do Liceu Pedro Nunes. Colaborou na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* e em inúmeras revistas e jornais, inclusive na *America Brasileira*, que em julho de 1924 anunciou o início da colaboração do autor que se estendeu por mais três números (após os quais a revista foi suspensa). Foi defensor da unidade linguística

⁵¹ Luciano Pereira da Silva era natural de Caminha. Formou-se em matemática pela Universidade de Coimbra e foi professor da Escola Normal Superior e da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Entre 1915 e 1925 foi diretor da Escola Normal Superior. Desenvolveu trabalhos de investigação em história da astronomia em Portugal, de ciência náutica e dos descobrimentos portugueses, temas de suas colaborações em *Lusitania*.

luso-brasileira (AGOSTINHO..., 1994, p. 96). No terceiro fascículo da *Lusitania*, apresentou uma resenha elogiosa de *Laureis Insignes*, de Elyσιο de Carvalho, enfatizando o tradicionalismo do autor e seu amor por Portugal.

Em maio de 1925, Luciano Pereira da Silva pediu a Reynaldo dos Santos que seu nome não aparecesse mais na indicação de diretor da seção de ciências matemáticas e que falasse a Lopes Vieira que não poderia mais contar com sua colaboração na *Lusitania*, dando como justificativa a redução de seus serviços em virtude de saúde e de idade. Muito provavelmente indagado se o real motivo de seu desligamento da revista seriam as disputas e intrigas internas, Silva lhe respondeu em carta:

Não ha outro motivo, e não poderia havê-lo, da espécie em que me fala; intrigas de ninguem me levariam, neste período em que já conto tantas experiências, a esquecer a grande estima e gratidão que lhe devo, como ao nosso amigo Lopes Vieira (SILVA, 14 maio 1925, BNP Esp. A/5956).

Muitas das divergências e disputas estavam também relacionadas aos convites de colaboradores, pois – dependendo de quem os fizesse e a quem fossem direcionados – poderiam causar certo desconforto a membros do corpo editorial ao privilegiar determinado conjunto de ideias, como se pode observar no trecho extraído do cartão postal enviado por Lopes Vieira a Reynaldo dos Santos:

Não tive ocasião propícia para lhe dizer q devemos ter o máximo cuidado com os convites da colaboração para a L., e q estes só devem ser feitos, no futuro, em pleno acordo nosso. Temo q neste fasc. o C. B. Chaves venha a dizer tolices aos camilistas, a reboque do S., o q nos traria aborrecimentos novos. Êste é só para mandar o necessário aviso (VIEIRA, 1 jul., BNP Esp. A/5930, grifos do autor).

Lopes Vieira respondeu à D. Carolina sobre o artigo que Alfredo Pimenta lhe enviara solicitando publicação: "preciso falar antes com A. Sardinha, p^a saber se haverá incompatibilidade pessoal com êsse colaborador. A boa regra é a colaboração ser solicitada" (VIEIRA, 23 mar. 1924, MS.CMV 4/342, grifo do autor).

Em determinado momento de sua trajetória, Alfredo Pimenta entrou em conflito com alguns integralistas, inclusive com Sardinha e Alberto Monsaraz. Divergia no que dizia respeito a quem deveria assumir o trono de Portugal: enquanto os integralistas, depois de 1920, passaram a reconhecer D. Duarte Nuno de Bragança (descendente de D. Miguel I), Pimenta defendia o direito ao trono de D. Manuel II (COSTA, 2016, p. 117). Mantendo-se fiel a D. Manuel II, Pimenta fundou, em parceria com Caetano Beirão e Luís Chaves, a Ação Tradicionalista Portuguesa.

Das três revistas, a única que publicou artigos de autoria de Alfredo Pimenta é a *America Brasileira: Assumptos portugueses* (nº 29, maio 1924) e *A "lyrica" de Gregorio de Mattos* (nº 32, agosto de 1924). Na *Nação Portuguesa* foi publicada uma pequena nota no nono número da segunda série, em março de 1923, intitulada *O bobo em Palácio*, na qual Alfredo Pimenta é comparado a um bobo da corte:

Ama a Oscar Wilde e ao seu esteticismo de convenção, conquanto se declare nacionalista, tradicionalista, católico e não sabemos que mais! [...] E para remate do seu imenso cómico, aparecemos agora a apregoar num grande ar e como quem revela uma descoberta de alta transcendência, a necessidade que há em se rever e corrigir a nossa história. Isto sem uma alusão à obra que nesse sentido o Integralismo realizou nas colunas da *Monarquia*, continuando-a com a presente revista! (O BOBO..., 1923, p. 429, grifo do autor).

A *Nação Portuguesa* durante a segunda e terceira séries tinha um corpo editorial enxuto e razoavelmente estável. Por ser o principal veículo de propagação das ideias do Integralismo Lusitano, congrega em suas páginas diversos integralistas da primeira e segunda geração⁵² (BARREIRA, 1982-3, p. 1422). Segundo Leão Ramos Ascensão (1943, p. 10), a maior parte dos fundadores do Integralismo Lusitano era de companheiros da Universidade de Coimbra e ainda que não houvesse homogeneidade política entre eles (alguns eram monárquicos, outros

⁵² Neste caso, o termo geração é utilizado tomando como base a data de nascimento do indivíduo, conforme o artigo de Cecília Barreira (1982-3, p. 1422) que dividiu os integralistas em duas gerações: a primeira com intelectuais nascidos entre 1882 e 1893 e a segunda com intelectuais nascidos entre 1893 e 1906.

republicanos e outros ainda indiferentes), o que os ligava eram afinidades literárias e estéticas.

António Sardinha (1887-1925) foi um dos casos em que, republicano durante a época da faculdade, se converteu à monarquia mais tarde. Sardinha veio de uma família burguesa provinciana do Alentejo; pelo lado paterno houve vereadores, administradores de conselho, desembargadores, juizes de fora, médicos militares, entre outros. No entanto, o tempo e as conjunturas sociopolíticas foram fragilizando as propriedades da família, de modo que a situação econômica do pai de Sardinha, que era proprietário rural e fora administrador do concelho de Monforte entre 1898 e 1899, degredara-se, tornando-o "praticamente arruinado desde o princípio dos anos 90 do século XIX" (DESVIGNES, 2006, p. 22). Na ocasião de sua morte, em 1904, deixou a família em situação financeira fragilizada.

Ainda que lhes faltasse o capital, a família Sardinha tinha certa visibilidade na região, contando ainda com um grande capital social. Os custos da formação em Direito de António Sardinha, após a morte de seu pai, foram financiados por José Alfredo Sardinha, seu primo e padrinho, abastado proprietário rural da região de Sousel (DESVIGNES, 2006, p. 25).

Em Coimbra, frequentou os círculos republicanos, a cuja causa se dizia fiel adepto, mas também manteve relações de amizade com jovens monarquistas, transitando entre esses dois núcleos políticos distintos de sociabilidade intelectual. De acordo com José Manuel Quintas (2004, p. 68), "a conquista dos filhos da *élite* republicana para a causa monárquica não se podia dissociar de um vivo renascimento católico e do crescendo da sensibilidade neo-romântica nos círculos académicos".

Sardinha frequentou a casa de António Macedo Papança (1852-1913), conde de Monsaraz, pai de Alberto Monsaraz, em Figueira da Foz. Segundo Desvignes (2006, p. 56), os frequentadores da casa, "espécie de pequena academia informal, recrutavam-se essencialmente entre as camadas conservadoras de Coimbra social e política da época". Os critérios de recrutamento seriam a proximidade social pelo parentesco com Monsaraz ou o meio universitário. Era na casa do conde de Monsaraz que se reunia um grupo de rapazes que se intitulava como "grupo dos exotéricos", em sua maioria condiscípulos de Alberto de Monsaraz durante a época da faculdade. Fizeram parte desse grupo: Luís Cabral de Moncada, Hipólito Raposo, António Sardinha, Simeão Pinto de Mesquita, Veiga Simões, Paulo Merêa, Manuel Eugénio Massa, Pita D'Eça Aguiar. Além desses, juntaram-se alguns de fora do curso jurídico,

como Luís Filipe Rodrigues, Virgílio Correia, Lebre e Lima (QUINTAS, 2004, p. 75).

Em 1911, Alberto Monsaraz partiu para Paris, encontrar-se com seus pais que se haviam mudado para lá após a proclamação da República. Em Paris, estudou na Sorbonne e frequentou os círculos reacionários parisienses e do exílio (QUINTAS, 2004, p. 79), tendo feito contato com Charles Maurras. No mesmo ano, Luís de Almeida Braga e Rolão Preto partiram para a Galiza a fim de participar das forças contra a República Portuguesa. Luís de Almeida Braga (1890-1970) foi advogado e literato português, colaborou com as revistas *Atlântida* e *Contemporânea*, e dirigiu com Hipólito Raposo a revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*. Publicou *A Questão Ibérica – a lição dos factos* (1916), *O Culto da Tradição* (1916), *O significado da obra de Camilo* (1923), entre outros. Colaborou com um artigo na *Nação Portuguesa* entre 1922 e meados de 1926, intitulado *Das belas letras brasileiras* (nº 11, 2ª série, maio de 1923).

Francisco de Barcelos Rolão Preto (1893-1977), além de ter sido um dos fundadores do Integralismo Lusitano, foi um dos líderes do Movimento Nacional-Sindicalista nos anos 30, movimento de extrema direita conhecido como camisas azuis. Publicou *a Monarquia é a Restauração da Inteligência* (1920) e *Para além do Comunismo* (1932), entre outras obras. Participou ativamente da *Nação Portuguesa*, sendo o responsável pela seção *Crónica Social* durante a segunda série, e pela maioria dos escritos em *Crónica do mês – social*, na terceira série.

Na Bélgica, local de refúgio para alguns portugueses expatriados pelos republicanos em 1910 (QUINTAS, 2004, p. 88), foi fundada, em 1913, por alguns dos exilados, entre os quais Almeida Braga, Rolão Preto e Domingos Gusmão de Araújo, a revista *Alma Portuguesa*, na qual apareceu pela primeira vez a expressão Integralismo Lusitano (ASCENSÃO, 1943, p. 11).

Após os estudos em Coimbra, Sardinha retornou a Monforte, mas manteve contato com alguns de seus companheiros de universidade e do grupo dos exotéricos, especialmente Hipólito Raposo, que havia se mudado para Lisboa, onde assumiu as funções de professor na Escola de Arte de Representar e de funcionário dos serviços da Instrução Pública do Ministério do Interior (QUINTAS, 2004, p. 117). José Hipólito Vaz Raposo (1885-1953) colaborou com as revistas *A Farça*, *Contemporânea*, *Atlântida*, entre outras. Na *Nação Portuguesa* colaborou com um artigo na segunda série e com sete na terceira série.

Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo e António Sardinha – que desde 1912 havia abandonado o republicanismo e aderido ao

monarquismo –, combinaram de reunir-se em Figueira da Foz, em 1913, no intuito de lançarem uma revista de filosofia política, que defendesse e propagasse o Integralismo Lusitano (ASCENSÃO, 1943, p. 13). Em abril de 1914, foi publicado o primeiro número da primeira série da *Nação Portuguesa*, que tinha como subtítulo "revista de filosofia política". A primeira série teve doze números e durou até novembro de 1916, sob direção de Alberto Monsaraz, tendo como secretário Nuno de M. Teixeira e editores França e Armenio. Por ser um projeto dispendioso, foi garantido por Alberto Monsaraz (QUINTAS, 2004, p. 129).

Em 1916, apareceu o primeiro manifesto escrito pela Junta Central do Integralismo Lusitano, que, segundo Leão Ramos Ascensão (p. 21), era constituída por Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz e Luís de Almeida Braga, tendo feito também parte nos seus primeiros tempos Rui Enes Ulrich. Durante a segunda série, a *Nação Portuguesa* foi propriedade da Empresa Nação Portuguesa (nos números 1 a 4) e da Sociedade Integralista Editora Ltda. (nos números 5 a 12). Posteriormente, foi vendida a José Fernandes Júnior, que já era editor da revista durante a segunda série e permaneceu sendo-o na terceira série. Fernandes também foi editor das revistas *Ordem Nova* e *A Revolução*. Para a venda da *Nação Portuguesa* foi necessária a assinatura daqueles que participavam da Sociedade Integralista Editora Ltda., como era o caso de Sardinha e do Conde de Monsaraz:

Para liquidação do n/ assunto ficou já encarregado o dr. Hipólito de fazer a escritura de venda, mas é a Sociedade Integralista Editora que figura como proprietaria é preciso também uma procuração do Conde Monsaraz. A seu tempo incomodol-o-ei mais uma vez para a sua procuração (FERNANDES JÚNIOR, 16 abr. 1924, 219-11).

Dos intelectuais denominados por Cecília Barreira como membros da primeira geração, foram colaboradores da *Nação Portuguesa*: José Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, José Adriano Pequito Rebelo e Rolão Preto, além de António Sardinha.

José Adriano Pequito Rebelo (1892-1983) era uma das amizades de Sardinha fora do grupo dos exotéricos. Em 1914, o projeto da *Nação Portuguesa* estava nos últimos preparativos, e, com a eventual impossibilidade de Sardinha deslocar-se a Coimbra, foi combinado um encontro entre Hipólito Raposo, João do Amaral e Pequito Rebelo, que

colocou Sardinha a par da reunião (QUINTAS, 2004, p. 143). Pequito Rebelo frequentou, na época de seus estudos em Coimbra, o Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC) (QUINTAS, 2004, p. 72). Publicou *Pela Dedução à Monarquia* (1922), *Meditações de Fátima* (1942), *Em louvor e Defesa da Terra* (1949), entre outros. Colaborou com quatro artigos na segunda série da *Nação Portuguesa*, a maioria a respeito da questão agrária, e com um artigo na terceira série na seção *Crônica Agrícola*.

A segunda série da *Nação Portuguesa* terminou em junho de 1923, mas o primeiro número da terceira série foi publicado apenas no final de 1924 e o segundo número da terceira série em 1925, provavelmente por motivo de saúde de seu diretor. Em dezembro de 1923, José Fernandes Júnior lhe escreveu:

Creia que sinto bastante a s/ doença e reconheço que necessita dum imediato repouso para não agravar mais o mal. No entanto só lhe peço mais um pequeno esforço para conseguir arrumar os 2 ultimos nos. e depois a "Nação" esperará o tempo que fôr necessario. Para isto torna-se necessario; 1º o dr calcular quando deva aparecer a 3ª serie e fazer uma nota explicativa para o nº 12, que depois se fará publicar nos jornais. 2º É da maior conveniencia para si conseguir arranjar aqui alguem que o possa substituir; um secretario de redacção de verdade que o substitua em parte do serviço (FERNANDES JUNIOR, 15 dez. 1923, 219-9).

Pela menção a um "secretário de redação de verdade que o substitua", pode ser que Fernandes e/ou Sardinha estivessem insatisfeitos com os serviços prestados por Domingos Gusmão de Araújo como secretário da *Nação Portuguesa*. A partir da terceira série, Manuel Múrias assumiu o cargo de secretário e, após a morte de Sardinha, assumiu a direção da revista.

Manuel Múrias (1900-1960) foi apontado por Cecília Barreira como membro da segunda geração do integralismo. Publicista e filólogo formado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi diretor do Colégio Nun'Alvares, publicou *O Seiscentismo em Portugal* (1922) e *História Breve da Colonização Portuguesa* (1940). Foi diretor da *Nação Portuguesa* e do *Diário da Manhã*.

Mesmo antes de assumir a direção da *Nação Portuguesa*, Múrias participou da revista, tendo publicado três artigos durante a segunda série e colaborado com vários textos na terceira série, tendo sido responsável pela seção *Crônicas do mês – política interna* e por várias resenhas publicadas em *Na Feira das Letras*. Em agosto de 1922, escreveu a Sardinha sobre o artigo que pretendia publicar na *Nação Portuguesa*: "por outras palavras: – a conservação da língua portuguesa no Brasil é necessária à integridade nacional. Não será esta a melhor orientação dum estudo publicado numa revista portuguesa de cultura nacionalista sobre as línguas que se falam no Brasil?" (MÚRIAS, 13 ago. 1922, 148-6).

Mostrando deferência, buscou o aconselhamento de Sardinha sobre a possibilidade de assumir uma posição de emprego, caso fosse aceito, indagando se, pelo fato da vaga ser em um estabelecimento de ensino do Estado, haveria alguma incompatibilidade de ordem intelectual com grupo político a que pertencia (MÚRIAS, 21 jan. 1923, 148-11).

Sobre Rodrigues Cavalheiro, escreveu Múrias a Sardinha: "o Cavalheiro leu-me o que tem escrito sobre Gomes Freire. E' ótimo. Desconfio que o Cavalheiro será dos três ou quatro rapazes que vão escrever na *Nação Port.*, o q. irá mais longe. É trabalhador e não se distrai" (MÚRIAS, 25 jun. 1922, 148-4, grifo do autor). Quando Manuel Múrias assumiu o cargo de diretor da *Nação Portuguesa* em 1925, António Rodrigues Cavalheiro (1902-1984), que, segundo Cecília Barreira, também era membro da segunda geração do integralismo, assumiu a posição de secretário. Ambas as posições foram decididas pela Junta Central do Integralismo Lusitano em reunião.

Na ocasião da passagem de Elysio de Carvalho por Lisboa, em 1925, antes de se dirigir à Suíça para tratamento da tuberculose, foi publicada a seguinte nota na *Nação Portuguesa*:

Elysio de Carvalho, o grande escritor nacionalista brasileiro, esteve em Lisboa, de passagem para a Suíça, onde foi realizar uma cura de repouso. Por motivos de saúde, o nosso Director, não se pôde associar pessoalmente às homenagens que ao ilustre Director da *América Brasileira* e nosso muito querido amigo foram tributadas por um grupo de intelectuais portugueses. Rodrigues Cavalheiro em nome da *Nação Portuguesa* exprimiu a Elysio de Carvalho a sincera estima que todos nesta casa consagram às suas raras qualidades de pensador e de homem de acção (ELYSIO..., 1925b, p. LXVIII).

Quando da morte de Elysio de Carvalho, foi enviado para o túmulo definitivo do escritor no Brasil "um padrão ao jeito dos nossos padrões de Quatrocentos, que Raúl Lino desenhou", por iniciativa da *Lusitania*. "A esta homenagem convidamos a associarem-se os intelectuais portugueses, amigos de Elysio de Carvalho" (ELYSIO..., 1925a, p. 293-294). A iniciativa da *Lusitania* foi bem vista pelo grupo da *Nação Portuguesa*, que publicou uma pequena nota nos números 9/10 da terceira série, na qual se afirmava: "*Nação Portuguesa* associa-se à formosa ideia da *Lusitânia*, que tão portuguesmente quer assim mostrar ao eminente brasileiro o reconhecimento profundo pelo muito que a pátria lhe ficou devendo" (ELÍSIO..., 1926, p. CCVIII).

Elysio de Carvalho não publicou nas páginas da *Nação Portuguesa*, mas seus escritos e a *America Brasileira* foram comentados. Entre os autores que aparecem nas páginas da *Nação Portuguesa* durante o período estudado, há dois brasileiros: o jovem Gilberto Freyre, com a reprodução de um texto que havia sido publicado no *Diário de Pernambuco*, e o diplomata Oliveira Lima, com três artigos intitulados: *Em resposta*, *Camões* e *Um novo iberismo*.

Investigou-se inicialmente a hipótese de uma ligação das três revistas estudadas com a diplomacia de ambos os países, visto que o ofício do diplomata permite, pela sua formação cultural e transnacional, transitar nos espaços de saber e poder, e desempenhar o papel de mediador e criador cultural, de conferencista, palestrante, promotor de exposições de arte, colaborador de periódicos culturais, literários e de *fait-divers*. Entretanto, ao aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento das revistas, percebeu-se que era uma hipótese a ser descartada, pois os diplomatas que participaram das revistas fizeram-no na condição de colaboradores convidados, não tendo qualquer ligação com a organização delas.

No caso da *America Brasileira*, a suspeita era maior por apresentar os nomes de Ronald de Carvalho, Jorge Jobim e Ribeiro Couto como membros do corpo editorial nos três primeiros números. Constatou-se, no entanto, que não há qualquer indício de uma participação ativa de Ribeiro Couto ou Jorge Jobim nas atividades da revista, seus nomes talvez tenham sido lá colocados como uma forma de conferir legitimidade à revista, ou possivelmente tenham desistido de suas participações após a publicação do primeiro número, perdurando seus nomes por uma falha na atualização dos dados de contracapa. Partindo da hipótese de que Elysio de Carvalho centralizava boa parte das decisões relativas à revista, e que

possivelmente tivesse uma personalidade difícil, a desistência de outros membros ainda no início do periódico pode ser considerada.

No caso de Ronald, como mencionado anteriormente, há indícios de que tenha participado mais ativamente nos três primeiros números, mas nada que indique qualquer ligação com o Itamaraty; tratava-se provavelmente de uma participação em virtude de sua amizade com Elysio de Carvalho e/ou afinidade eletiva com o propósito da revista, e, logo após o terceiro número, o seu nome desaparece da lista de membros do corpo editorial.

No caso de Oliveira Lima, a sua colaboração na *Nação Portuguesa* se dá sobretudo por seu interesse em António Sardinha, com quem se correspondeu (CHACON, 2005, p. 180). Filho de pai português e mãe de tradicional família pernambucana, Oliveira Lima estudou no Curso Superior de Letras de Lisboa e serviu na Legação brasileira em Portugal, interessando-se pela história do Brasil e de Portugal, e publicando livros sobre esses temas. Membro do IHGB e professor na *Catholic University of America* (Washington, EUA), Oliveira Lima inaugurou a cátedra de estudos brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1923. Por sua influência, Gilberto Freyre, quando esteve em Lisboa em 1923, frequentou o grupo de Sardinha, mesmo não tendo sido possível conhecê-lo pessoalmente, mas conviveu também com o grupo da *Seara Nova* e com "os monarquistas do *Correio da Manhã*" (CHACON, 2005, p. 183), cujo diretor era Fidelino de Figueiredo. Gilberto Freyre e Oliveira Lima aproximaram-se nas décadas de 1910 e 1920, formando um vínculo de amizade, e trocaram diversas correspondências, estabelecendo um diálogo epistolar (GOMES, 2004). Ambos viveram nos Estados Unidos no início dos anos 1920, Oliveira Lima como diplomata e Gilberto Freyre como estudante.

A análise de bastidores deste capítulo permitiu observar o cruzamento das trajetórias individuais dos sujeitos que participaram das revistas estudadas, vislumbrando indícios do trânsito intelectual nas revistas e, em alguns casos, para além destas, aprofundando o conhecimento sobre o grau de participação de determinados intelectuais nesses periódicos e as relações estabelecidas entre si.

3 NACIONALISMO, IBERISMO, HISPANISMO, LUSO-BRASILISMO E AS REVISTAS

3.1 Nacionalismo

O nacionalismo presente nas três revistas estudadas não é característica apenas destas, trata-se quase de um estado de espírito no início do século XX, uma orientação de fundo que guiava boa parte das discussões com outros temas, como literatura, artes, ciência, sociologia, geografia e história. Não há uma definição amplamente aceita do termo nacionalismo, como afirmou Benedict Anderson (2000, p. 7): "[...] é difícil pensar em algum fenômeno político que continue tão intrigante quanto este e sobre o qual haja menos consenso analítico".

Diversos autores se debruçaram sobre as ideias desenvolvidas sobre nação e nacionalismo, como o já citado Benedict Anderson, em *Nação e consciência nacional* (1989), a partir do qual se tem tomado a definição de nação como uma "comunidade política imaginada – imaginada como implicitamente limitada e soberana" (ANDERSON, 1989, p. 14). Eric Hobsbawm, em *Nações e Nacionalismo desde 1870* (1990), no qual o autor examina as diversas definições de nação fundamentadas na religião, língua, etnia, território, história comum e traços culturais, pois "não é possível reduzir nem mesmo a 'nacionalidade' a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra" (HOBSBAWM, 1990, p. 17). E a coletânea *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX* (2008), organizada por Marco A. Pamplona e Don H. Doyle, na qual há capítulos que versam sobre as diferentes formações e caracterizações de Estados nacionais na América e as diversas formas de nacionalismo que surgiram nesses lugares.

Em cada país, em virtude de sua situação política, cultural e econômica, surgiam (e ainda surgem) movimentos nacionalistas com as mais diferentes características e propostas para suas respectivas nações, alimentando-se, muitas vezes, de momentos de crise política, social e/ou econômica, como foi o caso tanto da Primeira República portuguesa como da brasileira. Muitos desses movimentos, designados por parte da historiografia como movimentos nacionalistas de direita, tiveram grande influência do nacionalismo de direita francês, que englobava a tradição contrarrevolucionária de matriz católica, com intelectuais, como Joseph de Maistre, Louis-Ambroise de Bonald, o inglês Edmund Burke e o espanhol Donoso Cortes; reformadores sociais franceses Frédéric Le Play e René La Tour du Pin, também católicos; além de se inspirarem em

autores como Maurice Barrès, Charles Péguy, Paul Déroulède, Ernest Renan, Hippolyte Taine, Gustave Le Bon, no positivismo de Auguste Comte e no antissemitismo de Édouard Drumond (BEIRED, 1999, p. 196).

De acordo com Ernesto Castro Leal, entre as correntes nacionalistas que existiam na Primeira República portuguesa, houve uma certa predominância de um nacionalismo tradicionalista, "de matriz monárquica ou republicana, apesar de coexistirem variantes revolucionárias do nacionalismo de menor recepção" (LEAL, 2010, p. 485). Dentro do que o autor define como matriz tradicionalista católica, estaria o Integralismo Lusitano, a Ação Realista Portuguesa, de Alfredo Pimenta, e o Movimento Nacional-Sindicalista, de Francisco Rolão Preto. Leal menciona ainda uma outra faceta da direita antiliberal em torno da Acção Nacionalista e do Centro do Nacionalismo Lusitano, sob direção de João de Castro Osório (filho de Ana de Castro Osório e irmão de José Osório de Oliveira) (LEAL, 2010). Houve ainda a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, constituída em 1918, cujo discurso era marcado pelas teorias da ordem, do conservadorismo (história e tradição) e do organicismo (unidade e hierarquia) (LEAL, 2010, p. 497).

O autor elenca os diferentes grupos de direita que coexistiam: direita republicana conservadora (na qual insere Antero de Figueiredo), direita monárquica constitucional, direita monárquica integralista (José Pequito Rebelo, Afonso Lucas entre outros), direita católica, direita dos interessados, direita universitária e direita militar (LEAL, 2010, p. 500-501).

A clivagem direita/esquerda é frequentemente utilizada como ferramenta para se compreender determinadas correntes ideológicas, situando-as sob um conjunto amplo de definições que determinam se elas fazem parte de um tipo de orientação ou de outro. Essa forma de análise, por vezes, define o objeto *a posteriori*, tomando-o fora do ambiente em que foi construído e ordenando-o conforme a metodologia sugere; em outros casos, o pesquisador leva em consideração o próprio léxico utilizado pelos sujeitos históricos com que trabalha, e ainda há casos de se conseguir juntar as duas formas, quando a definição externa é a mesma utilizada pelos sujeitos históricos ao se definirem.

Todavia, no caso do integralismo, parece ser necessária uma pequena observação nesse sentido. José Manuel Quintas, em seu artigo *O Integralismo para além das etiquetas*, publicado na coletânea *Ideias e percursos das direitas portuguesas* (2014), adverte o seu leitor logo no início que a etiqueta "direitas", sob a qual estão reunidos os estudos publicados no livro, não tem aplicação rigorosa ao Integralismo Lusitano

(QUINTAS, 2014, p. 167). Muito embora o autor não discorra sobre o porquê dessa afirmação, Quintas fornece uma pista quando inicia o texto com uma epígrafe de António Sardinha. Nessa epígrafe, Sardinha dá a entender que os integralistas não se reconheciam como sendo de direita:

As «direitas» são um imenso peso-morto que subsiste apenas pelo poder de inércia. Atadas a fórmulas vazias de expressão e de dinamismo, nem de longe alcançam a profunda transformação que se opera no mundo. Ao contrário, nas «esquerdas» há um anseio [...] que, desde que se encha de força orgânica e de directriz vital, por si só constitui a garantia da nova idade que se descobre para além dos escombros burgueses da Revolução (SARDINHA apud QUINTAS, 2014, p. 167).

Semelhante posição apresentou Augusto da Costa no texto "*Esquerdas*" e "*direitas*", publicado na seção *Crónica Política* da *Nação Portuguesa*. Costa, no entanto, repudiou a clivagem e afirmou que, caso fosse necessário assumir uma posição, os integralistas seriam de extrema esquerda.

Esta classificação topográfica de *esquerdas* e *direitas* não nos pertence: é uma consequência da deformação mental determinada pelo Liberalismo. Mas, admitindo-a por momentos, devemos dizer que o nosso lugar é na *extrema-esquerda*, e não entre as *direitas*. Somos *reaccionários*, e não larvas passivas. Somos *radicais* e não acomodáticos conservadores (COSTA, 1924, p. XXXIII, grifos do autor).

Costa continuou o texto embasando o seu argumento na afirmação de que o integralismo desejava não apenas uma revolução política, mas também social. Em ambos os casos, a repulsa pelo termo direita se dá sob a perspectiva de sua imobilidade, ou seja, pela sua característica conservadora, mantenedora do *status quo*, à qual o integralismo se opunha no afã de realizar uma reforma social e política transformadora da sociedade portuguesa – ainda que fossem transformações pautadas num tradicionalismo e em uma forma de governo reacionária, no sentido de que a monarquia orgânica pretendida pelos integralistas pressupunha um retorno a um passado idílico português. Possivelmente, o que o autor

quis dizer quando afirmou que, caso fosse necessário enquadrar o integralismo na clivagem direita/esquerda, este estaria na extrema esquerda, ele se referia ao fato de os integralistas verem a si próprios e ao movimento como renovadores em contraposição aos conservadores, associados ao termo direita.⁵³

O projeto político integralista consistia em uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar, na qual haveria duas tendências: uma centralizadora e outra descentralizadora. A centralizadora estaria caracterizada na figura do rei, que exerceria a função governativa suprema e a função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais. Além dessas, também desempenharia funções executivas de natureza diplomática, militar, financeira geral e de chefia do poder judicial (função moderadora). A tendência descentralizadora abarcaria o aspecto econômico (empresas, corporações e política econômica do governo central); o aspecto familiar administrativo (família, paróquia, município, província, Assembleia Nacional); o aspecto judicial (julgado municipal, tribunal provincial, supremo tribunal de justiça, conselho superior de magistratura); e o aspecto espiritual (arte, ciência, escolas e universidades, religião – Católica Apostólica Romana).

[...] se ao confessarmos-nos anti-parlamentaristas no político e descentralizadores no administrativo, nos declaramos conjuntamente sindicalistas no social e no econômico. O nosso trabalho é simultâneo de destruição e de reconstrução. De destruição, quando no campo do pensamento e dos factos nos esforçamos por dissipar até ao seu último equívoco, a influencia funesta da mitologia revolucionaria. De reconstrução, quando, por sobre os alicerces combalidos da sociedade, procuramos terraplanar o hiato aberto pela passagem perturbadora do Liberalismo e achar as bases sólidas em que a Ordem-Nova se estabelecerá, para prestígio da Christandade e aumento da civilização (SARDINHA, 1922a, p. 7-8).

⁵³ Para Arno Mayer (1977, p. 57), os contrarrevolucionários não devem ser confundidos com reacionários e conservadores, "embora as afinidades e ligações entre estes componentes da tríade anti-revolucionária sejam decisivas, sob todos os aspectos, para a iniciativa contrarrevolucionária".

Luís Reis Torgal (2014) assinala que o programa integralista se inspirou no legitimismo miguelista do século XIX. Segundo o autor, muito embora não se tenha formado em Portugal um pensamento filosófico tradicionalista complexo, como ocorreu na França, houve, com efeito, a definição "de um conjunto relativamente coerente de ideias básicas, que, de algum modo, se vêm a concretizar e a desenvolver depois, em outros movimentos políticos diferentes e com sucesso variável" (TORGAL, 2014, p. 226), entre os quais estariam o integralismo e, posteriormente, o movimento católico-social.

As ideias de José da Gama e Castro (1795-1873) ressoaram no pensamento integralista, sobretudo a ideia da monarquia como estado político natural de uma nação e de que haveria um "centro político" para cada nação, "que lhe assegurava, tendo em conta as características e os condicionalismos próprios do país, o «maior grau de felicidade possível»" (TORGAL, 2014, p. 228). As sociedades teriam uma formação e uma evolução natural, caso fugissem a esse desenvolvimento, voltariam ao seu centro político (TORGAL, 2014, p. 227-228). Assumindo uma posição contrarrevolucionária, monarquista e defensora ferrenha do catolicismo (que no contexto da Primeira República portuguesa perdia espaço com a política de laicização do Estado e da sociedade), esse "centro político" dos integralistas referir-se-ia a uma visão utópica do fim da Idade Média e início da Idade Moderna em Portugal.

Entretanto, segundo José Manuel Quintas, no que se refere à questão dinástica, os integralistas reconheciam a legitimidade de D. Miguel, mas pronunciavam-se por D. Manuel II. Entre a legitimidade da instituição (ou do princípio), "conjunto de leis fundamentais por que se governa e caracteriza um Estado" (QUINTAS, 2004, p. 172) e a legitimidade da pessoa que a representa, consideravam os integralistas a primeira superior. Todavia, a obediência a D. Manuel II foi apenas até 1919 quando, ao fim do sidonismo (com o qual os integralistas colaboraram), o movimento não teve a acolhida pretendida para o seu projeto de uma reorganização dos organismos monárquicos (QUINTAS, 2014, p. 183).

Torna-se necessário ressaltar que o ponto de aproximação entre a *America Brasileira* e a *Nação Portuguesa* não se dava mediante o projeto político integralista ou de seu acentuado catolicismo. A questão religiosa pouco aparece na *America Brasileira* e nos artigos políticos publicados na revista, frequentemente se propõe uma reforma das instituições republicanas e da constituição e uma maior centralização e controle por parte do Estado, mas não o retorno a uma monarquia (orgânica ou não). Muito embora Sardinha e Elysio de Carvalho tenham trocado

correspondências e elogios, e ambas as revistas tenham feito comentários sobre suas obras, o ponto de convergência entre elas é o tradicionalismo, pensado principalmente na valorização de um modelo de civilização ibérico, e na aproximação entre Portugal e Brasil, e, em menor escala, Ibéria e Ibero-América.

José Augusto Vaz Pinto, em seu *O futuro político do Brasil*, publicado na *Nação Portuguesa*, criticou a democracia, afirmando que este não era o melhor regime para o Brasil e que o federalismo ameaçava a unidade nacional. Para Vaz Pinto, a centralização, monárquica ou republicana, estava condenada pela experiência do Império e fazia apelo a uma monarquia nos moldes propostos pelo Integralismo Lusitano: um império descentralizado e representativo, e não centralizado e democrático como havia sido o anterior.

Nesse momento inevitável em que o Brasil atingir a sua plena maturidade histórica, pelo completo aproveitamento das suas riquezas económicas, pelo completo povoamento das suas zonas povoáveis, pela completa unificação social do seu povo, e pelo fortalecimento da sua ordem política, o mundo terá passado por transformações políticas enormes, e o Brasil será no mundo um grande factor de pêso (PINTO, 1923, p. 539).

O autor traçou um panorama mundial em que Portugal e Espanha selavam uma aliança e apontou o Brasil como o grande bastião centralizador da América não britânica contra o avanço *yankee*, "será no Novo Mundo, o bloco latino, oposto ao bloco germânico". Pinto fazia um apelo para que, quando chegasse a hora, fosse formada uma aliança entre as civilizações ibéricas, ibero-americanas e ibero-africanas. "[...] o bloco luso-hispano-centro-sul-americano será o guarda inabalável da civilização latina e católica que educou o mundo" (PINTO, 1923, p. 541), fazendo apologia ao *mare nostrum* e reverberando a política de lusitanização do Atlântico Sul, encetada pelo governo português.

Esse posicionamento antigermânico pode ser observado também nas obras de Elysio de Carvalho, nacionalista fervoroso, que também adotava o discurso pautado na legitimação ibérica ou latina em contraposição à germânica, além de afirmar a nacionalidade brasileira. Elysio escreveu em carta a António Sardinha que a diretriz que tentava dar à *America Brasileira* assemelhava-se à que Sardinha direcionava à *Nação Portuguesa*, especialmente no que se referia ao culto aos

antepassados e à herança comum portuguesa. É compreensível que um artigo como o de José Augusto Vaz Pinto tivesse forte apelo ao brasileiro, crítico da política da Primeira República, que defendia e profetizava, em alguns artigos, o futuro Brasil como potência mundial, especialmente pela exploração de suas riquezas⁵⁴, e líder latino-americano, não obstante discordasse do preceito de uma monarquia orgânica, como proposto por José Augusto Vaz Pinto.

Elysio foi apresentado por Sardinha em *A Lição do Brasil* (artigo publicado na *Nação Portuguesa* e reproduzido na *America Brasileira*) "como um dos chefes intelectuais do nacionalismo brasileiro" e, enaltecendo a obra do autor, utilizou-a como exemplo da importância de Portugal e da civilização ibérica para o Brasil. "Praticando o seu exame de consciência patriótica, o nacionalismo brasileiro acha-se assim enlaçado ao nacionalismo português e colaborador com êle nos trabalhos comuns do «hispanismo»" (SARDINHA, 1923, p. 555, grifo do autor).

Nesse mesmo artigo, Sardinha afirmou sua posição a favor da monarquia e da Igreja, mas ao se perguntar se o nacionalismo brasileiro deveria necessariamente ser também a favor da monarquia responde: "se o *nacionalismo brasileiro* não é monárquico, como o nacionalismo português, carece de ser, pelo menos, abertamente *contra-revolucionário*" (SARDINHA, 1923, p. 558, grifos do autor). Para Sardinha, o Brasil emoldurava-se no quadro geral da Cristandade e advogava para ambos os países o ressurgimento do conceito "perdido" de Cristandade.

Em *Portugal e Brasil*, a redação da *Nação Portuguesa* teceu comentários elogiosos à *America Brasileira* e a Elysio de Carvalho, mencionando a "posição assumida pela autorizada revista nacionalista em relação ao *Integralismo Lusitano*" (PORTUGAL..., 1923, p. 417). O texto não especificava qual seria essa posição, no entanto, dava ênfase na proximidade luso-brasileira e, referindo-se a Elysio de Carvalho, afirmou-se:

Possa seu labor crescer em seara magnífica, – e que nunca não nos falte com o seu concurso, para que a *política do Atlântico*, tão brasileira e tão portuguesa ao mesmo tempo, se torne em realidade

⁵⁴ Em alguns de seus livros, Elysio discorreu sobre a potencialidade brasileira, especialmente no que diz respeito à indústria siderúrgica, assumindo uma posição extremamente favorável, como em *Brasil, potência mundial: inquerito sobre a indústria siderúrgica no Brasil* (1919) e *Realidade Brasileira* (1922).

consoladora para as duas nacionalidades que a língua e o sangue reúnem no culto comum de Camões! (PORTUGAL..., 1923, p. 418, grifos do autor).

Na *America Brasileira*, foi noticiada a criação do Nacionalismo Lusitano na seção *Portugalia*, sob o título *O Fascismo em Portugal*. No número 21, foi transcrita uma nota divulgada pelo Conselho Supremo do Nacionalismo Lusitano, reconhecendo em João de Castro "um dos seus mais valiosos e nobres elementos" (O FASCISMO..., 1923a, p. 264), muito embora também se tenha afirmado não haver chefes pessoais no Nacionalismo Lusitano.

No número 22, deu-se prosseguimento ao assunto, alegando ser esse interessante e desconhecido para os brasileiros, e sobre o qual a revista transcreveu a entrevista de José Osório de Oliveira para o *Correio da Manhã*, na qual José Osório afirmou a necessidade de ditaduras em casos momentâneos e esporádicos: "entre a ditadura da maioria, feita de baixo para cima, contra as tradições nacionais e religiosas, como a da Rússia, e a ditadura nacional dum Mussolini, não há que escolher. E' por isso que nós estamos com o Fascismo" (O FASCISMO..., 1923b, p. 295). Apesar dessa afirmação, ao ser indagado se o Nacionalismo Lusitano era fascista, afirmou que não, apesar de o jornal *A Batalha* assim o ter classificado. Em seguida da entrevista, há um texto de compromissos que, como português, deveria assumir, entre os quais, colocar-se ao lado de qualquer governo português contra a agressão estrangeira ou o bolchevismo.

A crítica de José Osório a uma ditadura da maioria "feita de baixo para cima" que, a seu ver, iria contra as tradições nacionais e religiosas, explícita, em primeiro lugar, uma possível aversão à posição tomada pela Revolução Russa quanto à religião, e, em segundo lugar, a consonância de seu pensamento com a ideia, muito comum a vários intelectuais da época, de que a nação deveria ser comandada por uma elite capaz, esclarecida, guardiã das tradições.

Em ambas as revistas, há um forte posicionamento contrário ao movimento bolchevique russo – posição tomada amiúde pelas elites da época que o consideravam ameaçador às estruturas sociais e de poder. Quanto ao fascismo, há algumas notas elogiosas na *America Brasileira*, assinadas pela redação nas seções *Repertorio* e *Notas & Commentarios*, que não definem muito bem o que seria o fascismo (vale ressaltar que naquele momento o movimento fascista ainda era incipiente), mas procuram reafirmar a sua ligação com o povo, a sua característica como

"aspiração nacional, nascida do descontentamento geral, e que procura pela acção, com homens novos, livres de preconceitos theoricos, reconstruir a nação italiana" (O QUE...., 1923, p. 90).

Muito embora em diversos artigos e notas da *America Brasileira* coloque-se a questão do Estado nacional forte como uma solução à crise econômica e política – posição comum em momentos de crise, nos quais há o desejo de um retorno à ordem, processo frequentemente visto como possível pela mão firme do Estado –, além de certa apologia à prontidão militar e de armamentos, há, do mesmo modo, a preocupação com a força e as ditaduras. Em um artigo sobre a Tchecoslováquia, Elysio de Carvalho criticou o bolchevismo russo, "destruidor de toda a vida social", mas também o fascismo, ambos

[...] fundados sobre a mesma philosophia da força, da intolerancia e da vaidade nacional que caracteriza o pangermanismo, nada mais representam que a reação confusa nascida da ausencia de idéas claras e provocada pela ambição de desesperados da política (CARVALHO, 1923b, p. 285).

Da mesma forma, Francis de Miomandre, no artigo *Pobre liberdade!*, afirmou que parecia haver uma reação contra a liberdade e discorreu sobre o perigo da tirania. Em parte, Miomandre culpa a opinião e as histórias que se formaram ao redor do bolchevismo (muitas das quais propagadas em pequenas notas da seção *Repertorio* da *America Brasileira*): "os partidarios da tyrannia, que sempre se dizem sustentaculos da ordem – é tão commodo! – aproveitaram-se do bolshevismo como um verdadeiro espantallo, para impressionar as multidões" (MIOMANDRE, 1923, p. 338).

A crítica ao bolchevismo aparece em pequenas notas, sem autoria, na seção *Repertorio* ou *Notas & Commentarios*, sendo algumas a partir de opiniões alheias publicadas em jornais britânicos ou a partir de autores franceses. Quando do falecimento de Lênin, foi publicada uma nota sobre sua vida e atuação, na qual se colocou:

Não vimos mesmo que surgisse um adversario que fosse um emulo digno de Lenine, até a hora do aparecimento de Mussolini, a unica figura com que se o pôde comparar. Aliás Mussolini se apoia na tradição secular do povo, ao passo que Lenine

marchou na fantasia encandecida de seu ideal (LENINE..., 1924, p. 58).

De modo geral, o fascismo aparece de forma mais favorável que o bolchevismo, colocado nas páginas da *America Brasileira* apenas como informação sobre política internacional ou alvo de críticas. Em um artigo sobre o golpe de Primo Rivera, na Espanha, o único dos regimes mencionados que é acompanhado de um adjetivo favorável é o fascismo:

E' indiscutível que, na transição violenta que sacode a Europa, ha uma tendencia clara para a dictadura, ou porque as velhas fórmãs constitucionaes não podem mais moldar as irremessiveis contingencias modernas ou porque degenerou a sua politica, a ponto de exigir forças mais imperiosas no exercicio do poder. A dictadura do proletariado, na Russia; a dictadura **empolgante** de Mussolini e, agora, a dictadura militar de Primo de Rivera, para não falar em outros paizes onde se mascara ainda sob o ritual antigo, são exemplos incisivos e que devem fazer pensar aos sociologos e publicistas, que não encontraram ainda a explicação da hora presente (O GOLPE..., 1923, p. 321, grifo nosso).

Na *Nação Portuguesa*, a crítica ao bolchevismo está inserida em alguns textos sobre nacionalismo, muitas vezes contrapondo o bolchevismo ao integralismo. António Sardinha, em *A Ordem-Nova*, concordou com o caráter antidemocrático de Lênin:

Eis porque Lenine, atacando a "democracia pura", nos oferece uma definição admiravel da "liberdade", que, sem ofensa para o ilustre mestre da Contra-Revolução, o proprio Charles Maurras não duvidaria em acolher (SARDINHA, 1922a, p. 8).

No entanto, no mesmo artigo, alegou que aos bolcheviques faltava um agente que regulasse o Estado, preservando-o da anarquia.

Não lhe sendo possível obtê-lo na sua quimera estulta de emendar a sociedade segundo as preferências sociológicas de meia duzia de

ideólogos em delírio, o bolchevismo, a braços com o dilema de se negar a si próprio, ou de cair no perigo mortal da sua inteira desfibracão, não teve outro remedio senão recorrer, – como recorreu –, para a mais dura e inflexível ditadura pessoal (SARDINHA, 1922a, p. 9).

No final do artigo, argumentou que o plano de campanha integralista deveria envolver-se na defesa da Europa contra o bolchevismo argentário e o bolchevismo agitador.

Quanto ao fascismo, este figurou entre as notícias de política internacional, comentários favoráveis nas duas primeiras séries da *Nação Portuguesa* partiram sobretudo da pena de Rolão Preto:

[...] a marcha dos *camisas negras* sôbre Roma é afinal a marcha da vanguarda do grande exército reacionário, de grande exército nacionalista, que por toda a parte, nesta velha terra da Europa, se vai ajuntando e movendo pela mão restauradora da Providência (PRETO, 1922, p. 273, grifo do autor).

Tanto a *America Brasileira* quanto a *Nação Portuguesa* reservavam em suas páginas um espaço para as notícias políticas e econômicas nacionais e internacionais – no caso da *America Brasileira*, também havia notícias sobre cultura, eventos, ciência, medicina, entre outros, sendo mais variada em seus assuntos que a *Nação Portuguesa*. Isso ocorre em virtude da proposta colocada por cada uma das duas revistas: uma de cunho político acentuado, apresentando-se como veículo de divulgação do Integralismo Lusitano; e a outra, nacionalista, mas que também era um veículo de informação sobre o Brasil e o mundo em seus variados aspectos.

Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial e o pós-guerra estiveram presentes nas páginas de ambas as revistas. A Primeira Guerra é sem dúvida o evento que marcou uma geração de intelectuais – geração definida não com base em uma demarcação biológica (do nascimento do sujeito), mas como um grupo de pessoas marcado pelos mesmos eventos. As preocupações expressas em muitos dos artigos e notas na *America Brasileira* e na *Nação Portuguesa* têm ligação com a experiência da guerra, que, muito embora não tenha ocorrido em território brasileiro, foi vivenciada pelo envio de soldados, pelas alterações na economia brasileira e mundial e através das notícias que chegavam da Europa (muitos imigrantes residentes no Brasil ou descendentes de europeus

ainda tinham família e amigos na Europa, motivo de preocupação adicional para algumas pessoas). As consequências da guerra fizeram-se sentir de forma acentuada em todo o mundo ocidental. Assuntos como combustível, comunicação, meios de transporte, organização militar, questões de fronteira, matérias-primas para armamento, o desfecho da guerra e a então situação da Alemanha estão presentes em diversos números das duas revistas.

No caso da *Lusitania*, essa não é uma questão tão aparente quanto nas outras duas revistas por conta do tipo de periódico que se propunha ser, com preocupações majoritariamente no campo da cultura, artes, literatura e história, sendo os comentários de ordem política menos frequentes que nas outras duas revistas e, geralmente, vinculados a resenhas e comentários de livros. Entretanto, o nacionalismo presente nas três revistas foi invariavelmente marcado pela experiência da guerra que acentuou a urgência de se resolver os problemas nacionais.

Na introdução, intitulada *O Patriotismo e o Nacionalismo num agape de intellectuaes*, do livro *Afirmarções, um agape de intellectuaes* (1921), Carlos Malheiro Dias enfatizou as características de um neonacionalismo que havia irrompido no Brasil, afirmando ser o único nessa "modalidade confusa e desconcertante do patriotismo" (DIAS, 1921b, p. 10), que se apresentou divorciado das tradições, colocando como o fator primordial da pátria brasileira a natureza e não o "empreendimento humano". Referia-se Malheiro Dias a outras formas de nacionalismo surgidas no Brasil.

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (1990, p. 79), a questão nacional emergiu em diversos momentos no processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros, como no fim do século XIX com a geração de 1870, após a Primeira Guerra Mundial, por ocasião do Centenário de Independência, em 1922, e no Estado Novo. Para Daniel Pécaut (1990, p. 24) o

[...] processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento global e realizou-se sob diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal.

Entre os diversos movimentos nacionalistas brasileiros do início do século XX, pode-se citar o ufanismo, representado por Afonso Celso e Olavo Bilac, entre outros autores, no qual a nacionalidade era pensada

como fruto das condições naturais da terra, e não como resultado dos regimes políticos (OLIVEIRA, 1990, p. 24). Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, intelectuais pró-aliados fundaram a Liga Brasileira pelos Aliados, presidida por Rui Barbosa, que contava com intelectuais como José Veríssimo, Graça Aranha, Pedro Lessa, Olavo Bilac e Manuel Bonfim.

Posicionando-se perante as questões da guerra, havia aqueles que defendiam a posição francesa, como Medeiros de Albuquerque, Coelho Netto e Afrânio Peixoto; os que eram germanófilos, como João Barreto de Menezes, Lima Barreto e Capistrano de Abreu, e ainda outros que assumiram uma posição de neutralidade, como Assis Chateaubriand, Oliveira Lima e Alberto Torres.

Em 1915, Bilac iniciou o que Lúcia Lippi de Oliveira chamou de "jornada patriótica para despertar a nação" (OLIVEIRA, 1990, p. 120), ao se dirigir aos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Propunha o serviço militar obrigatório e uma educação cívico-patriótica. Essas ações desencadearam um debate sobre a questão nacional que, mais tarde, desembocou na formação da Liga de Defesa Nacional.

Para Alberto Torres, a salvação nacional não se faria por meio das armas, mas pelo trabalho do homem e pelas riquezas do solo. "É a terra, é a geografia que estabelecem os parâmetros para a ação política que visa a organização da nação" (OLIVEIRA, 1990, p. 123). Torres foi um dos formuladores do pensamento agrarista no Brasil.

Outra tendência nacionalista foi a Propaganda Nativista, fundada em 1919 por Álvaro Bomilcar, e que contava com a revista *Gil Blas*, dirigida por Alcebíades Delamare, para veicular suas propostas. Tinha como objetivos: despertar a solidariedade entre as nações americanas, defender o mercado de trabalho para os brasileiros, regulamentando a imigração ao direcioná-la para a agricultura, e apresentava características lusófonas, culpando o imigrante português que ficava nas cidades pela carestia da vida (OLIVEIRA, 1990, p. 150). Essa lusofobia já havia aparecido anteriormente na revista *Brazílea*, fundada em 1917 (tendo circulado até 1918), e dirigida por Bomilcar e Arnaldo Damasceno Vieira, sendo o tema principal de sua campanha nacionalista a "luta contra os portugueses e a valorização da mestiçagem na construção do povo brasileiro" (OLIVEIRA, 1990, p. 149). Apresentava a religião e a moral como os alicerces da pátria.

Para Lúcia Lippi de Oliveira (1990, p. 145) é a partir da Primeira Guerra que o nacionalismo abandonou o viés ufanista e assumiu um

caráter militante com programas de luta e organização de movimentos para a salvação do país.

Retornando ao texto *O Patriotismo e o Nacionalismo num agape de intellectuaes*, Malheiro Dias afirmou que

Antes que alguns intellectuaes da França tivessem improvisado um movimento de reacção contra o radicalismo socialista, ressuscitando os preconceitos de religião e de casta na luta contra a influencia dos israelitas e erguendo o pendão catholico e tradicionalista a meio das paixões desencadeadas pelo processo de Dreyfus, o *nacionalismo* significava distinctamente a aspiração militante de povos que haviam perdido a soberania política e diligenciavam recobral-a, restaurando as suas nações. Havia o *nacionalismo* irlandez, o *nacionalismo* polaco, o *nacionalismo* tcheco, os *nacionalismos* agypcio e hindú (DIAS, 1921b, p. 10-11, grifos do autor).⁵⁵

De acordo com Malheiro Dias, desconhecia-se o nacionalismo como política de combate entre povos cuja soberania estava consolidada, no entanto, a guerra

[...] agravando em formidaveis proporções o choque entre as reivindicações proletarias e as tradições conservadoras, motivou o recrudescimento das lutas de classe, reviveu conflictos de ha muito apasiguados pela civilização universalista da edade contemporanea (DIAS, 1921b, p. 11).

Dessa forma, segundo o autor, o nacionalismo francês teria influenciado o surgimento de outros nacionalismos em outros países,

⁵⁵ O caso Dreyfus, mencionado por Malheiro Dias, centrou-se na condenação por alta traição de um oficial judeu do exército francês, chamado Alfred Dreyfus. Dreyfus, no entanto, era inocente e o problema passou a residir na admissão do erro judicial por parte do exército e do governo. A sociedade francesa ficou dividida, de um lado intelectuais como Émile Zola, que defendiam a libertação do oficial, e de outro, intelectuais como Maurice Barrés, que acreditavam que sacrificios deveriam ser feitos em prol da nação, que seria melhor sacrificar Dreyfus a admitir o erro e enfraquecer o exército (WINOCK, 2000, p. 13-198).

como Portugal, Brasil e Itália. Malheiro Dias difere os três nacionalismos, definindo o italiano como detentor de aspirações expansionistas, que se organizava "como a guarda pretoriana do conservantismo monarchico" contra os bolchevistas; o português teria sido exclusivamente cerebral e estético, opondo-se ao culto do passado, "pela fé nas qualidades originaes da raça a irracionalidade demagogica e iconoclasta do jacobinismo"; enquanto o brasileiro teria sido um revigoramento da consciência cívica, apelando ao cumprimento dos deveres patrióticos, incluindo o serviço militar (DIAS, 1921b, p. 11).

Nesse nacionalismo de revigoramento da consciência cívica e deveres patrióticos, que Malheiro Dias, a partir das palavras de Ronald de Carvalho, localizou o tradicionalismo de Elysio de Carvalho. Nacionalismo tradicionalista, que transparecia nas páginas da *America Brasileira* por meio de artigos de brasileiros e portugueses favoráveis a uma aproximação cultural e espiritual entre Brasil e Portugal.

A ênfase na cultura portuguesa ou ibérica, especialmente dos séculos XV e XVI, tal qual aparece nas revistas estudadas com o hispanismo, o iberismo cultural ou a aproximação luso-brasileira, pode ser compreendida através de algumas chaves interpretativas.

Arno J. Mayer, em *A força da tradição e a persistência do Antigo Regime*, assinala que o desenvolvimento da modernidade liberal na Europa entre 1848 e 1914 conviveu com valores da tradição e do conservadorismo.

Reconhecidamente, o capitalismo industrial distorceu e pressionou essas estruturas ao longo do processo, mas não ao ponto de ruptura ou desfiguração total. A velha classe governante tinha rápido poder de recuperação e era flexível (MAYER, 1990, p. 21).

Nesse sentido, o autor afirma que as velhas elites procuraram assimilar e adaptar de maneira seletiva as novas ideias e práticas, sem ameaçar seu *status* e perspectiva tradicional, de forma que "qualquer que tenha sido a diluição e depreciação da nobreza, ela foi gradual e benigna" (MAYER, 1990, p. 23). Ao mesmo tempo, no afã de aproximar-se dessa antiga elite, os burgueses abraçaram

[...] a alta cultura historicista e patrocinaram as instituições hegemônicas que eram dominadas pelas antigas elites. O resultado foi o fortalecimento das linguagens, convenções e

símbolos clássicos e acadêmicos nas artes e letras, em vez do estímulo aos impulsos modernistas (MAYER, 1990, p. 23).

Muito embora não trate do caso de Portugal nem do Brasil, a análise encetada por Mayer pode ser útil para se pensar que houve a continuação de determinados elementos da tradição no campo político e cultural no início do século XX, coexistindo com projetos modernos e de ruptura.

De acordo com Luís Trindade, houve dois sentimentos geracionais antagônicos na década de 1890 entre escritores portugueses: o republicanismo, que ele designa como patriota e progressista, e o tradicionalismo, de caráter mais conservador, que viu "na decadência nacional o sinal para a recuperação nacionalista de uma velha e gloriosa cultura ameaçada pela modernidade" (TRINDADE, 2008, p. 109).

A permanência de símbolos clássicos e acadêmicos no campo cultural português continuou no início do século XX, e "a defesa da linguagem, da língua, como síntese da tradição e mundividência nacionalistas, parecia, assim, a forma do combate político próprio dos escritores" (TRINDADE, 2008, p. 77). O "amor pelas coisas portuguesas" tornou-se uma espécie de infraestrutura da legitimidade política do nacionalismo tão presente na literatura portuguesa do início do século XX, segundo Luís Trindade (2008, p. 79).

Nesse período, de acordo com José Carlos Seabra Pereira, havia três correntes neorromânticas na literatura portuguesa: a vitalista, a saudosista e a lusitanista. A corrente vitalista era preponderante na primeira década do século XX e irradiou de um núcleo de escritores e críticos republicanos que se agrupavam em torno de João de Barros, Mayer Garção e Sílvio Rebelo. Essa corrente literária possuía um veio interventivo, em sentido mais amplo ou no de engajamento político.

De modo global, podemos dizer que, sobretudo na fase de implantação do neo-romantismo vitalista nos inícios do século XX, se nos depara a modulação literária da versão a que Teófilo Braga e a propaganda republicana submeteram o esquema que Antero havia proposto sobre as causas da decadência dos povos peninsulares: antiobscurantismo e emancipação pelas luzes, regeneração pátria pelo derrube do regime monárquico-jesuítico (PEREIRA, 1983-3, p. 855-856).

Como característica fundamental de seu nacionalismo, estava a busca da legitimação étnica e histórica da Pátria Republicana. Já no período republicano, principalmente durante a Primeira Guerra, defendia a premissa de um "Portugal maior" e fazia "a apologia da beligerância, com as consequentes atitudes de apelo ao heroísmo tradicional (e, aliás, com sintonização dos sentimentos generalizados de religiosidade católica)" (PEREIRA, 1983-3, p. 856).

Ainda segundo José Carlos Seabra Pereira, o neorromantismo vitalista decaiu com a República, apesar do papel da revista *Atlântida* e da produção literária de João de Barros. Na sua fase expansiva, essa corrente literária atraiu diversos autores como Fausto Guedes Teixeira, António Patrício, Augusto Gil, Cândido Guerreiro, Affonso Lopes Vieira e João Lúcio, que a ela aderiram por um período longo ou curto (PEREIRA, 1983-3, p. 850).

O neorromantismo saudosista, por sua vez, irradiava de um núcleo bem definido por Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, o movimento Renascença Portuguesa, suas edições e a revista *A Águia*, tendo o seu auge entre 1910 e a Primeira Guerra,

[...] anos durante os quais influi difusamente em neo-românticos vitalistas e, sobretudo, informa a fase inicial de autores que depois, já para além do primeiro quartel do século XX e sob outra situação política, aderem à apoteose da Fé e do Império e a outras sequelas nacional-conservadoras do neorromantismo lusitanista (PEREIRA, 1983-3, p. 851).

A saudade era a força que unia as relações entre poeta e raça, sendo esta compreendida como encarnação da alma ou de um caráter nacional, com os elementos cultural e espiritual, ultrapassando o componente étnico (PEREIRA, 1983-3, p. 860). Essa forma de interpretação da palavra raça também se encontra em João de Barros, designado por Pereira como vitalista, e em Sardinha, designado como neorromântico lusitanista. Centrava-se num nacionalismo com elementos neossebastianistas e que majoritariamente defendia que o novo regime deveria efetuar uma renovação de valores (PEREIRA, 1983-3, p. 861).

É inegável que algumas interpretações deste domínio temático surgem muito presas a entoações tradicionais (projecção da saudade no passado

histórico, e não no passado mítico, secundarização do económico, renovação municipalista e utopia agrária, desgosto pela civilização industrial, etc.). Então, a memória comunitária nem sempre se traduz num historicismo novo e purificado dos desvios passadistas, a identificação com as formas locais de autenticidade popular algumas vezes descamba em folclorismo, enfim, o nacionalismo mítico e literário não se diferencia do nacionalismo tradicional – e ficamos perante outras tantas zonas de ambiguidade entre as correntes saudosista e lusitanista do neo-romanticismo (PEREIRA, 1983-3, p. 861).

As duas correntes diferem-se no engajamento cívico, que, no caso da Renascença Portuguesa, se dava fundamentalmente através da ação pedagógica, valorizando o conhecimento simbólico. A poesia saudosista tem uma dimensão épica, "esta deflui aqui da ontologia do heróico e da vibração metafísica; traduz-se fundamentalmente, com já em Junqueiro, na ambição da poesia cíclica e na referência constante ao horizonte dantesco ou à figura de Camões [...]" (PEREIRA, 1983-3, p. 862-863). A figura de Camões é retomada por todas as três correntes literárias neorromânticas na exaltação do nacional.

A corrente lusitanista, por sua vez, "buscava uma saída regenerante ou evasiva no retorno à terra e à tradição, à exaltação nacional e à acção das personalidades extraordinárias [...]" (PEREIRA, 2004, p. 397). Uma das características dessa corrente era o engajamento político, tal qual o vemos no Integralismo Lusitano. Com a Primeira Guerra, as outras duas correntes neorromânticas sofreram um processo de indefinição, precisando recorrer aos elementos da corrente lusitanista, referentes à sua linguagem, tradição, imagens e mitos históricos (PEREIRA, 1983-3, p. 853). A partir de então, a corrente lusitanista alastrou-se e foi pouco a pouco assimilando as outras duas.

A literatura de intervenção neorromântica lusitanista exaltava as virtudes e grandezas patrióticas, como o culto da tradição e da Raça.

O culto da Raça está longe de ser unívoco (como denuncia o recurso a termos como *alma*, «*ethos*», *génio nacional*), sem se distanciar sempre do que já encontramos nas correntes vitalista e saudosista; é mais correcto dizer-se que o que distingue o tratamento lusitanista do culto da Raça é, por um

lado, o enorme relevo que ele ganha na economia idiomática deste neo-romantismo e, por outro lado, o facto de a vertente histórica sobrepujar inegavelmente as vertentes étnica e cultural. Quanto à afirmação do génio autóctone, processasse por via criativa, mas também pela rejeição de importações culturais na língua, na literatura, nos costumes (sendo particularmente visado o francesismo) (PEREIRA, 1983-3, p. 865).

Alguns nomes vinculados à corrente neorromântica lusitanista são Luís de Magalhães, Jaime de Magalhães Lima, Corrêa de Oliveira, Affonso Lopes Vieira, Branca de Conta Colaço, Queirós Ribeiro, António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Augusto de Santa Rita e José Agostinho.

Como pode-se perceber, intelectuais da Renascença Portuguesa (alguns dos quais posteriormente fizeram parte da *Seara Nova*), alguns integralistas e até mesmo João de Barros compartilhavam de uma mesma matriz literária, o neorromantismo. Esses intelectuais partilhavam também a noção de engajamento, fosse ele político ou cultural, a preocupação com uma renovação nacional e com a legitimação nacional pela história, recorrendo muitas vezes à tradição e pelo que designam como raça. Após a Primeira Guerra Mundial, com o aprofundamento da crise política, econômica e social em Portugal, esses intelectuais direcionaram seus esforços na crítica à República portuguesa, adotando alguns elementos do neorromantismo lusitanista.

No campo político também houve a permanência de alguns elementos da tradição no período pós-Primeira Guerra, como apontado anteriormente através da análise de Ernesto Castro Leal e Luís Manuel Reis Torgal sobre a presença de aspectos do discurso legitimista oitocentista no nacionalismo tradicionalista português dos anos 1920, sobretudo no integralismo lusitano, que apresentava um discurso contrarrevolucionário. Segundo Francisco Palomanes Martinho, alguns elementos da tradição permaneceram inclusive durante o regime do Estado Novo português, que estava ancorado "em um eficiente discurso que remetia, a todo instante, a um passado legitimador" (MARTINHO, 2007, p. 12).

Na medida, portanto, em que o modelo político imposto em Portugal após a queda da Primeira República opunha-se ao individualismo liberal, o Portugal sebastinista e o Portugal restaurador transformavam-se nos pilares básicos de referência

para a (re)construção da "Nação Portuguesa" (MARTINHO, 2007, p. 12-13).

Apesar disso, como pondera o autor, entre os que pensaram e organizaram a institucionalização e o funcionamento do regime, havia aqueles que defendiam uma perspectiva conservadora e tradicionalista, mas também os que propunham um diálogo entre a ditadura e os diversos projetos de modernidade alternativa ao liberalismo organizado na Europa nos anos 1920 e 1930 (MARTINHO, 2007, p. 12).

A essa reflexão da coexistência entre tradição e modernidade no início do século XX, pode-se acrescentar alguns outros elementos, como a questão da decadência sentida por Portugal com a crescente perda de territórios e posição entre as potências mundiais, incentivando o desejo por uma regeneração, concebida por alguns pela tradição. Dever-se-ia retomar Portugal glorioso. À decadência pode-se acrescentar ainda a questão da formação e identidade nacionais, sendo esta crucial para entender tanto o lado português de valorização da cultura ibérica quanto o brasileiro, que retornam ao passado como forma de legitimar sua identidade e projetar um futuro de sucesso.

A tradição, nesse sentido, é uma das chaves para se compreender o intercâmbio entre *Lusitania*, *America Brasileira* e *Nação Portuguesa*, uma vez que o iberismo cultural, o hispanismo e a aproximação luso-brasileira pautavam-se sobretudo na tradição. A exaltação do passado, que dava sustentação à capacidade civilizatória portuguesa, estava ligada a ideia da nação "assente numa sólida estrutura de um passado longínquo e pouco definido, mas tido como «sagrado» e indiscutível" (TORRALBA, 1996, p. 219), a que os nacionalistas chamavam de tradição.

Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1913), de Candido Figueiredo, a palavra tradição significa:

Acto de entregar *ou* transmittir. Entrega. Transmissão de factos históricos, systemas, lendas, etc., de idade em idade, sem prova authênica *ou* escrita. Tudo que se sabe *ou* se pratica, provindo da transmissão oral *ou* de hábitos inveterados. Recordação, memória: *acatar as tradições de família*. (Do lat. *traditio*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 764, grifos do autor).

Segundo Eric Hobsbawm (1997, p.7), o termo "tradição inventada" serve para designar tanto tradições cujo surgimento é mais difícil de localizar num período determinado, quanto aquelas construídas,

inventadas e formalmente institucionalizadas. As tradições inventadas incorporam um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica visando

[...] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

A tradição presente nas três revistas remete em grande parte às discussões historiográficas e ao iberismo cultural já iniciados no século XIX, mantendo um núcleo central que resgata ou pressupõe uma continuidade artificial com o modelo de civilização ibérico tal qual se apresentava nos séculos XV e XVI – passado estabelecido como ponto de referência. Entretanto, deve-se ressaltar que essa tradição é adaptada à orientação de cada revista e ao nacionalismo presente em cada uma delas.

Na *Nação Portuguesa*, a Igreja Católica e um modelo utópico de monarquia orgânica entravam como componentes fundamentais dessa tradição. Na *Lusitania*, os estudos históricos, artísticos e literários eram guiados pela tradição, pensada principalmente sob o aspecto cultural. Nesse sentido, buscou-se fixar, sistematizar, divulgar e interpretar a herança e o patrimônio de um nacionalismo cultural, lançando mão de autores consagrados no campo intelectual de sua época, como a diretora da revista, D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, referência importante por sua vasta obra e conhecimento sobre a cultura portuguesa (TRINDADE, 2008, p. 211). Na *America Brasileira*, o mesmo núcleo tradicional que orientava as outras duas revistas transparece na questão racial, na valorização da cultura e literatura portuguesa e da presença portuguesa em terras brasileiras.

3.2 Iberismo

A questão ibérica e o problema da decadência são temas frequentes e recorrentes na literatura e na filosofia portuguesa. Enquanto os séculos XV e XVI são interpretados como os séculos de ouro, do auge de Portugal e Espanha, os séculos XVIII e XIX são marcados com a letra escarlate da decadência, em função da perda de espaço político, econômico e cultural desses países para os demais países europeus. Ainda hoje esses temas, especialmente o da questão ibérica, animam discussões e análises.

O problema da decadência não era exclusivo de espanhóis e portugueses, havia toda uma literatura oitocentista *fin-de-siècle*, majoritariamente de matriz francesa, que tratava do tema da decadência, abordando-o de forma histórica (Herbert Spencer), biológica (Conde de Gobineau) ou estético-filosófica (Stéphane Mallarmé, Octave Mirbeau, Joris-Karl Huysmans, Gabrielle D'Annunzio).

Na Espanha e em Portugal, esse problema foi debatido com afinco no século XIX, momento em que ambos os países sentiram de forma mais acentuada a perda de espaço para as demais potências europeias, dentro de um contexto de crescente industrialização dessas potências, do fortalecimento da ideia de Estado-nação, de dificuldade que os regimes liberais encontraram na península, "*where the states were weakly established within societies that, from the point of view of their economic and social structures, still belonged to the Old Regime*"⁵⁶ (MATOS, 2009, p. 2), de política imperialista e expansionista e de ameaça ao que restava de seu império colonial.

O episódio do *Ultimatum* Britânico (1890) foi emblemático na política portuguesa, pois a Inglaterra exigiu a retirada das tropas portuguesas localizadas entre as colônias de Moçambique e Angola, e a concessão de Portugal às exigências britânicas ocasionou um sentimento de humilhação nacional, uma vez que se perdiam territórios e poder simbólico na acirrada disputa imperialista.

Preocupados com esse cenário e abraçando o diagnóstico da decadência, alguns intelectuais apresentaram a questão ibérica como uma possível solução para tal problema. Polissêmica, a temática reuniu discussões sobre as mais diferentes formas de aproximação ou união entre Portugal e Espanha, seja no campo espiritual ou cultural, seja no campo político e econômico, com projetos de organização unitária, federal, monarquista ou republicana. Segundo alguns intelectuais, uma união entre Portugal e Espanha faria reflorescer com força a civilização ibérica, que voltaria a ser tão esplendorosa e poderosa quanto nos séculos de ouro, retomando a sua posição entre as potências mundiais.

Embora a iniciativa, nas suas mais variadas formas, tivesse grandes entusiastas, uma possível união, especialmente quando se tratava de uma união política e econômica, objeto de boa parte das propostas de união ibérica do século XIX, teve opositores ferozes, principalmente em Portugal, e enfrentou rejeição de parte da população. Nos meios de

⁵⁶ "[...] onde os Estados eram fracamente estabelecidos em sociedades que, do ponto de vista de sua estrutura econômica e social, ainda pertenciam ao Antigo Regime" (tradução nossa).

comunicação portuguesas, houve uma forte reação à propaganda ibérica, tanto interna, quanto a proveniente da Espanha, na qual se identificava a união ibérica com o aniquilamento da nacionalidade e a morte da pátria.

Havia uma dificuldade inerente aos projetos de união ibérica no tocante à autonomia de Portugal, o que ocasionou certa inquietação dos portugueses sobre o assunto, pois a Espanha era o único país com quem Portugal mantinha uma extensa fronteira terrestre, sua população era bem maior que a portuguesa e a capacidade bélica era superior (PEREIRA, 2010, p. 275). Dessa maneira, havia o temor de que, numa possível união ibérica, Portugal fosse simplesmente invadido e absorvido pela Espanha. Em várias ocasiões (como nos anos de 1862, 1898, 1904 e 1907-08), houve boatos de uma invasão espanhola eminente. Essa era uma forma de reforçar a coesão nacional e de neutralizar inimigos políticos ao identificá-los com um inimigo externo, aquele velho inimigo a ser derrotado (MATOS, 2009, p. 4). Desse modo, o iberismo foi debatido por diversos intelectuais que lhe atribuíram representações utópicas e distópicas (PEREIRA, 2010, p. 283).

Em 1851, o espanhol Sinibaldo de Mas publicou *A Ibéria*, em que advogava a união dos dois países através da monarquia e apontou as vantagens econômicas dessa união para Portugal – onde a obra foi amplamente lida e comentada. No mesmo ano, o português José Félix Henriques Nogueira, um dos teóricos precursores do republicanismo português, idealizou uma federação peninsular dividida em municípios, juntando Portugal com as quatorze províncias espanholas (essa divisão da Espanha em províncias teria como objetivo acabar com a hegemonia castelhana sobre as regiões com as quais Portugal estabeleceria contato político). Latino Coelho, autor do prólogo da obra de Nogueira, defendeu uma grande confederação europeia. Em 1854, Joaquim Maria da Silva defendeu o estabelecimento dos Estados Unidos da Ibéria (PEREIRA, 2010, p. 259-261).

O debate estava, pois, lançado. A partir daqui a polémica instala-se. A defesa da utopia ibérica assume duas fórmulas predominantes. A monárquica unitária que previa a união peninsular sob uma coroa única, punha a tónica na restauração da importância da Península no concerto das nações e na ideia de prosperidade económica, enfim na promessa do "imenso porvir de grandeza e glória", para utilizar as palavras de Carlos José Caldeira, e a republicana federalista que à nostalgia das antigas autonomias locais – municípios,

províncias, *fueros* – mesclava a doutrina federativa colhida nos exemplos dos Estados Unidos da América e da Suíça. Apesar da falta de consenso e certezas quanto à arquitectura da federação peninsular (como o número de estados, fragmentação ou preservação do território português, etc.), esta via federalista inspirará todo o pensamento republicano e progressista de oitocentos, confiante de que a livre associação dos povos encontraria os seus caminhos (PEREIRA, 2010, p. 261).

A defesa de uma aproximação cultural e espiritual também movimentou pensadores portugueses do século XIX. A *Revista Ocidental* (1875), dirigida por Jaime Batalha Reis⁵⁷, tinha entre seus objetivos uma modernização cultural e a divulgação dos problemas contemporâneos da Europa; além disso, buscava juntar, em um novo renascimento intelectual na península, escritores portugueses, espanhóis e latino-americanos (MATOS, 2009, p. 4). Nessa revista, colaboraram Antero de Quental e Oliveira Martins.

Oliveira Martins advogava uma aproximação diplomática e cultural com a Espanha, mas sempre defendeu a autonomia política de Portugal, distanciando-se da proposta de uma união ibérica no sentido econômico e político. Na década de 1870, distanciou-se também do republicanismo e adotou uma posição crítica em relação ao projeto de federação ibérica e de federação de nações latinas, tão caro ao republicanismo no último quartel do século, pois, em sua visão, as afinidades étnicas seriam insuficientes para uni-los. Antero concordava com essa crítica de Oliveira Martins (MATOS, 2009, p. 5). Para Sérgio Campos Matos (2009, p. 6), é importante observar que Oliveira Martins era mais adepto de um iberismo diplomático e cultural, mas não de uma união ibérica em termos políticos e econômicos.

Nas décadas de 1880 e 1890, Teófilo Braga defendeu as bases étnicas da nacionalidade, criticou a união ibérica por entendê-la como um conceito exclusivo do unitarismo monárquico e defendeu o federalismo e uma confederação latina. Deste último elemento, Jaime de Magalhães Lima também foi defensor.

⁵⁷ Esse intelectual fazia parte da rede de contatos do diplomata e imortal da Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha, com quem trocou correspondências.

Nascido no Rio de Janeiro, cidade que deixou ainda muito jovem, privou com os vultos mais importantes do republicanismo brasileiro os quais se manifestaram apoiantes da federação latina e, tal como outros federalistas portugueses, defendeu o alargamento desta associação supranacional ao Brasil (PEREIRA, 2010, p. 266).

É importante mencionar que Magalhães Lima foi um dos colaboradores das revistas *Lusitania* e *Atlântida*. Esse projeto de aproximação luso-brasileira já vinha sendo discutido por alguns intelectuais desde o século XIX, como no jornal *O Século*, dirigido por Magalhães Lima no início da década de 80, órgão apologético da confederação luso-brasileira e até da confederação ibero-americana (PEREIRA, 2010, p. 266-267).

A partir de 1890, o iberismo perdeu sua influência no lado português, exceto por alguns republicanos que apoiavam a ideia de uma federação ibérica. Segundo Matos (2009, p. 6), o aumento das relações econômicas de Portugal com suas colônias africanas, as ideias colonialistas e imperialistas que caracterizavam o republicanismo português e a memória do período de União Ibérica (1580-1640), revisitado pelas campanhas anti-iberistas, contribuíram para o declínio do iberismo. Ainda de acordo com o autor, o iberismo do século XX em Portugal "*was limited to a small elite most concerned with a cultural union with Spain, or with the Peninsular nationalities, particularly with Catalonia and Galicia*"⁵⁸ (MATOS, 2009, p. 6). Todavia, é possível observar que esse iberismo espiritualista ou cultural continuou ventilando após a Primeira Guerra Mundial e que inspirou parte do pensamento nacionalista brasileiro e português, ressoando na *America Brasileira*, na *Lusitania* e na *Nação Portuguesa*.

Em Portugal, do último quartel do século XIX à primeira década do século XX ocorreram embates entre os grupos monarquistas e republicanos. Ao descontentamento com a política externa portuguesa, ocasionado pela perda de colônias africanas e de poder no cenário político mundial, juntou-se o *déficit* do tesouro e o problema dos gastos reais, que degradou a imagem da família real. Grandes expectativas direcionavam-se à República, proclamada em 1910, mas o período que viria a seguir seria tudo menos um mar de rosas.

⁵⁸ "[...] era limitado a uma pequena elite preocupada com uma união cultural com a Espanha, ou com as nacionalidades peninsulares, particularmente com a Catalunha e a Galícia" (tradução nossa).

A Primeira República portuguesa (1910-1926) foi um período conturbado pela instabilidade política, ocasionada, entre outros motivos, pela constante alternância no poder. A decisão do governo português de aderir à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve duras consequências para o país, não apenas pela experiência traumática de uma guerra de proporções anteriormente nunca vistas e que envolvia praticamente todos os recursos de uma nação, mas também pela crise econômica e social que se seguiu. Esses problemas colocaram o governo na mira da crítica da sociedade civil (ADINOLFI, 2007, p. 114). À crise econômica e política, somava-se ainda o impacto da Revolução Russa (1917), que espalhou insegurança e inquietação em parcelas da sociedade europeia.

É nesse cenário que o iberismo voltou a ser assunto para alguns intelectuais, como por exemplo, António Sardinha, um dos líderes e principal teórico do Integralismo Lusitano. Inicialmente, Sardinha declarou-se anti-iberista, ao identificar o iberismo do século XIX com a democracia e a maçonaria. Do ponto de vista ideológico, tradicionalista e antiliberal, Sardinha reagia contra o desejo iberista, expresso por Afonso XIII, rei da Espanha, de uma intervenção espanhola na política portuguesa. Reagia também ao retorno de questões relacionadas à união ibérica e à federação peninsular na Espanha (MATOS, 2009, p. 7).

Após o regicídio, em 1908, houve um período em que republicanos portugueses temiam o "perigo espanhol" e depois da implantação da República, em 1910, retornou o temor de que com a debilidade do novo regime, Afonso XIII (rei da Espanha entre 1886 e 1931) aproveitasse a oportunidade para concretizar o desejo de unir a Península Ibérica em um só país. "As incursões monárquicas reacenderam em Portugal a crença de que não existia espanhol que não desejasse ver a República cair" (FERREIRA, 2016, p. 18). A Primeira Guerra Mundial aumentou a debilidade da República e ainda despertou o temor de uma invasão espanhola com auxílio alemão (FERREIRA, 2016, p. 18).

No entanto, depois de um período de exílio na Espanha (1919-1921), António Sardinha passou a ter uma outra visão sobre a Espanha e sobre as relações entre os dois países. Nutrindo grande admiração pela história e cultura castelhanas, passou a considerar laços mais próximos entre Portugal e Espanha, como a pré-condição para Portugal ganhar novamente a sua influência no mundo. Sardinha então adotou o conceito de *hispanismo* que, segundo Sergio Campos Matos (2009, p. 8), correspondia à ideia de uma nova ordem social, pautada em uma visão de mundo e em uma espiritualidade cristã, na qual as nações ibéricas seriam os grandes bastiões; a Península Ibérica era considerada a essência e o grande exemplo da civilização cristã.

Essa união espiritual entre os dois países, defendida por Sardinha, foi ampliada, englobando também a América Ibérica, que constituía o legado dos dois países. Em vários textos, Sardinha recusou o latinismo, pois, a seu ver, o passado comum e glorioso que pautaria o futuro dos povos era aquele da Península Ibérica, diferente da França e da Itália, e cuja continuidade estava na América, por isso designa seu pensamento como hispanista.

No século XX, a maioria dos intelectuais que se dedicou ao assunto defendeu uma aproximação cultural e espiritual entre os países ibéricos ou ibero-americanos, diferentemente do século XIX, no qual muito se debateu o projeto político e econômico de união ibérica. Calcados nessa aproximação cultural e espiritual, alguns intelectuais projetaram o caminho futuro de Portugal e Brasil, visualizando-os como potências mundiais. A civilização ibérica seria uma das questões-chave para se compreender essas projeções futuras, nas quais se lançou mão da tradição ibérica como parte fundamental de sua composição. Escolha deliberada de um passado histórico apropriado para o que se desejava no futuro. Essas questões permearam as páginas das três revistas estudadas.

Para todos, a tradição é ainda elemento vivo, "virtualmente presente" para usar uma expressão de Mannheim, mesmo que se deixe vislumbrar em fragmentos na superfície da vida social. Ela é um protagonista do presente, destinada a ser reiterada, explorada, saqueada ou destruída. Cadáver insepulto a atravancar o nosso caminho, ou uma espécie de Lázaro que deve sempre voltar à vida para a nossa plena identidade, ela é ainda horizonte do nosso presente (BARBOZA FILHO, 2000, p. 32).

A valorização dos séculos de ouro e da tradição como ponto-chave na análise desses intelectuais já havia sido pensada na Espanha por Miguel de Unamuno, entre outros intelectuais, para quem não seria possível ser simultaneamente espanhol, europeu e moderno, de forma que para europeizar a Espanha era necessário espanholizar a Europa (BARBOZA FILHO, 2000, p. 36). "A restituição de plenitude a esta alma latente e eterna da Ibéria, como elemento de redenção da Europa e da própria Espanha, organizava o eixo do programa de Unamuno" (BARBOZA FILHO, 2000, p. 37).

Unamuno fazia parte da famosa geração de 98, composta também por Ramón María del Valle-Inclán, Antonio Machado, Pio Baroja,

Ramiro de Maeztu e Azorín (José Martínez Ruiz), para a qual o retorno ao túmulo de Cid e a figura de Dom Quixote faziam parte da resolução da "questão Espanha", patrocinando a ideia de um retorno à Espanha original e recriando o mito da *hispanidad*. Para os espanhóis, apesar da percepção da decadência, aceitava-se a forte presença da tradição, que passava a compor as reflexões sobre a questão ibérica. "Tradição transformada em mito, em drama totalizante e produtor de significados, embora fugidivo e coberto de sombras, acenando a promessa de um todo e uma verdade que nunca se revelam inteiramente" (BARBOZA FILHO, 2000, p. 39).

No início do século XX, diversos intelectuais se entregaram à decifração da Espanha e a uma redescoberta do mundo⁵⁹. Todavia, não apenas os intelectuais mais abertos à modernidade e preocupados com os rumos da Europa colocavam a tradição como horizonte de referência e reflexão. A influência de Charles Maurras (1868-1952) e da *Acción Française* fez-se sentir em muitos países da Europa, incluindo Portugal e Espanha, e serviu como parâmetro para a aliança entre o pensamento conservador e o catolicismo. Alguns intelectuais mais conservadores desses países também reservaram à questão ibérica e à tradição um lugar especial em suas discussões, entre os quais pode-se citar António Sardinha. "Do mesmo modo que a tradição espanhola, a tradição portuguesa é sempre um crivo para o presente, é sempre polissemia e fundamento para as alternativas em jogo e conflito" nos séculos XIX e XX (BARBOZA FILHO, 2000, p. 45).

3.3 Hispanismo

De acordo com Paulo Bruno Rodrigues Ferreira (2016), na virada do século XX, o termo iberismo caiu em desuso e, ao final do século XIX, carregava uma conotação pejorativa; entretanto, ainda havia defensores de uma aproximação entre Portugal e Espanha, sobretudo cultural e espiritualmente, que utilizavam outros termos para designar essa aproximação. Segundo o autor, "com a publicação de obras como *A Aliança Peninsular* (1924), de António Sardinha, termos como hispanismo ou peninsularismo, ganharam relevância suficiente para substituírem o conceito de iberismo" (FERREIRA, 2016, p. 45). O

⁵⁹ Intelectuais como Ramón Gomez de la Serna, Ramón Pérez de Ayala, Ramón Maria del Valle-Inclán, Juan Ramon Jiménez, Ramón Menendez Pidal, Picasso, Gris, Santayana, Buñuel, Américo Castro, Lorca, Miró, entre outros (BARBOSA FILHO, 2000, p. 43).

iberismo passou a ser relacionado com uma união de cunho político, enquanto o hispanismo passou a ser visto como aproximações culturais, econômicas e intelectuais.

Unamuno utilizou *hispanidad* em um sentido muito parecido ao de hispanismo. Defendia a existência de uma raça espiritual e englobava nações que falavam espanhol, Portugal e Brasil. Teixeira de Pascoaes, conhecido por ser um dos fundadores da Renascença Portuguesa, e que admirava a obra de Unamuno, também exprimia esse desejo pela união dos espíritos ibéricos, em uma forma de hispanismo ou iberismo cultural, e defendia a abertura de Portugal às pátrias irmãs, Espanha e Brasil (FERREIRA, 2016, p. 72).

Segundo Ferreira, Fernando Pessoa também tomou o conceito de civilização ibérica. Como Oliveira Martins, cujas obras ressoaram em seu pensamento, "afiançava que portugueses e espanhóis deveriam viver separados em tudo o que fossem problemas nacionais e juntos em tudo o que fossem problemas 'civilizacionais', não deixando de procurar contrabalançar o poderio" (FERREIRA, 2016, p. 80) de potências como Inglaterra, Alemanha e França.

O termo civilização aparece em alguns artigos e resenhas na *America Brasileira*, na *Lusitania* e na *Nação Portuguesa*, referindo-se por vezes à civilização latina, civilização mediterrânea ou civilização ibérica. O termo civilização foi imensamente discutido no âmbito dos estudos históricos e antropológicos, salientados os seus problemas e a dificuldade de caracterização (que envolve diversos fatores sociais, culturais, geográficos, cada qual com a sua dificuldade e implicações de sistematização num conceito único). Segundo Braudel (2011, p. 236), a palavra civilização nunca viaja sozinha, está sempre acompanhada da palavra cultura, apesar de não se tratarem de termos intercambiáveis. Em *Escritos sobre a História* (2011), o autor apresenta a historicidade desse conceito e as dificuldades de sistematização do termo civilização, bem como a sua utilização no singular, a civilização, e no plural, as civilizações.

No caso das revistas trabalhadas, os autores referem-se ao termo civilização tanto no plural quanto no singular. Em algumas situações, como quando se refere à civilização brasileira, o termo civilização aproxima-se ao de nação, no tocante a fronteiras geográficas, estrutura social, econômica, institucional, história, línguas comuns, etc.; no entanto, subentendendo-se uma definição mais cultural do que o termo nação pressupõe. Em outros casos, o termo civilização tem um significado cultural mais amplo, extrapolando as fronteiras nacionais, como quando diz respeito à civilização ibérica, civilização latina,

civilização mediterrânea ou civilização ocidental. Em ambas as situações, civilização adquire o significado de um "conjunto de traços, de fenômenos culturais" (BRAUDEL, 2011, p. 236).

Quando atrelado a uma perspectiva futura, especialmente no que se refere à Ibéria, o termo civilização era apresentado como uma espécie de modelo, especialmente cultural, utópico, pautado num passado glorioso, revisitando o período de expansão marítima português e espanhol. A distinção entre a civilização ibérica ou latina dependia do enfoque que se queria dar no artigo. Ambos os termos aparecem em diversos momentos em contraposição a uma civilização germânica, e em menor escala anglo-saxã, construindo seu significado também de modo comparativo, na recusa de outros modelos.

Essa distinção aparece acompanhando não o termo civilização, mas o termo povo, no texto *Alma da Espanha*, de José Osório de Oliveira, na *América Brasileira*. O autor afirmou tratar-se de um equívoco a utilização do termo "raça latina" para os ibéricos, que, apesar de suas diferenças, compartilhavam muito mais pontos em comum entre si do que com os italianos e franceses. Aludindo ao hispanismo de Sardenha, afirmou que deveriam libertar-se politicamente da Inglaterra e intelectualmente da França ao fazer uma aliança com Espanha, Brasil e nações espanholas da América. Defendia também "uma aproximação com os países vencidos ou sacrificados que a tirania internacional da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos subjuga e oprime" (OLIVEIRA, 1923a, p. 253).

Esse tipo de pensamento ocorria principalmente em razão da ameaça sentida pelos portugueses com o crescimento do poderio da Inglaterra e da Alemanha no século XIX e com o domínio cultural francês, de forma que se buscava afirmar as características ibéricas (culturais, sociais, linguísticas, etc.) como modo de legitimar a sua nação. A diferença da utilização do termo ibérico ou latino dependia de quem faria o papel do outro. Quando o outro também incluía a França ou a Itália, o termo ibérico era o utilizado, mas quando o outro era visto como a Alemanha ou a Inglaterra, o termo latino poderia também ser empregado. O hispanismo e o latinismo foram objetos de debates na imprensa dos anos 20 na América Hispânica, onde coabitaram até a Primeira Guerra Mundial, a partir da qual o movimento hispanista passou a combater o latinismo "em nome dos direitos históricos da Espanha sobre a América que ela havia descoberto e colonizado" (BEIRED, 2014, p. 653).

O posicionamento antigermânico pode ser observado no ensaio *Transformações do pangermanismo*, de Elysis de Carvalho, no qual o

autor teceu considerações sobre o recém-lançado *A decadência do ocidente*, de Oswald Spengler, cruzando-o com leituras de Keyserling. Criticando algumas das questões colocadas por Spengler, sobretudo a crença na superioridade da raça alemã, escreveu na parte final do ensaio:

O néo-pangermanismo é a bandeira do actual partido nacionalista allemão. [...] A convicção íntima dos nacionalistas allemães, é que a Allemanha, reconciliada com as nações anglo-saxonias e ligada estreitamente com a Russia, possa mais tarde voltar-se contra a França e arrebatá-lhe a hegemonia que se arroga neste momento sobre a Europa continental: é a *revanche* pela força que querem (CARVALHO, 1923d, p. 316, grifo do autor).

Alguns meses depois de publicado esse artigo, a *America Brasileira* publicou um outro, sem autoria, intitulado *As Doutrinas de Spengler*, no qual dá notícia de uma conferência de António Sardinha sobre Spengler na *Residencia de Estudiantes*. Um dos pontos ressaltados no artigo é a correção que propôs Sardinha do termo espanhóis por hispanos, o que incluiria os portugueses, referindo-se à parte do livro em que Spengler menciona os três povos europeus que a seu ver seriam dotados da tendência para hegemonia mundial: espanhóis, ingleses e prussianos. O conferencista teria afirmado que a civilização ocidental não estaria morta, mas "que se renovará nas fontes de que promana. Na concepção hispanica da vida ha o necessario impulso de renovação. Não nos faltam lições no passado nem no futuro" (AS DOCTRINAS..., 1924, p. 213).

No entendimento de Sardinha, a civilização implicaria uma projeção futura, um modelo de origem que impulsionaria e praticamente determinaria o futuro grandioso. Para Spengler, a civilização era o apogeu que indicaria o declínio das culturas, "é do *devenu*, não mais do *devenir*. É sem destino, porque 'o destino é sempre jovem'. Ela é o inverno, a velhice [...]" (BRAUDEL, 2011, p. 251, grifos do autor).

Na *Nação Portuguesa*, foi publicada uma pequena nota sobre a recepção da conferência de Sardinha na imprensa, o que lhe teria rendido elogios na Espanha, a menção na *America Brasileira* e o silêncio em Portugal (OCIDENTALISMO..., 1925, p. LXXI-LXXII). Esta última parte não é inteiramente verdade, pois *Lusitania* publicou uma nota na seção *Marginalia*, na qual apresentou a conferência, de forma mais

sucinta que a *America Brasileira*, mas dando relevo aos principais pontos, os mesmos elencados pela *America Brasileira*.

Depois de filiar estas tendências mentais, o conferente desenvolveu e evidenciou a distinção entre *individuo* e *pessoa*, preconizando, contra os subjectivismos, o regresso à *filosofia do ser*, que não é outra senão o Tomismo. Nesta distinção encontra-se a ideia madre da conferência, baseando a noção de *pessoa* na civilização ocidental nascida do Cristianismo, o qual purificou os valores humanos que a Grécia e Roma tinham aperfeiçoado e foram desvirtuados pelo individualismo germânico e pelo individualismo inglês. O conferente não pode crer que esteja morta a civilização ocidental, antes pensa que se renovará nas fontes de que promana. A América – indevidamente chamada *latina* – é a maior garantia do Ocidentalismo – sinónimo autêntico de *Hispanismo*. E este vencerá a crise moral em que se debate, afrontando, com a sua consciência máxima em Camões, os perigos que ameaçam converter numa triste Mongólia a terra sagrada do Ocidente (AS DOUTRINAS..., 1924, p. 130, grifos do autor).

A conferência de Sardinha, resumida pela *America Brasileira* e por *Lusitania*, procurava estabelecer a importância dos portugueses para a formação da civilização ocidental. Sinalizava que seria pelo retorno a esse elemento de formação – pensado em conjunto com a Espanha em virtude de um passado comum até o século XII e de algumas proximidades culturais, por isso a etiqueta de hispanos, tendo em vista seus herdeiros e expoentes na América – que se encontraria a saída para a crise que atravessavam e um futuro melhor.

A ideia de que Portugal e Espanha contribuíram para formação da civilização ocidental era cara às três revistas, ainda que apareça de forma diferenciada em cada uma delas, tanto que desponta no programa da *Lusitania* publicado em seu primeiro fascículo: "iremos arquivando e desenvolvendo o património da Cultura nacional, integrando-o, com seu carácter próprio, no da Cultura universal, de que êle foi tão decisivo elemento na civilização e na beleza do mundo (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

O historiador basco, Segundo de Ispizua, em resenha de *A Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, reproduzida no terceiro fascículo da *Lusitania*, endossou a posição de que espanhóis e portugueses foram povos que fizeram contribuições fundamentais aos elementos da civilização ocidental.

¿No hay en todo esto grandes valores positivos de civilización? ¿No debe la Europa moderna su creación a los dos pueblos que se asientan en el extremo suoccidental del continente? ¿No tenemos la obligación de estudiar, y aquilatar, y presentar al mundo esos valores, olvidados y no atendidos en todas las historias escritas com infulas de presentar el cuadro de la actual civilización? ¿Y qué influencia tan grande la que ejercería en la conciencia colectiva hispana el conocimiento de todos aquellos valores, ya para la propia satisfacción y estímulo, ya como enseñanza al mundo y en especial para sus hijos de América, de lo que ha laborado por crear lo que se llama la actual civilización! (ISPIZUA, 1924, p. 470).

Na *America Brasileira*, Philéas Lebesgue, em *A influencia da Hespanha e de Portugal na civilização*, elencou fatores culturais e econômicos na contribuição de Portugal e Espanha, sobretudo no que diz respeito às grandes navegações e à literatura ibérica. "Nosso grande seculo classico bebeu directamente no thesouro iberico que lançou a semente do Romantismo; e o *Hernani* de Victor Hugo, para não ir mais longe, é tão hespanhol quanto o *Cid* de Corneille" (LEBESGUE, 1923, p. 70, grifos do autor). Lebesgue, lusófilo, concentra boa parte da análise em Portugal:

Convem insistir mais demoradamente sobre os singulares meritos reservados a Portugal, que conserva não só a gloria no que respeita ás expedições maritimas, como tambem na arte dramatica, graças a Gil Vicente, o indiscutivel pae to teatro peninsular. Por atavismo, por educação, pelo influxo territorial, os portuguezes deviam amar as aventuras, tão innatas na alma celta. Portugal concebeu a civilisação não só como extensão da fé christã, como tambem como um engrandecimento do mundo, como um sonho de

ação. Ele traçou o plano de colonização que nestes dois últimos séculos devia reair a Inglaterra, e se fracassou na sua empresa foi devido ao seu esforço sobrepassar em demasia os recursos de que podia dispôr (LEBESGUE, 1923, p. 70).

O hispanismo defendido por Sardinha que, como exposto anteriormente, tinha como orientação uma aproximação cultural e espiritual entre Portugal, Espanha, Brasil e países hispano-americanos, foi definido pelo próprio autor como a "síntese dos diversos nacionalismos gerados pela civilização que, saída da Península Ibérica, envolveu o Atlântico e foi florescer na América" (SARDINHA, 1923, p. 555). "[...] é para a restauração do genio imortal que, desviando o eixo da civilização do Mediterraneo para o Atlantico, abriu ao mundo de par em par as portas da Idade-vindoira" (GLORIA..., 1922, p. 99).

O autor apresentou o Brasil como o continuador de Portugal e da tradição ibérica. É através desse sentimento de continuidade, de florescimento da civilização ibérica no Brasil, que se afirmava a própria importância de Portugal e Espanha, os verdadeiros bastiões desse modelo de civilização. "Ser hispanista é, evidentemente, hoje mais do que nunca, reivindicar para as duas grandes pátrias peninsulares a paternidade duma civilização de que as Americas Central e Meridional são a garantia futura" (AINDA..., 1922, p. 211).

Oliveira Martins foi uma das grandes referências para Sardinha, no que se refere ao seu hispanismo (FERREIRA, 2016, p. 105). Assim como Martins, Sardinha defendia uma aproximação moral e espiritual com a Espanha, mas mantendo a independência de governos. Diferentemente de alguns hispanistas espanhóis, ele acentuava o papel de Portugal como contribuinte da história e da cultura na península. Como o hispanismo servia aos nacionalismos de ambos os países, faz sentido que hispanistas espanhóis dessem mais atenção ao seu país como elemento crucial à cultura peninsular, da mesma forma Sardinha o fazia com Portugal pela mesma razão.

Em *Ainda a entrevista de Miramar*, publicado na *Nação Portuguesa*, António Sardinha afirmou ser hispanista e não espanholista, reafirmando a defesa pela soberania política e econômica de Portugal. O autor ressaltou que "enquanto não houver em Portugal o Estado forte na Pátria forte, nada de realizações que só nos aprisionarão á fatalidade dos acontecimentos" (AINDA..., 1922, p. 212). A melhor forma não seria uma união ibérica, mas uma aliança peninsular.

[...] numa ausência lamentável do exacto conteúdo do Hispanismo, o confundiram neste desgraçado país com as quimeras aberrativas do Iberismo. Ninguém entendeu que o Hispanismo não significava senão o regresso áquele paralelismo político e social da Era de Quinhentos que permitiu às nações peninsulares o levantarem amigavelmente o facho do seu mútuo primado no mundo (AINDA..., 1922, p. 211).

A *Nação Portuguesa* publicou algumas notas defendendo seus artigos de ataques sofridos na imprensa, como no caso de uma nota que refutou a interpretação do jornalista espanhol Luís Araquistain acerca do hispanismo defendido pelos integralistas.

Os nossos leitores vêm sem dúvida nenhuma que António Sardinha notava apenas que sob a direção de Maurras e Barrès a Latinidade se orienta para a Hispânia – e não que o Hispanismo virá a ser realizado por Barrès e Maurras... Coisas bem diferentes, como se vê (HISPANISMO..., 1925, p. LV).

O hispanismo defendido por António Sardinha teve uma recepção positiva pela escritora peruana Angelica Palma (1878-1935) que, a pedido de Sardinha, escreveu um pequeno artigo sobre o assunto para a *Nação Portuguesa*, intitulado *Hispanismo y Nacionalismo*. Angelica Palma era filha de Ricardo Palma (1833-1919), célebre escritor, autor de *Tradiciones Peruanas* (1872-1910), e político peruano que tinha afinidades com o hispanismo, valorizando os múltiplos vínculos do Peru com sua ex-metrópole, sobretudo pelo idioma.⁶⁰ "*Palma desde 1878 habla de un americanismo no opuesto al hispanismo sino más bien con similitudes y diferencias que, en cualquier caso, unen más que separan*" (LUCA, 2012, p. 149).

Angélica participou de várias iniciativas que buscavam estreitar os laços entre Peru e Espanha, como a criação de um Centro Cultural Hispano-Americano em 1910. A autora viveu em Madri no início dos

⁶⁰ Segundo Oswaldo Holguín Callo (2000, p. 255-256), havia pontos de concordância entre Miguel de Unamuno e Ricardo ao questionarem o trabalho da Academia Espanhola e "*en aceptar nuevas voces y reconocer la validez del uso lingüístico*". Era recíproca a avaliação positiva das obras entre os dois intelectuais.

anos 20, período no qual se correspondeu com António Sardinha. Entre as correspondências presentes no espólio do escritor, uma se refere ao artigo publicado na *Nação Portuguesa*. Angélica afirmou ter colocado no artigo parte da conferência que fez no Ateneo de Madrid, uma vez que Sardinha teria tecido comentários a respeito de alguns conceitos nela abordados. Logo depois, comentou a recepção da obra de Sardinha na Espanha, fazendo uma avaliação positiva de seu iberismo, apesar de ressalvas políticas relacionadas ao discurso do rei Afonso XIII.

Veo que el iberismo de usted es tambien escrupulosamente nacionalista, pues el discurso de Afonso XIII le ha escamado un poco; la politica suele ser tan tortuosa que es dificil no desconfiar de ella; pero yo creo, por observación imparcial, que entre los intelectuales españoles hay ahora simpatia sincera a Portugal y admiración por su mentalidad (PALMA, 22 nov. 1922, p. 169-6).

No artigo, Angelica discorreu sobre os benefícios de uma aproximação entre América e Europa. Apesar de sinalizar para uma proximidade econômica ou política, não se aprofundou muito nessa questão, dando mais atenção às proximidades culturais e literárias e ressaltou que essa aproximação também não significaria passar por cima das nacionalidades.

[...] saben tambien que esa unión no significa el desmedro del sentimiento nacionalista; viene a abrirle mas amplos horizontes de humanidad, que depuran y elevan el amor a lo propio, causa eficiente de todo progreso individual y colectivo (PALMA, 1922, p. 193).

António Sardinha também convidou o espanhol António Ballesteros Beretta, historiador e americanista, para escrever um artigo para o quarto número da segunda série, publicado em outubro de 1922, tendo como enfoque a data comemorativa do descobrimento da América. Comemorada pouco depois do Centenário de Independência do Brasil, muitos dos textos publicados no segundo semestre de 1922 e no primeiro semestre de 1923 foram dedicados à aproximação luso-brasileira, ao hispanismo ou à fraternidade ibero-americana. O artigo de Beretta segue essa mesma orientação, fazendo um apelo à fraternidade ibero-americana. Colocou portugueses e espanhóis lado a lado na história dos

descobrimientos marítimos e da colonização, afirmou que deveria haver mais interesse e mais investigação histórica sobre esse determinado período. "*Si la fiesta de la Raza contribuye a salvar el tesoro espiritual de Portugal y España en América, bendita sea mil veces la fiesta de la Raza!*" (BERETTA, 1922, p. 149).

Durante vários números da quarta série da *Nação Portuguesa*, Manuel Múrias continuou publicando artigos de Sardinha (já falecido), inclusive um intitulado *O Brasil e o Hispanismo*, publicado em três partes. Nesse artigo, Sardinha explicou o que ele denominava como gênio hispânico. A ênfase no "hispânico" seria fundamental, pois, de acordo com Sardinha, o gênio hispânico englobava os povos que compõem a Espanha e Portugal, e o hispanismo, acima de tudo, abarcava também a América Ibérica, herdeira desse gênio hispânico. "O nosso nacionalismo, – o nacionalismo de brasileiros, o nacionalismo de portugueses completa-se pelo *Hispanismo*, fortificado pela inexgotável seiva católica" (SARDINHA, 1927, p. 185). Sardinha apontou a importância de se considerar como hispanos portugueses e espanhóis; todavia, o autor sempre enfatizou o sangue lusitano. A presença da Espanha na construção do seu pensamento servia para legitimar e dar relevo à causa do nacionalismo português.

O hispanismo fornecia subsídios para se pensar o futuro glorioso de Portugal. Até por se tratar de uma proposta de aproximação muito mais cultural e espiritual, em momento algum são apresentadas orientações claras e diretas para uma aplicação do hispanismo. Trata-se de uma diretriz geral que orienta e justifica a projeção futura do país e do povo.

De acordo com Paulo Archer de Carvalho (2003, p. 144), os integralistas, pautando-se nas ideias dos franceses Jacques Maritain e Maurice Barrès (que afirmavam o valor supremo da nação), "pensam que 'cada nação tem a sua missão' providencial na história e que cada nacionalismo tem a sua especificidade, o que introduz uma distância radical entre o hispanismo e os panlatinismos de Maurras e Mussolini".

No caso da revista *Lusitania*, o hispanismo ou o iberismo cultural aparecem de forma menos direta do que na *Nação Portuguesa*, em cujas páginas, António Sardinha fez uma defesa feroz e recorrente. Em *Lusitania*, essa aproximação ocorria de forma mais suave, menos explícita, até pelo tipo de revista que ela se definia, como explicitado anteriormente, menos combativa e mais cultural e científica. Pela escolha dos temas, já se pode observar a preocupação em dar relevo às conquistas portuguesas dos séculos de ouro e em determinar a importância de Portugal na história, como "decisivo elemento na civilização e na beleza do mundo" (AO LEITOR..., 1924, p. 4). Aparecem em suas páginas

temas como a literatura camonianiana, a expansão marítima portuguesa, a arte no período quinhentista, instrumentos de navegação, a história do escudo nacional português, a "renascença médica" em Portugal, entre outros. Além disso, como mencionado anteriormente, a aproximação espiritual e cultural com o Brasil e a Espanha também estão presentes no editorial.

Queremos comunicar com o espírito do mundo; mas, por vastos motivos de inteligência e sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil – filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal – e a Espanha, nossa irmã peninsular (AO LEITOR..., 1924, p. 4).

O fascículo de número cinco e seis foi dedicado aos quinhentos anos do nascimento de Camões, comemorado em 1924, nesse número, a seção *Bibliografia, Música e Artes Plásticas* foi substituída por outra, intitulada *Celebrações Camonianas na Europa e na América*. Nessa seção, na parte que se refere ao Brasil, foram longamente descritas as homenagens e comemorações prestadas na Academia Brasileira de Letras, com especial destaque a Afrânio Peixoto (que colaborou nesse número da *Lusitania* com um artigo sobre um trecho de *Os Lusíadas*); na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo; na Sociedade de Estudos Camonianos (Rio de Janeiro); na revista *América Brasileira*, da qual se transcreveu um trecho do artigo de Elysis de Carvalho, *Camões, Gentil Garção*; e na *Revista de Filologia Portuguesa*.

Em alguns trechos de discursos transcritos na *Lusitania*, é possível observar a repetição de que Camões era um poeta também da pátria e da raça brasileira, sendo o termo raça compreendido no seu sentido de comunhão cultural e espiritual com o povo português.

Ao tratar das comemorações na América hispânica, foi transcrito um trecho do discurso de Alberto D'Oliveira (1925, p. 340), proferido no Ateneo Hispano-Americano, no qual o autor afirmava ser Camões a maior glória de Portugal, a encarnação sublime de todas as virtudes e forças da alma portuguesa. "[...] *Camoens es por ello mismo una de las mas puras glorias de la Iberia, tan rica en ellas*". Alberto D'Oliveira salientou que Camões era, antes de tudo, um ibérico e que pertencia aos ibéricos e aos descendentes de todos os envolvidos nas grandes navegações. "*A la verdad es por ellos, es sobretudo por ellos, que Portugal y España siguen cumpliendo en America sus sagrados deberes,*

sus indeclinables deberes, de Naciones-madres" (D'OLIVEIRA, 1925, p. 343). O autor pede que não se esqueçam de seu sangue e de sua raça.

Y no ceseis tambien de estrecharnos las manos através de los mares y de rehacer con Portugal y España la integridad de la civilización ibérica. Los fundadores y los herderos de esa civilización deben buscar en ellos mismos sus inspiraciones para el porvenir, aunque enriqueciéndolas con la experiencia universal, y no reducirse a adaptadores o imitadores subalternos, a satélites opacos, olvidando que tienen alma y genio creadores y que supieron dar al mundo una época nueva jamás superada en la historia, ideales y normas superiores para la vida, un espíritu de sacrificio y de abnegación que llega a la sublimidad, grandes reformadores, grandes poetas y grandes santos. Portugal y España os hicieron depositarios de sus idiomas, de sus tradiciones, de su porvenir, que se confunde hoy con el vuestro (D'OLIVEIRA, 1925, p. 344).

As palavras de Alberto D'Oliveira vão ao encontro do hispanismo ao enfatizar o papel da Ibéria na civilização ocidental e dos ibero-americanos como continuadores da civilização ibérica.

De Alberto D'Oliveira transcreveu-se também na *Lusitania* um trecho de sua *Memórias da vida diplomática*, sob o título *A irradiação de Portugal na América Espanhola*, no qual o autor mencionou a presença da cultura portuguesa e de portugueses em diversos países da América hispânica. Afirmou que "nos idos tempos, o Atlântico era lusitano e o Pacífico era castelhano, e que para as possessões de Espanha o Peru e o México eram a fachada resplandecente e sumptuosas, e o litoral desta banda as traseiras pobres e desdenhadas" (A IRRADIAÇÃO..., 1926, p. 443). Logo em seguida, apontou que teria sido um piloto português o descobridor do Rio da Prata e Portugal a primeira nação que reconheceu a independência argentina.

Na *Lusitania*, com o destaque dado à literatura de Camões, às artes dos séculos XV e XVI, aos elementos relacionados à expansão marítima e à figuras históricas, como Uriel da Costa, ou de forte relevância simbólica, pode-se perceber a valorização da cultura portuguesa como contribuição para a civilização ocidental. Ao publicar nas páginas da *Lusitania* uma versão e interpretação em prosa do *Cantar de mio Cid*,

Affonso Lopes Vieira apropriou-se de uma figura do repertório mítico espanhol, trazendo-a também aos mitos de origem portugueses, fazendo alusão ao que Sardinha defendia, de se tomar o passado comum hispano de portugueses e espanhóis. Segundo Cristina Nobre, Lopes Vieira incluiu *O Poema do Cid* no "ramo de um mesmo programa de nacionalização dos marcantes clássicos (portugueses e, mais abrangente ainda, hispânicos) [...]" (NOBRE, 2005, p. 475-476).

Para a autora, Affonso Lopes Vieira trabalhava dentro de uma tradição literária da portugalidade com a reescrita de textos de autores canônicos como Gil Vicente, Camões e Jorge de Montemor ou de textos anônimos canônicos, como o *Amadis de Gaula* e o *Poema do Cid* (NOBRE, 2005, p. 360). O cânone eleito era o do século XVI português, "retrocedendo no tempo com uma procura da raiz mítica do lirismo amoroso no *Amadis de Gaula* e da vertente épica no *Poema do Cid*" (NOBRE, 2005, p. 362). Para a autora, Lopes Vieira idealizou um cânone capaz de restituir a continuidade entre o passado e o presente, em nome de um passado mítico onde a alma portuguesa havia se afirmado em seu apogeu (NOBRE, 2005, p. 364).

O *Amadis de Gaula* foi mencionado em diversos fascículos da *Lusitania* e, no oitavo fascículo, foi transcrito um artigo de José Maria de Cossío (publicado inicialmente na *Revista de Ocidente*) sobre *O Romance do Amadis e A Diana de Jorge de Montemor* de Affonso Lopes Vieira.

Adoptou a *Lusitania* como norma, que tem cumprido, não se referir às obras de que seus redactores são autores, a não ser nos casos em que, para além das personalidades, se afirmam valores *nacionais*. Porque autentica precisamente, e em termos tão nobres, o excepcional valor nacional de duas obras lusitanas, as quais, de mais a mais, ganharam a sua universal glória através da castelhana linguagem [...] (EL AMADIS..., 1925, p. 289, grifo do autor).

O *Amadis de Gaula* também apareceu nas páginas da *Nação Portuguesa* em dois artigos escritos por Sardinha, *O significado do Amadis* e *O significado do Amadis II*, os quais foram transcritos na *America Brasileira*. Nesta, além da transcrição dos artigos de Sardinha há outras menções ao livro de Affonso Lopes Vieira e duas notas sobre o *Amadis de Gaula* transcritas da *Lusitania*.

A *America Brasileira* abriu suas páginas, proporcionando no Brasil uma reverberação das ideias presentes nas outras duas revistas.

Tendo em seu programa inicial a proposta de ser uma revista de cultura e informação geral ao alcance de todos, pode-se notar que as relações luso-brasileiras logo foram consideradas assunto de grande importância, tanto que foi criada uma seção especificamente para tratar desse assunto.

No início de 1923, *Portugalia*, apareceu apenas como uma subseção dentro da seção *Repertorio*, que era formada por temas diversos, e, em junho de 1923 (no meio da existência da revista), tornou-se uma seção independente, que versava sobre assuntos portugueses e sobre as relações luso-brasileiras.

A maioria das notas era escrita pela redação, sendo poucas assinadas por autores externos, na sua maioria, portugueses. Nesse espaço, eram noticiadas conferências proferidas por intelectuais portugueses ou brasileiros sobre a temática das relações luso-brasileiras ou a respeito de assuntos portugueses. As conferências eram transcritas na íntegra ou somente alguns de seus trechos representativos, como a conferência de Oliveira Lima na sua posse como sócio correspondente da Academia de Ciências e Letras de Lisboa. Eram divulgadas notícias relacionadas à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Torre do Tombo, à Academia de Ciências e Letras e a outras instituições portuguesas; notícias de livros portugueses publicados, na sua grande maioria, por autores já consolidados no campo intelectual; novidades no campo literário português; apresentação de revistas portuguesas (como a *Nação Portuguesa* e a *Lusitania*); comentários sobre resenhas e querelas literárias, como a entre Affonso Lopes Vieira e Gomez Carrillo a propósito do romance de cavalaria *Amadis de Gaula*.

O *Amadis de Gaula* é conhecido pelo texto elaborado por Garci Rodriguez de Montalvo, cuja versão foi publicada pela primeira vez em 1508, em Saragoça. O texto de Montalvo resultou de uma transformação textual, visto que a narrativa inicial havia sido produzida por vários autores e contava com quatro livros. Montalvo corrigiu e modernizou os três primeiros, traduziu e emendou o quarto e acrescentou um quinto, *Las Sergas de Esplandián* (MEDEIROS, 2006, p. 2).

O *Amadis de Gaula* teria sido uma das mais importantes novelas de cavalaria peninsular; por isso, a disputa entre espanhóis, portugueses e franceses por sua autoria (MEDEIROS, 2006, p. 2-3). A origem francesa é a menos verossímil, tanto que a grande disputa estava entre espanhóis e portugueses. Do lado espanhol, alegava-se que as mais antigas alusões à narrativa partiram de autores espanhóis; do lado português, entre outros argumentos, colocava-se que o cronista Gomes Eanes de Zurara tinha se referido ao trovador português Vasco de Lobeira

como autor e, além disso, haveria uma menção a D. Afonso (irmão de D. Dinis) na obra (MEDEIROS, 2006, p. 3).

No texto escrito por Affonso Lopes Vieira, publicado na *America Brasileira* (transcrito da revista *Lusitania*), o autor defendeu veementemente que a origem do *Amadis* era portuguesa e não espanhola, como afirmava Gomez Carrillo,

[...] sobretudo depois que o grande mestre Menéndez y Pelayo tão nobre, competente e decisivamente depusera que o *Amadis* apenas podia ser obra do *espírito português*, por tal modo ficava hóspede e forasteiro no ambiente castelhano das gestas" (A PROPÓSITO..., 1924, p. 225, grifo do autor).

Continuou Affonso Lopes Vieira, alegando que inúmeros homens ilustres

[...] ao passo que têm erguido o soberbo monumento dos Estudos espanhóis, têm reconhecido todo o valor da acção de Portugal, do campo dos Descobrimientos iniciadores ao das Letras e das Artes caracterizadas pelo *ethos português* – a acção de Portugal na obra civilizadora da Peninsula, cujas duas nações já não acham razões de se disputarem glórias, tanta glória lhe cabe na obra da civilização universal (A PROPÓSITO..., 1924, p. 225).

Ao texto de Lopes Vieira seguiu o comentário da redação da *America Brasileira* que o endossava firmemente, inclusive afirmando ser Gomez Carrillo um plagiador que espalhava "torpezas, perversidades e venenos" (A PROPÓSITO..., 1924, p. 225), além de ser um injuriador de Rubén Darío.

Nesse momento, o campo literário e o campo político são indissociáveis, e o posicionamento tão enfático e apaixonado, tanto de Lopes Vieira quanto do texto da redação que o segue, é parte de uma discussão maior que envolve o papel de Portugal na história e no mundo contemporâneo.

As notas da seção *Portugalia* e os artigos publicados no corpo principal da revista estavam afinados com a corrente nacionalista que buscava a Ibéria como modelo civilizatório a ser seguido, e a literatura

passava a cumprir o seu papel na afirmação da nacionalidade portuguesa. Portugal seria o criador de nacionalidades, o fundador da Idade Moderna com os descobrimentos e, conseqüentemente, da civilização ocidental moderna, o semeador do lirismo e o criador de obras-primas como o *Amadis de Gaula* e *Os Lusíadas*. A disputa pela origem do *Amadis* era uma forma de reforçar a importância de Portugal, inclusive dentro da península.

Em o *Culto Camoneano*, por Alberto D'Oliveira, o autor colocou a necessidade de uma união de Portugal com a Espanha e as Américas, a fim de fortalecer o ideal de civilização ibérica. Nessa proposta de união espiritual, as nações americanas eram ao mesmo tempo filhas, herdeiras e representantes da civilização ibérica e do seu futuro, e irmãs, equiparando-as a Portugal e Espanha em sua origem e espírito. "[...] não esqueçais nunca o vosso sangue nem a vossa raça, que não se debilite em vossos corações o orgulho que deve encher-os pela obra que para vós realizou a Iberia e agora vos cabe engrandecer, exaltar e exceder" (D'OLIVEIRA, 1924, p. 212).

Muitos artigos da *America Brasileira* são dedicados à temáticas relacionadas a Camões, em virtude do seu aniversário de nascimento (1924). *Os Lusíadas* é apresentado como o grande símbolo da epopeia portuguesa, do apogeu da civilização ibérica, o testemunho do nascimento do mundo moderno e do lirismo português. Para Alberto D'Oliveira, *Os Lusíadas* era "[...] além do livro sagrado de Portugal e Brasil, um dos Evangelhos do genio iberico e da alma desta America" (D'OLIVEIRA, 1924, p. 213). A obra teve uma importância extraordinária para o nacionalismo português, sendo utilizada para legitimar essa reivindicação portuguesa como potência criadora, da qual seus descendentes deveriam orgulhar-se e na qual deveriam inspirar-se.

3.4 A aproximação luso-brasileira

A segunda série da *Nação Portuguesa* é, entre as séries selecionadas, a que mais artigos tem sobre o Brasil. Isso se deu em virtude das comemorações do Centenário de Independência do Brasil, evento de grande porte e repercussão em solo brasileiro e para o qual o governo realizou uma exposição universal. Nessas exposições, mais comuns no século XIX do que no XX, vários países eram convidados a expor aquilo que acreditavam ser característico ou moderno, enquanto o país promotor do evento fazia o mesmo, na tentativa de mostrar aos demais o seu desenvolvimento, suas riquezas e seu poderio. Entre os países convidados que apresentaram um pavilhão na exposição universal no Rio de Janeiro

estava Portugal. Como se pode observar na *Nação Portuguesa*, as comemorações não passaram despercebidas pelos meios de comunicação portugueses por simbolizarem uma data emblemática também para Portugal, estimulando a reflexão sobre as relações entre os dois países. A *America Brasileira* chegou a dedicar uma edição especial ao centenário, além de retornar ao assunto em outros números.

Nos meses que antecederam os eventos comemorativos do centenário, um outro acontecimento recebeu a atenção de portugueses e brasileiros: a travessia aérea do Atlântico Sul pelos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que partiram de Lisboa em um hidroavião batizado de *Lusitânia*. Após alguns percalços e uma série de escalas, Coutinho e Cabral chegaram ao Rio de Janeiro, e sua viagem foi aplaudida por portugueses e brasileiros, contribuindo com o imaginário de aproximação entre os dois países.

No primeiro número da segunda série da *Nação Portuguesa*, publicado no começo de 1922, há um artigo que descreveu a viagem, enfatizando a importância do feito, dada a curta existência da aviação portuguesa. "O encanto quebrou-se e de repente vemos Portugal ensinando ao mundo a arte de voar. Esse mar imenso que lambe os nossos pés e fez a nossa glória mais uma vez inspirou a Raça para a continuação da Epopeia" (S. C., 1922, p. 43). A viagem atlântica de Sacadura Cabral e Gago Coutinho era vinculada simbolicamente à expansão marítima dos séculos XV e XVI, associando o pioneirismo português das grandes navegações à façanha dos aviadores (apesar de, no mesmo texto, o autor ter declarado que outras viagens sobre o Atlântico já haviam sido feitas). Essa alusão à expansão marítima portuguesa também pode ser subentendida quando o autor dissertou sobre os instrumentos de navegação utilizados.

Elysio de Carvalho, diretor da revista *America Brasileira*, observou a viagem de Sacadura Cabral e Gago Coutinho pelas mesmas lentes:

E o que particularmente commove o coração das duas patrias que representam o genio luso (uma, lá, fiel aos velhos deuses e a outra, aqui, transfigurada sob os céos da America) é a demonstração, que a travessia do oceano lendario deixou evidente, de que o português, na sua aparente exaustão do antigo vigor moral, conserva ainda valiosa provisão daquelle incomparável heroismo que domou oceanos e ventos rugidores. Incontestavelmente, essa reserva de força e de

coragem, guardada através de quatro séculos, prova que a raça portuguêsã está ainda muito longe de perecer. Portugal está tão sadio, tão vivo, tão forte como outróra (CARVALHO, 1923a, p. 139-140).

Sobre as relações entre Brasil e Portugal, no artigo *Gloria ao Brasil!*, escrito pela redacção da *Nação Portuguesa*, pode-se ler a seguinte consideração:

[...] pelo lado espiritual, o Brasil orgulhosamente se sente e reputa o nobilíssimo continuador da tradição herdada. Tudo quanto no Brasil seja conservar o cunho português, o traço fisionómico da velha metrópole, é conservar e apurar o nascente nacionalismo brasileiro. As razões do Brasil como patria estão assim em relação directa com o portuguesismo da sua lingua, das suas artes, das suas aspirações, da sua política (GLORIA..., 1922, p. 98).

No texto, utilizou-se a expressão do *mare nostrum* para realçar a ligação entre a península e a América Ibérica e, lançando mão da imagem das "raízes da frondosa arvore étnica de que são ramas viçosas e robustas" (GLORIA..., 1922, p. 99), afirmou-se a importância do hispanismo.

Quanto mais português o Brasil se mantenha e guarde, mais brasileiro se sentirá. E' a virtude do sangue que nos liga, na comunhão sacratissima de Camões, que, sendo o poeta maximo da Lingua, é por isso o maior poeta tanto de Portugal, como do Brasil. Momento de singular elevação, que ele perdue em nossas almas, dando-lhes a tempera nobre de antigamente. E, tal como antigamente, que a esforçada grei lusitana, – agora portuguêsã e brasileira –, levante bem o alto facho glorioso do seu primado no mundo! (GLORIA..., 1922, p. 99).

O décimo primeiro número da segunda série, publicado em 1923, dedicado à nação brasileira, contém os seguintes artigos: *Saudação ao Brasil* (Affonso Lopes Vieira), *Definindo Intenções* (redacção), *Da história da colonisação do Brasil referida às missões religiosas* (J. Lúcio de Azevedo), *A lingua portuguesa no Brasil* (Manuel Múrias), *Portugal-*

Brasil e a diplomacia inglesa (Bettencourt Rodrigues), *A gênese da colonização do Brasil* (Carlos Malheiro Dias), *Oliveira Lima* (redação) – seguido da transcrição de um artigo de Gilberto Freyre, intitulado *O sr. Oliveira Lima em Portugal*, que havia sido publicado inicialmente no *Diário de Pernambuco* –, *Das belas letras brasileiras* (Luís de Almeida Braga), *O futuro político do Brasil* (José Augusto Vaz Pinto), *A retirada para o Brasil* (redação), *A Lição do Brasil* (António Sardinha) e *D. Luís da Cunha e o Brasil* (transcrição de texto escrito por D. Luís da Cunha).

É possível constatar na lista de colaboradores desse número intelectuais portugueses que eram favoráveis a um estreitamento de relações entre Brasil e Portugal e que publicaram textos ou tiveram seus livros e ideias resenhados na *Lusitania* e na *America Brasileira*: Carlos Malheiro Dias, Affonso Lopes Vieira e Bettencourt Rodrigues. Affonso Lopes Vieira abriu o número com a proposta de uma aliança entre Ibéria e América Ibérica, fazendo referência ao mito do Quinto Império.

Nesse dia – sem dúvida longínquo mas de certa aurora – se há-de constituir no mundo, com a Espanha nossa irmã e a América das duas linguagens da Península madre, a Aliança fraternal e gigantesca – o novo «Quinto Império» do nosso mito nacional (VIEIRA, A., 1923, p. 490).

O texto *Definindo Intenções* expõe o que se propõe com tal número da *Nação Portuguesa*, fazendo referência ao mesmo tempo a uma aproximação luso-brasileira, mas rechaçando a proposta de união política e econômica. Dever-se-ia respeitar o Brasil como país independente, e todos os projetos de aproximação deveriam ser pensados com muito cuidado, inclusive o da confederação proposto por Bettencourt-Rodrigues.⁶¹ Brasil e Portugal pertenceriam a uma mesma raça, "como ramos dum tronco".

Aspiramos, sim, a que uma hora sôe em que o «bloco hispano-americano» entre no quadro tangível das realidades e o Atlântico, como «mare nostrum», se volva num lago emoldurado pelos descendentes de quantos outrora, partindo da Península-Madre, o rasgaram ao cortejo triunfal

⁶¹ Autor de *Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres* (1923). A obra de Bettencourt-Rodrigues foi amplamente discutida, figurando nas três revistas deste estudo.

das idades-modernas" (DEFININDO..., 1923, p. 493).

Os demais textos versam sobre a questão da aproximação entre Brasil e Portugal, principalmente na história, e, no caso do artigo sobre Oliveira Lima, o foco era o seu papel nas relações entre Brasil e Portugal. Foi mencionada a criação da cadeira de Estudos Brasileiros por Oliveira Lima na Universidade de Lisboa, e transcrito um artigo de Gilberto Freyre, originalmente publicado no *Diário de Pernambuco*, sobre Oliveira Lima. No pequeno texto da redação que antecede o artigo de Freyre, mencionou-se a "profunda camaradagem espiritual que nos liga a Gilberto Freyre, – tão irmão em preferências artísticas e filosóficas de quantos trabalham na 'Nação Portuguesa'" (FREYRE, 1923, p. 523).

Da mesma forma nas páginas da *Lusitania* há um espaço às discussões voltadas para a relação entre Portugal e Brasil, especialmente pela designação de Carlos Malheiro Dias como o responsável por uma seção de estudos luso-brasileiros, na qual se discutiu a tão polêmica confederação luso-brasileira. Malheiro Dias publicou apenas uma matéria durante toda a trajetória da revista, intitulada *Relações luso-brasileiras (quimeras e realidades): comentários à margem do livro do Sr. Dr. Bettencourt-Rodrigues: «Uma Confederação Luso-Brasileira»*. A escolha do tema teria sido para atender ao pedido de Affonso Lopes Vieira, no que diz respeito à orientação da revista, segundo correspondência trocada entre os dois.

Vale lembrar que ao contrário da *America Brasileira* e da *Nação Portuguesa*, nas quais os respectivos diretores tinham uma participação muito ativa e centralizadora, a troca epistolar entre os membros do corpo editorial da *Lusitania* leva a crer que eram esses intelectuais que decidiam os rumos da revista, especialmente Affonso Lopes Vieira.

No artigo citado, Malheiro Dias dissertou sobre o funcionamento do hispanismo:

De um modo geral se podem resumir os pensamentos que dirigem a política do hispanismo no conceito de que, quanto mais se banham e impregnem os povos novos nas fontes baptismas, tanto mais fecunda e forte vida alcançarão como nações poderosas e criadoras, pois jamais as nações como os indivíduos realizaram obras dignas da eternidade divorciando-se das suas origens e renegando-as, mas pelo contrário abraçando-se a elas, porquanto só dêsse amplexo nascem, como de

sublimes esponsais, a consciência e a fê no destino e o poder de realizá-lo. Assim professado, o hispanismo é uma espécie de religião política, originada numa modalidade expansionista do patriotismo (DIAS, 1924, p. 196).

Em seguida, afirmou que a relação que a Espanha tinha com suas ex-colônias era diferente da de Portugal com o Brasil. Na América Espanhola, segundo Malheiro Dias, o culto da mãe pátria era um dever cívico, obra de uma persistente e hábil propaganda sentimental, mas no caso de Portugal, este pouco teria feito para cultivar tal sentimento no coração do Brasil. Alegou que uma política de aproximação luso-brasileira seria impraticável sem o prévio estudo das peculiaridades políticas e culturais brasileiras. Análise parecida fez Elysio de Carvalho sobre as ideias de Bettencourt-Rodrigues, como se verá mais adiante na *América Brasileira*.

Malheiro Dias mostrou-se adepto de uma aproximação luso-brasileira bem organizada e, assim como António Sardinha e Elysio de Carvalho, afirmou que essa aproximação não exigia a abdicação da própria individualidade ou da soberania nacional. Depois de uma longa análise, afirmou que no momento em que escrevia, havia uma acentuada divergência entre os países, mas que no futuro provavelmente haveria uma convergência de interesses nacionais. Segundo Malheiro Dias a empreitada tinha poucos defensores e muitos detratores no Brasil. Finalizou o artigo considerando que a solução para a crise portuguesa não estava fora, numa confederação luso-brasileira, mas dentro de si mesma.

Entendemos que a solução instantânea do problema nacional reside dentro das nossas fronteiras, e que tem de ser para uma obra de regeneração dos nossos costumes e dos nossos processos de administração que é mister mobilizar as nossas energias e congregar os nossos ideais patrióticos (DIAS, 1924, p. 206-207).

No fascículo seguinte, Bettencourt-Rodrigues respondeu aos comentários de Malheiro Dias alegando que havia um sentimento de carinho relacionado a uma aproximação luso-brasileira por parte de vários brasileiros e cita o Instituto Varnhagen, cujo fundador e secretário perpétuo era Elysio de Carvalho, como um exemplo dessa tentativa de aproximação.

No mesmo número da resposta de Bettencourt-Rodrigues, há uma resenha do livro *Laureis Insignes*, de Elysio de Carvalho, escrita por Agostinho de Campos, na qual o autor enfatiza que o nacionalismo de Elysio era fundado na tradição. Agostinho de Campos fez uma leitura muito positiva do livro, dedicado a Affonso Lopes Vieira, e de sua interpretação acerca da participação portuguesa na vida e cultura brasileiras.

Há também um artigo intitulado *Portugal e o historiador Oliveira Lima*, no qual Agostinho de Campos dissertou sobre o artigo *Alianza luso-brasileña*, de Oliveira Lima. Agostinho (1924, p. 466, grifo do autor) comentou que, apesar de Portugal estar em crise e ter tido seus problemas, "a verdade porém – verdade muito mais honrosa para o verdadeiro Brasil – é que Portugal *vive* muito mais no espírito dos Brasileiros do que a Espanha no dos países seus descendentes". Ainda sobre o assunto da aproximação luso-brasileira, Castelo Branco Chaves escreveu uma resenha muito receptiva sobre o livro *Problemas Sul-Americanos*, de Alberto Seabra, um brasileiro que abraçava a proposta de uma confederação luso-brasileira.

Com base nessas resenhas e comentários, pode-se observar que o tema da confederação luso-brasileira e do estabelecimento de laços entre Portugal e Brasil era relevante para o conteúdo da revista, como indicou Castelo Branco Chaves em sua resenha. Ao analisar tais resenhas, constata-se uma inclinação favorável ao estreitamento de laços entre Portugal e Brasil, calcados numa história comum, como já havia sido brevemente apontado pelo programa da revista em seu primeiro número.

Na *America Brasileira*, existem formas variadas de interpretação da aproximação luso-brasileira. Em *Um Apostolado*, artigo de abertura do número 33, Elysio de Carvalho apresentou a ideia da confederação luso-brasileira defendida por Bettencourt-Rodrigues, na qual além da união espiritual entre os dois povos haveria também uma união política, através de uma confederação dirigida por um presidente, alternadamente, português e brasileiro, eleito pelos membros do congresso. Muito embora elogie a proposta de Bettencourt-Rodrigues, Elysio de Carvalho apresentou algumas ressalvas, afirmando que o projeto dificilmente teria êxito em razão das sérias divergências que ocorreram entre os dois países após a independência política do Brasil, uma "notável disparidade no rythmo de vida superorganica e funda diferenciação de destinos historicos, que representam papel da mais alta relevancia na progressão brasileira e podem criar equívocos lamentaveis" (CARVALHO, 1924c, p. 270).

Elysio mencionou as críticas de Malheiro Dias ao projeto de Bettencourt-Rodrigues na *Lusitania*. O tema da confederação luso-brasileira não era novidade, pois o projeto, nas suas mais variadas formas, já havia surgido no século XIX e vinha sendo discutido desde o início do século XX por intelectuais portugueses e brasileiros. Tanto que a revista luso-brasileira *Atlântida*, dirigida por João de Barros e João do Rio, havia conduzido um inquérito sobre o assunto entre os anos de 1917 e 1919 (LEAL, 2009/2010, p. 14).

No Brasil, a ideia de uma comunidade luso-brasileira havia sido discutida pela primeira vez em 1902 por Silvio Romero na conferência *O elemento português no Brasil*, proferida no Real Gabinete Português de Leitura. Em 1909, Consiglieri Pedroso, presidente de Sociedade de Geografia, apresentou um plano que ficou conhecido como Acordo Luso-Brasileiro, mas o plano não foi adiante visto que seu autor faleceu logo depois de apresentar a proposta. Entre os adeptos de uma aproximação entre Brasil e Portugal estavam membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e intelectuais, como Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Paulo Barreto e Graça Aranha (GUIMARÃES, 2009).

Em boa parte dos artigos e notas que versam sobre o tema na *America Brasileira*, fica claro que a aproximação com Portugal deveria ocorrer de forma cultural, espiritual, e não política ou econômica, como propunha Bettencourt-Rodrigues. Essa posição também foi endossada por Carlos Malheiro Dias, no artigo, já citado, da *Lusitania* e por António Sardinha em *A lição do Brasil*, artigo publicado na *Nação Portuguesa* e transcrito nas páginas da *America Brasileira*. Todas as três revistas, de modo geral, convergiam quanto a esse quesito, advogava-se a soberania política e econômica de seus respectivos países, como no hispanismo de Sardinha, que também levava em conta a Espanha e os países hispano-americanos.

Da mesma forma que para a Espanha o hispanismo, entendido na sua aproximação com os países hispano-americanos, servia para legitimar sua posição de domínio, devolvendo-lhe a grandeza e o orgulho nacional (BEIRED, 2014, p. 636) e desempenhou papel-chave na diplomacia do regime franquista (BEIRED, 2014, p. 653), a aproximação entre Portugal e Brasil cumpriu a mesma função, legitimando o papel histórico de Portugal como criador de civilizações e servindo aos propósitos da aproximação encetada pelo governo português no início do século XX. Para o Brasil, servia para legitimar o passado europeu tão prezado pelas elites.

Essa aproximação também estava ligada ao discurso da política do Atlântico Sul e da lusitanização, que promoveu eventos culturais e

políticos realizados por Portugal e apoiados pelo Brasil (RAMOS, 2001, p. 359). Esse mesmo discurso pautou as relações diplomáticas luso-brasileiras da época, segundo Marie-Jo Ferreira (2008, p. 127), sobretudo durante as comemorações do Centenário de Independência do Brasil. As três revistas estavam alinhadas com esse discurso, muito embora não tivessem qualquer ligação oficial com seus respectivos governos.

Por ocasião do Centenário de Independência, a *America Brasileira* publicou um número especial sobre o evento, no qual Fidelino de Figueiredo, intelectual português tradicionalista e adepto de uma aproximação espiritual e cultural de Portugal com Brasil e Espanha, publicou um artigo intitulado *A minha saudação*, no qual, fazendo alusão ao arielismo de Rodó, afirmava que os "interesses da alma" de Portugal e Brasil se cruzavam (FIGUEIREDO, 1922, n.p.).

O arielismo foi uma corrente de pensamento comum aos intelectuais latino-americanos, a partir do livro *Ariel* (1900) do escritor uruguaio José Enrique Rodó, na qual se opunha o utilitarismo anglo-saxão aos valores da cultura greco-latina. As discussões sobre uma aproximação espiritual e cultural com Portugal, Espanha e países hispano-americanos tinham pontos de convergência com o arielismo, no sentido de defenderem um modelo de civilização ibérico em oposição ao modelo germânico ou anglo-saxão, principalmente nas páginas da *America Brasileira*, nas quais se legitimava a identidade brasileira, ao valorizar a ascendência europeia portuguesa (em alguns casos ibérica), e o seu lugar de destaque entre os países ibero-americanos, defendendo uma aproximação tanto com estes quanto com Portugal.

João de Barros, intelectual português conhecido pela defesa da aproximação luso-brasileira e ex-diretor da *Atlântida*, afirmou no artigo *O problema luso-brasileiro*, publicado na *America Brasileira*, que se deveriam realizar mais acordos comerciais entre os dois países: "a prosperidade e a grandeza dos dous paizes estão de qualquer modo ligados, entrelaçados, inter-dependentes – como ligados elles sempre foram por um oceano commum, róta commum de expansão pelo globo" (BARROS, 1923a, p. 236).

O mesmo autor também publicou o artigo *Patriotismo Brasileiro*, no qual elogiou Elysio de Carvalho e o seu livro *Os Bastiões da Nacionalidade* (1922), afirmando que, pelo amor e apego que tem pelas coisas portuguesas, poderia trazer na capa uma epígrafe significativa, "uma epígrafe que é a divisa do apostolado de Elisio de Carvalho: – 'pelo Brazil e por Portugal', como já foi a divisa do apostolado inesquecível do inesquecível João do Rio..." (BARROS, 1923, p. 244). No entendimento de João de Barros, Elysio seria o mais lusófilo dos lusófilos brasileiros, e

seu livro seria de interesse aos portugueses por mostrar "como o patriotismo da *élite* brasileira não é adverso nem hostil ao patriotismo luzitano. Muito pelo contrario. Um e outro se fundem na evocação e na religião do Passado" (BARROS, 1923b, p. 244, grifo do autor). Na *America Brasileira*, João de Barros ainda publicou um terceiro artigo na seção *Portugalia* que versava sobre Philéas Lebesgue, amigo de Portugal.

Agostinho de Campos, que fez parte do corpo editorial da *Lusitania*, colaborou com diversos artigos na *America Brasileira* sobre Portugal, Brasil, a relação cultural entre os dois países e a questão da língua. Em *Sobre a originalidade literária do Brasil*, criticou os autores brasileiros que se queixavam de uma falta de ruptura entre as duas literaturas, alegando que Portugal não interferia na literatura brasileira, que esta teria na época muito mais influência de Paris. Lamentava que alguns escritores portugueses, por ignorância ou desdém, tivessem virado as costas à atividade intelectual "dêsse grande e próspero país, que tôdos nós devíamos amar, conhecer e respeitar, atendendo ao menos, à parte importante que Portugal teve na sua gloriosa criação" (CAMPOS, 1924c, p. 350).

De Affonso Lopes Vieira, há a reprodução do texto *Saudação ao Brasil*, originalmente publicado na *Nação Portuguesa*, ao qual pertence o seguinte trecho:

Saüdemos no Brasil o adolescente heroico nosso herdeiro, continuador da raça e lingua nossas, mantenedor da Lusitanidade e do seu ritmo imortal. Saüdemos no Brasil a mais moça e mais bela de todas as Nações, destinada a levar para os confins dum futuro imensurável o espirito da Latinidade, afeiçoado ao esplendor das "novas estrêlas". Saüdemos o admiravel nacionalismo em que o Brasil se abrasa e purifica, e ao qual damos as mãos com o geito de irmandade das ordens da Cavalaria cristã, cujo idealismo em verdade representâmos. Saüdemos no Brasil, enfim, o aliado natural, filho do nosso orgulho, espelho e flor da nossa alma, quando Portugal, reaportuguesado um dia, lograr reintegrar-se na definitiva consciência do seu destino histórico (VIEIRA, 1924, p. 96).

Lopes Vieira publicou nas páginas da *America Brasileira* o prefácio inédito de *A Diana de Jorge de Montemor*, o que lhe valeu uma nota de agradecimento de Elysio de Carvalho, publicada no mesmo

número, na qual Elysio elogiou Affonso Lopes Vieira e afirmou tratar-se de um "tradicionalista incendiado de fê, quer que Portugal de agora reviva e se integre no passado magnifico da raça, com o amor das suas virtudes primaciaes e o culto dos antepassados sublimes" (CARVALHO, 1924b, p. 344).

A respeito da literatura portuguesa há diversos artigos, como a reprodução da resenha sobre o *Amadis*, de Affonso Lopes Vieira, publicada inicialmente por António Sardinha na *Nação Portuguesa*; *António Sardinha, poeta do lusitanismo*, escrito por Carlos Lobo de Oliveira (que foi representante da *Nação Portuguesa* no tempo em que morou no Rio de Janeiro); e *Assumptos Portugueses*, no qual Alfredo Pimenta comentou o artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, publicado em *Lusitania*, sobre Uriel da Costa.

Sobre Camões, em virtude da comemoração do quarto centenário de seu nascimento, a *America Brasileira* publicou um número especial (número 34), que reuniu artigos de Afrânio Peixoto, Celso Vieira, J. M. Gomes Ribeiro, Elysio de Carvalho, Teixeira Soares, Ramón Gomez de La Serna, Capistrano de Abreu e reproduções de textos de outros autores.

As três revistas analisadas neste capítulo eram bem diferentes na sua forma de organização e no seu grupo de colaboradores; no entanto, em todas elas, pode-se vislumbrar releituras do iberismo cultural *fin-de-siècle*, ao apresentarem imagens de uma civilização ibérica, ou seja, de uma imagem comum a Portugal e Espanha no que se refere à história, literatura, costumes e tradições. Em muitos artigos, pode-se ver a reverberação das ideias de António Sardinha e do seu hispanismo, na projeção desta civilização ibérica na América, em seu passado, presente e futuro, e na proposta de um estreitamento de laços entre os países ibéricos e ibero-americanos (muito embora a questão religiosa agregada por Sardinha ao hispanismo não fosse ressaltada nas páginas da *America Brasileira* e da *Lusitania*). Por meio dos três periódicos analisados, pode-se observar o movimento dessas ideias através do Atlântico, sendo muitas vezes apropriadas e ressignificadas de acordo com a orientação das revistas. Das três, apenas a *America Brasileira* proporcionou um maior espaço em suas páginas para autores estrangeiros, promovendo um espaço luso-brasileiro de debates.

A *America Brasileira* apresentava-se como uma resenha da atividade nacional e internacional, conseqüentemente, tinha um conteúdo bastante variado, adequando-se ao seu propósito a inclusão de novos expoentes da literatura, como Mário de Andrade e Manuel Bandeira, sobretudo pela mão de Luiz Annibal Falcão e Renato Almeida, mediadores intelectuais que estiveram mais próximos desses sujeitos por

afinidades eletivas (ou pelo desejo de aproximação), especialmente no que concerne ao campo literário e artístico. Pelo fato de haver colaboradores de origens diversas e o intuito de mostrar o que estava acontecendo no Brasil e no mundo na época era grande a gama de assuntos tratados na revista, estando a aproximação cultural luso-brasileira e mesmo o hispanismo de Sardinha entre eles. No entanto, esses temas, juntamente com a francofilia e o ibero-americanismo, faziam parte do conjunto de orientações que guiava o conteúdo da revista, sobretudo a partir de meados 1923. Os textos modernos de Mário de Andrade coabitavam num espaço que divulgava questões relacionadas à arte acadêmica. O projeto da revista implicava a coexistência entre modernidade e tradição, entre o que havia de novo e valorizado, e aquilo que se imaginava constituir a identidade, a formação nacional e a própria civilização ocidental.

4 HISTÓRIA E TRADIÇÃO A SERVIÇO DO HISPANISMO E DA APROXIMAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

A história é um dos pilares fundamentais do nacionalismo, pois este “é em parte uma questão de elaboração da narrativa, a produção (e reprodução e revisão) de narrativas que situem o lugar da nação na história” (CALHOUN, 2008, p. 161). A questão da narrativa histórica como base do nacionalismo está muito ligada à ideia romântica de retorno às origens, uma vez que surge a necessidade de se reivindicar uma identidade comum e, principalmente, a construção de um agente coletivo.

Da mesma maneira que os movimentos nacionalistas costumam emergir, atuando de forma mais enérgica em momentos de crise econômica ou política que envolvem dificuldades internas ou externas à nação, a ligação entre história e identidade nacional torna-se ainda mais estreita, sendo amiúde instrumentalizada por esses movimentos nacionalistas.

Portugal passou por diversos momentos de desafios internos e externos que poderiam questionar a existência do Estado independente, como o déficit das finanças públicas, a questão colonial e o desafio iberista.

Nestas circunstâncias, compreende-se que um pequeno Estado europeu periférico e marginal como o português tenha, em diversos momentos, incentivado os estudos históricos e a publicação de fontes relevantes para o conhecimento do seu passado (MATOS, 2008, p. 17).

O Brasil, por sua vez, também atravessou momentos em que a questão da nação emergiu no processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros, e a história serviu aos interesses de legitimação de uma determinada visão sobre a nação, suas origens e sobre a constituição do brasileiro em termos étnico e como povo. No século XIX, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a história servia para criar uma memória e uma história oficial da nação, legitimando o recente processo de independência. Com a proclamação da República, iniciou-se um embate nas produções historiográficas brasileiras, entre aquelas que promoviam uma continuidade com o que havia sido produzido no período imperial, valorizando a presença portuguesa no país, e uma outra historiografia que propunha a afirmação da nação em contraposição ao

português, desvalorizando a sua presença na história nacional, bem como o período do Segundo Império, como forma de legitimar a República.

Em ambos os países, há uma permanência de características da historiografia oitocentista no início do século XX, bem como a ressignificação desses elementos oitocentistas à luz de um outro contexto de produção historiográfica.

Em Portugal, Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga estiveram entre os historiadores oitocentistas (no caso de Braga também do início do século XX), cujas obras tiveram grande recepção e reverberação em outros autores, fosse por meio da apologia ou da crítica de suas análises, ou elementos destas. Segundo Paulo Archer de Carvalho, Oliveira Martins marcou presença na visão integralista da história, tendo sido alçado a um "lugar de memória fundadora da insurreição espiritualista e reaccionária face ao mando republicano e face ao mundo fáustico e materialista [...]" (CARVALHO, 1999, p. 185). Dever-se-ia perscrutar a alma e a índole nacionais,

[...] a historiografia deveria transmutar-se numa espécie de exame de consciência, senão mesmo de público acto de confissão e de contricção que fizesse expiar o pecado original da República, do regicídio, do liberalismo, da maçonaria, da descrença e até do pombalismo (CARVALHO, 1999, p. 194).

Nesse sentido, apontavam os integralistas para uma "revisão" da história, a fim de legitimar no campo das ideias o seu reacionarismo e a contrarrevolução. A denúncia de Oliveira Martins à partidocracia era concomitante ao criticismo que direcionava à plutocracia e às oligarquias argentárias, tendo sido este retomado pelos integralistas. Do mesmo modo, interessava aos integralistas uma espécie de holismo apresentada por Martins ao afirmar que a sociedade seria como um mundo, como um organismo (CARVALHO, 1999, p. 196).

No combate antiliberal do passado, reconhecia-se o combate antidemocrático do presente e, segundo Paulo Archer de Carvalho, o sebastianismo de Martins "era a simbólica sobrevivência de uma sede insaciável do *eterno retorno* e a fundamentação mitológica para uma comunidade cultural e política que, todos o sentiam em 1915, 1920, 1925 – integralistas, seareiros, republicanos, internacionalistas ou anarquistas –" (CARVALHO, 1999, p. 198, grifo do autor), estaria lentamente morrendo no século XX.

Ao colocar a história a serviço de um determinado projeto nacionalista, intelectuais disputavam a "verdade" histórica, cada qual defendendo sua própria análise e atacando seus oponentes, trocando acusações de instrumentalização da história, de falsificação da verdade ou mesmo de traição do nacionalismo. Em estudo sobre Gomes Freire, escreveu António Rodrigues Cavalheiro na *Nação Portuguesa*:

Efectivamente, os trabalhos historicos postos ao serviço de mentalidades eivadas de preconceito partidario são o mais corrosivo agente da desagregação moral duma nacionalidade. Em Portugal, como em todos os paizes onde a Democracia se estabeleceu, a adulteração do fim verdadeiro e unico dos estudos de investigação historica – a procura da verdade – tem conduzido aos resultados mais lamentaveis e mais sem perdão. Um inquerito rigoroso ás responsabilidades que os nossos historiadores teem no descalbro actual, seria um dos capitulos mais negros a estudar nas causas da nossa decadencia. São muitos os problemas da nossa História em que, mercê duma visão falseada dos homens e dos factos, a autenticidade dos acontecimentos tem andado enredada em fantasias grosseiramente arquitetadas (CAVALHEIRO, 1922, p. 62).

Das polêmicas suscitadas por artigos na *Lusitania*, das quais se tratou brevemente no segundo capítulo desta tese, o embate entre António Sérgio e António Sardinha talvez tenha sido o de maior gravidade, por se tratar de uma polêmica interna que acabou irrompendo nas páginas do periódico. O texto que deu origem à polêmica foi uma resenha, publicada por António Sérgio sobre o livro de Manuel Múrias, *O seiscentismo em Portugal*, no qual o autor teceu duras críticas ao texto de Múrias. Sérgio iniciou a resenha apontando dois problemas, a seu ver, da obra: o fato de ser uma coleção de generalidades, sem uma análise ou problema definidos, e combater uma interpretação "jacobina" apaixonada com um reacionarismo fanático.

Se foram injustos os jacobinos com a literatura seiscentista, pondo-a abaixo do que merecia (mas pô-la hiam?) e exagerando acaso ao mesmo tempo os malefícios do jesuitismo, da Inquisição, dos indices, da censura prévia, o sr. Múrias, por seu

turno, põe-na muito acima do que ela vale, e faz das referidas instituições apologias de apaixonado (SÉRGIO, 1924c, p. 441).

Para Sérgio, nenhum dos prosadores seiscentistas poderia ser classificado como de primeira grandeza, excetuando-se Vieira, e, ainda assim, colocou ressalvas. Utilizando uma linguagem severa, escreveu que "até no que respeita à forma pura nos parece que exagera êste livrinho o mérito real dos seiscentistas" (SÉRGIO, 1924c, p. 442). Sérgio ainda afirmou tratar-se de um livro de "propaganda política, sob o simulacro de um trabalho histórico", no qual o autor continuava a voltar à história,

tanto política como literária, em arsenal de guerra das dissensões civis. Não teime o sr. Múrias em seguir por êsse rumo: porque topará no final da jornada com o mesmo combate e o mesmo destrôço que encontrou a obra de Teófilo Braga; só a serenidade e a justiça, a inteligência e o senso crítico, resistem aos embates sucessivos das várias correntes que se entrechocam" (SÉRGIO, 1924c, p. 446).

O ambiente intelectual da época era dominado por um nacionalismo político e cultural intenso, que acarretava diversas interpretações do passado e posições políticas. Sérgio posicionava-se como contrário a ambas as interpretações que considerava exageradas, por parte de Múrias e por parte da "paixão monarcófoba e jacobina", que afirmou combater há anos em matérias de história pátria; todavia, isso também não o tornava um intérprete imparcial. Dentro da sua concepção de que os fatos resultavam de ideias entendidas como construções mentais e não como reflexos de uma dada realidade,

todos os sucessos e tendências que não se inscrevessem neste humanismo racionalista e universalista não passariam de matéria morta, sem interesse para o ensaísta, ou apenas interessantes para julgar essa matéria em função de uma determinada noção de futuro (MATOS, 2008, p. 218).

A polêmica a propósito do seiscentismo não foi a única com que Sérgio envolveu-se na época, houve pelo menos mais duas, com Luís

Cabral Moncada, sobre filosofia política, em 1927-1929, e com Carlos Malheiro Dias, sobre o perfil do herói D. Sebastião e o sebastianismo, em 1925-1926.

A essa resenha de António Sérgio respondeu António Sardinha com o artigo *O século XVII*, publicado no fascículo seguinte da *Lusitania*, no qual apoiava o conteúdo e a análise efetuada por Múrias. Comentando o livro de Múrias, apresentou argumentos que sustentavam a interpretação de que o século XVII não havia sido uma "pausa humilhante" na história portuguesa, período de uma asfixiante tutela eclesiástica, mas pelo contrário, que justamente "nos moldes e direcções impostas pela Contra-Reforma à sociedade portuguesa, é que reside o segrêdo do florescimento lusista do nosso Seiscentismo" (SARDINHA, 1924b, p. 63), endossando a posição de Múrias, que define o século XVII como o século da prosa portuguesa, da fixação da língua. Assim como Sérgio, apontou o descrédito do seiscentismo pelo racionalismo do século XVIII, que lhe impôs uma avaliação negativa, sobretudo pelo carácter religioso.

Sardinha criticava as interpretações sobre o sebastianismo, dadas por António Sérgio, por José Pereira de Sampaio e J. Lúcio de Azevedo, nas quais tratavam, a seu ver, com desdém ao afirmar que seria uma mera religião da esperança, um mito nacional. Sérgio, por sua vez, escreveu na resenha que Múrias generalizava o sebastianismo, apresentando-o como a esperança na ressurreição ou no engrandecimento do país, ao que Sérgio contestava afirmando que, se esse era o caso, sebastianistas seriam os portugueses, os ingleses, os franceses e assim por diante. Para Sardinha, no sebastianismo "revela-se, transfigura-se, a aptidão universalista do génio nacional. É semelhante aptidão o sinal peculiar e próprio da alma hispânica" (SARDINHA, 1924b, p. 67). Além disso, conforme Sardinha, o século XVII foi um importante período na história de Portugal em virtude da restauração da independência portuguesa ocorrida em 1640, com o fim da união ibérica e o início da dinastia de Bragança.

E não se me leve por exagêro tamanho apêgo à explanação do mito sebástico. Êle é decisivo na constituição dêsse admirável estado de espírito, que animou o Portugal-Restaurado, enchendo de nacionalismo criador o caluniado século XVII" (SARDINHA, 1924b, p. 78).

Tanto Sérgio quanto Sardinha utilizaram-se da mesma estratégia discursiva, na qual afirmaram não quererem impor sua visão aos demais.

No caso de Sérgio, não querer impor sua opinião aos novos (comentário dirigido provavelmente a Manuel Múrias), e Sardinha, não querer converter seus leitores à admiração da Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo, ambos apelaram para o que consideravam a conduta culta e inteligente correta: no caso de Sérgio, afirmou que os novos deveriam ser críticos, e no caso de Sardinha, que "homens cultos e de boa-fé" deveriam encarar e julgar a Companhia de Jesus sem prevenção de qualquer espécie.

A análise de Sardinha e de Múrias pode ser compreendida pela importância que a religião católica ocupava na ideologia integralista. O integralismo foi criado num momento de extremo conflito entre a Igreja Católica e o regime republicano implantado em 1910. A questão da laicização do Estado, da sociedade e da cultura já vinha sendo discutida desde o século XVIII e, nos últimos anos de monarquia, houve uma secularização crescente da sociedade, sobretudo nos meios urbanos do litoral. Ainda assim, a igreja exercia uma forte influência nos meios rurais centrais e no norte do país. No censo de 1900, 99,8% da população declarou ser católica. Segundo Vitor Neto, as confissões minoritárias eram perseguidas ou marginalizadas (NETO, 2010, p. 130).

Republicanos, socialistas e anarquistas pregavam a laicização do poder político. A Lei de Separação, que foi publicada após a proclamação da República, encontrou grande resistência por parte do episcopado, em Roma e em outros membros do clero, e suscitou um conflito religioso de grandes proporções em quase toda a sociedade portuguesa, atingindo profundamente o país (NETO, 2010, p. 129).

O grupo integralista, que, como mencionado, formou-se a partir de egressos da Universidade de Coimbra, sendo a maioria monarquistas católicos, colocava o elemento religioso como fundamental na essência da cultura e do espírito português, e na sua ligação com o Estado. Dentro da ótica hispanista de formação de povo, Sardinha afirmou que a Península desposou o ideal católico, "ditando-o e servindo-o como uma projecção da sua fisionomia espiritual" (SARDINHA, 1924b, p. 67). Consequentemente, uma interpretação que focasse nos problemas ou até mesmo na "asfixia" ocasionada pelo pensamento da Contrarreforma, pela atuação dos jesuítas no século XVII ou mesmo sobre o sebastianismo, ia na contramão daquilo que defendiam. O problema não era apenas histórico, pois estava diretamente ligado a aspectos de desenvolvimento e formação nacionais, a escrita da história estava a serviço da ideologia integralista, corroborando-a, legitimando-a. Segundo Paulo Archer de Carvalho (2012), três conceitos fundamentais do discurso integralista eram a reação, a recristianização e o retorno, que figuravam não apenas

nas análises da política corrente, mas também nas análises de cunho histórico.

A forma de encarar a história era diferente entre António Sérgio e os integralistas. Sérgio Campos Matos assinala que num primeiro momento da produção historiográfica de Sérgio, os estudos históricos deveriam cumprir uma função social ao identificar os erros do passado e advertir contra os preconceitos nacionalistas. "Deveriam contribuir para a formação do espírito crítico mas sem constituírem fonte 'excitadora do progresso ou inspiradora da política'" (MATOS, 2009, p. 218). A história seria como um juiz do passado, do qual o homem deveria se libertar, visando à inovação (FERREIRA, 1983, p. 434). No entendimento dos integralistas, no entanto, a história forneceria as normas para o dever, corrigindo aquilo que se tinha de nocivo no presente, inspirando-se na história *magistra vitae*; por isso a tradição como o grande ponto de referência.

Não obstante a polémica entre Sérgio e Sardinha, e a grande variedade de colaboradores, muitos com visões históricas e políticas bem diferentes, *Lusitania* e *Nação Portuguesa* compartilhavam o entusiasmo pela interpretação positiva da história de Portugal, sobretudo ao que dizia respeito aos séculos XV e XVI.

Segundo Luís Reis Torgal (1996, p. 225), os descobrimentos e a colonização atraíram o interesse de historiadores em um contexto marcado pelo lema de reconstrução nacional, possivelmente demonstrando a força que a temática ultramarina tinha para o conceito de nação dos portugueses.

Na *America Brasileira* e na *Nação Portuguesa* há discussões sobre a presença de Portugal na colonização e na independência brasileira, pois davam sustentação aos argumentos nacionalistas encetados nas duas revistas, além de serem discussões ocasionadas pelas comemorações do Centenário de Independência do Brasil e todo o peso simbólico que advinha desse evento para ambos os países. *Lusitania*, que iniciou sua publicação em 1924, momento em que as discussões ocasionadas pelo centenário já não estavam tão candentes, não traz em seu conteúdo essas discussões, ainda que boa parte dos artigos que eram de cunho histórico dessem embasamento à noção de Portugal grande, da valorização de suas origens e do período de expansão marítima, o que, por sua vez, era um tipo de análise que estava entrelaçada com aquelas encetadas nas duas outras revistas no sentido de fundamentar a valorização da presença portuguesa no Brasil e conseqüentemente no seu plano de projeção de um grande futuro, fosse de Portugal, do Brasil ou através da aproximação entre os dois países. Por essa razão, os artigos da *Lusitania* também são

noticiados, reproduzidos ou utilizados por outros autores na *America Brasileira*.

Muito embora apareçam outros temas nos estudos históricos publicados nas três revistas, como, por exemplo, a história do escudo nacional português ou a ação dos bandeirantes no território brasileiro, eles não se cruzam nas páginas das três revistas, mantendo-se esses outros estudos relativos a Portugal nas páginas das duas revistas portuguesas, e os outros estudos sobre história do Brasil nas páginas da *America Brasileira*. Por isso, optou-se por abordar apenas a questão do descobrimento, da colonização e da independência do Brasil, por serem os temas de intercâmbio entre *America Brasileira*, *Nação Portuguesa* e *Lusitania*, mantendo o alinhamento com o objetivo central da tese.

4.1 Descobrimento, colonização e independência do Brasil

O tema do descobrimento do Brasil (e em algumas análises da América), a colonização e a independência aparecem nas revistas de forma a valorizar o papel de Portugal e dos portugueses. Como não se trata de um projeto conjunto, apesar da mesma orientação, há algumas diferenças de interpretação, como, por exemplo, a ênfase por parte dos artigos da *Nação Portuguesa* na atuação da Igreja (tema fundamental ao catolicismo defendido pelos integralistas), ou no caso dos artigos da *America Brasileira*, que, por tentar se construir como uma revista de resenha da vida nacional e internacional, convidou intelectuais já consagrados no campo intelectual brasileiro e estrangeiro para escrever sobre suas obras, o que acabava promovendo uma variedade de interpretações, sobretudo no número especial do centenário (correspondente aos números 9 a 12 em um único), que será analisado em seguida, em que há artigos que delegam aos portugueses o mérito da unidade nacional e outros que afirmam que a independência poderia ter sido feita sem a monarquia.

Sobre os descobrimentos, Jaime Cortesão (que ocupava o cargo de diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa desde 1919) publicou, na *Lusitania*, em seu fascículo inaugural, o artigo *Do sigilo nacional sobre os descobrimentos*⁶², no qual aponta o desaparecimento e a mutilação de crônicas dos séculos XV e XVI, que esconderam uma atuação mais ativa

⁶² Segundo Cortesão em carta publicada na *America Brasileira*, esse artigo teria feito parte da introdução de um trabalho que preparava sobre o descobrimento pré-colombiano da América pelos portugueses (A DESCOBERTA..., 1924, p. 197).

dos portugueses no descobrimento da América. Cortesão afirmou que a supremacia e a originalidade da ciência náutica portuguesa durante a Renascença haviam sido demonstradas por vários estudiosos, incluindo o Luciano Pereira da Silva, que, por sua vez, publicou no mesmo fascículo um artigo sobre as leituras do Infante D. Henrique. Nesse artigo, Luciano comentou um trecho do terceiro livro de *A História de Portugal*, de Oliveira Martins, apontando que algumas das informações colocadas pelo autor sobre as leituras do Infante D. Henrique eram inexatas. Entre estas estaria a classificação das cartas marítimas como "rudes" por Oliveira Martins, o que Luciano refutou, afirmando que as cartas marítimas dos séculos XIV e XV eram "monumentos cartográficos admiráveis" (SILVA, 1924, p. 24). Do mesmo modo, Luciano contestou a menção feita por Oliveira Martins ao mapa de Gabriel Valseca, afirmando que nesse mapa influíram os descobrimentos portugueses e "sendo assim, não era Valseca que dava novidades ao Infante acêrca da costa africana, antes as poderia dêle receber" (SILVA, 1924, p. 24).

Cortesão, em *Do sigilo nacional sôbre os descobrimentos*, escreveu que a demora no conhecimento sobre a supremacia da ciência náutica portuguesa e sobre o descobrimento pré-colombiano da América pelos portugueses, deu-se em virtude do cuidado extremo com que a coroa os escondeu de outros povos, sobretudo da Espanha, devido à concorrência; por isso, o desaparecimento e a mutilação de crônicas produzidas na época. Cortesão apontou tal cuidado por parte do infante D. Henrique, mas também de D. João II:

[...] êle usou de todos os meios, quere obrigando os navegantes a grandes juramentos, quere propalando lendas proibitivas sôbre as terras descobertas, quere infligindo a quantos o pretendiam revelar castigos crudelíssimos. Mais do que isso êle foi o grande organizador da defesa militar, diplomática e secreta (por meio da espionagem) das navegações e descobrimentos portugueses (CORTESÃO, 1924, p. 50).

Sobre a prioridade portuguesa na descoberta da América, foi transcrito na *América Brasileira* (na seção *Portugalia*) um trecho da carta de Jaime Cortesão ao diretor do *Diário de Notícias* de Lisboa. Na carta, Cortesão deu a notícia da descoberta de uma carta geográfica em Paris por Charles de la Roncière, que seria um indício da descoberta da América antes dos espanhóis.

Chegou a hora de provar cientificamente e reivindicar para nós, portugueses, a façanha de ter descoberto a America insular e continental, muitos annos antes de Colombo, com todas as gloriosas consequencias que esse feito representa para a sciencia, o esforço, a capacidade criadora de Portugal (A DESCOBERTA..., 1924, p. 197).

Ainda em *Portugalia*, foi noticiada a separata do artigo de Jaime Cortesão na *Lusitania* e a preparação de dois volumes sobre o descobrimento pré-colombiano da América. Na resenha escrita por Elysio de Carvalho do livro *A Expedição de Cabral e o descobrimento do Brasil*, de Jaime Cortesão, o autor fez uma ressalva às afirmações de Cortesão, alegando que entre os historiadores brasileiros a tese de que Duarte Pacheco teria feito uma viagem de reconhecimento anterior a de Cabral não era novidade, e mencionou Rocha Pombo, no primeiro tomo de *História do Brasil* (1906). Elysio endossou a posição de Cortesão de que, mesmo não tendo sido o primeiro, Cabral não deveria ter seus méritos diminuídos, "[...] rumo que outros haviam assinalado, mas que só Cabral aponta ao mundo e faz entrar na historia" (CARVALHO, 1924a, p. 185).

Sobre esse mesmo assunto há, na edição especial realizada pela *America Brasileira* sobre o Centenário de Independência, dois artigos publicados por Elysio de Carvalho e Celso Vieira intitulados *Os falsos precursores de Cabral* e *História da colonização portuguesa*, respectivamente. No primeiro, Elysio resenhou o capítulo escrito por Duarte Leite (embaixador de Portugal no Brasil entre 1914 e 1931) no livro *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, organizado por Carlos Malheiro Dias, e, no segundo, Celso Vieira debruçou-se sobre a introdução do mesmo livro, tendo esta sido escrita por Carlos Malheiro Dias – um trecho dessa resenha de Celso Vieira foi transcrita no primeiro fascículo da *Lusitania* por intermédio de Affonso Lopes Vieira. Na primeira resenha, tratou-se da questão do pioneirismo português na América, desconstruindo a ideia de que os espanhóis teriam sido os primeiros a chegar ao continente, e, na segunda, tratou-se do conhecimento da América por cartógrafos portugueses ainda na primeira metade do século XV.

Essa tese trabalhada por Jaime Cortesão, Duarte Leite e presente na coletânea organizada por Carlos Malheiro Dias prolongava debates iniciados no século XIX e que tinham como objetivo demonstrar o pioneirismo dos descobrimentos pelos portugueses (TRAVERSA, 2004,

p. 231). Segundo Elisa Neves Travessa (2004, p. 231), os trabalhos de Cortesão encetados na década de 1920 sobre esse tema estavam relacionados aos perigos que assolavam o império colonial português; por isso, o autor debruçava-se não apenas sobre o pioneirismo português no descobrimento da América, mas também sobre o caminho marítimo para a Índia e a tomada de Ceuta, por exemplo, buscando destacar a contribuição dos portugueses para a história do progresso humano – mesmo intuito da *Lusitania*, da qual participou como colaborador.

Um excerto inédito da introdução escrita por Malheiro Dias ao terceiro volume da coletânea *História da Colonização Portuguesa do Brasil* foi publicado no número especial da *Nação Portuguesa* sobre o Brasil. Nesse excerto, Malheiro Dias afirmava que a colonização do Brasil poderia ser definida como a tentativa de os portugueses fundarem um novo Portugal na América.

No Brasil, a ausência total duma civilização imprimia ao esforço português ali empenhado um carácter nacional, singularmente favorável à aplicação das capacidades reveladas e desenvolvidas desde a reacção lusitana contra a soberania de Roma até à trabalhosa construção da pequena e forte nacionalidade, fundada na orla marítima da península hispânica. Povo cuja vontade, como a do romano, se concentrara na resolução de viver livre ou morrer com bravura, a colonização do Brasil representa a projecção do seu ardente nacionalismo e sua adaptação gradual em outro espaço do planeta, para onde os emigrados transportaram o sentimento indestructível da pátria, que encadeia o homem à terra, o enraíza ao solo, o arremessa em guerra contra o intruso (DIAS, 1923, p. 515).

Malheiro Dias reforçou o papel da ação cristã dos portugueses na Índia e afirmou que a alma nacionalista portuguesa explicava o processo do Brasil na gradual ascensão até o Reino Unido e o Império, análise semelhante a encetada por António Sardinha em *A lição do Brasil* (publicada em *Nação Portuguesa* e transcrita na *America Brasileira*). Ambos os autores apontavam para a condição de grandeza de Portugal, fosse pela sua ação missionária cristã, fosse pela grandeza do império colonial, construído antes da colonização brasileira, na Ásia, para mostrar que Portugal não estava à margem da história e da civilização, mas que

era a história e levava a civilização. "[...] o povo que vinha tentar a temerária empresa de fundar uma nação na América austral atingira nas letras, nas artes e nas ciências o zenite do esplendor" (DIAS, 1923, p. 517).

As letras, as artes e as ciências são elementos ligados indelevelmente ao que se considerava como a essência de uma civilização; por isso, as três revistas apresentam além dos ensaios históricos, uma valorização acentuada da cultura portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao conhecimento náutico, arte, arquitetura e literatura (temas presentes majoritariamente nas páginas da *Lusitania*), como *El Cid* e *Amadis de Gaula*, obras consideradas fundacionais, a primeira como símbolo ibérico, e a segunda tendo sua origem disputada com os espanhóis, além de *Os Lusíadas*, de Camões, obra que de forma simbólica e poética representava a síntese da nacionalidade, da coragem, da bravura e da grandeza portuguesa. Em *Lusitania*, os temas de estudos portugueses estavam vinculados ao nacionalismo propagado pela revista e no seu intuito de traçar uma conexão com Brasil e Espanha, inclusive os estudos sobre literatura e poesia, que vinham a dar suporte a esse nacionalismo, conforme se pode observar no trecho da carta enviada por Lopes Vieira a Malheiro Dias:

A novelística ou poesia q nos convem para ela terá de ser encarada pelos aspectos da filologia ou da história, e não apenas como obra de fantasia, ainda q genial. É o caso do *Cid*. É uma das nossas grandes forças, esta severidade nova em Portugal, não é verdade? Aqui cheira a podridão de homens e coisas. Começa a desenhar-se a crise talvez definitiva – a coroação da república! (VIEIRA, s.d., BNP Esp. D4/1545-9, grifos do autor).

A História da Colonização Portuguesa do Brasil, mencionada nas três revistas, foi uma coletânea que tinha como diretor e coordenador literário Carlos Malheiro Dias, como diretor de cartografia Ernesto de Vasconcelos e como diretor artístico Roque Gameiro, tendo sido publicada em três volumes, nos anos de 1921, 1923 e 1924, composta e impressa na Litografia Nacional na cidade do Porto. O empreendimento foi patrocinado pela colônia portuguesa do Brasil, tendo à sua frente o então diretor do Real Gabinete Português de Leitura e industrial português do ramo do tabaco, Albino da Sousa Cruz, que ocupou o cargo de diretor financeiro. Muito embora tenha sido composta e impressa em

Portugal, o governo português não teve qualquer participação no empreendimento, limitando-se ao reconhecimento de sua utilidade pública e à isenção de impostos na compra de papel (ALVES, 2009, p. 270).

O objetivo da obra era ser um contributo da colônia portuguesa às comemorações do Centenário de Independência do Brasil, como forma de valorizar o imigrante português e a presença portuguesa no passado brasileiro, em meio a um momento em que diversos grupos nacionalistas brasileiros acusavam os portugueses e a colonização como responsáveis pelo atraso nacional brasileiro, e a historiografia republicana brasileira visava apagar a participação portuguesa na história do Brasil como forma de legitimar a República.

Projetada inicialmente para ser uma obra composta por cinco volumes, as cartas trocadas entre Carlos Malheiro Dias e Albino da Sousa Cruz indicam problemas que impediram a constituição dos últimos dois volumes, inclusive problemas de ordem financeira, como a desistência de pessoas que haviam assinado os fascículos – originalmente os capítulos foram publicados em fascículos mensais ao preço de 5\$000 réis pagos na entrega (BATALHONE JÚNIOR, 2014, p. 319) – e o tamanho excessivo de cada volume. A desistência pode ter sido vinculada à demora na publicação de alguns fascículos e quiçá na própria entrega aos assinantes, como reclamou Lima Barreto em carta a Malheiro Dias. Aquele afirmou na carta que era assinante, mas que havia recebido apenas quatro fascículos e que fora ao Real Gabinete reclamar do acontecido, mas que nada haviam feito para resolver o problema.

Ora, Sr. Carlos Malheiro Dias, o senhor é escriptor como eu e, embora de vida mais regular que a minha, ha de convir que isto é uma desconsideração, para a qual peço a sua atenção, tanto mais que tenho o maior interesse pela "Historia" que os senhores estão publicando (BARRETO, 10 jul. 1922, BNP Esp. D4/240).

Os três volumes da coleção (*Os precursores de Cabral, A epopeia dos litorais e A Idade Média Brasileira 1521-1580*) contaram com textos de intelectuais já renomados no campo cultural português, como Pedro de Azevedo, António Baião, Agostinho de Campos, Jaime Cortesão, Luciano Pereira da Silva, Carolina Michaëlis de Vasconcellos e Júlio Dantas, sendo vários desses participantes também da *Lusitania* (do corpo editorial e/ou como colaboradores). O único brasileiro entre os

colaboradores foi Oliveira Lima, diplomata e historiador lusófilo, com formação superior em Lisboa. De acordo com Jorge Luís dos Santos Alves (2009, p. 284), estava prevista a colaboração de mais autores brasileiros no quarto e quinto volumes, incluindo nomes como Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Gustavo Barroso e Osvaldo Orico.

A recepção da coleção nos meios intelectuais brasileiros foi diversa. Positiva entre intelectuais lusófilos e entre aqueles que concordavam com uma narrativa histórica de valorização da ação portuguesa no Brasil, fosse pelo tipo de colonização, fosse por acreditar que lhes cabia o mérito da unidade nacional na época da independência, fosse pela positivação dos portugueses no próprio processo de independência, visto em termos de continuação. No entanto, houve também uma recepção negativa da obra, por intelectuais lusófobos, como os membros da Propaganda Nativista e colaboradores de *Gil Blas* (ALVES, 2009, p. 312), ou por intelectuais que discordavam da abordagem historiográfica encetada nos volumes, como a ideia de que os portugueses haviam tido papel fundamental e valioso na história do Brasil, fosse no tipo de colonização, no processo de independência, ou no processo de formação da nação brasileira.

Em carta enviada a Tristão de Ataíde, Malheiro Dias (17 out. 1921, BNP Esp. D4/58) reclamou que Ataíde havia escrito que o primeiro volume da coletânea se tratava de uma mistificação e falsificação da verdade, uma resposta à campanha de certo nativismo contra Portugal e sua colonização. Malheiro Dias afirmou que o projeto da obra havia sido criado antes da campanha nativista e, lançando mão do capital simbólico de seus colaboradores, questionou a acusação de falsificação da verdade.

Em outras duas cartas de resposta, Tristão de Ataíde elogiou a obra, a direção de Malheiro Dias e os colaboradores; no entanto, escreveu que continuava achando a advertência (que abria o primeiro o volume) perigosa e deslocada (ATAÍDE, 18 out. 1921, BNP Esp. D4/197-1) e afirmou que os dois divergiam no que dizia respeito à concepção de História, alegando que, por vezes, a história como é escrita, "ainda com o maior talento e a mais alta cultura, tem conseguido dourar o passado ou amesquinhal-o. É um contrasenso a meu ver, qualquer dos dois objectivos, como também pensa V. Ex." (TRISTÃO, 20 out. 1921, BNP Esp. D4/197-2). Acrescentou ao final da carta, depois de discorrer sobre o assunto, que "tudo isso e o mais, me leva a preferir a historia immanente á historia transcendente, e foi isso que me levou a mencionar o receio com que li a palavra milagre, que indica sempre intervenção transcendente, a proposito da colonisação" (TRISTÃO, 20 out. 1921, BNP Esp. D4/197-2, grifo do autor).

A advertência, que aparece no início do primeiro tomo da coletânea, talvez possa ter sido considerada como perigosa e deslocada por Ataíde por apontar a nação brasileira como tendo sido obra de fé da energia dos portugueses, como se o Brasil fosse apenas uma mera continuação de Portugal no além-mar, sem terem os brasileiros, todavia, qualquer participação no desenvolvimento de sua própria nação – ou ainda pensando em termos de composição étnica brasileira, não levando em consideração indígenas, africanos, asiáticos ou imigrantes de outras regiões da Europa.

Segundo Tristão de Ataíde, a história *magistra vitae* que orientava a história presente na coletânea, dourava o passado colonial brasileiro. Nesse sentido, pode-se considerar que, provavelmente, para Ataíde a história do Brasil presente na coletânea passasse por cima de episódios de violência e disputas, dando à participação portuguesa no processo histórico brasileiro contornos irreais por retratá-la unilateralmente, pensada do ponto de vista apenas daquilo que teria sido benéfico, ou seja, orientada a dar suporte à nação portuguesa, tratando a história da colonização do Brasil como parte unicamente da história de Portugal e não do Brasil. O indicativo de uma intervenção transcendente, criticada por Tristão de Ataíde na introdução da coletânea, aparecia também entre os escritos de alguns integralistas lusitanos, para quem a cristandade e a Providência divina faziam parte de uma perspectiva histórica (CARVALHO, 1996).

No conjunto de narrativas encetadas nos volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, há uma orientação pelo sentido do caráter heroico da colonização portuguesa para ressaltar a positividade da herança e tradições lusas, afirmando a exemplaridade deste processo colonizador. Na opinião de Elysio de Carvalho, a prova de que o descobrimento não foi ocasional foi realizada de forma "exuberante" no primeiro tomo da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, "com rigorosa aplicação dos dados mais recentes da ciência náutica e da cartografia histórica" (CARVALHO, 1924a, p. 185), além da "opulenta" erudição e a "crítica tão penetrante" perpetradas por Malheiro Dias. Apresentava-se também na coleção o elemento de continuidade entre o período colonial e a independência do Brasil (BATALHONE JÚNIOR, 2014).

De acordo com Rui Ramos, no terceiro volume, intitulado *A Idade Média Brasileira (1521-1580)*, Malheiro Dias e seus colaboradores projetaram na América "o mundo ideal imaginado por Alexandre Herculano para o Portugal europeu a partir da história medieval: uma sociedade rural de lavradores livres, a caminho da autonomia política"

(RAMOS, 2000, p. 132). Herculano, assim como Antero de Quental, apontava que uma das causas da decadência nacional havia sido o império oriental (RAMOS, 2000, p. 130-131). No final do século XIX, pela lógica de transferência do império, imaginava-se que a decadência da Europa fosse seguida pela hegemonia mundial das Américas, ocupando o Brasil um papel como potência nesse sentido. Tanto que Malheiro Dias, na sua obra coletiva, apontou a diferença entre o sucesso do Brasil e a decadência da Índia, pautando-se na afirmação de que no primeiro caso havia sido realizada uma colonização, não uma conquista, respeitando a natureza dos colonos (RAMOS, 2000, p. 131).

Um dos autores que participou do *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, além de ter sido colaborador da *Lusitania* e da *Nação Portuguesa*, foi o historiador português, naturalizado brasileiro, João Lúcio de Azevedo (1855-1933). Tendo vivido no Brasil durante muitos anos no século XIX, conheceu o país a partir do Pará, onde seu tio era dono de uma empresa de exploração de borracha e de uma companhia de navegação fluvial (negócio que herdou após a morte do tio em 1885 – razão de sua naturalização, uma vez que para ser proprietário de tal companhia, era preciso ser brasileiro ou naturalizado). Em 1894, sua produção já era conhecida pelo IHGB, do qual se tornou sócio por intermédio de José Veríssimo e Alencar Araripe, e, em 1909, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Além de ter atuado como historiador, foi também, por vezes, intermediário entre historiadores brasileiros e os arquivos portugueses (RODRIGUES, 1999, p. 38-40). Dedicou-se aos estudos dos jesuítas e sua atuação no Pará e ao marquês de Pombal.

No seu artigo *A história da colonização do Brasil referida às missões religiosas*, publicado na *Nação Portuguesa* no número especial sobre o Brasil, João Lúcio afirmou que os portugueses que iam à Índia não eram os mesmos que iam ao Brasil. Enquanto para o primeiro, Portugal mandava apenas soldados e funcionários, para o segundo era mandada uma classe de povoadores. Aos donatários "cumpria levarem casais humanos, que reproduzissem a raça, trabalhadores que por seu turno fizessem produtiva a gleba" (AZEVEDO, 1923, p. 498). Apesar disso, João Lúcio afirmou que a "gente solta de costumes" se misturou com o sangue indígena, o que teria facilitado a penetração recíproca de costumes, facilitando o entendimento, e menciona o caso de Diogo Álvares, o Caramuru, e do relacionamento de Jerônimo de Albuquerque com a filha do chefe indígena Arcoverde, gerando um dos troncos de família tradicional pernambucana (essa ligação também foi explorada por

Elysio de Carvalho em seus escritos sobre Pernambuco e a "nobre" origem brasileira).

Mencionando as tribos indígenas "dóceis" que foram escravizadas, apontou para a caridade cristã como um fator crucial para travar o ímpeto da cobiça devastadora, mostrando o nobre intuito dos missionários na defesa do indígena e na instrução sobre as "artes da civilização", sobretudo dos jesuítas. O autor condenou o fato de os missionários terem se rendido às riquezas da terra, afirmando que, quando foi feito o arrolamento de seus bens no Brasil, se confirmou que eram grandes proprietários de terras, engenhos, casas e escravos. "Isso porém não lhes mingua o direito ao reconhecimento, pelos serviços prestados à civilização e à nacionalidade que com o seu concurso se elaborava" (AZEVEDO, 1923, p. 501) e atribuiu aos missionários, juntamente com os bandeirantes, os limites geográficos brasileiros e a formação do Império.

A análise positiva da atuação jesuítica, ainda que com ressalvas, estava em consonância com o que propunham autores do Integralismo Lusitano. A questão das origens daqueles portugueses que inicialmente povoaram o Brasil, que João Lúcio contrapõe aos que eram enviados à Índia, também aparece em *Origens da família brasileira*, de Elysio de Carvalho, publicado na *America Brasileira*. Tanto Elysio quanto outros autores nacionalistas combatiam as interpretações negativas sobre o passado da nação brasileira que, a seu ver, pudessem de certa forma manchar sua reputação e colocar em xeque suas supostas nobres origens:

Ignorantes ou desavisados, alguns escriptores brasileiros ainda hoje nos exprobam, como um convicio humilhante, a pecha de que o Brasil foi colonizado por criminosos que se retiravam das prisões da metropole e se degredavam para aqui como castigo, e affirmam até que esses relapsos da sociedade normal vinham da America constituir o grosso das populações, e que muitos desses perdidos é que formavam, nos primitivos nucleos, a famosa nobreza da terra (CARVALHO, 1923c, p. 67).

Elysio de Carvalho utilizou três estratégias para combater esse argumento: primeiro alegou que na época, muitos eram degredados como punição por faltas que "não deshonrariam a ninguem" e deu o exemplo de Camões, afirmando ter sido seu exílio na África por motivo fútil. "Um homem digno, fidalgo ou plebêo, convencido de herectico, de feiticeiro

ou de pratica de bruxaria, por exemplo, tinha direito a exilio em vez de penas mais graves, que só se applicavam a gente desclassificada" (CARVALHO, 1923c, p. 67), por essa razão, segundo o autor, se viam em terras brasileiras degredados aristocratas e "gentis-homens", como D. Francisco Manoel de Melo, poeta e prosador.

Quanto àqueles que não eram aristocratas ou gentis-homens, afirmava serem de índole dócil e que sem grande esforço regeneravam-se. Por fim, afirmou que boa parte dos donatários optara por trazer pessoas "dignas, capazes e de bom sangue", e apontou a vinda também de fidalgos florentinos – Cavalcantis, Acciollys, Adornos, Lins – e de outras nacionalidades que se uniram à nobreza da terra.

Tão profuso foi o elemento aristocratico na nossa colonização primitiva que unicamente pela sua existencia e permanencia se poderá explicar o grão de adeantamento e o estado de cultura de certos nucleos de população do país, taes como Olinda, Bahia e S. Vicente, que já no primeiro seculo da conquista impressionaram a viajantes estrangeiros pelo luxo, pela opulencia, e, principalmente, pela distincção das maneiras e pela polidez dos costumes, alliadas ao instincto da belleza. Além disto, certos phenomenos que se manifestam na nossa evolução politica e social, e parecem obscuros ou excepçionaes, não se esclarecem senão pelo esplendor do nosso sangue: o mais importante delles é o sentimento oligarchico da nossa historia politica, tão persistente e vivo, que o regime republicano não o poude ainda destruir (CARVALHO, 1923c, p. 67).

O aspecto elitista, comum a muitos intelectuais, já fazia parte dos escritos de Elyσιο de Carvalho desde 1911, com *Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira*. Sobre esse livro, afirmou Antônio Candido que o nacionalismo da época apresentava duas faces, uma de exaltação patrioteira e outra mais amarga e real, inserindo-se a produção de Elyσιο na primeira:

[...] desde 1910 e o livro "Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira", vinha elaborando uma visão fantástica – arianista, aristocrática, nativista e ao mesmo tempo fascinada pelos requintes europeus. Esse egresso anarquismo desenvolveu

um nacionalismo triunfalista, que via na grandeza do país (hipertrofiada retoricamente) o fruto dos esforços das elites arianas e fidalgas... O nacionalismo ornamental atinge aqui um dos seus limites implícitos, ao excluir tacitamente da nacionalidade o pobre, o negro, o mestiço, o chagásico, o maleitoso, o subnutrido, o escravizado, como se fossem acidentes, manchas secundárias no brasão das oligarquias, idealizadas numa espécie de leitura delirante da nossa história (CANDIDO, 1995, n.p.).

Em *Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira*, a história fundamenta-se na genealogia de grandes troncos familiares nordestinos oriundos da Europa (sobretudo Portugal e Itália), em busca de sua nobreza. O autor esboçou um tom saudosista direcionado à época colonial e ao período monárquico. De acordo com o livro, o esplendor da sociedade brasileira residia no luxo e na forma de vida das famílias aristocráticas brasileiras, principalmente no período colonial, sendo a decadência o presente vivido pelo autor, tendo a organização social do período arruinado a nobreza aristocrática brasileira, portadora e divulgadora da cultura e civilização.

Muito desse aristocratismo e elitismo esboçado pelo autor na época estavam ligados ao mundanismo, ao sibaritismo, ao dandismo e a uma cultura finissecular, permeada pela meditação sobre a decadência, tão característica da segunda metade do século XIX e, portanto, já estava presente nos escritos de Elysio antes de seu contato direto com intelectuais portugueses. Talvez por isso ou apesar disso, tenha se interessado pelas ideias do hispanismo. Foi nesse mesmo ambiente de circulação de ideias que surgiram e se aprofundaram as discussões acerca do iberismo. Importante ressaltar que 1911 foi um momento em que Elysio debruçava-se sobre o decadentismo, tendo publicado *Five O'Clock* em 1909.

Ainda que tenha abandonado o tom pessimista que circundava o tema da decadência durante os anos que seguiram a publicação de *Esplendor e Decadência da Sociedade Brasileira*, substituindo-o por um nacionalismo ufanista (ou ornamental, segundo Antônio Candido), elementos dessas reflexões, como o aristocratismo e o elitismo, permaneceram em sua produção. A valorização do passado também permaneceu, entretanto sob um outro direcionamento: não mais seria imaginada como um passado idealizado apenas, mas agora também

vinculado ao devir nacional, como fundamentação das origens da nacionalidade e guia futuro.

Além de aparecer nas páginas da *America Brasileira*, o artigo *As origens da família brasileira* foi publicado em 1924 em *Laureis Insignes*, livro que trata sobretudo da questão da identidade brasileira, em especial a sua ascendência europeia e portuguesa, afirmando sua nobreza de espírito, tanto que foi dedicado a Affonso Lopes Vieira, "renovador do lirismo português". De certa forma, a análise encetada por Elysio de Carvalho no artigo *As origens da família brasileira* ia ao encontro tanto de algumas ideias presentes na *Lusitania*, como na *Nação Portuguesa*. Na resenha de *Laureis Insignes* publicada por Agostinho de Campos em *Lusitania*, este afirmou que para Elysio, assim como para outros como ele, "um filho não se honra, desprezando ou descompondo o pai" (CAMPOS, 1924a, p. 430).

Aliás não são só escritores brasileiros que acusam e envergonham a sua própria pátria, dizendo-a colonizada de princípio por criminosos e mulheres perdidas. Vários historiadores ou poetas portugueses, e dos maiores, cometeram contra Portugal a mesma injustiça, depreciando alguns a sua melhor obra e insultando, por apressada generalização poética ou romanesca, o nobre sangue que principalmente a cimentou (CAMPOS, 1924a, p. 430).

Campos apresentou uma visão compreensiva sobre a lusofobia no Brasil, apesar de afirmar que os excessos deveriam ser contidos, e colocou que Elysio teria de ser alguma vez nativista como os próprios portugueses o seriam contra romanos, mouros ou visigodos se estes ainda estivessem circulando.

Desapareceram os Romanos nos abismos da História, e apesar disso temos de os tratar mal, de vez em quando, para emoldurarmos e realçarmos dignamente os nossos Viriatos. São os ossos-do-ofício dos povos fundadores de povos, e nenhum português de olhos abertos deixará de ver nesse fenómeno, superficialmente irritante, outra coisa que não seja uma lisonjeira certidão de vida, saúde e fôrça do seu sangue nacional. O instinto brasileiro de nacionalidade, vivaz e incorruptível, manifesta-se assim, como é justo e necessário,

contra a nação que o criou (CAMPOS, 1924a, p. 430-431).

No artigo *A Expedição de Cabral e o descobrimento do Brasil* Elysis escreveu sobre o livro de Jaime Cortesão (de mesmo título do artigo) e ressaltou a parte do estudo em que o autor realiza um levantamento genealógico e biográfico dos capitães e principais figuras da expedição, estabelecendo que "acima de quaesquer razões, a nobreza do sangue, foi que motivou a escolha dos commandos" (CARVALHO, 1924a, p. 182). Afirmou que Bartolomeu Dias, seu irmão Diogo e Nicolau Coelho foram os únicos que não possuíam títulos nobiliárquicos; no entanto, tais títulos haviam sido substituídos pela sabedoria náutica e pela experiência.

A avaliação positiva da colonização portuguesa no Brasil e a nobreza (de sangue ou espírito) portuguesa aparecem também em *A Lição do Brasil*, artigo de António Sardinha, que foi dedicado a Jackson de Figueiredo, publicado no décimo primeiro número da segunda série da *Nação Portuguesa* – número dedicado ao Brasil – e reproduzido na *America Brasileira*.

[...] o Brasil, – criação inconfundível do génio de Portugal, seu filho primogénito, seu morgado e esplendido continuador, resultou como nacionalidade da acção concorde das duas fôrças tradicionais que fizeram a nossa pátria e que o nosso nacionalismo se impôs defender e reabilitar: – a Igreja e a Realeza. Como contra-prova do que valeram objectivamente para nós essas belas disciplinas sociais, o Brasil é por si só o desmentido de todas as calúnias com que o nosso passado sistematicamente se desacredita. Assim, dois dos nossos monarcas mais difamados, – D. João III e D. João VI –, conseguiram vencer a torpe novela urdida em torno dos seus reinados, graças ao Brasil que os restabeleceu para o justo juizo da posteridade. Também a "lenda-negra", de que entre nós é alvo a Companhia de Jesus, se pulveriza definitivamente perante a resposta que o Brasil lhe dá, ao enaltecer a obra colonial dos Jesuítas (SARDINHA, 1923, p. 546).

Pautou-se, Sardinha, em dois autores brasileiros para fundamentar sua argumentação de valorização da colonização portuguesa e da atuação

de D. João III e D. João VI: Elysio de Carvalho, sobretudo ao mencionar o "sangue nobre" que vinha da metrópole, e Oliveira Lima. Deste último utilizou também uma breve citação de João Ribeiro (a qual não especifica a obra ou a página) para afirmar que a tirania que havia na colônia não foi maior do que a que existia na própria metrópole.

Ambas as análises históricas, de Sardinha e Elysio, baseavam-se na ideia de que a formação inicial brasileira se deu pela transplantação da gente portuguesa (nobre na sua maioria), e esse gênio lusitano amoldado à terra brasílica teria dado origem ao brasileiro. Uma interpretação que atendia às necessidades de ambos os nacionalismos expressos por seus autores: no caso português, a essência do espírito brasileiro era portuguesa; no caso brasileiro, a terra entra como o elemento de diferenciação entre os dois povos, para que não se pensasse numa mera continuidade do português, mas um novo povo saído da velha estirpe, mantendo seu espírito (nobre, europeu, civilizatório) amoldado às características geográficas, que tanto embasavam parte do nacionalismo brasileiro da época.

A visão de um estado orgânico, como pensado pelo integralismo, era projetada na história da colonização brasileira, quando Sardinha, a partir de Oliveira Lima, afirmou que o poder central não foi capaz de efetuar a colonização e ressuscitou "na orgânica das Capitanias a orgânica do regimen feudal" (SARDINHA, 1923, p. 552), concedendo a D. João III o mérito da questão. Remetia aos jesuítas a unidade moral no embrião da futura pátria, "que só a fé assegura e que é a certidão de baptismo dos povos que merecem, com a independência, a dignidade suprema da civilização" (SARDINHA, 1923, p. 552).

Sardinha lançou mão do mesmo argumento utilizado por Malheiro Dias, lastreado na historiografia oitocentista portuguesa, no qual o Brasil era uma realização e que todo o resto (das colônias) não passava de descobrimento marítimo ou de ocupação militar transitória. Pautado no hispanismo, reconhecia o mérito brasileiro de ser alçado à categoria de Reino Unido e a continuidade de uma mesma raça e civilização com a independência.

Porque, efectivamente, a emancipação estava atingida desde que em 1818 o Brasil se viu alçado à categoria de "Reino Unido". D. João VI, com isso, reconhecia ao Brasil a capacidade que durante perto de duzentos anos viera ganhando sucessivamente, a ponto de ingressar na assemblea das nações em igualdade de direitos aos da

metrópole, – êste "velho canapé da Europa", na frase pitoresca de D. João VI –, que o gerara e engrandecera como um todo uno na imensidão dum continente afastado e selvagem. Quando a ruptura se dá, não é já uma desmembração. O Brasil separa-se apenas do soberano comum às duas partes numa mesma raça e civilização, quebrando a união que não passava de ser simplesmente pessoal. Ainda nas incertezas do lance a que se aventurava, o Brasil podia agradecer à mãe-pátria o benefício que, em última dádiva, ela lhe dispensava: – a continuidade do Estado assegurada pelo penhor inestimável numa dinastia. Se rememorarmos as convulsões sangrentas que trágicamente alteraram a sociedade post-colonial das outras nacionalidades sul-americanas, melhor se abrange a amplitude de semelhante benefício (SARDINHA, 1923, p. 554).

Sardinha utilizou os argumentos de Elysio de Carvalho para comprovar a nobreza portuguesa que povoou o Brasil e fundamentou a sua reflexão sobre D. João VI e o Reino Unido sobretudo no livro *D. João VI*, de Oliveira Lima. Segundo Teresa Malatian, Oliveira Lima valorizava a ação do indivíduo na história ao partir do pressuposto de que os grupos sociais se representam pelos heróis (abordagem inspirada em Oliveira Martins), "sínteses de determinadas forças atuantes num dado momento histórico, para moldar os símbolos necessários à compreensão e memorização do passado" (MALATIAN, 2016, p. 62).

Oliveira Lima, como vários de seus contemporâneos (Elysio de Carvalho, Sardinha, Malheiro Dias, etc.), formulou uma análise da história do Brasil tendo em sua bagagem de leitura o contato com diversas teorias difundidas no fim do século XIX e início do século XX, como o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer, que lhe forneceram como chave interpretativa a noção de que alguns povos europeus teriam alcançado um estágio mais avançado de civilização, tendo levado as luzes a outros povos através da colonização, "mediante dois agentes principais, o Estado e a Igreja" (MALATIAN, 2016, p. 63).

Oliveira Lima inscreveu o livro *D. João VI no Brasil* no concurso de monografias sobre o governo de D. João VI no Brasil, aberto em 1903 pelo IHGB – do qual era sócio desde 1895 – para comemorar o Centenário da Abertura dos Portos (1908, data em que de fato foi publicado). O objetivo do concurso era o estudo do rei considerado o fundador da

nacionalidade brasileira (MALATIAN, 2016, p. 65), a partir do qual se pode perceber que o IHGB do início do século XX ainda estava ligado à tradição, à historiografia oitocentista e ao culto a figuras relacionadas à monarquia.

Segundo Teresa Malatian, o principal diálogo estabelecido pelo autor foi com a historiografia portuguesa que consagrara a versão do abandono da nação às tropas napoleônicas com uma fuga vergonhosa e o favorecimento da colônia, resultando em sua independência. A essa perspectiva, contrapôs a interpretação de que D. João VI havia feito uma opção diplomática bem pensada, fosse com relação a Portugal, fosse com relação às colônias, situando-o no panorama social, econômico e cultural, utilizando como fio condutor a história diplomática. Apoiou-se em Varnhagen, que apresentou uma interpretação favorável à colonização portuguesa e a tese da independência como continuidade do Brasil português e obra da família real, que inclusive ao tornar o Brasil a sede do império português garantiu a sua integridade (MALATIAN, 2016, p. 67).

Ainda que admitindo aspectos negativos da colonização, o livro de Oliveira Lima expôs a ação civilizadora exercida pelos europeus e sobretudo por D. João VI. "Tudo converge na obra para exaltar a constituição do Brasil independente, cujo passo decisivo teria sido dado com a transferência da Corte e a instituição do Reino Unido" (MALATIAN, 2016, p. 69). A obra foi bem recepcionada por intelectuais portugueses, como João Lúcio de Azevedo, Fidelino de Figueiredo, João Ameal e Rodrigues Cavalheiro, e no Brasil por intelectuais, como José Veríssimo, Artur Orlando e conde Afonso Celso (MALATIAN, 2016).

A interpretação desse período da história do Brasil contava com posições diversas no início do século XX. Havia aqueles que, como Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), analisavam a contribuição da colonização lusitana, apontando a necessidade de uma modernização social e econômica do país por meio da valorização dos traços culturais herdados do período colonial, enquanto outros, como Paulo Prado em *Retrato do Brasil, ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), focavam nos males oriundos da herança portuguesa (PRADO, 2006, n.p.).

Colonização e Independência do Brasil foram, por razões óbvias, dois momentos-chave em que se questionou a presença dos portugueses no Brasil e cujas interpretações históricas foram utilizadas nas revistas para fundamentar o futuro nacional pautado na herança ibérica.

Desde que se transformou a historia da colonização portuguesa com a Independencia, ou melhor, com o Imperio americano de D. João VI, em historia da cooperação portuguesa no Brasil, e assim continúa a valer para destinos maiores, tudo quanto nos approxime das origens, dos pensamentos e esforços communs á raça, levantará os nossos ideaes á altura das nossas tradições, fortalecendo-os pela continuidade historica, mesmo sem intuitos de allegoria ou tendencias exclusivistas (VIEIRA, C., 1922b, n.p.).

Boa parte da interpretação historiográfica da época estava atrelada ao projeto nacional que se acreditava mais eficiente para o país, colocando em posições contrárias intelectuais favoráveis a uma corrente que se dizia mais espiritualista, fosse por uma aproximação da Europa, tendo como referência a França ou a Península Ibérica, ou uma aproximação com os vizinhos latino-americanos, em contraposição àqueles que viam nos Estados Unidos uma saída para a nação, pelo pragmatismo, e em menor escala os que se inspiravam na experiência alemã.

Entre aqueles cuja leitura da colonização portuguesa não era favorável estava Manuel Bomfim, visto pela historiografia como um intelectual que nutria um sentimento socialista, antielitista e democrático (REIS, 2006, p. 186). Em sua leitura da história do Brasil, Bomfim identificou duas forças em um conflito irreconciliável: uma a expressão própria da alma brasileira republicana e democrática, atuante desde o século XVII e outra ligada à monarquia portuguesa, presente nos dirigentes do Estado luso-brasileiro. A primeira representa a nação, a segunda está ligada aos seus exploradores. "A nação se opõe ao Estado; o Estado oprime a nação" (REIS, 2006, p. 186).

Bomfim opunha-se ao que designou como historiografia oficial, ou bragantina (referente à casa de Bragança), que apoiou Portugal depois do período de União Ibérica – momento em que, segundo o autor, Portugal passou a viver da exploração das riquezas do Brasil. "Essa historiografia prestigiava os que exploravam o Brasil e se identificava com o Estado luso-brasileiro" (REIS, 2006, p. 187), tendo criado a ideia de que a unidade brasileira havia sido resultado da independência com a monarquia.

A historiografia oficial a que se referia Bomfim provinha também das produções oitocentistas produzidas no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado em 1838, sob a proteção do manto do

imperador e contando com o apoio estatal para sua existência material, pode-se compreender que tal historiografia encontrasse limites pelo lugar onde era produzida, "lugar este que traz as marcas e as fronteiras do Estado Nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 9). Até 1851, o recrutamento dava-se pelas relações sociais, não pela produção intelectual na área, tanto que dos 27 fundadores a maioria desempenhava funções no aparelho do Estado, e uma parte significativa pertencia à geração nascida em Portugal (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

A relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil do século XIX tomou formas ainda mais claras a partir de 1850, com o estabelecimento de um poder central monárquico e de seu projeto político centralizador, além da presença assídua e participante do próprio imperador. "Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico" (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, a escrita da história desempenhou um papel fundamental na discussão sobre a questão nacional no Brasil. Em vez de definir Portugal na imagem do outro, tal qual ocorreu nos processos de independência das colônias hispano-americanas, a ideia de Nação assentava-se na continuação de certa tarefa civilizadora iniciada pelos portugueses. "Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional" (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Com o fim do Império, o IHGB passou por momentos de dificuldade financeira e perda de prestígio; entretanto, a tomada da direção do instituto pelo barão do Rio Branco, em 1908, contribuiu de maneira decisiva para que a instituição recobrasse o antigo brilho. O barão, que já vinha exercendo o cargo de ministro das Relações Exteriores, ganhando notoriedade dentro e fora do país, desenvolveu uma política de aproximação e entendimento com Washington, empenhou-se na integração do Brasil às repúblicas sul-americanas (cujo afastamento ocorreu em virtude das instituições monárquicas), no fortalecimento da liderança do Brasil nos assuntos latino-americanos e na projeção do país internacionalmente. "Os reflexos dessa diplomacia pragmática também se fizeram sentir nas atividades do IHGB, que passou a intensificar o intercâmbio com instituições científicas do Novo Mundo" (GUIMARÃES, 2006, p. 30).

Ainda em 1908 com o anúncio da visita do rei D. Carlos de Portugal ao Brasil, Rio Branco percebeu uma oportunidade de estreitar as relações de amizade luso-brasileiras que andavam estremecidas por

incidentes ocorridos durante a Revolta da Armada e pela crescente lusofobia. Planejou a organização de um congresso internacional de História, do qual participariam intelectuais brasileiros e portugueses; no entanto, o regicídio, ocorrido em 1º de fevereiro de 1908, em Lisboa, inviabilizou o plano. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2006, p. 31), a ideia de incrementar as gestões diplomáticas por meio de atividades culturais permaneceu, dando origem ao I Congresso de História da América, em 1922.

Com o fim do Império, surgiram também análises historiográficas de orientação republicana, que passaram a disputar a memória nacional com a antiga historiografia, ao reescrever a história nacional elegendo um novo panteão de heróis que serviria como símbolo a uma história republicana da pátria, defendendo a ruptura ocorrida com a independência e contrapondo-se à construção de uma memória positiva sobre o Império. Algumas das análises que seguiram a tradição oitocentista provinham do Instituto Histórico que, embora tenha modificado sua postura no que se refere às outras nações latino-americanas, adequando-se ao novo panorama político, ainda produzia obras alinhadas ao panteão de heróis promovido pelo Império e à interpretação histórica sobre a independência e colônia perpetradas no século anterior. Dois exemplos disso são os escritos de Oliveira Lima e o próprio concurso de monografias, anteriormente citado, que propunha o estudo de D. João VI como fundador da nacionalidade brasileira – perspectiva que ia na contramão das produções republicanas, que buscavam dissociar a independência e a construção da nacionalidade das figuras eleitas como simbólicas pelo Império.

Contudo, há de se levar em consideração que muitos desses historiadores apenas perpetuaram a visão que tinham na sua época de formação (ainda no Império), não aderindo à análise atrelada ao novo regime, por quaisquer razões que fossem. Além disso, Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2006) demonstrou, a partir do exame dos dois ciclos de estudos promovidos pelo IHGB, para comemorar os centenários das independências (que aí incluíam não apenas o Sete de Setembro, mas também o centenário da Independência da Bahia, da Proclamação e Juramento da Independência no Maranhão, da adesão do Pará à independência, entre outros), que houve nessas ocasiões uma ruptura com as interpretações oitocentistas da independência, construídas no âmbito do próprio instituto. Passaram, assim, a coabitar e a disputar espaço análises bem diferentes sobre a história do Brasil, uma republicana e outra monarquista ou pautada na historiografia oitocentista. Conforme a historiadora Ângela de Castro Gomes (2009, p. 66), "esse é um período

fundamental para a constituição do campo da historiografia brasileira", com novos heróis, novas interpretações e uma forma diferente de se narrar a história da nação. De acordo com a historiadora, era inevitável conviver com as demandas de legitimidade do novo regime e a necessidade da invenção de uma tradição política republicana, que foi pensada pelo IHGB, levando em consideração as glórias do passado imperial sem desmerecer o período republicano, realizando uma articulação entre Colônia, Império e República "sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda" (GOMES, 2009, p. 31).

4.2 O Centenário de Independência do Brasil e o debate historiográfico na revista *America Brasileira*

Muito embora a *America Brasileira* tenha publicado ou reproduzido artigos sintonizados com as versões tradicionais sobre a independência, que valorizavam a presença portuguesa, havia outras abordagens sobre o tema. A diversidade de temas e abordagens na revista ocorria pois esta havia sido pensada como uma resenha da vida nacional e internacional, e estendia convites de colaboração a diferentes intelectuais no afã de trazer ao conhecimento do público temas e interpretações atualizados, muitas vezes lançando mão de autores conhecidos no campo intelectual brasileiro e internacional para conferir legitimidade e seriedade à revista.

Ainda assim, ressalta-se uma preponderância das abordagens tradicionalistas e da aproximação luso-brasileira (utilizando-se de fundamentação histórica e étnica), ainda que ambas contivessem aspectos ressignificados para atender ao nacionalismo ali expresso, ou seja, incluindo a República na linha evolutiva da nação brasileira sem desprezar o período imperial ou a ação dos portugueses na colonização, posição central alinhada com as novas diretrizes historiográficas assumidas pelo IHGB na Primeira República.

A edição especial do centenário, que compreendia os números 9 a 12, de agosto a dezembro de 1922, é bem significativa nesse sentido. Muito embora notícias sobre o planejamento das comemorações do Centenário de Independência já viessem sendo divulgados antes e continuassem a reverberar após essa data, a edição especial é bem maior que as demais, contou com um grande número de anunciantes, em especial livrarias e bancos, e em seu conteúdo há artigos que versam sobre a independência, sobre nacionalismo e sobre as comemorações efetuadas pelo governo brasileiro.

Os intelectuais brasileiros tomaram as comemorações do Centenário de Independência do Brasil como momento-chave para fazer um balanço da situação nacional, articulando passado, presente e futuro em diferentes projetos de modernização nacional (MOTTA, 1992, p. 5). As diferentes representações do país fizeram parte da disputa do que deveria ser a memória nacional, qual representação acerca do passado colonial, imperial e republicano deveria ser predominante na memória coletiva dos brasileiros.

Na Primeira República brasileira, as disputas entre projetos políticos abarcavam também disputas pela memória nacional, que definia a identidade e o perfil da nação. O debate acerca do significado da independência fazia parte do rito comemorativo, que, por sua vez, redefinia "o espaço simbólico no qual a nação emerge ora como dado historicamente construído, ora como utopia a ser conquistada" (SANDES, 2000, p. 14). A partir da segunda metade do século XIX, a história sobre a independência foi sendo construída, de forma que, pouco a pouco, o episódio do Grito do Ipiranga passou a ser sacralizado como momento fundamental da Independência e o Sete de Setembro foi tornando-se um lugar de memória, "definindo o modo pelo qual a nação pode ser interiorizada" (SANDES, 2000, p. 34). O episódio passou a fazer parte de uma memória política de apaziguamento das tensões entre portugueses e brasileiros na construção da nação.

A Edição do Centenário da *America Brasileira* tinha como diretor Elyσιο de Carvalho, redator-chefe Teófilo de Albuquerque, secretário da redação Renato Almeida e o redator Carlos Rubens (lembrando que a configuração do corpo editorial da *America Brasileira* sofreu uma série de mudanças ao longo da existência da revista). Dos 29 artigos que compõem esta edição, cinco são de estrangeiros, sendo três europeus e dois latino-americanos. Os colaboradores latino-americanos eram ambos de carreira diplomática: Max Grillo, diplomata e escritor modernista colombiano; e Diego Carbonell, vinculado à Academia Nacional de la Historia e à Academia de Ciências Físicas⁶³, ex-reitor da Universidad de los Andes, nomeado embaixador da Venezuela no Brasil, em 1921. Ambos participaram do Congresso Internacional de História da América promovido pelo IHGB em 1922, o primeiro como representante da

⁶³ Informações presentes no site da Universidad de los Andes, disponível em: <http://uvero.adm.ula.ve/pdependencia/index.php?option=com_content&view=article&id=794%3Aadr-diego-carbonell&catid=91%3Aex-rectores&Itemid=28>, Acesso em: 2 de agosto de 2013.

Academia de História de Bogotá, e o segundo como representante do governo venezuelano (GUIMARÃES, 2005, p. 208).

Em *Carta Aberta*, Max Grillo escreveu sobre a independência do Brasil e o movimento libertador sul-americano (a pedido do editor da revista) e elogiou a atuação de D. Pedro I, que conquistou a independência sem o sacrifício de vidas, conservando laços fraternais entre metrópole e colônia. Já Diego Carbonell, em *El Libertador y El Emperador*, abordou a "lenda" de que Bolívar quis levar o espírito de rebeldia ao território brasileiro, mencionando o caso da anexação equivocada do território de Chiquitos, articulada pelo governador do Mato Grosso e pelo próprio governador de Chiquitos, e afirmando que Bolívar não tinha interesse em invadir o império brasileiro, apesar do pedido da missão argentina Alvear-Díaz Vélez.

Ambos os artigos estão em consonância com o Congresso Internacional de História da América, evento citado na *América Brasileira*. Como mencionado anteriormente, a historiografia do século XIX produzida pelo IHGB esteve a serviço da monarquia de forma a legitimar e dar embasamento ao projeto político centralizador. Em tal modelo de representação nacional, as repúblicas latino-americanas apareciam como os inimigos externos, representantes da barbárie (GUIMARÃES, 1988, p. 7). Porém, o papel desses "inimigos externos" modificou-se no início do século XX, visto que o próprio Brasil se tornara republicano, e o movimento pan-americano começava a ganhar força.

Nesse sentido, o Congresso Internacional de História da América estava alinhado com as transformações que o IHGB vinha promovendo na sua forma de fazer história, incorporando elementos republicanos e colocando a historiografia a serviço da política exterior como parte de uma diplomacia cultural, como já havia tentado o Barão do Rio Branco, em 1908, por ocasião da visita do rei português (GUIMARÃES, 2005, p. 193). Assim, pretendiam os organizadores do evento uma aproximação intelectual dos países latino-americanos e uma reconstrução da memória nacional, não mais referindo-se às repúblicas latino-americanas como a representação da barbárie, mas buscando elementos comuns a todos os territórios americanos (GUIMARÃES, 2005, p. 194). Juntamente com inúmeras instituições congêneres, o IHGB abraçou a ideia de uma América solidária (SANDES, 2000, p. 86), reconstruindo a identidade brasileira a partir de sua posição geográfica, inserindo-se não apenas na história europeia, mas em uma história latino-americana.

A ligação da *América Brasileira* com o Congresso Internacional de História da América fazia-se notar em artigos de colaboradores que

participaram de forma ativa do evento e por seu conteúdo alinhado com a ideia de uma integração latino-americana.

Todavia, é necessário mencionar que no mesmo ano de 1922, em que ocorreu o Congresso Internacional de História da América promovido pelo IHGB, foi realizado também o XX Congresso Internacional de Americanistas. Esse congresso teve a sua primeira edição em Nancy, na França, em 1875, tendo sido realizado em diversos países da América e Europa até os dias de hoje. Suas duas únicas edições no Brasil foram a de 1922, no Rio de Janeiro, e a de 1954, em São Paulo.

O evento do Rio de Janeiro era para ter ocorrido em 1919, sob a presidência de Lauro Müller e tendo Alfredo Mariano de Oliveira como secretário-geral, mas acabou acontecendo em agosto de 1922 com o seguinte comitê organizador: João Teixeira Soares, presidente; Antonio Carlos Simoens da Silva, 1º vice-presidente; Luiz Palmier, 2º vice presidente; **Elyσιο de Carvalho, 3º vice-presidente**⁶⁴; A. Morales de Los Rios, secretário-geral; M. Gitahy de Alencastro, 1º secretário; Raymundo Thomé Bezerra, 2º secretário; J. Pires Brandão, 3º secretário; Antonio A. Serpa Pinto, 1º tesoureiro; Alfredo Lisboa, 2º tesoureiro (CONGRESSO..., s.d., MNE/RJ-219). As sessões ocorreram no Arquivo Nacional, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional (SOARES; LOS RIOS, jun. 1917, MNE/RJ-219). A delegação portuguesa no congresso foi presidida pelo embaixador português no Brasil, Duarte Leite, e contava com Carlos Malheiro Dias (por indicação do próprio Duarte Leite) e Gago Coutinho como vogais (LEITE, 17 ago. 1922, MNE/RJ-219).

Segundo artigos do estatuto (VIGESIMO..., s.d., MNE/RJ-219), o Congresso Internacional de Americanistas tinha como objetivo o estudo histórico e científico das Américas e seus habitantes. O programa aprovado para a vigésima edição contava com quatro grandes áreas: História e Geografia, Antropologia e Etnografia, Paleontologia e Arqueologia, Linguística e Paleografia. Alguns desses temas estavam, da mesma maneira, abarcados no Congresso Internacional de História da América do IHGB; no entanto, este possuía algumas seções de História a mais como História Constitucional e Administrativa, Parlamentar, Econômica, Militar, Diplomática e Literária e das Artes.

Além de ter participado como 3º vice-presidente, Elyσιο de Carvalho também apresentou duas memórias (comunicações), a primeira *As Origens da Sociedade Brasileira*, publicada na *América Brasileira* e no livro *Laureis Insignes*, e a segunda intitulada *As primeiras tentativas*

⁶⁴ Grifo nosso.

para a fundação da indústria siderúrgica no Brasil (a questão da modernização econômica e do desenvolvimento da indústria no Brasil, sobretudo a siderúrgica, eram temas caros ao autor) (CONGRESSO..., s.d., MNE/RJ-219).

Dentro da perspectiva da interação do Brasil com os demais países latino-americanos, o artigo de Jorge Latour, *Integração Continental Latino-americana*, publicado na *America Brasileira*, apresentava a Doutrina Monroe como um aspecto positivo de integração continental e defendia fortemente o pan-americanismo e os congressos a ele dedicados, além de criticar o luso-americanismo, o hispano-americanismo e o anglo-saxonismo, "facções de natureza histórica e racial, que se formam na América ameaçando a orientação homogênea do Continente" (LATOURE, 1922, n.p.). A ênfase principal do artigo é nos países latino-americanos, que deveriam cultivar entre si um vínculo, uma identidade americana, posição recorrente em outros artigos da revista, mas que, em alguns casos, defendiam ao mesmo tempo uma ligação espiritual entre Brasil e Portugal em sintonia com o hispanismo ou iberismo cultural.

Diego Carbonell e Max Grillo não foram os únicos participantes do Congresso Internacional de História da América que colaboraram com a edição especial do centenário. O professor de literatura na Sorbonne e especialista em estudos portugueses e brasileiros, Georges Le Gentil, também participou do congresso como representante do Ministério da Instrução Pública da França. Le Gentil colaborou, na *America Brasileira*, com o artigo *Un précurseur de l'indianisme*, no qual dissertou sobre a obra *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824), de Fernand Denis, apresentando o autor como precursor de Alencar no indigenismo e dando-lhe o mérito de ter encorajado na França o renascimento do gosto brasileiro, além de ter proclamado a autonomia literária de uma nação cuja independência política os diplomatas europeus hesitavam em reconhecer naquele período. Finalizou o artigo afirmando que Fernand Denis "*fut pour le Brésil un ami de la première heure*"⁶⁵ (LE GENTIL, 1922, n.p.).

Outro integrante do Congresso Internacional de História da América foi Feijó Bittencourt, que publicou na *America Brasileira* parte de sua comunicação do congresso. É um texto pequeno, no qual o autor refletiu sobre o dom da oratória cultivado pelo jovem José Bonifácio e sua relação com seus discípulos. Em linhas gerais, a interpretação sobre Bonifácio é positiva, mas esse não é o tom predominante nos artigos escritos por brasileiros sobre a independência na *America Brasileira*.

⁶⁵ "Foi pelo Brasil um amigo de primeira hora" (tradução nossa).

O artigo de abertura da revista *O phenomeno brasileiro*, sem autoria, apresenta uma história da independência muito semelhante àquela presente em algumas colunas da última parte da revista, intitulada *Crônica do Centenário: Portugal – Brasil*, na qual se endossa a ligação luso-brasileira e uma interpretação da independência pautada na continuidade, como havia sido esboçada também por Malheiro Dias e Antônio Sardinha, incluindo, no entanto, a República nessa linha evolutiva, sintonizada com as novas diretrizes do IHGB.

A emancipação de 1822, como o resultado do velho sonho de liberdade que fremeia na alma nacional desde o seculo XVII; a formação do imperio; a unidade das provincias em torno do estado, que o trono estabilisava, os moldes democraticos da primeira constituição; a obra grandiosa da regencia; o segundo imperio fecundando o liberalismo; a abolição integrando a Patria na humanidade; a Republica, nivelando os cidadãos e proclamando os seus direitos com a maxima amplitude; a criação das artes das letras e das sciencias; o surto magnifico do progresso material, que constroe portos e diques e ergue cidades; a prosperidade economica e commercial; a potencia das industrias e da agricultura, tudo, enfim, em harmonioso crescendo, se ajunta e vibra, como as notas formidaveis de um hymno grandioso (O PHENOMENO..., 1922, n.p.).

Essa é uma das formas de história da independência que aparecem na revista, dentro da qual a nação tem seu embrião com a vinda de D. João VI para o Brasil e continuou "evoluindo" com o Império e com a República. No tipo de nacionalismo apresentado pela revista, não havia lugar para uma visão negativa de determinado momento do passado, como o Segundo Império, por exemplo. A nação brasileira estava em um processo contínuo de desenvolvimento, ainda não finalizado, e o seu passado projetava o futuro, ainda que, no tempo presente, houvesse problemas com a República, problemas duramente criticados na revista para que se mantivesse a ordem sem que o trem brasileiro do progresso, da civilização e do desenvolvimento descarrilasse. Para Graça Aranha, em *Raízes do Idealismo*,

a monarquia não foi só uma sugestão colonial e uma logica continuação, melhor que uma incerta substituição. Foi também a cupola do edifício, e sob o domo o Poder Moderador apparecia como a imagem da Razão, da Justiça e da Divindade [...]" (ARANHA, 1922, n.p.).

O IHGB preparou comemorações para os centenários da independência do Brasil (1922) e do nascimento de D. Pedro II (1925). No campo simbólico, as duas comemorações associavam o nascimento do imperador e o nascimento da nação. Essa recriação da memória nacional "solidifica a propagada ideia de que coube ao império a conquista da unidade nacional e, de alguma forma, minimiza o papel do exército na construção da nação, versão enfatizada com enorme força no momento de Proclamação da República" (SANDES, 2000, p. 148).

A celebração dos dois centenários almejava uma memória nacional constituída num campo comum entre República e Monarquia, pois, segundo Noé Sandes Freire, a República apoderou-se da tradição monárquica, sob uma perspectiva evolucionista da qual derivava também o movimento republicano (SANDES, 2000, p. 14), tal qual se observou no artigo de abertura da edição especial do centenário na *America Brasileira*.

A memória de D. Pedro II foi reavivada à medida que a crise da Primeira República brasileira se agravou. Apesar de algumas análises delinearem uma revalorização da história do Segundo Reinado como o fantasma do imperador que estava a rondar os republicanos, no entendimento de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a imagem de Pedro II foi sendo desconectada dos símbolos de realeza, e conseqüentemente da monarquia, passando por um processo de ressignificação, como símbolo de patriotismo, do governante exemplar e do cidadão nacionalista (GUIMARÃES, 2006, p. 174), tendo sido essa nova visão apropriada pela República. Como mencionado anteriormente, esse tipo de ressignificação também estava atrelado a uma visão evolucionista da sociedade brasileira de forma a apresentar a República como continuidade do Império e da Colônia.

A disputa pela construção da memória nacional aparece com clareza na *America Brasileira*, pois, enquanto alguns artigos apresentaram o nascimento da nação no Sete de Setembro com o imperador D. Pedro I e atribuíram a ele e a Bonifácio o papel principal na história, outros enfatizaram a atuação de outros grupos na independência, alegando que o movimento era inevitável, que o sentimento era anterior

ao gesto do príncipe, e alguns chegaram a afirmar que mesmo sem ele a independência teria sido realizada.

Rocha Pombo, historiador republicano sócio do IHGB, em *A Figura de D. Pedro I*, construiu uma imagem D. João VI ligada à instabilidade e à bondade rude e inconsciente. Sobre D. Pedro I, afirmou que a ambição e falta de preparo vieram à tona assim que chegou ao trono. Um príncipe estouvado, que não tinha qualidades para exercer sua função pois não havia sido preparado para ela, nem o homem, nem o rei. Terminou o artigo dizendo que aqueles que o cercavam inflaram-lhe a ambição, "e como queriam então que D. Pedro não se perdesse?" (POMBO, 1922, n.p.). Em outro artigo publicado em junho de 1924 sobre a Confederação do Equador, afirmou Rocha Pombo que, depois daquele evento histórico, nunca mais se reconciliou D. Pedro I com o sentimento dos brasileiros, tendo por fim que abdicar. "Propriamente, só agora, livres daquela esturdia natureza, é que fizemos a nossa independência" (POMBO, 1924b, p. 179).

Dois artigos, o de Celso Vieira e o de Elyσιο de Carvalho, abordaram a independência a partir da imprensa. Celso Vieira escreveu sobre panfletos que combatiam "a deslealdade e o portuguezismo da corôa", principalmente "quando se exteriorisa, em 1823, a fatal propensão anti-nacionalista e anti-democratica do rei-soldado, perdido como estava para os brasileiros, entre as chalaças do favorito e os amplexos da marquezia" (VIEIRA, C., 1922a, n.p.).

Elyσιο de Carvalho, cujo artigo era uma conferência proferida na Associação Brasileira de Imprensa em agosto de 1922, apontou Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e Frei Francisco de Sampaio como grandes articuladores da independência por preparar a consciência nacional do povo, além de endossar a posição de Rocha Pombo afirmando que D. Pedro I ambicionava ser imperador, importando-se pouco com a independência. Apresentou Bonifácio como déspota violento que utilizou da força para manter a autoridade e o absolutismo, e afirmou ser uma injustiça reduzir a fundação do Império à figura de Bonifácio.

Dest'arte, com a legitima consciencia de brasileiro, como os que mais o forem, e sciencia clara dos acontecimentos e das tempestuosas turbações daquele periodo, direi mais, que se não fosse S. Paulo, se não fosse José Bonifácio e se não fosse D. Pedro, príncipe ambicioso, trefego e disparatado, o Brasil em 1821, com a retirada de D. João VI para a côrte, ter-se-ia feito independente,

mas com a republica, que era o idéal dominante. E' possível que, naquelle momento, não se tornasse tão facil a emancipação com a república como foi com o imperio: mas teriamos, nós, brasileiros, com certeza, constituido uma nação heroica, altiva e progressista. Teriamos soffrido, como todos os povos que se levantam de longo captiveiro para a liberdade redemptora, mas seriamos agora, sem aquelles setenta annos improductivos do Segundo Imperio, a primeira potencia do continente. E, na verdade, o que pretendiam Joaquim Gonçalves Léo e os proceres da independencia, era um Brasil forte, integro, e indivisivel, uma nacionalidade ufana do seu passado e rica de heroismo, uma grei tocada de graça e fascinante de belleza (CARVALHO, 1922a, n.p.).

Terminou o artigo afirmando que se deveria louvar o sacrificio e o entusiasmo de todos (grandes e menores) que

[...] concorreram para crear a idéa da patria soberana, acima das rivalidades e das controversias, e reconciliemos, cobrindo-os com o manto diaphano da gloria, os dois grandes paladinos da independencia nacional e da civilização brasileira, redimidos de quaesquer erros e irmanados no mesmo apostolado (CARVALHO, 1922a, n.p.).

Nesse artigo, Elysio de Carvalho afirmou que a independência, proclamada mesmo sem a participação de Bonifácio e D. Pedro I, poderia ter sido feita dando origem a uma República brasileira, rompendo com aquele ideal de continuidade e de consagração do Império, e explicitando um posicionamento alinhado ao dos republicanos que consideravam o Segundo Reinado um momento improdutivo na história da nação, muito embora o autor fosse a favor de uma interpretação positiva da atuação portuguesa no Brasil. Os argumentos utilizados por Elysio de Carvalho davam sustentação à argumentação da vontade nacional soberana, uma vontade de independência e constituição de nação que independia do Estado.

A independencia, que se effectivou por obra e graça da vontade brasileira, já existia na

consciencia popular, e irradiára no espirito dos nobres rebellados de Vieira de Mello, em 1710, no peito indomavel de Felipe dos Santos, no episodio tragico e sagrado dos inconfidentes de Villa Rica e no gesto heroico dos insurrectos pernambucanos de 1817. O sangue dos herões dos Guararapes cimentára os bastiões da nacionalidade, que se integrou definitivamente no 7 de abril de 1831, quando D. Pedro I foi forçado a resignar a realeza (CARVALHO, 1922a, n.p.).

Dessa posição, discordava Rocha Pombo, que, ao resenhar o livro *Laureis Insignes* (resenha publicada em maio de 1924 na *America Brasileira*), no qual Elysio publicou o mesmo artigo exposto acima, comentou: "si a independencia já estava na consciencia do povo brasileiro, de certo que não era preciso em 1822 que ninguem se esforçasse por crear essa consciencia. Outra coisa é que era preciso fazer: e foi essa outra coisa que fez o Patriarcha" (POMBO, 1924a, p. 144).

Noé Freire Sandes aponta para um outro autor que promoveu a defesa da figura de Ledo como verdadeiro fundador da independência e que colocou como marco da independência nacional a Revolta de Felipe dos Santos, o publicista Assis Cintra. Conforme Sandes, embora Cintra não tenha obtido grande prestígio entre os historiadores, "é possível supor que foi grande seu poder de penetração no restrito mercado editorial da época" (SANDES, 2000, p. 142). Dessa forma, Elysio de Carvalho não é uma voz isolada.

Hildebrando Accioly, diplomata e jurista brasileiro, no artigo *A diplomacia da independência*, dissertou sobre a importância da diplomacia para o reconhecimento da nação brasileira no pós-independência. Afirmou que entre os homens de governo da época, a ideia que predominava era a de uma simples autonomia administrativa para o Brasil, e que Bonifácio não foi favorável ao movimento de completa emancipação política, tendo sido adverso às ideias democráticas e feito oposição ao grupo de Ledo, a quem teria perseguido. O autor colocou que D. Pedro I só aderiu ao movimento separatista forçado pelas circunstâncias. Para Accioly, a Bonifácio "deve a Nação incontestaveis serviços de alta valia, mas que se não pôde dizer tenha sido o patriarcha da independencia" (ACCIOLY, 1922, n.p.). Em uma análise mais amena, o autor não glorifica D. Pedro I, mas também não cria uma imagem tão pessimista ou detratora.

Para Lemos Britto, em *A independência e o papel da Bahia*, a independência ocorreria mesmo sem D. Pedro I e Bonifácio, mas que

seria uma questão de tempo e oportunidade, sem se saber quando ocorreria. Lemos Britto enfatizou a contribuição baiana na "formação do espírito nativista e nacionalista", referindo-se aos bandeirantes baianos, que, alargando o território, estabeleceram "entre as suas varias partes componentes de uma intima ligação, e imprimio ao nativo a consciencia de sua grandeza". Lemos Britto mencionou também o papel da Bahia para "o encaminhamento da nova ordem de cousas de que resultou a independencia" (LEMOS BRITTO, 1922, n.p.), referindo-se à abertura dos portos, incitada por um economista baiano. Esta teria sido imprescindível para a independência, pois permitiu à nação ter consciência de seus recursos.

Lemos Britto apontou a importância da Conjuração Baiana para o "estudo dos primordios de nossa emancipação política", mencionando que "os inconfidentes baianos haviam pregado com a independência a República". A Conjuração Baiana "vem a talho de foice para provar que a Bahia teve sempre o culto da liberdade e que, antes de 1823, soube sacrificar-se pelo ideal da independencia e da República" (LEMOS BRITTO, 1922, n.p.). A verdadeira independência, para o autor, teria ocorrido em dois de julho de 1823, pois antes disso o país ainda tinha em seu território membros do exercito português e, conseqüentemente, uma parte ainda dominada por Portugal.

A participação da Bahia na independência aparece como tema principal em três artigos da Edição do Centenário da *America Brasileira*. Além do artigo de Lemos Britto, citado anteriormente, os outros dois foram escritos por F. Borges de Barros (diretor do arquivo público da Bahia) e Bernardino de Souza (historiador e etnógrafo sergipano), que trabalharam com a perspectiva de que os baianos já tinham uma participação ativa na constituição da nacionalidade e enfatizaram o dois de julho de 1823 como momento fundamental. Diferentemente de Lemos Britto, esses outros dois autores endossaram a história da independência inserindo a Bahia na união territorial brasileira, mantida pelo Império, dando suporte positivo à memória de D. Pedro I e de Bonifácio no movimento de independência.

Sobre a atenção especial dispensada à Bahia, que em um dos artigos o autor revelou ter sido a pedido do editor da revista, é necessário ressaltar que já havia sido abordada por outros autores. Os artigos publicados na *Revista do IHGB* acerca do tema da independência "procuraram mapear o movimento de construção da nacionalidade, acentuando a função das regiões mais longínquas que disputavam um papel de destaque no processo emancipador" (SANDES, 2000, p. 174). De acordo com Noé Freire Sandes (2000, p. 171), o próprio Francisco

Adolfo de Varnhagen também apontou a participação da Bahia e de outras regiões do país no processo de independência do Brasil.

Varnhagen, tido como um dos pais da historiografia brasileira, é muitas vezes citado em artigos da *America Brasileira*. Na Edição do Centenário foi publicado o programa do Instituto Varnhagen, fundado naquele mesmo ano e sobre o qual se tratará mais a frente neste capítulo. Na lista dos fundadores é encontrada boa parte dos colaboradores da *America Brasileira*, seu editor e outros nomes que já eram consagrados no meio intelectual da época. A missão do instituto, suas atividades e orientações estão descritas em seu programa. Sobre a missão, destaca-se o seguinte excerto:

Assim, pois, é a nossa historia que ha-de illuminar o roteiro do nosso esplendido destino: para isto basta que, sentindo o nosso passado, rico de prodigio e tocado de graça, e auscultando as nossas origens, que se ligam á fascinante civilização latina, procuremos realçar a nossa epopéa nacional, ressurgindo ou animando os heróes, os apóstolos e os precusores, proteger o instincto racial, definir a indole, o character ou o genio do nosso povo e intensificar o culto pela mãe patria – enfim, ser fiel á lei de constancia vital, que preside ao desenvolvimento da nacionalidade. Mercê da nossa filiação historica, podemos, através de tantas vicissitudes e de regimens politicos diversos, conservar unido, indissoluvél e forte o vasto imperio territorial que somos e, graças a essa surpreendente harmonia, consequencia da unidade da lingua, da religião, dos costumes, das tradições e, principalmente, das affinidades raciaes, havemos de ser um dos maiores Estados do mundo (INSTITUTO..., 1922, n.p.).

Este pequeno trecho é bem representativo de uma forma de fazer história que é particular tanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como aos mais diversos artigos que compõem a Edição do Centenário da *America Brasileira*.

François Hartog, ao dissertar sobre a expressão da experiência temporal na história, delinea um regime de historicidade moderno que começou no fim do século XVIII e que se teria estendido até 1989 (uma data simbólica escolhida pelo autor). Esse regime de historicidade moderno teria como principal característica a dominação do ponto de

vista do futuro, dentro da historiografia. "A palavra-chave é Progresso, História é entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão)" (HARTOG, 1996, n.p.). Parte da historiografia brasileira do início do século XX pode ser vista dentro dessa perspectiva de análise historiográfica, uma vez que a sua compreensão de temporalidade correspondia a uma progressão direcionando-se a um fim: o Brasil como grande nação. Boa parte dos artigos de cunho histórico presentes na *America Brasileira* apresentam a história por essa perspectiva da progressão, da evolução que começou na Colônia ou no Império, com o Sete de Setembro ou o Dois de Julho, passa pela República e se direciona para um fim glorioso, da inserção do Brasil entre as grandes nações.

Elementos como os recursos naturais, a grandeza do território e a própria reflexão sobre a raça (progressivamente branca e homogênea) dão embasamento a essa concepção. Graça Aranha, diplomata e imortal da Academia Brasileira de Letras, em *Raízes do Idealismo*, escreveu sobre a predestinação do Brasil ao sucesso, à grandeza, à "elevação moral".

A fé no prodigioso destino da patria lhe perdurará sobranceira e fervente, a despeito da amargura que soffrer, do chãos em que se abysmar o paiz, das retrogradações da justiça e do progresso moral, do eclipse da liberdade e da honra. Crê eternamente na ascensão triumphante da patria, na sua illimitada força creadora, na sua immortal projecção no futuro (ARANHA, 1922, n.p.).

Entretanto, é importante observar que, como o próprio Hartog ressalta, o regime de historicidade moderno em algumas ocasiões convive com elementos da história *magistra vitae*, uma outra forma de se escrever a história e de se pensar a temporalidade característica da antiguidade. Segundo Temístocles Cézár (2004, p. 14), em artigo sobre a produção historiográfica do IHGB no século XIX, a história *magistra vitae* "é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio". O trabalho dos historiadores deveria servir à nação.

Os exemplos advindos do passado seriam fundamentais, orientando o presente e o futuro. Os artigos da Edição do Centenário da *America Brasileira* têm muito presente essa orientação. Mesmo com a renovação de determinados heróis, previamente consagrados pela

historiografia como D. Pedro I ou Bonifácio, ou com a criação de outros, continuou ocorrendo a referência exemplar do passado que age diretamente no presente e no futuro. Esse tipo de percepção atravessa as três revistas estudadas, sempre em direção ao Portugal e ao Brasil potências mundiais, tendo em vista a valorização dos benefícios trazidos pela civilização ibérica/portuguesa ao novo continente, o passado glorioso que fundamenta esse modelo de civilização e que é o guia futuro.

Um outro elemento que sobressai na Edição do Centenário é a ênfase em Portugal e nas relações deste com o Brasil. O português Fidelino de Figueiredo escreveu um artigo de saudação às comemorações do Centenário de Independência do Brasil, fazendo alusão à continuação do modo de civilização ibérico na América ao afirmar que os europeus

[...] a quem preocupam os destinos da civilização de que foram os principaes obreiros, não deixam de emprehender essa grata peregrinação transatlantica para testemunhar de perto o germinar e florescer luxuriante da sua sementeira (FIGUEIREDO, 1922, n.p.).

Além desses artigos, a última parte da edição, intitulada *Chronica do Centenário Portugal - Brasil*, tem grande parte de seu conteúdo sobre a presença dos representantes de Portugal nas comemorações do Centenário de Independência e sobre a relação entre os dois países, o que sugere uma articulação da revista com a campanha de aproximação entre Brasil e Portugal.

[...] o que se ouviu, pelas boccas dos chefes das nações irmãs, foi a integração do grande feito de Sete de Setembro no seu sentido exacto não de um triumpho de brasileiros contra portuguezes, mas uma data luso-brasileira, como accentuou o presidente Epitacio Pessoa, porque Portugal não descobriu, povoou e defendeu o Brasil para reduzil-o á vassalagem, mas para nelle crear uma grande patria, de cuja gloria partilha, como disse ufano o illustre Dr. Antonio José de Almeida (*A INDEPENDENCIA...*, 1922, s.p.).

Em boa parte dos artigos há uma atenção especial voltada para o elemento português na identidade brasileira, que não necessariamente está vinculado à memória do Império. Em linhas gerais, pode-se observar

uma certa contradição na busca pela afirmação da nacionalidade brasileira, constituída das três raças, vinculada às características do território nacional, e que, ao mesmo tempo, resgata o vínculo com a herança lusa, ibérica, pensada por sua contribuição "racial" e cultural.

Na Edição do Centenário da *America Brasileira*, pode-se observar as diferentes questões que envolveram o debate historiográfico em torno da fundação da nação, tema caro aos nacionalistas da Primeira República, especialmente na ocasião das comemorações do Centenário de Independência do Brasil. Os artigos apresentam diferentes interpretações acerca da fundação da nação; no entanto, na sua maior parte, estão em consonância com os propósitos do Congresso Internacional de História da América, que ocorria em 1922, e a integração latino-americana, além de enfatizarem a herança ibérica, promovendo uma aproximação com Portugal, defendida por Elysio de Carvalho em seus escritos (LEMONS, 2010) e forjada nas páginas da *America Brasileira*.

4.3 Instituto Varnhagen

O Instituto Varnhagen, mencionado anteriormente, foi apresentado no número especial do centenário, em um texto que noticiou a sua criação. O texto nada mais é que o programa do instituto publicado na íntegra. Além de Elysio de Carvalho, Theóphilo de Albuquerque, Carlos Rubens, Luiz-Annibal Falcão e Renato Almeida⁶⁶, que foram membros do corpo editorial da *America Brasileira*, boa parte dos que assinaram a lista de fundadores do instituto colaboraram com um ou mais artigos nas páginas da revista.

A criação do instituto, seus objetivos e preocupações estavam em plena sintonia com o momento histórico vivido pelo Brasil nos anos 20, com as comemorações do Centenário de Independência e os debates por ela suscitados. Os intelectuais que participavam desses debates, entendidos como produtores e/ou mediadores culturais (SIRINELLI, 1996), eram atores políticos que atuavam no campo cultural muitas vezes através da defesa de ideias ou da formulação de projetos político-culturais, vinculados ou não a cargos ou funções em *loci* privilegiados, públicos ou privados. Nesse sentido, os lugares de sociabilidade intelectual (jornais, revistas, editoras, associações, etc.) articulavam uma

⁶⁶ Vale ressaltar que o corpo editorial da revista mudou ao longo de sua existência, como exposto no primeiro capítulo, e que Renato Almeida, tal como colocado no segundo capítulo, em sua carta a Mário de Andrade, não parecia compartilhar do entusiasmo do instituto.

grande diversidade de atores (escritores, editores, livreiros) em torno de um projeto coletivo (GOMES, 2009, p. 26). Nesse quesito, o Instituto Varnhagen não foi uma exceção.

A diretoria do instituto era composta por Rocha Pombo, presidente perpétuo; Celso Vieira, primeiro vice-presidente; Gensérico de Vasconcellos, segundo vice-presidente; Ronald de Carvalho, terceiro vice-presidente; Elysio de Carvalho, secretário-geral perpétuo; Renato Almeida, primeiro secretário; Ribas Carneiro, segundo secretário; Theophilo de Albuquerque, tesoureiro; Jorge Jobim, bibliotecário; e Gustavo Barroso, cronista. Além da diretoria, outros cinquenta nomes figuraram na lista dos fundadores do instituto, incluindo Victor Viana, Gilberto Amado, Mario Barreto, Ribas Carneiro, Tristão de Ataíde, Carlos Rubens, Raul Pederneiras, Luiz Annibal Falcão, Flexa Ribeiro, Pontes de Miranda, Roquette Pinto, Jackson de Figueiredo, Levi Carneiro, entre outros juristas, militares e literatos.

De acordo com o vigésimo artigo do Estatuto e Regimento Interno (p. 14), os dois principais fundadores do Instituto Varnhagen foram Elysio de Carvalho, homenageado com o título de secretário-geral, e Rocha Pombo, homenageado com o título de presidente. Todavia, no discurso inaugural do instituto, Rocha Pombo afirmou ter assinado o documento após diversas outras pessoas já o terem feito, o que provavelmente significa que o instituto tenha sido criado por iniciativa de Elysio de Carvalho. Para corroborar essa hipótese, um artigo publicado em *Hoje: periodico de acção social*, em fevereiro de 1923, apresentou uma enorme foto de Elysio de Carvalho, ilustrando uma matéria na qual se afirmou que o instituto havia sido fundado "por iniciativa de Elysio de Carvalho e sob os auspícios de Rocha Pombo" (ILLUMINANDO..., 1923, n.p.).

O apadrinhamento de um membro do Instituto Histórico e Geográfico Nacional seria algo importante para um instituto que também se dedicava à história, pois poderia lhe dar subsídios para que se tornasse uma voz autorizada da História no meio intelectual. Muita embora o jornal desse destaque à figura de Rocha Pombo, a diretoria do instituto também incluía outras figuras que poderiam lhe conferir prestígio, como Gustavo Barroso, que na época era Diretor do Museu Histórico Nacional, além de Celso Vieira, membro da Academia Pernambucana de Letras, Jorge Jobim e Ronald de Carvalho, diplomatas, sendo o último conhecido por sua produção literária e participação no movimento modernista de 1922.

O décimo sétimo número da revista *America Brasileira* trouxe uma notícia sobre uma acusação de plágio feita por um militar argentino

Juan Beverina direcionada ao militar brasileiro, e segundo vice-presidente do Instituto Varnhagen, Genserico de Vasconcellos. O acusado teria então solicitado ao instituto uma comissão específica, presidida por Rocha Pombo, para analisar o caso. A comissão, composta por Levi Carneiro (jurista, ensaísta, futuro membro da ABL e fundador da OAB), Jaguaribe de Mattos (militar que atuou como cartógrafo e geógrafo), Deodato Maia (advogado) e Eurico Cruz (juiz de direito), defendeu a obra do brasileiro contra tal acusação, o que demonstra que o grupo atribuía a si um grau elevado de importância dentro do campo de estudos sociais no Brasil, como porta-vozes autorizados a avaliar e definir o valor de uma obra histórica, de forma a poder resolver o problema.

Elysio de Carvalho e Rocha Pombo já se conheciam desde o início do século XX em virtude de sua vinculação ao pensamento anarquista. Em 1904, ambos participaram da Universidade Popular de Ensino Livre, iniciativa de duração efêmera ligada ao movimento anarquista e sob direção de Elysio de Carvalho, que contava com um corpo docente eclético no qual estava o próprio Rocha Pombo, além de José Verissimo, Silvio Romero, Fábio Luz, entre outros (HARDMAN, 2002, p. 319). Todavia, ao contrário de Rocha Pombo, que dispunha de certo prestígio no meio intelectual⁶⁷, Elysio de Carvalho ainda lutava pelo reconhecimento entre seus pares.

O Instituto Varnhagen tinha por finalidade:

- I, realizar, desenvolver e animar o estudo da historia nacional;
- II, contribuir para o ensino educativo da historia do Brasil, compreendendo o culto da tradição e da unidade nacional, a idéa do sacrificio, a educação do sentimento e da vontade, a directriz mental e a cultura physica da raça;
- III, concorrer para que se divulgue, entre a mocidade brasileira dos nucleos coloniaes, o conhecimento da lingua portugueza e da historia patria;
- IV, servir a causa nacional de propagação do ensino primario e profissional;
- V, estreitar as relações intellectuaes do Brasil com Portugal e Hespanha;

⁶⁷ Em 1900 foi aceito como sócio no IHGB e em 1933 foi eleito membro da ABL, embora tenha falecido antes de ser empossado.

VI, secundar o movimento de aproximação intellectual dos povos americanos;

VII, formular um plano ou programma de synthese da civilização brasileira, visando principalmente a educação popular;

VIII, constituir methodicamente a bibliographia das fontes da historia geral e demais secções historicas do Brasil;

IX, systematisar o estudo da arte colonial, para elaboração de monographias e repertorios illustrados sobre o assumpto;

X, realisar, desenvolver e animar o estudo e a organização da nobiliarchia, da heraldica e de outras materias, que possam constituir subsidios para a historia das origens e dos costumes da sociedade brasileira;

XI, promover e estimular, em geral, quaesquer estudos sobre a nacionalidade brasileira, a sua cultura intellectual e artistica, todos os seus aspectos e problemas sociaes, buscando a solução pratica mais adequada aos interesses nacionaes (INSTITUTO..., 1922b, p. 7 e 8).

Os quatro primeiros objetivos citados são evidências da preocupação dos intelectuais com uma educação voltada para a nacionalidade e vinculada à construção de uma cultura política republicana no fim do século XIX e primeira metade do XX, em Portugal e no Brasil. Segundo Ângela de Castro Gomes (2009, p. 88), uma cultura política que "necessitava 'inventar' um passado, com destaque para um passado histórico, que precisava ser ensinado através de uma narrativa acessível, que mobilizasse meios capazes de atingir um grande público". Neste sentido, o ensino da história, em ambos os países, tinha por objetivos a legitimação do regime republicano e o culto do amor à pátria.

A preocupação com a educação sempre existiu, mas ela se transformou com as modificações políticas do novo regime. A escola era vista como um lugar fundamental de formação de cidadãos, tal como os novos estados nacionais necessitavam e, portanto, uma das chaves para se combater o atraso e a decadência, permitindo um desenvolvimento rumo à modernização e ao progresso, e, conseqüentemente, a um lugar junto às nações "civilizadas" de seu tempo (GOMES, 2009, p. 96-97).

A ênfase dada na língua portuguesa e na história pátria para a mocidade dos núcleos coloniais, como explicitado no terceiro objetivo, serve bem ao propósito de criar uma pátria unida por cidadãos que a

cultuassem, defendessem e lhe ajudassem a chegar ao rol das potências mundiais. Tanto que na década de 1930, o governo brasileiro tomou atitudes mais drásticas impondo por meio de Decreto-lei o ensino da língua portuguesa, da história e da geografia brasileiras por professores brasileiros, no intuito de acabar com a forma de ensino que ocorria nos núcleos coloniais, que reproduziam a língua e a história de seus países de origem.

As ideias colocadas no segundo objetivo do Estatuto: o "culto da tradição e da unidade nacional", a ideia do sacrifício, a educação do sentimento e da vontade, a diretriz mental e a cultura física da raça, eram preocupações constantes nos trabalhos de cunho nacionalista publicados na época e uma das estratégias utilizadas para se trabalhar com tais questões eram as biografias de personagens históricos.

As biografias foram um recurso utilizado por Silvio Romero em seu manual escolar de 1890, *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. A escolha e a construção de heróis, a vida dos homens considerados grandes "era um dos caminhos mais seguros para o aprendizado das virtudes cívicas e da história de um povo" (GOMES, 2009, p. 111). Elysio de Carvalho, em *Brava Gente* (1921), aplicou bem esta fórmula ao trabalhar com figuras históricas como Pedro de Albuquerque, o Leônidas brasileiro, segundo o Barão do Rio Branco. A dramaticidade inserida nos ensaios históricos sobre o século XVII, apresentando-o como um período épico da história do Brasil cheio de heróis que resistiram aos franceses e aos holandeses, deu cor e relevo aos feitos heroicos e aos atributos da gente brasileira (mesmo que considerada ainda em formação por boa parte dos intelectuais da época), atribuindo uma forte intenção moralizadora ao trabalho.

A formação do povo brasileiro era um assunto muito recorrente no início do século XX. A proposta, no décimo objetivo listado, do estudo da organização da nobiliarquia brasileira e da heráldica, para que se pudesse estudar as origens e os costumes da sociedade brasileira, deixa claro o peso da herança portuguesa nessa forma de compreender a história. A revista do IHGB também possuía uma seção dedicada à biografia de brasileiros, concentrada na elaboração de nobiliarquias e genealogias para as elites agrárias, numa tentativa de aproximá-las das antigas aristocracias europeias (SCHWARCZ, 1990, p. 110).

A persistência de valores aristocráticos entre os proprietários rurais, que detinham privilégios jurídicos e políticos junto ao poder local, aparece desde os tempos coloniais. A nobiliarquia e os valores a ela atribuídos permaneceram durante a Primeira República junto aos proprietários rurais, especialmente em Pernambuco, atuando como

mecanismo de distinção para justificar privilégios e exclusões. Segundo Teresa Malatian (2001), o diplomata e historiador Oliveira Lima tentou demonstrar a sua hereditariedade aristocrática no livro *Memórias* (1937). Já Elysio de Carvalho, em *Esplendor e Decadência da Civilização Brasileira* (1912) e em *Laureis Insignes* (1924), lançou mão dos estudos genealógicos e nobiliárquicos para provar a origem nobre e europeia brasileira, mas dando grande ênfase na herança portuguesa, alguns desses estudos foram publicados também na *America Brasileira*, como *Origens da família brasileira e Jornada dos Vassalos*.

A herança lusa e a ênfase no lusitanismo aparecem em diversos textos da época como parte de uma tentativa de assimilação das teses racialistas do século XIX no contexto nacionalista vivido pelo Brasil na Primeira República. Os intelectuais envolvidos nas discussões nacionalistas do período precisavam justificar a esperança em um futuro no qual tanto o país quanto o povo pudessem ser grandiosos, mas no que dependesse da interpretação vinculada ao determinismo biológico, o país estaria fadado à degeneração e a um futuro sem grandes perspectivas. Por isso, a solução encontrada, apontada por Lilia Moritz Schwarcz em *O Espetáculo das Raças*, era aceitar a existência de diferenças humanas inatas e, ao mesmo tempo, valorizar o cruzamento. A essa análise, pode-se ainda acrescentar uma pitada de determinismo geográfico, que também passava por uma releitura na qual homem e natureza influenciavam-se mutuamente, o que permitiria tomar o melhor de cada "raça" e condicioná-la culturalmente ao Brasil, por meio do ambiente e do domínio deste. Essa raça modificada tornar-se-ia brasileira.

É nesse sentido que a herança alemã e portuguesa de Varnhagen figuraram na conferência de abertura do instituto por seu orador oficial, Celso Vieira:

A' lusitanidade sanguinea do seu caso, robustecida pela formação ideologica e sentimental no meio portuguez, da infancia á adolescencia, conjuga-se o desdobraimento singular de predicados outros, derivantes do germanismo, através da herança paterna: o aferro ao trabalho; a pertinacia e o esmero da investigação; a teimosia inabalavel dos conceitos arraigados em documentos, provas, minucias; o culto da autoridade social na independencia da actividade scientifica; a disciplina voluntaria de uma força mental no seu quadro, na sua these, no seu plano; o desprezo de vãos contraditores; o desmedido orgulho de saber...

Mas tudo isso vemos nacionalizado, *abrasileirado*, ao serviço da história da pátria, região incommensuravel, por onde o historiador-bandeirante não cessa de caminhar e construir (VIEIRA, C., 1923, p. 77, grifo do autor).

O quinto objetivo listado no Estatuto propôs estreitar as relações intelectuais do Brasil com Portugal e Espanha, embora se observe que a aproximação entre Brasil e Portugal era mais evidenciada no programa do instituto.

[...] sendo o Brasil uma sobrevivencia do passado e da mesma raça, não se comprehende possa elle viver divorciado de Portugal, quando tudo nos impelle a estabelecer mais poderosos vínculos affectivos e intellectuaes entre as duas Republicas. Inspirados por estas ideias e estes propositos, que se synthetisam na transformação dos nossos valores historicos e na solidariedade maximas das duas nações do mesmo idioma e do mesmo pensamento, para que se accelere a deslumbrante finalidade brasileira [...] (PROGRAMA..., s.d., p. 4-5).

Essa aproximação seria feita através de uma seção especial e permanente de Estudos Portugueses e de cursos sobre história e literatura portuguesa. A ligação com Portugal pode ser observada no enfoque da "raça" e da tradição, questões frequentemente levantadas por alguns intelectuais portugueses da época, como António Sardinha, Carlos Malheiro Dias e Affonso Lopes Vieira.

[...] contribuir para que o ensino educativo da nossa historia nos collegios e gymnasios, remodelado, abrangendo o culto da tradição e da unidade nacional, a ideia do sacrificio, a educação do sentimento e da vontade, a directriz mental e a reflorescencia physica da raça luso-brasileira, se torne uma fonte de energia e de patriotismo, e promover no mesmo sentido cursos e conferencias destinados á mocidade escolar (PROGRAMA..., s.d., p. 5-6).

O programa do instituto deixa bem claro o desejo de ligação entre os dois países, inclusive para manter sua manutenção:

Obra vasta, que não será tarefa para uma só geração, e que requer o concurso de todas as boas vontades, e não prescinde do apoio official e das instituições particulares do Brasil e de Portugal, determinará ella, sem duvida, uma renovação oportuna ou, quando menos, um aspecto original da mentalidade e do sentimento brasileiro. Tudo indica que a nossa tentativa será coroada de exito, porque tem uma origem consciente, o patriotismo, e uma virtude cardeal, a esperança. E para essa tarefa meritoria, que surge desajudada, por emquanto, de favores officiaes e ainda sem o applauso do publico, solicitamos a cooperação de todos os brasileiros e portugueses, cujos sentimentos se harmonisem com as nossas idéias e os nossos propositos (PROGRAMA..., s.d., p. 9-10).

A respeito da participação de portugueses nas atividades do instituto foram encontradas apenas duas pistas. A primeira, uma carta do Instituto Varnhagen (assinada por Elysio de Carvalho) a Carlos Malheiro Dias, comunicando que, tendo em vista os "relevantes serviços prestados" por Malheiro Dias à cultura histórica de Portugal e do Brasil, com a colaboração na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e "ainda como homenagem á intellectualidade lusitana, o Instituto Varnhagen elegeu V. Exa. seu membro honorário em assembléa geral ordinaria realisada no dia 21 do corrente" (INSTITUTO VARNHAGEN, 30 jun. 1923, BNP Esp. D4/731). A segunda pista é uma carta de Fidelino de Figueiredo (7 out. 1923, AF cp/76.236) endereçada a Alberto Faria, na qual afirmou que Elysio de Carvalho tinha, para publicar na Revista do Instituto Varnhagen, sua conferência na Universidade de Londres, prometendo-lhe algumas separatas. Esse é o único indício de que algumas das atividades propostas pelo instituto tenham saído do papel, pois a revista do instituto não foi encontrada até o presente momento.

Para cumprir os seus objetivos, o instituto propôs uma lista de ações:

I, estabelecerá cursos, entre os quaes um de historia e litteratura portuguesa;

- II, promoverá conferencias;
- III, organizará, juntamente com a sua bibliotheca de historia e litteratura, dotada de catalogos systematicos e de repertorios ideographicos, um archivo de documentação e um cadastro informativo;
- IV, realizará visitas instructivas aos nossos templos, palacios, casas solarengas e monumentos, como tambem exames de vestigios, trabalhos e peças artisticas, na sua tarefa de investigação da arte colonial;
- V, effectuará ou promoverá a publicação systematica das obras completas de Francisco Adolpho de Varnhagen, acompanhada de estudos criticos, analyses ou commentarios, adquirindo os originaes ou copias authenticas de todos os seus ineditos, e reunirá elementos necessarios á sua biographia;
- VI, organizará inqueritos entre os especialistas e pessoas de notorio saber, ainda que não sejam membros do Instituto, acerca de problemas controversos ou obscuros da historia brasileira, divulgando-lhes as conclusões;
- VII, instituirá concursos e premiará os melhores trabalhos, que apparecerem sobre a historia geral do Brasil ou quaesquer modalidades do seu programma de estudos;
- VIII, auxiliará instituições, que tenham objectivos similares e que solicitem o seu concurso;
- IX, manterá uma revista, destinada á vulgarisação de trabalhos concernentes ao seu objectivo, e emprehenderá como mesmo fim outras publicações;
- X, promoverá edições, annotadas ou não, de obras já publicadas ou ainda ineditas, essenciaes á nossa cultura historica;
- XI, adoptará, conforme as circumstancias, quaesquer outros meios recommendaveis (INSTITUTO..., 1922b, p. 8-9).

Das publicações do instituto só foi possível encontrar três: a do discurso inaugural, realizado por Rocha Pombo; a conferência, *A formação moderna do Brasil*, por Renato Almeida, proferida em sessão solene em 2 de julho de 1923; e a conferência *Varnhagen. O homem e a*

obra, proferida por Celso Vieira na inauguração. Todas impressas pela tipografia do Anuário do Brasil, comandada pela editora do português Alvaro Pinto.

A designação de Francisco Adolpho de Varnhagen, como nome do instituto, vinha ao encontro da imagem que já se fazia em torno de sua figura, como pai da história brasileira. Além disso, em sua obra, Varnhagen fez o elogio da colonização portuguesa, o que também vinha no mesmo sentido da desejada ligação entre Brasil e Portugal. A permanência de Varnhagen na historiografia brasileira do início do século XX, foi apontada por Lúcia Paschoal Guimarães (2005) a partir do Primeiro Congresso de História Nacional (1914), no qual os estudos relativos à América Portuguesa eram tributários da *História geral do Brasil* de Francisco Adolpho de Varnhagen, bem como a relação de matérias que versavam sobre a época colonial.

A história do Brasil de Varnhagen, visto como fundador/pai da historiografia brasileira⁶⁸, correspondia a uma busca da nação por sua própria identidade, e sua interpretação fornecia possibilidades para uma identificação nacional aos seus contemporâneos e às gerações futuras, logrando formular a base da nacionalidade brasileira (GUIMARÃES, 2011, p. 225-226).

Interpretando o passado e oferecendo soluções para problemas de sua época, o autor conseguiu impor certas interpretações da nação brasileira que cunharam a sociedade e que se tornaram elementos quase naturais de uma identidade brasileira (GUIMARÃES, 2011, p. 226).

Seu entendimento da história do Brasil "sofreu influência da crença na função civilizadora da colonização, cujo término já continha as

⁶⁸ Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, alguns fatores levaram à construção do mito de Varnhagen como pai da historiografia brasileira, como sua utilização de processos metodológicos para a avaliação e o aproveitamento das fontes e a existência de um roteiro de indagações e interesses de conhecimentos; e o apreço do próprio Varnhagen e do Estado e seus representantes por sua obra, entendendo-a como um serviço à nação, tanto que lhe foi concedido, por esta razão, um título nobiliárquico. "A distinção, portanto, relaciona o nome de Varnhagen com a fundação, o descobrimento e o princípio" (GUIMARÃES, 2011, p. 223). Varnhagen aparecia como aquele que criou uma descrição da nação para a nação, apresentando ideias marcadas por uma determinada elite, mas que "extrapolavam as fronteiras desse grupo" (GUIMARÃES, 2011, p. 224).

sementes da realização das possibilidades existentes" (GUIMARÃES, 2011, p. 227), constituindo uma imagem do Brasil como país do futuro.

[...] resolvemos fundar o *Instituto Varnhagen*, sob o patrocínio do nome do glorioso brasileiro, que, com ter previsto esse magnífico movimento de coesão nacional e emprestado á nossa historia uma fundacção social, foi ainda o verdadeiro creador da historia patria, o iniciador da critica e da erudição literaria no nosso paiz, o archetypo do homem de letras e do diplomata, o divulgador entre nós dos methodos scientificos de investigação anthropologica e archeologica, – em summa, o vulto primacial da historiographia, que tanto opulentou o nosso patrimonio intellectual (PROGRAMA..., s.d., p. 5, grifo do autor).

No programa do instituto percebe-se a escolha de Varnhagen ao se colocar a história à serviço da nação, na história dos grandes homens, no elogio da colonização portuguesa e em certa continuidade entre Brasil e Portugal, que vinha ao encontro da aproximação luso-brasileira, e na ênfase sobre a raça luso-brasileira.

Segundo José Carlos Reis (2006, p. 31-33) a história concebida por Varnhagen parte do ponto de vista do conquistador, o português, representante da razão, do progresso e da civilização, que impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. A partir de uma perspectiva aristocrática e elitista, sua história prioriza as ações dos heróis portugueses e brasileiros brancos e a identidade da nação brasileira não se assenta na ruptura com a civilização portuguesa, esta ruptura teria sido somente política.

Pode-se observar no corpo de artigos da *America Brasileira* que vários ensaios históricos contêm alguns ou vários dos elementos acima mencionados, ou ainda a ideia de que a luta contra os holandeses estreitou "pelos laços do coração a futura união brasileira" (REIS, 2006, p. 41). A presença destes elementos é um indício da ressonância da obra de Varnhagen na leitura da história do Brasil por diversos intelectuais brasileiros no início do século XX.

O Instituto Varnhagen estava afinado no mesmo diapasão que o IHGB, seja pelos tipos de atividade a que se propunha, seja pela escolha dos temas distribuídos nas seções de estudo, que se assemelhavam às seções do Primeiro Congresso de História Nacional (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

No entanto, enquanto o Primeiro Congresso de História Nacional continha seções de história constitucional e administrativa, história parlamentar e história das explorações arqueológicas e etnográficas, o Instituto Varnhagen instituiu uma seção de bibliografia histórica e literária, uma seção de ciências sociais aplicadas ao Brasil e uma seção de nobiliarquia e heráldica, além de ter acrescentado a história dos costumes à história das artes. Muito embora, tenha-se incluído a pré-história na seção de história geral, que fazia parte das seções permanentes de estudos brasileiros do regimento interno⁶⁹, observa-se que o interesse dos organizadores do Instituto Varnhagen, segundo seu programa, estava voltado para a formação do povo brasileiro a partir de sua ascendência portuguesa, o que justificaria o interesse pela nobiliarquia e heráldica brasileiras.

A seção de ciências sociais estava diretamente associada ao décimo primeiro objetivo do instituto:

[...] promover e estimular, em geral, quaesquer estudos sobre a nacionalidade brasileira, a sua cultura intellectual e artistica, todos os seus aspectos e problemas sociaes, buscando a solução prática mais adequada aos interesses nacionaes (INSTITUTO..., 1922b, p. 8).

No período da Primeira República, a definição do historiador e seu *métier* ainda estava sendo delineada, as fronteiras dentro do campo das ciências humanas no Brasil ainda eram muito flexíveis, de modo que parte dos estudos considerados de história carregavam consigo a necessidade de justificar e de agir sobre o presente, servindo à causa nacionalista, ao diagnóstico dos problemas nacionais e à sua resolução.

Vale ressaltar que, somadas às dez seções permanentes de estudos brasileiros, haveria também duas seções especiais e permanentes, a de estudos portugueses, mencionada anteriormente, e uma seção de estudos hispano-americanos, que estava vinculada ao objetivo de "secundar o movimento de aproximação intellectual dos povos americanos" (INSTITUTO..., 1922b, p. 7). A referida aproximação com os povos latino-americanos está em consonância com o Congresso Internacional

⁶⁹ Enquanto no programa (que segundo o texto da *America Brasileira* foi feito em outubro de 1922) a primeira seção permanente de estudos brasileiros refere-se apenas a história geral, no regimento interno (publicado dois meses depois do programa) ela aparece acrescida da pré-história.

de História da América e com as transformações que o IHGB vinha promovendo na sua forma de fazer história (GUIMARÃES, 2005, p. 193), inserindo o país também na história latino-americana, não apenas na europeia. Nesse sentido, as duas ligações importantes que o instituto propunha para a intelectualidade brasileira eram com os demais países da América Hispânica e com Portugal e Espanha, ou seja, estreitando os laços e delineando a sua identidade a partir da América Latina e da Ibéria, da herança colonial e de sua posição geográfica.

A partir de 1924 não foi encontrada mais nenhuma informação sobre o instituto, que talvez tenha sofrido com a falta de verba para manter suas atividades ou talvez tenha sido abalado pela morte de um de seus principais entusiastas e fundador Elysio de Carvalho.

4.4 Raça e nação

A valorização da presença portuguesa no Brasil passava também pelo papel que ocupava nas discussões acerca da formação étnica brasileira. As teorias raciais desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos tornaram-se muito presentes no pensamento da elite brasileira no final do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX. No decorrer do século XIX três escolas de teorias raciais destacaram-se. A escola etnológico-biológica sistematizou sua formulação nos Estados Unidos nas décadas de 1840 e 1850, e ganhou apoio de Louis Agassiz (1807-1873), zoólogo suíço. Essa escola voltava-se principalmente para experiências antropométricas, que procuravam de algum modo provar que as diferenças físicas poderiam também implicar diferenças "mentais" (SKIDMORE, 1996, p. 66).

A escola histórica era representada por Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882), e por Thomas Carlyle, Thomas Arnold e Robert Knox, na Inglaterra. As reflexões desses pensadores pautavam-se na ideia de que as raças humanas podiam ser diferenciadas umas das outras e de que a raça branca era superior a todas. Confiavam, principalmente, na evidência histórica que comprovava por intermédio de etnógrafos e anatomistas as diferenças físicas entre as raças. Gobineau e outros participantes dessa linha teórica ajudaram a divulgar na Europa a ideia de que a raça era o fator determinante na história humana.

O culto ao arianismo foi propagado especialmente na Alemanha após a guerra franco-prussiana por diversos intelectuais, entre os quais o autor britânico naturalizado alemão Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), genro do compositor, maestro e ensaísta alemão Wilhelm Richard Wagner (1813-1883). A teoria valia-se da ideia de que o ariano tinha

alcançado o mais alto grau de civilização e que estava destinado, deterministicamente tanto pela natureza quanto pela história, a ganhar o controle do mundo. Uma vez que não era possível a sua real verificação, a flexibilidade ideológica tornou-a aplicável até na própria Inglaterra, "onde a crença da superioridade da raça anglo-saxônica tornou-se complementar ao arianismo, em si mesmo" (SKIDMORE, 1996, p. 67-68).

O darwinismo social, por sua vez, podia ser combinado com as outras duas correntes com pequenas concessões. Se a evolução das formas de vida natural era consequência de uma sobrevivência dos mais aptos, logo, as raças humanas teriam passado por processo semelhante no qual as raças "superiores" haviam predominado, e as "inferiores" estariam fadadas ao desaparecimento.

O discurso desses pensadores europeus e americanos era voltado para a questão da degeneração racial causada pela miscigenação ou pela definição como inferior ou superior de acordo com a raça. O Conde de Gobineau, em seu *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, apontava o fator biológico e fisiológico como causa principal da decadência das civilizações. O tom pessimista e ambíguo da obra deve-se ao fato de Gobineau considerar a mistura com outras raças o fator essencial ao desenvolvimento das nações, mas, ao mesmo tempo, o que as levaria à ruína (GAHYVA, 2006, p. 553-582). Como a maioria de seus contemporâneos, o autor também acreditava na superioridade da raça branca. Em sua estada no Brasil, o Conde de Gobineau afirmou que "malgrado o clima e os recursos naturais favoráveis, pensava ele que a população nativa estava fadada a desaparecer devido à sua 'degenerescência' genética" (SKIDMORE, 1996, p. 46).

As teorias já consagradas na Europa chegaram ao Brasil no final do século XIX, período em que havia dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso: o racismo e o liberalismo coexistindo de forma um tanto paradoxal. Lilia Moritz Schwarcz chama a atenção para as teorias raciais que frequentemente foram condenadas antes de serem compreendidas em "sua oportunidade e especificidade no âmbito de sua época" (SCHWARCZ, 2008, p. 15), enfatizando que é necessário compreendê-las também no seu movimento criador e nas apropriações que foram delas feitas. O termo *raça* é constantemente renegociado e experimentado nesse contexto (SCHWARCZ, 2008, p. 17).

As teorias raciais apareciam como uma alternativa viável para justificar o jogo de interesses que se articulava no último quartel do século XIX no Brasil, caracterizado pela campanha abolicionista, pelo final da escravidão e pela realização de um novo projeto político para o país que

culminou com a República, colocando em questão critérios para a cidadania e dando um suporte científico para a manutenção de hierarquias ameaçadas por uma nova forma de organização social e econômica que surgia.

A adoção das teorias raciais vindas da Europa implicava certa contradição, uma vez que todas apontavam a miscigenação como o fator de inviabilidade da nação brasileira, que a levaria à ruína. Entretanto, segundo Schwarcz, é na brecha desse paradoxo, ao aceitar a existência de diferenças humanas inatas e ao promover o elogio do cruzamento, que estava a originalidade encontrada pelos homens da ciência no Brasil. Utilizava-se de forma inusitada teorias formalmente excludentes, "transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso" (SCHWARCZ, 1993, p. 18). Do darwinismo social foi adotada a premissa da diferença entre as raças e sua hierarquia natural, sem a conotação negativa que acompanhava a miscigenação, e do evolucionismo social a noção de que as raças humanas estariam em constante evolução e aperfeiçoamento (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

É na saída da miscigenação como solução dos problemas nacionais que o discurso eugênico passou a estar presente na tentativa de mudar a feição da nação brasileira, envolvendo toda uma geração de intelectuais, políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, médicos, psicólogos. "A eugenia era tida como redentora da humanidade" (FLORES, 2007, p. 63) e, por conseguinte, da nação, ao propor o embelezamento e o aperfeiçoamento do tipo étnico em formação, quando este havia sido empobrecido e tornado feio, aos olhos eurocentristas, por etnias consideradas inferiores, como a negra e a indígena. Segundo Maria Bernardete Ramos Flores, a fé na tecnologia do cultivo da raça, o sentimento de crise de identidade, o medo da degradação e a descoberta da plasticidade do corpo "são sensibilidades que fermentam o imaginário político nos finais do século XIX e na primeira metade do XX, que se expressa na escrita traçada nos corpos para imprimir a nação" (FLORES, 2007, p. 63-64). Sendo assim, o discurso eugenista marcou presença como um dos fatores a impulsionar a política de imigração europeia.

Diversos intelectuais, como Oliveira Lima, Medeiros de Albuquerque, José Veríssimo e Oliveira Vianna, assumiram um posicionamento favorável à miscigenação no afã de embranquecer a população brasileira. Outros, como Alberto Torres e Manoel Bomfim refutaram essas teorias (SKIDMORE, 1996, p. 137), alegando que o problema brasileiro não residia na raça.

Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, era dinâmico o debate nacionalista associado ao racismo no Ocidente. O debate racista também se fez presente em Portugal, inclusive em torno da eugenia. Segundo Maria Bernardete Ramos Flores, a eugenia galteana teve impacto na luta pela boa descendência através da transmissão dos traços físicos e psicológicos inatos ou adquiridos (FLORES, 2007, p. 328).

Como no caso brasileiro, os debates encetados nesse período eram herdeiros de discussões iniciadas no século XIX, no caso português retomando argumentos utilizados por Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros. No início dos anos 1870, Oliveira Martins rejeitava a sobrevalorização do argumento étnico ao caracterizar a índole dos povos nacionais. Para o autor, o fator civilizacional estava na miscigenação, muito embora se limitasse a mencionar o caldeamento com outras raças europeias (CATROGA, 1996, p. 128). Também aceitava a teoria de que o meio influía na constituição física do homem, além de ser um fator de aparecimento de subcategorias dentro de cada raça. No entanto, não era adepto do determinismo mesológico absoluto, apontando a diferença entre o desenvolvimento de raças mais dotadas e menos dotadas em um meio favorável, onde as primeiras desenvolveriam suas potencialidades inatas e as segundas não ultrapassariam seus limites (CATROGA, 1996, p. 129-130).

Ao interrogar-se sobre a originalidade do povo português perante outros povos da Península Ibérica, Oliveira Martins formulou a hipótese de que os Lusitanos "havia constituído uma das mais caracterizadas tribos entre os povos peninsulares. Sugeriu ainda que essa individualidade bem distinta proviria de um maior componente de sangue céltico misturado com sangue ibérico" (MATOS, 2008, p. 21)

O elemento rácico-ariano estava presente em diversos autores, como Correia Barata, Adolfo Coelho, Júlio de Vilhena, entre outros. Antero de Quental também aderiu às teses arianas, ainda que de forma mais limitada e apesar de partir de premissas filosóficas e objetivos diferentes. Teófilo Braga lançou mão da raça moçárabe como matriz idiossincrática do povo português, resultado da miscigenação de povos celtas, romanos, de origem germânica, tribos berberes, entre outros, cujo caldeamento teria predominância ariana (FLORES, 2007, p. 329).

Muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros viam a questão da fealdade no Brasil como um problema de constituição interno, já o português Zeferino Cândido, viu a questão da fealdade em Portugal justificada no estrangeiro quando afirmou, em 1877, que se tratava de um problema vinculado ao engrandecimento da pátria, da extensão dos domínios portugueses (FLORES, 2007, p. 329). Em Portugal, no fim do

século XIX, os nacionalismos de fundamentação étnica e linguística e um nacionalismo cultural que "em larga medida, se alimentava do imaginário histórico" (MATOS, 2008, p. 21), contribuíram para que a questão das origens retornasse a primeiro plano.

Portugal teve de reforçar a política de aproximação com suas colônias, devido a ameaça imperialista europeia na África e Ásia, no fim do século XIX e início do XX, além de criar laços de identidade com sua ex-colônia (FLORES, 2007, p. 337). Juntando-se a isso o nacionalismo lusitano e a questão racial no início do século XX, é compreensível os arranjos realizados para se criar uma identidade étnica transnacional (FLORES, 2007, p. 344). Nesse sentido, a aproximação espiritual e cultural entre os países da Península Ibérica e os países ibero-americanos promovida pelo hispanismo de Sardinha e pelo iberismo cultural de outros autores estava, em parte, amparada pela ideia de uma identidade transnacional.

Em *O genio peninsular*, publicado na *Nação Portuguesa* e reproduzido na *America Brasileira*, António Sardinha afirmou a importância de se definir o que seria o gênio peninsular, ainda mais numa ocasião tão propícia como o doze de outubro, em que se celebrava a "festa da raça" – aludindo ao dia da chegada de Colombo na América. Dentro de uma política de aproximação da Península Ibérica com a América, passou-se a falar de uma raça hispânica, um conceito étnico-cultural utilizado para nomear a comunidade hispano-americana; e em 1918 o doze de outubro foi eleito oficialmente como a Festa da Raça, que representava a celebração de um reencontro transatlântico (FERREIRA, 2016, p. 13). Foi estabelecida a organização anual dos Jogos Florais, concursos literários abertos a autores portugueses, espanhóis ou americanos, que foram noticiados nas páginas da *Nação Portuguesa*, inclusive com a reprodução de algumas peças de poesia.

O termo raça hispânica dava suporte identitário à comunidade ibero-americana imaginada, remetendo a uma comunidade ou família de nações alicerçadas num conjunto de elementos criadores de um espírito comum: língua, tradição, passado comum, cultura ou parentesco étnico (FERREIRA, 2016, p. 13). "Considerando assim a "raça" como expressão dum determinado tipo histórico, nós, portugueses, tais como somos, somos tão "hispânicos" como os "espanhóis" propriamente ditos" (SARDINHA, 1922b, p. 150). Segundo Sardinha, o termo espanhol no sentido apelativo nacionalista era uma criação política recente, não contando com mais de duzentos anos. Em *O genio peninsular*, Sardinha citou Garrett ao mencionar que a ideia da unidade hispânica estivera sempre sendo transmitida e que "em Camões encontrou o seu definidor

insuspeito. Espanha, – ou melhor, 'as Espanhas' – valia então unicamente como vocabulo geográfico" (SARDINHA, 1922b, p. 150). Sardinha citou Camões e afirmou que, no quadro apresentado pela citação, a unidade hispânica se compreendia como uma espécie de supernacionalismo.

Em sua análise, afirmava o potencial civilizador dos povos da península, reforçando o papel do cristianismo, quando mencionou que, na empresa das descobertas, ressurgiu o espírito da Cruzada na península. Para Sardinha, o cristianismo era o traço dominante da alma hispânica, "o selo que lhe imprime grandeza e individualidade. Por esse prisma o genio peninsular é universal como nenhum outro" (SARDINHA, 1922b, p. 152). *Os Lusíadas* seriam o grito final de Espanha, Espanha entendida no sentido de comunidade espiritual, "reflectem os *Lusíadas* o sentimento profundo que atira D. Sebastião, como sendo o ultimo cruzado, para os areas de Marrocos" (SARDINHA, 1922b, p. 153).

Na concepção do autor, um dos méritos de Portugal era o desvio do eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico (afirmação apresentada por outros autores no século XIX), sendo a Idade Moderna filha dos argonautas portugueses e suas conquistas. Esse desvio de eixo juntamente com a ação dos jesuítas eram as duas características que marcaram a Idade Contemporânea num balanço positivo, ambas mérito do gênio peninsular.

Cavaleiros da humana energia, espanhois e portugueses ampliaram os roteiros da civilização e fôram, nas fumaradas das batalhas e nas gâveas das naus, os seus adiantados-mores. Regidos pelo mesmo denominador-comum, – a Madre-Hispania, afirmaram pereduravelmente um tipo inconfundível, – o tipo "hispânico", em que Camões, na pujança dos seus sentimentos nacionalistas nos inseria sem desdoiro, ao chamar-nos "*huma gente fortissima de Espanha*" [...] (SARDINHA, 1922b, p. 158, grifo do autor).

As palavras gênio e raça são frequentemente utilizadas nos artigos que abarcam a questão da herança lusitana, sendo a primeira geralmente empregada para referir-se ao espírito, à psique, e a segunda de forma ampla, a elementos adquiridos de forma hereditária. No entanto, existe uma certa mistura entre os dois termos, frequentemente a palavra raça também sendo remetida ao significado atribuído a gênio, e a palavra gênio tendo atribuições que estariam vinculadas à raça. Em *O gênio peninsular*, António Sardinha iniciou o texto definindo a palavra raça como um

determinado tipo histórico, mas continuou tecendo seus argumentos com a palavra gênio, atribuindo-o um sentido de civilização e afinidade moral, de um passado histórico comum, e não no sentido unicamente étnico/biológico. Esse significado atribuído à palavra raça pode ser compreendido em alguns artigos que versam sobre essa união espiritual com a Ibero-América e o potencial da civilização ibérica, no apelo que se faz à raça americana.

Enquanto artigos e notas relacionados a essas questões são menos frequentes em *Lusitania* e *Nação Portuguesa* (nas séries selecionadas para este estudo), eles marcam grande presença nas páginas da *America Brasileira*. Isso talvez se deva em razão de, nas revistas portuguesas, tais questões aparecerem de forma secundária, para legitimar a grandeza de Portugal, o hispanismo ou a aproximação luso-brasileira, demonstrando uma preocupação menor em relação à formação racial portuguesa e sua configuração corrente, do que aquela que aparece referente à formação racial do povo brasileiro na *America Brasileira*. No Brasil, esse ainda era um tema candente, para muitos intelectuais a constituição racial estava em processo de formação e, por consequência, ainda poderia sofrer alterações, abrindo caminho para o debate de como prosseguir. Na *America Brasileira*, os debates acerca da raça envolviam a posituação da presença portuguesa no Brasil de maneira geral.

Nos artigos de alguns brasileiros, o significado da palavra raça implicava a definição de Sardinha, mas também a definição biológica. Apesar de muitos fazerem o elogio da miscigenação, a herança portuguesa é apresentada como a parte "boa" da miscigenação e estava ligada à herança das características do indivíduo moral, sendo defendido que os brasileiros teriam herdado dos portugueses o gene branco, mas, acima de tudo, os elementos ibéricos, ressoando a discussão acerca do hispanismo e da luso-brasilidade. Havia uma preocupação com a constante miscigenação, mesmo que com outros povos europeus, uma vez que essa modificaria o "brasileiro" já em processo de formação e diluiria a herança ibérica.

A questão da formação étnica do brasileiro aparece nas obras de Elysio de Carvalho e na *America Brasileira* como elemento fundamental da nacionalidade. A propósito das ideias de Gobineau, Elysio de Carvalho afirmou que o mérito da tese do autor “fecunda em sugestões e ensinamentos de toda ordem, consiste em ter estabelecido o pathos psico-étnico da raça, sem o qual não se explicariam as ações humanas” (CARVALHO, 1922b, n.p.). Entretanto, descartou o determinismo biológico:

A ethnologia, ou a noção gobiniana da raça, nada tem que ver com as conclusões simplistas e pueris da anthropologia, que tem tanta importancia quanto a chamada psychologia experimental: a psychologia ethnica não se vale dos materiaes da anthropologia scientifica para as suas syntheses e induções, porque, como diz Renan, a historia humana não se reduz a uma simples questão de zoologia. O valor ethnico não se traduz sómente pelos assignalamentos exteriores ou physicos dos povos e dos individuos, mas também e sobretudo pelos traços psycholicos. Não se reconhece o germano ou o latino pela fôrma craneana, pela côr dos cabellos e pela physionomia, senão pelos attributos intellectuaes, pelas suas aptidões moraes, ou, melhor ainda, pela sua concepção do universo e da vida (CARVALHO, 1922b, n.p.).

O autor afirmava que o embranquecimento da população se daria devido à força do gene da raça branca e apesar de não fazer apologia à política de imigração em seus escritos, permitiu que a discussão sobre este assunto fosse encetada na *America Brasileira*. No artigo sobre *São Paulo e a Unidade Nacional*, Elysio de Carvalho citou um excerto do texto de Graça Aranha em que este alerta sobre os perigos de uma constante mestiçagem – mesmo com os próprios europeus –, uma vez que se correria o risco de perder as características nacionais quando houvesse assimilação das características de muitas outras raças. Após concordar com a utilidade do estrangeiro para o “progresso material” do país, Graça Aranha afirmou: “mas a alma de uma nação não está num pé de café” (CARVALHO, 1922d, n.p.).

Cândido Motta Filho, no artigo *A eugenia e o problema imigratório*, alertou para a escolha do tipo de imigrantes que seriam benéficos à constituição nacional.

Temos, desse modo, um problema em vista a realizar: fixarmos, de modo seguro, a politica nacional de povoamento, evitarmos a immigração absorvente e adoptarmos, como elemento colonizante, aquelle mais adequado e mais amoldavel que, sendo extrangeiro, torne-se gentio, que, sendo immigrado, torne-se nacional (MOTTA FILHO, 1923, p. 319).

Segundo o autor, o imigrante deveria transformar-se em um ser nacional, aderindo à forma de ser brasileira e não impondo a sua cultura de origem. "Caracteriza-se, pois, o ponto de vista brasileiro: evitar raças fortes que nos façam fracos, raças que nos hão de levar para a morte ou para a escravidão" (MOTTA FILHO, 1923, p. 319). O autor citou como exemplo de raças fortes os polacos, de Curitiba, os estadunidenses, nas cidades de São Paulo, os alemães que habitam o sul do Brasil (Blumenau como exemplo) e os japoneses.

Sobre a imigração japonesa, o quinto número da revista trouxe uma pequena nota na parte de *Comentários* na qual os imigrantes japoneses eram elogiados por seus esforços e cultura, mas, ao mesmo tempo, eram designados como imigrantes indesejáveis, pois não se misturavam com os brasileiros. "O caldeamento, aliás não aconselhável, não se daria nunca, por uma divergencia fundamental entre as raças que não cruzam, de sorte que os nipponicos não tem a menor possibilidade de se fundir no conjunto nacional" (IMMIGRAÇÃO..., 1922, n.p.). Segundo Cândido Motta Filho,

o problema eugenico da immigração tem, pois, essa feição magna: – o typo racial, o forte, o heróe de Gobineau, é desintegrador e anarchico entre nós. [...] Individuos de organização physica especial, inadaptavel ao meio, ou torna-se superior a elle, e nesse caso o domina; ou torna-se-lhe inferior, e então se degenera. Não podendo aceitar o trabalho do campo, como operario, torna-se o factor das grèves, o perturbador contumaz da vida agraria. Na cidade dá-se o mesmo: – ou domina, tornando-se proprietario, commerciante ou industrial; ou perverte-se, tornando-se criminoso e viciado" (MOTTA FILHO, 1923, p. 319).

Na compreensão de Motta Filho, o degenerado, o criminoso, o viciado não era necessariamente oriundo da população negra ou mulata brasileira (vítima constante de preconceito), mas também da população estrangeira, não adaptada ao meio. A posição de Candido Motta Filho contrária à miscigenação indiscriminada, ainda que com a raça branca, é frequente nos artigos da *America Brasileira* que buscam mostrar que a herança portuguesa já bastava como elemento "branco" na constituição do brasileiro.

Todavia, para Galeão Coutinho, em *O problema imigratório no Estado do R.J.*, o atraso do estado do Rio de Janeiro, em relação à

indústria e às melhorias nas lavouras, estava ligado à população predominantemente negra e mulata, fazendo uma apologia às políticas eugenistas e incentivando a imigração europeia a fim de renovar o "influxo de sangue europeu" (COUTINHO, 1922, n.p.). Embora todos os artigos que discutiam a questão da raça fossem extremamente racistas, esse artigo é um dos poucos que culpa a população negra ou mulata por problemas nacionais; a maioria dos artigos buscava relativizar as teorias sobre eugenia de forma a legitimar a miscigenação do povo brasileiro. Alguns autores chegaram a afirmar que a população negra e índia tiveram algum tipo de contribuição para o brasileiro, ainda que em menor escala que o português.

[...] o elemento negro, não pôde ser encarado de conjuncto, como elemento retrogrado e venenoso. Como explicar a epopéa de Palmares, a 'Troya negra', no dizer de Oliveira Martins? Como explicar a influencia benéfica e decisiva de certos mestiços, oriundos da raça negra, na política e na arte brasileira? (MOTTA FILHO, 1923, p. 320).

O mito das três raças (branca, negra e indígena) na identidade brasileira surgiu no século XIX, quando o IHGB realizou um concurso, em 1844, para avaliar a melhor proposta de pesquisa e divulgação da história do Brasil, tendo sido a monografia vencedora *Como se deve escrever a história do Brasil*, do médico, antropólogo e botânico alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius, que lançou as bases da ideia de "democracia racial" no Brasil.

Victor Viana, por sua vez, compartilhava da visão de Cândido Motta Filho de que o meio social e físico influenciaria no desenvolvimento de uma determinada raça. Em *Bases da sociologia brasileira*, Victor Viana afirmou que, para estudar o brasileiro, era necessário levar em conta os fatores geográficos, biológicos e sociais. "[...] o que é preciso não esquecer é que o melhoramento da vida do homem animal, mas animal político, [...] dependeu sempre depende e dependerá do conjunto das relações sociais e economicas" (VIANA, 1922, n.p.). No artigo *A eugenia e o aperfeiçoamento da raça*, o autor criticou a eugenia, afirmando que os seus efeitos eram tirânicos e contraproducentes, principalmente no que dizia respeito à esterilização da população considerada como racialmente inferior (VIANA, 1924, p. 277).

Sobre a formação étnica brasileira, Albertino Moreira, em seu artigo *Porque ainda não somos brasileiros*, utilizou as discussões sobre raça para fundamentar sua posição de que o brasileiro ocupava-se demais com o que ocorria fora do país, sem se interessar pelo que era produzido internamente. O autor alegou que em quatro séculos ainda não teríamos conseguido fixar um "tipo racial brasileiro".

Se ainda não fixamos nem os próprios traços do brasileiro, muito menos podemos fixar o brasileiro no sólo em perfeita identidade, homem e natureza. E' a força, o impulso desse sangue vadio, que lhe está até hoje nas veias, que o impelle sempre, senão em corpo, ao menos em pensamento, para fóra da patria (MOREIRA, 1922, n.p.).

Ainda sobre a questão da formação étnica brasileira, Elysio de Carvalho afirmou que:

não somos uma mistura, nem muito menos representativos de nenhuma das tres raças, mas uma synthese ethnica, que se operou logo annos depois da conquista, quando os europeus que se encontravam no paiz se ligaram amorosamente com a gente bronzada da terra, gerando uma raça indomita e audaciosa, dotada de uma energia heroica e de uma resistencia formidavel, que enquanto o portuguez se deixava ficar no littoral, fascinado pelo oceano e cheio de nostalgia pela metrópole, penetrava no sertão bravio que abriu o roteiro para o Brasil immenso e de destinos sem limites (CARVALHO, 1922b, n.p.).

Embora Elysio diferenciasse o português, que ficou na costa do Brasil, do brasileiro, que penetrou no sertão, essa posição mudava conforme aquilo que o autor desejava defender. À medida em que queria realçar a raça brasileira, ele a separava da população que teria permanecido portuguesa em essência, e quando buscava apontar o brasileiro como uma raça que tinha um futuro destinado à grandeza, ele resgatava o elemento português como seu principal componente.

Conforme se pode verificar na citação, ele não fez menção ao negro, apenas ao índio e ao branco. “Ao mameluco está reservado um lugar distinto em nossa ethnologia, visto ser um typo de fusão, que se

tornou preponderante no caldeamento geral” (CARVALHO, 1922b, n.p.).

A positivação da formação étnica brasileira vai ao encontro da ideia de nação forte e de povo vigoroso. Boa parte dos artigos da *America Brasileira* são extremamente nacionalistas e apresentam o Brasil como um país de grande potencial, cujas riquezas naturais se bem exploradas viriam a desenvolver fortemente a economia, tornando o Brasil uma grande potência. Fazia parte desse quadro um povo forte, vigoroso, virtuoso, cujo passado foi glorioso, com batalhas, heróis e vitórias, e que seria capaz de tirar proveito desse potencial. Sendo assim, não seria possível aderir completamente às teorias raciais que apontavam a mestiçagem como degeneração, quando a identidade do brasileiro cheio de virtudes formou-se também no seu passado.

Somos, portanto, até certo ponto, uma raça mestiça, mas o facto dessa mestiçagem, phenomeno biologico cujo determinismo podemos facilmente apreciar, não constitue motivo de vergonha nem de inferioridade, porque, em primeiro lugar, não há raças completamente puras, á excepção dos semitas, e, depois, misturadas foram e ainda o são na actualidade todas as raças que mais contribuíram para o esplendor da civilização e da cultura occidentaes (CARVALHO, 1922b, n.p.).

Em seu artigo *Transformações do pan-germanismo*, Elyσιο de Carvalho posicionou-se contra o culto ao arianismo e a uma possível germanização do mundo, defendendo a grandeza do gênio latino, da qual o Brasil era herdeiro.

Antes de tudo, os néo-pangermanistas crêm na supposta superioridade da raça alemã sobre as demais, por ser a unica detentora das qualidades extremas do aryano, e pregam a germanização do mundo. Neste particular, nada mais fazem que repetir os sophismas de Lamprecht, Ammon, Chamberlain, Driesmans, Woltmann, Wolff e outros muitos pedantes theoricos do “teutonismo tentacular” (CARVALHO, 1923d, p. 315).

A crítica direcionada à utilização das teorias raciais pelo pangermanismo apareceu também no artigo *A Anthroposociologia nos Estudos Brasileiros*, de Oliveira Vianna. Nesse artigo, o autor tratou de um equívoco que teria sido causado pela má utilização das teorias de Le Gros, Lapouge e Gobineau pelos alemães, afirmando que os intelectuais brasileiros souberam do debate acerca da questão racial entre franceses e alemães apenas por intermédio dos franceses e que teriam concluído que a antropossociologia estaria morta. Oliveira Vianna entendia que enquanto os franceses utilizavam essa “bela ciência” para encontrar a verdade, os alemães utilizavam-na como base científica do imperialismo pangermanista, ou seja, como instrumento para a propaganda de um programa político. Essa discussão envolveria a questão da superioridade dos povos germânicos sobre os latinos ou “mais particularmente – para colocar a questão no terreno incandescente da política pangermanista – a do alemão sobre o francês” (VIANNA, 1923, p. 243).

A disputa entre Alemanha e França remonta ao imperialismo territorial no século XIX com uma série de conflitos por terra. O pós-Primeira Guerra foi especialmente traumático para a Alemanha que, humilhada pela derrota para os aliados, sofreu amputações em seu território e duras sanções econômicas e militares nas cláusulas do Tratado de Versalhes. No lado francês, procurava-se permitir à França indenizar-se com as riquezas do solo alemão para reativar sua economia, incluindo o tão disputado território da Alsácia-Lorena. Parcelas da população alemã engajaram-se contra as imposições do Tratado visto que a miséria, o desemprego e a urgência da reconstrução do país eram questões de primeira ordem. Nesse novo panorama que se configurava no seio da República de Weimar, as teorias raciais continuariam a ser propagadas em paralelo ao revanchismo ocasionado pelo Tratado de Versalhes.

Em *O problema das raças puras*, publicado em fevereiro de 1924, Oliveira Vianna escreveu que para alguns autores franceses, uma vez comprovado que não existiria uma raça pura (em razão do debate anteriormente citado entre franceses e alemães sobre raça), a questão da formação étnica deixaria de ser relevante. Oliveira Vianna refutou essa tese, alegando que dada a mestiçagem haveria a preponderância do sangue de um ou outro tipo originário, nesse sentido é que se deveria entender a “raça pura” (VIANNA, 1924, p. 34). Elysio de Carvalho tinha uma percepção parecida apesar de não mencionar uma raça pura. Muito embora para o autor a miscigenação tenha sido importantíssima para fazer do brasileiro o que ele é, “os globulos aristocraticos do celta-ibero, se avolumam, se espraiam, correm ao lado de uma quantidade minuscula do

sangue ardente do africano e das particulas de carne agreste do gentio indomavel" (CARVALHO, 1922b, n.p.).

A ideia de uma nobre origem celta-ibero aparecia nos escritos portugueses, inclusive nos de António Sardinha.

A nação brasileira, que se encontra no meio das vicissitudes do eterno fluxo e refluxo das migrações, é producto historico da fusão gradual de tres radicaes ethnicos distinctos, e não resultado de obscuros instinctos primitivos, mas é tambem obra do esforço e da vontade da raça branca, nucleo essencial e base primeira em torno da qual se aggruparam os materiaes multicores que trouxeram os outros povos, e dahi o segredo da quasi perfeita unidade moral da nossa gente, que se caracteriza fortemente pela idealidade aryana e pelo contraste emotivo das duas outras raças, por mais estranha que esta affirmação pareça (CARVALHO, 1922b, n.p.).

Assim, de acordo com o autor, quando do estado de síntese definitivo da raça brasileira, as duas raças “subalternas” seriam absorvidas pela branca ou eliminadas pela “selecção social e economica se não se deixarem assimilar pelo nucleo racial preponderante” (CARVALHO, 1922b, n.p.).

Para atender à demanda do nacionalismo presente na revista, com uma positivação e glorificação do passado brasileiro e do seu processo de constituição como povo e como etnia, o significado de raça apresentava-se vinculado ao indivíduo moral, "os negros, caboclos e latinos das Americas Portugueza e Hespanhola são latinos porque assimilaram o espirito latino" (VIANA, 1922, n.p.). A ideia de que brasileiros eram herdeiros do gênio latino, e em alguns casos do gênio ibérico, foi corroborada por diversos portugueses, entre eles João de Barros que, no artigo *Patriotismo Brasileiro*, escreveu:

Enquanto, por vezes, nós em Portugal discutimos se temos ou não uma origem etnica que nos permita considerar a nacionalidade um todo uno, eterno e diferenciado dos outros da população iberica – o Brazil, pela pena dos seus mais altos escritores e sabios, afirma-nos essa crença e justifica-nos essa certeza. Para eles, uma das causas mais fortes da união e da cohesão do seu vasto paiz, é,

precisamente, a ascendência luzitana (BARROS, 1923b, p. 244).

Nesse sentido, deve-se observar que quase todos os autores que escreveram sobre esse tema na revista não eram a favor de uma miscigenação indiscriminada, mesmo que com a raça branca, pois, a seu ver, o brasileiro já estava em processo de formação que culminaria com o gene branco prevalecendo sobre os outros. O gene branco em questão era composto principalmente por elementos ibéricos/latinos, dos quais o brasileiro herdaria a forma de ser. Para Cândido Motta o mestiço brasileiro tinha como característica fundamental a tendência ao aperfeiçoamento, e todos os tipos de mestiços brasileiros "tiveram em quasi sua totalidade, como sedimento originario, como fonte unica, o elemento portuguez, sadio e forte, de afidalgada e nobre estirpe" (MOTTA FILHO, 1923, p. 319). A preocupação com a continuada miscigenação seria a introdução de novos elementos europeus que se chocariam e diluiriam essa herança ibérica.

O elemento português seria preponderante no caldeamento, do ponto de vista biológico, mas sobretudo do ponto de vista espiritual/cultural. No entanto, faz-se questão de enfatizar que a raça brasileira seria diferente da portuguesa, tônica diversa do que aparece em alguns estudos portugueses, sobretudo aqueles já mencionados que exploram a questão da colonização e independência do Brasil. Nesses estudos, como alguns de autoria de Carlos Malheiro Dias e António Sardinha, por diversas vezes os brasileiros são a continuidade da raça portuguesa na América, a raça portuguesa amoldada ao novo meio ambiente. De certa forma, pode-se perceber que há um diálogo entre ambas as leituras que se cruzam nas revistas, com maior ou menor ênfase na questão da constituição racial do brasileiro, mas ressignificadas, reapropriadas para atender aos seus interesses nacionalistas. O ponto em comum é a prevalência do elemento ibérico/português na constituição brasileira, e o objetivo comum é alçar o Brasil à posição de continuador da civilização ibérica na América, projetando a si próprio e a Portugal um futuro grandioso. Nesse sentido, raça, história e meio ambiente (por certa influência dos determinismos geográficos do século XIX) eram utilizados como elementos de justificação, de legitimação e de fundamentação à aproximação luso-brasileira, ao hispanismo ou iberismo cultural e ao modelo de civilização ibérico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, nesta tese, contribuir com os estudos sobre o intercâmbio de ideias luso-brasileiras no início do século XX. Partindo de uma perspectiva transnacional, objetivou-se estudar o intercâmbio de ideias através de duas revistas portuguesas e uma revista brasileira, tendo em vista que não se tratava de um projeto comum, tampouco de revistas que poderiam atender a uma mesma classificação tipológica.

Se eram revistas tão diferentes, o que teriam compartilhado entre si? Quais as ideias que guiavam esse intercâmbio e que pressupunham um interesse comum? Quem dentro dessas revistas teve uma participação ativa nessa troca de ideias?

O que primeiro se observou foi a assimetria no intercâmbio de ideias. A *America Brasileira*, das três, era a revista mais aberta a autores estrangeiros e ainda teve uma seção específica de notícias e assuntos portugueses, indicando uma receptividade bem maior que as outras duas. Como exposto ao longo da tese, a ideia de receptividade aqui apresentada é tudo menos passiva, pois a recepção se dava através de uma ressignificação – fosse através da utilização dessas ideias por outros autores, fosse pelo significado que lhes era atribuído quando enfeixadas com outros artigos – que fizesse sentido aos propósitos da revista. Ainda que menos abertas, se comparadas com a *America Brasileira*, nas páginas dos outros dois periódicos há menções, elogios, resenhas e transcrição de alguns artigos da *America Brasileira*, além de resenha e comentários de obras de seu diretor Elysio de Carvalho. Lusitania não possuía anúncios em suas páginas, no entanto, entre os anúncios presentes na *Nação Portuguesa* figuraram os da *Lusitania* e da *America Brasileira*, do mesmo modo que entre os anúncios da *America Brasileira* estavam os da *Nação Portuguesa* e da *Lusitania*.

Ao trabalhar com periódicos, o pesquisador pode optar por se debruçar sobre a materialidade, sobre o conteúdo e/ou sobre os bastidores da revista, conforme desejar e conforme for necessário para atender à problemática a que se propôs. No caso da presente tese, foi fundamental o estudo dos bastidores das revistas para que se pudesse compreender quem estaria envolvido no intercâmbio, inclusive por se tratar de uma troca tão assimétrica em termos de conteúdo e entre revistas tão diferentes. Não se poderia partir do pressuposto de uma intencionalidade da parte de todos do corpo editorial nessa troca de ideias, havendo nessa premissa um grande risco de erro.

Por essa razão, no segundo capítulo, foram trabalhadas as revistas e seu corpo editorial dentro do campo cultural brasileiro, português e

luso-brasileiro. Deu-se atenção ao trânsito de intelectuais nesses campos culturais e seus pontos de contato, ao invés do estudo de grupos, em razão da heterogeneidade do corpo editorial e colaboradores das revistas e da assimetria no intercâmbio cultural estudado. Enquanto existia uma maior ligação entre colaboradores e membros do corpo editorial da *Nação Portuguesa*, por conta da ideologia integralista (e ainda assim há de se considerar que esses autores também divergiam em diversos aspectos), na *Lusitania* há dois grupos de orientação política distinta acrescidos de figuras acadêmicas renomadas no campo cultural português, e no caso da *America Brasileira* não há como falar em um grupo propriamente dito, pois tanto os colaboradores quanto os membros do corpo editorial tinham interesses muito distintos, além da revista ser centralizada na figura do diretor, Elysio de Carvalho.

A composição do corpo editorial dessas revistas está diretamente vinculada ao seu perfil editorial ou ao seu objetivo, pois a *Nação Portuguesa* era uma revista política, veículo de divulgação do Integralismo Lusitano; a *Lusitania* propunha-se a ser uma revista de estudos portugueses; enquanto a *America Brasileira* apresentava-se como resenha da vida nacional e internacional, com um conteúdo extremamente variado e com colaboradores muito diferentes (de Mário de Andrade a Oliveira Vianna).

No caso da *America Brasileira*, pôde-se averiguar que o principal responsável pelo intercâmbio com os portugueses foi o seu diretor, Elysio de Carvalho, lusófilo, grande admirador de João do Rio. Elysio circulava pelo núcleo luso-brasileiro carioca e estabeleceu contatos com José Osório de Oliveira, João de Castro, João de Barros, Carlos Lobo de Oliveira (que foi representante da *Nação Portuguesa* no Rio de Janeiro), Carlos Malheiro Dias, entre outros, além de ter se correspondido com outros autores portugueses, em especial Affonso Lopes Vieira e António Sardinha. Os demais participantes do corpo editorial da *America Brasileira* (que se modificou consideravelmente ao longo de sua existência) possuíam outros interesses, como o caso de Renato Almeida, que se interessava mais pelo campo artístico e as discussões encetadas pelos modernistas. Apesar de se saber que Ronald de Carvalho foi um intelectual que também era adepto de uma aproximação luso-brasileira, sua participação no corpo editorial da revista foi mínima, limitada aos primeiros números. Ressaltando que, para que o estudo sobre o trânsito de intelectuais não ficasse demasiadamente extenso, procurou-se examinar as relações estabelecidas sempre partindo das revistas e a elas retornando, tendo em vista o intercâmbio analisado.

A correspondência entre Elysio de Carvalho e Affonso Lopes Vieira revela o contato que estabeleceram em razão da *Lusitania*. Tanto Affonso Lopes Vieira quanto Carlos Malheiro Dias, fizeram o contato entre Elysio e *Lusitania*, tendo sido negociada uma possível representação da revista por meio da empresa S. A. Monitor Mercantil, de Elysio, e tendo este se oferecido para ser o cônsul espiritual da revista. Foram reproduzidos artigos de *Lusitania* e notícias sobre a revista na *America Brasileira*, além da troca de livros entre Affonso e Elysio (tendo este inclusive lhe colocado uma dedicatória em um de seus livros).

Affonso Lopes Vieira também parece ter sido o articulador de Sardinha na *Lusitania*, que era composta por dois grupos de orientação política diferentes, integralistas/simpatizantes e seareiros, além de figuras acadêmicas reconhecidas no campo intelectual português, entre os quais Luciano Pereira da Silva, José Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcellos – que embora estivesse como diretora do periódico, o cargo era muito mais simbólico do que efetivo, uma vez que os secretários da revista, a princípio fundada por António Sérgio, é que a dirigiam, especialmente Lopes Vieira. Polêmicas internas e externas fizeram parte da história da *Lusitania*, entretanto, o embate entre Sardinha e António Sérgio, a respeito do livro de Manuel Múrias, talvez tenha sido uma das mais graves, pois trouxe às páginas da revista a disputa ocorrida em seus bastidores entre os membros dos dois grupos de orientação política diferente.

Affonso Lopes Vieira e Carlos Malheiro Dias, que eram membros do corpo editorial da *Lusitania*, foram colaboradores tanto da *Nação Portuguesa* quanto da *America Brasileira*. António Sardinha, por sua vez, foi membro do corpo editorial das duas revistas portuguesas, tendo sido o diretor da *Nação Portuguesa*. A *Nação Portuguesa* tinha um corpo editorial enxuto, tendo como diretor o principal teórico do Integralismo Lusitano, ao qual servia como veículo de divulgação. A ligação entre a *Nação Portuguesa* e a *America Brasileira* se deu por meio dos dois diretores e, possivelmente, por intermédio de Carlos Lobo de Oliveira, português que residiu durante um tempo no Rio de Janeiro, conhecido de Elysio de Carvalho e representante da *Nação Portuguesa* no Rio de Janeiro.

Como referido anteriormente, as três revistas eram muito diferentes, mas tinham como ponto comum o caráter nacionalista, explicitando isso em seus programas iniciais, e uma posição favorável a uma aproximação cultural luso-brasileira. Essa aproximação aparecia muitas vezes como parte de algo maior, como uma aliança entre Portugal, Espanha, Brasil e, em alguns casos, com os demais países hispano-

americanos. Esse tipo de aproximação já vinha sendo proposto das mais diversas formas (política, econômica e/ou cultural) desde o século XIX, com o iberismo, depois com uma forma de iberismo cultural, com o hispanismo (nas suas diversas configurações, entre as quais a proposta por António Sardinha) e com o luso-brasilismo. Muito embora as três revistas tenham aberto espaço para a discussão da Confederação Luso-brasileira, a partir do livro de Bettencourt-Rodrigues, nos três casos foi avaliado que a aproximação deveria ser espiritual, cultural, e não política ou econômica.

Essa aproximação cultural entre Portugal, Brasil e Espanha e/ou Ibero-América está presente no programa da *Lusitania* e da *Nação Portuguesa*; na *America Brasileira* ela aparece mais a partir da segunda metade da vida da revista. Enquanto nos dois primeiros casos o foco é no intercâmbio cultural entre Portugal, Espanha e Brasil, na *America Brasileira* a tônica é a aproximação do Brasil com Portugal e com os países hispano-americanos, entrando a Espanha em segundo plano, mais como justificativa do gênio lusitano/ibérico e da civilização ibérica.

Nesse sentido, o iberismo cultural, o hispanismo de Sardinha e a aproximação luso-brasileira estavam entrelaçados com os estudos históricos publicados nas três revistas, que valorizam e, em alguns casos, glorificam a atuação portuguesa nos descobrimentos, na colonização e independência do Brasil, pautando-se muitas vezes na ideia de que Portugal foi o criador da Idade Moderna, com os descobrimentos, e que deslocando o eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico, o Brasil seria o grande continuador da civilização ibérica nas Américas por sua herança lusitana. As análises históricas encetadas nas revistas apresentam diversos elementos da historiografia brasileira e portuguesa oitocentista. No caso da *America Brasileira*, estiveram em consonância com a interpretação promovida pelo IHGB no período republicano, ao valorizar o passado imperial e a participação dos portugueses na história do Brasil, mas incorporando-os à história republicana.

As interpretações históricas variavam de revista para revista, conforme a necessidade de corroborar seus objetivos nacionalistas ou o seu programa. No caso da *Nação Portuguesa*, as interpretações históricas atendiam à ideologia integralista, dispensando grande atenção ao papel da Igreja Católica, dos jesuítas, da monarquia e ao hispanismo de Sardinha, enfatizando o papel brasileiro como continuador de Portugal na América. No caso da *America Brasileira*, utilizou-se a valorização da presença portuguesa na história do Brasil para legitimar a ideia de um passado nobre, cheio de glórias, também atrelado à atuação portuguesa nos séculos XV e XVI. Ao mesmo tempo, para atender ao nacionalismo

brasileiro, acentuou-se a premissa de que se tratava de dois países diferentes e que foi formada uma nacionalidade brasileira que diferia da portuguesa. Ambas as revistas circularam em 1922 e 1923, momento em que ocorreram as comemorações do Centenário de Independência do Brasil, acentuando os debates historiográficos sobre a questão.

Lusitania, por sua vez, só iniciou sua publicação em 1924, após o momento de fervor ocasionado pelas comemorações do centenário, não tendo em suas páginas artigos cuja preocupação principal era aquela esboçada nas outras duas revistas. Entretanto, trazia em seu conteúdo diversos artigos que versavam sobre os descobrimentos, conhecimento náutico, história, arte e literatura de Portugal dos séculos XIV, XV e XVI. Esses temas, por sua vez, estavam diretamente ligados aos desenvolvidos nas outras duas revistas, dando respaldo à valorização da história e da civilização portuguesa/ibérica. A *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, organizada por Carlos Malheiro Dias, figurou nos três periódicos, com trechos reproduzidos ou resenhas publicadas a seu respeito, além disso, alguns dos colaboradores e/ou membros do corpo editorial da *Lusitania* participaram como colaboradores do empreendimento editorial (e no caso de Malheiro Dias, como diretor literário).

A história estava entrelaçada com os debates sobre raça, iniciados no século XIX, que reverberaram pelas nações ocidentais no início do século XX, tendo grande participação nas discussões sobre a formação das nações e dos povos. As teorias raciais foram ressignificadas no Brasil, transformando a degeneração implicada na miscigenação em modelo de sucesso através da eugenia. Enquanto nas duas revistas portuguesas essa discussão aparece de forma secundária, apenas para corroborar a ideia da grandeza da raça lusitana, na revista brasileira ela aparece com frequência, como chave interpretativa da formação brasileira.

No geral há, nas páginas da *America Brasileira*, um elogio da miscigenação, fazendo alusão ao mito das três raças; no entanto, ao mesmo tempo, afirma-se que o elemento lusitano (por vezes aparecendo como ibérico ou latino) seria o preponderante, sobrepondo-se aos demais. Tampouco se defende uma miscigenação indiscriminada com outras "raças" europeias, pois isso alteraria o brasileiro que ainda estaria em processo de formação. O termo raça, nesse sentido, é compreendido não apenas pelo seu sentido biológico, mas também espiritual, cultural, por isso não se defendia uma miscigenação com outros povos europeus, pois o elemento lusitano/ibérico era o principal formador do brasileiro. Apesar de a todo momento se colocar que o brasileiro e o português eram diferentes, como forma de afirmar o nacionalismo e a soberania brasileira, utiliza-se o argumento racial, juntamente com o histórico, para a projecção

de um futuro de grandeza brasileiro inspirado nas glórias lusitanas/ibéricas do passado. Por parte dos portugueses, a projeção futura do Brasil era também o reconhecimento do seu potencial civilizador e, conseqüentemente, uma possível projeção futura do próprio Portugal como potência mundial. Nesse sentido, raça, história e iberismo cultural, hispanismo ou aproximação luso-brasileira estavam entrelaçados, justificando-se.

No caso da *Nação Portuguesa*, ao mencionar que ideias presentes neste periódico estariam ressoando em outras duas revistas, poder-se-ia partir do pressuposto de que se tratasse da ideologia promovida pelo Integralismo Lusitano como um todo, sendo que, conforme demonstrado, trata-se fundamentalmente do tradicionalismo, do hispanismo e da aproximação luso-brasileira. Não há por parte da *Lusitania* ou da *America Brasileira* uma apologia à ideologia proposta pelos integralistas.

As ideias que se apresentam nos três periódicos não lhes eram exclusivas, estavam inseridas em um contexto mais amplo, seja da produção historiográfica portuguesa e brasileira no início do século XX, da ressonância do iberismo *fin-de-siècle* revisitado, das políticas de aproximação oficiais entre os dois países sobretudo por parte de Portugal, com a política de lusitanização do Atlântico Sul, das ramificações nacionalistas que existiram nos dois países, em virtude das crises políticas e econômicas que atravessavam em suas experiências republicanas, e, no caso específico do Brasil, com o arielismo, que marcou muitas das reflexões de intelectuais brasileiros da época.

Entretanto, avalia-se que essas ideias foram a razão do intercâmbio observado nas três revistas, em suas páginas ou para além delas, através do contato de determinados intelectuais que se cruzaram no campo cultural luso-brasileiro por meio de outros intelectuais ou apenas por afinidades eletivas no campo das ideias. A pesquisa encetada procurou demonstrar que, ao invés de observar essas questões sob o prisma de um projeto político construído de forma conjunta, é possível pensar num intercâmbio cultural e de ideias políticas, sem projeto ou programa de atuação definidos, que orientaram os nacionalismos das três revistas, sendo ressignificados dentro de seu propósito específico. Cada qual à sua maneira utilizou esses elementos na construção de seu nacionalismo.

Ao invés de adotar uma análise que partisse do ponto de vista *a posteriori* tentando encontrar nas três revistas uma possível gênese dos Estados Novos, português ou brasileiro, ou ainda encaixando o objeto de estudo dentro de uma tipologia política, procurou-se partir do ponto de vista dos sujeitos da época, tendo em vista o complexo panorama de ideologias que surgiam nos anos de 1910 e 1920 e cuja compreensão por

parte de seus contemporâneos ainda se dava, em alguns casos, de forma incompleta ou contraditória, em diversos processos de construção de projetos nacionais, num constante movimento de ideias.

Este estudo tem sua relevância para a historiografia das relações luso-brasileiras ao tentar compreender parte do movimento de ideias entre intelectuais através do Atlântico, que ocorria de forma assimétrica, não oficial e sem um projeto de atuação definido, mas que estava atrelado a um nacionalismo de matriz tradicionalista. As discussões encetadas vêm encorpar a produção historiográfica que mostra a coexistência de projetos nacionais tidos como modernos e projetos que se pautavam na tradição, que pressupunham uma modernidade a partir da continuidade, sobretudo pelos ecos das discussões iberistas oitocentistas que figuraram nas três revistas analisadas dando embasamento ao intercâmbio cultural luso-brasileiro.

FONTES

Artigos de jornais e revistas

A acção editorial da "Nação Portuguesa". **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 2, p. 123, 1925.

A America Brasileira julgada pelo Sr. Zeballos. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, n.p., abr. 1922.

A descoberta da America pelos portugueses. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 197, jun. 1924.

As doutrinas de Spengler. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 31, p. 213, jul. 1924.

A Independencia, festa da raça. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

A irradiação de Portugal na América Espanhola. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 9, p. 441-445, abr. 1926.

A' "Lusitania". **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 1, p. 51-52, 1924.

A morte trágica do Sr. Dr. Luciano Pereira da Silva. **Gazeta de Coimbra**, Coimbra, n. 1932, p. 1, 19 ago. 1926.

A proposito de Amadis. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 31, p. 225-226, jul. 1924.

As doutrinas de Spengler. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 31, p. 213, jul. 1924.

ACCIOLY, Hildebrando. A diplomacia da independência. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

Ainda a entrevista de Miramar. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 5, p. 211-214, nov. 1922.

Almoços. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano 37, n. 13443, p. 5, 10 ago. 1921.

America Brasileira, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, n.p., dez. 1921.

America Brasileira. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 35-36, p.354, nov./dez. 1924.

Anuario do Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, p. 149, maio 1923.

ARANHA, Graça. O espirito moderno. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p.173-176, jun. 1924.

_____. Raizes do Idealismo. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

Ao leitor. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 1, p. 4, jan. 1924.

A tradição. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 3, p. LXVIII, 1925.

Aviso. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, n.p., mar. 1922.

AZEVEDO, J. Lúcio de. Da história da colonização do Brasil referida às missões religiosas. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 494-501, maio 1923.

BARATA, Mário. L.A. Falcão e a presença da França no Brasil. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 2718, p. 4, 25 out., 1968.

BARROS, João de. O problema luso-brasileiro. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, p. 236, ago. 1923a.

_____. Patriotismo Brasileiro. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, p. 244, set. 1923b.

_____. Um amigo de Portugal. Philéas Lebesgue, poeta e crítico. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, p. 20, jan. 1924.

BERETTA, Antonio Ballesteros. La fiesta de la raza. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 4, p. 147-149, out. 1922.

BETTENCOURT-RODRIGUES. Portugal-Brasil. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 383-394, jun. 1924.

CHAVES, Castelo Branco. Alberto Seabra: Problemas Sul-Americanos. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 1, p. 137-139, jan. 1924.

CAMPOS, Agostinho de. Elísio de Carvalho: Lauréis Insignes. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 430-433, jun. 1924a.

_____. Portugal e o historiador Oliveira Lima. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 459-467, jun. 1924b.

_____. Sobre a originalidade literaria do Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 35/36, p. 350, nov./dez. 1924c.

Carlos Lobo de Oliveira. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 6, p. 288, dez. 1922.

CARVALHO, Elysio de. A expedição de Cabral e o descobrimento do Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 180-186, jun. 1924a.

_____. A inclyta trindade. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922a.

_____. A jornada dos vassallos. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, p. 133-140, maio 1923a.

_____. A Republica de Masaryk. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, p. 283-287, out. 1923b.

_____. Affonso Lopes Vieira. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 35/36, p. 344, nov./dez. 1924b.

_____. Graça Aranha e a metaphysica brasileira. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, n.p., jan. 1922b.

_____. O libello nativista contra os portugueses. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, n.p., abr., 1922c.

_____. Origens da familia brasileira. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 67, mar. 1923c.

_____. S. Paulo e o sentimento da unidade nacional. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, n.p., mar. 1922d.

_____. Transformações do pangermanismo. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 23, p. 310-316, nov. 1923d.

_____. Um Apostolado. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, p. 269-270, set. 1924c.

Casamentos. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano 37, n. 13205, p. 5, 15 dez. 1920.

Casamentos. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano 37, n. 13295, p. 4, 15 mar. 1921.

CAVALHEIRO, António Rodrigues. A' margem dum processo (A questão Gomes Freire). **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 2, p. 61-72, ago. 1922.

CORTESÃO, Jaime. Do sigilo nacional sobre os descobrimentos. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 1, p. 45-81, jan. 1924.

COSTA, Augusto da. "Esquerdas" e "direitas". **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 1, p. XXIII-XXIV, 1924.

COUTINHO, S. Galeão. O problema immigratorio no estado do Rio de Janeiro. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, n.p., mar. 1922.

Definindo intenções. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 491-493, maio 1923.

D'OLIVEIRA, Alberto. Culto Camoneano. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 31, p. 212-213, jul. 1924.

_____. Discurso do Sr. Alberto D'Oliveira. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 5/6, p. 340-345, 1925.

DIAS, Carlos Malheiro. A génese da colonização do Brasil. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 513-520, maio 1923.

_____. Amemos o Brasil. Carta aos estudantes portugueses. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, n.p., abr. 1922.

_____. Relações luso-brasileiras (quimeras e realidades). **Lusitania**, Lisboa, fasc. 2, p. 193-208, mar. 1924.

Dr. Luiz Annibal Falcão. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, p. 24, jan. 1924.

El AMADIS y la DIANA en português de Affonso Lopes Vieira. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 8, p. 289-291, dez. 1925.

Elísio de Carvalho. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 9/10, p. CCVIII, 1926.

Elyσιο de Carvalho. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 8, p. 293, dez. 1925a.

Elyσιο de Carvalho. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 3, p. LXVIII, 1925b.

Em 7 dias. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano 38, n. 320, p. 14, 20 jul. 1939.

FALCÃO, Luiz-Annibal. A arte portuguesa no Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 47, fev. 1923.

FIGUEIREDO, Fidelino. A minha saudação. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

_____. Compromisso. **Portugalia**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 5-8, out. 1925.

FIGUEIREDO, José de. Vergílio Correia: Sequeira em Roma (duas épocas). **Lusitania**, Lisboa, fasc. 1, p. 128-131, jan. 1924.

FREYRE, Gilberto. O Sr. Oliveira Lima em Portugal. Definindo intenções. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 523-525, maio 1923.

Gloria ao Brasil! **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 3, p. 97-99, set., 1922.

Hispanismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 2, p. LVI-LV, 1925.

Iluminando a chronica com o reflexo da Historia. **Hoje: periodico de acção social**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 205, n.p., 17 fev. 1923.

Imigração japoneza. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, n.p., abr. 1922.

Instituto Varnhagen. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922a.

Integralismo Lusitano. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 3, n.p., 1925.

ISPIZUA, Segundo de. Nuestra civilización y la Península Ibérica. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 468-471, jun. 1924.

LATOUR, Jorge. Integração continental americana. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

LE GENTIL, Georges. Um précurseur de l'indianisme. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

LEBESGUE, Philéas. A influencia da Hespanha e de Portugal na civilização. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 68-70, mar. 1923.

LEMOS BRITTO. A independência e o papel da Bahia. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

Lenine. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 58, fev. 1924.

LIMA, Oliveira. Um novo iberismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 7/8, p. 318, 1925.

MIOMANDRE, Francis. Pobre liberdade! **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 24, p. 338, dez. 1923.

MOREIRA, Albertino. Porque ainda não somos brasileiros. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, n.p., maio 1922.

MOTTA FILHO, Candido. Eugenia e o problema immigratorio. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 23, p. 319-320, nov. 1923.

Nação Portuguesa, Lisboa, série 2, n. 9, n.p., mar. 1923a.

Nação Portuguesa, Lisboa, série 3, n. 4, n.p., 1925.

Nação Portuguesa. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 12, p. 627, jun. 1923b.

Nos seus próximos fascículos.... **Lusitania**, Lisboa, fasc. 2, p.167, mar. 1924.

O bobo em Palácio. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 9, p. 429, mar. 1923.

O Fascismo em Portugal. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, p. 264, set. 1923a.

O Fascismo português. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, p. 295, out. 1923b.

O golpe de Primo de Rivera. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 23, p. 321-322, nov. 1923.

O phenomeno brasileiro. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

O que é o fascismo. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 90, mar. 1923.

O novo redactor-chefe da "America Brasileira". **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, p. 9, jan. 1924.

Ocidentalismo e Spenglerismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 3, p. LXXI-LXXII, 1925.

OLIVEIRA, Carlos Lobo de. Elísio de Carvalho. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 7/8, p. 357-359, 1925.

OLIVEIRA, José Osório de. A alma da Espanha. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, p. 253, set. 1923a.

_____. Literatura Brasileira. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 12, p. 598-600, jun. 1923b.

Os escritores nacionalistas. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 7/8, n.p., 1925.

PALMA, Angélica. Hispanismo y Nacionalismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 5, p. 193-194, nov. 1922.

PINTO, José Augusto Vaz. O futuro político do Brasil. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 534-541, maio 1923.

POMBO, Rocha. A figura de D. Pedro I. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

_____. Elysio de Carvalho. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 29, p. 144, maio 1924a.

_____. O grande protesto contra os intentos de Pedro I (Confederação do Equador). **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 30, p. 178-179, jun. 1924b.

Porque voltámos. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 1, p. 1, 1922.

Portugal e Brasil. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 9, p. 416-423, mar. 1923.

PRETO, Rolão. A luta entre Moscou e Amsterdam. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 5, 1925, p. CV-CVI.

_____. Ainda o fascismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 6, p. 273, dez. 1922.

Reunião integralista. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 3, n. 7/8, p. CXLVII, 1925.

S. C. De Portugal ao Brasil pelo ar. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 1, p. 43-47, 1922.

SARDINHA, António. A Lição do Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 106-111, abr. 1924a.

_____. A lição do Brasil. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 545-558, maio 1923.

_____. A Ordem-Nova. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 1, p. 6-12, 1922a.

_____. O Brasil e o Hispanismo. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 4, n. 9, p. 173-185, 1927.

_____. O século XVII. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 4, p. 57-78, set. 1924b.

_____. O genio peninsular. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 4, p. 150-158, out. 1922b.

SÉRGIO, António. Fidelino de Figueiredo: História da Literatura Clássica, 2ª época: 1580-1756 (continuação); 3ª época: 1756-1825. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 2, p. 279-287, mar., 1924a.

_____. Lusitania e os políticos. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 467-468, jun., 1924b.

_____. Manuel Múrias: o seiscentismo em Portugal; António Baião: episódios dramáticos da inquisição portuguesa. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 3, p. 441-448, jun., 1924c.

SILVA, Luciano Pereira da. A propósito das leituras do infante. **Lusitania**, Lisboa, fasc. 1, p. 23-27, jan. 1924.

VIANA, Victor. A Eugenia e o aperfeiçoamento da raça. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, p. 277, set. 1924.

_____. Bases da sociologia brasileira. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922.

VIANNA, Oliveira. A anthroposociologia nos estudos brasileiros. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, p. 243-244, set. 1923.

_____. O problema das raças puras. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 34, fev. 1924.

VIEIRA, Affonso Lopes. Palavras em louvor da "Festa da Raça". **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 4, p. 145-146, out. 1922.

_____. Saudação ao Brasil. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 96, abr. 1924.

_____. Saudação ao Brasil. **Nação Portuguesa**, Lisboa, série 2, n. 11, p. 489-490, maio 1923.

VIEIRA, Celso. Espirito de Revolta. O pamphleto no Primeiro Imperio. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922a.

_____. Historia da colonização portuguesa. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9/12, n.p., ago./dez. 1922b.

_____. Varnhagen. O homem e a obra. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 75-82, mar. 1923.

ZEBALLOS, Estanislau. Mulheres notaveis na America do Sul. **America Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, n.p., mar. 1922.

Correspondências

ALMEIDA, Renato. [Carta] Rio de Janeiro, 27 jan. 1922 [para] Carlos Malheiro Dias. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/142-3.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, [abr. 1923] [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL249.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, [maio 1923] [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de

Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL250.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, [ago. 1923] [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL253.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, [ago.-set.? 1923] [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL255.

_____. [Carta] [Rio de Janeiro], [nov. 1923] [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL257.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 31 ago. 1924 [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL262.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 3 out. 1924 [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL263.

ATAÍDE, Tristão de. [Carta] Rio de Janeiro, 18 out. 1921 [para] Carlos Malheiro Dias. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/197-1.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 20 out. 1921 [para] Carlos Malheiro Dias. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/197-2.

BENSAÍDE, Joaquim. [Carta] [s.l.], s.d. [para Agostinho de Campos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa

Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5966.

BARRETO, Lima. [Carta] Rio de Janeiro, 10 jul. 1922 [para Carlos Malheiro Dias]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/240.

CARVALHO, Elysio de. [Carta] Rio de Janeiro, 21 nov. 1921 [para] Lima Barreto. Biblioteca Nacional, Manuscritos, Coleção Lima Barreto, Correspondência passiva. Localização: I-6, 29, 299.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 23 set. 1922 [para] João de Barros. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de João de Barros, Cota: BNP Esp. N11/898.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 1 fev. 1923 [para] António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 357-1.

_____. [Cartão-postal] Rio de Janeiro, 8 jun. 1923 [para] José Osório de Oliveira. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de José Osório de Oliveira, Cota: BNP Esp. N24/63.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 23 ago. 1923 [para] António Ferro. Fundação António Quadros, Correspondência AFC-AF, Caixa 10, Cota: PT/FAQ/AFC/01/001/0124/00001.

_____. [Cartão-postal] Petrópolis, 15 fev. 1924 [para] António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 357-2.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 1 abr. 1924 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 357-3.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 21 out. 1924 [para Affonso Lopes Vieira]. Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 8 – Lusitania.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 21 out. 1924 [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL1694.

_____. [Carta] Teresópolis, 27 nov. 1924 [para] João de Barros. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de João de Barros, Cota: BNP Esp. N11/901.

_____. [Carta] Teresópolis, 24 jan. 1925 [para] João de Castro Osório. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de João de Castro Osório, Cota: BNP Esp. E43/Cx20.

_____. [Cartão-postal] Rio de Janeiro, 24 jan. 1925 [para] José Osório de Oliveira. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de José Osório de Oliveira, Cota: BNP Esp. N24/66.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. [Carta] Rio de Janeiro, 29 ago. 1922 [para] Embaixador de Portugal na República do Brasil. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

DIAS, Carlos Malheiro. [Carta] Rio de Janeiro, 17 out. 1921 [para] Tristão de Ataíde. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/58.

_____. [Carta] [s.l.], 20 jan. 1924 [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5960.

FALCÃO, Luiz Annibal. [Carta] São Paulo, 17 maio 1923 [para Mário de Andrade]. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL2643.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 5 nov. 1923 [para Mário de Andrade]. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL2644.

_____. [Carta] Rio de Janeiro, 14 maio 1932 [para Mário de Andrade]. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL2649.

FERNANDES JUNIOR, José. [Carta] [s.l.], 15 dez. 1923 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 219-9.

_____. [Carta] Lisboa, 16 abr. 1924 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 219-11.

FIGUEIREDO, Fidelino de. [Carta] Lisboa, 7 out. 1923 [para Alberto Faria]. Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundo Arquivístico de Alberto Faria, Código do documento: AF cp/76.236.

_____. [Carta] Lisboa, 20 maio 1924 [para Carolina Michaëlis de Vasconcellos]. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 2/59.

FIGUEIREDO, Jackson. [Carta] [s.l.], 10 jul. 1923 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 21-1.

INSTITUTO VARNHAGEN. [Carta] Rio de Janeiro, 30 jun. 1923 [para Carlos Malheiro Dias]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/731.

[LEITE, Duarte]. [Carta] Rio de Janeiro, 24 ago. 1922 [para Almirante Gago Coutinho]. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

[LEITE, Duarte]. [Carta] Rio de Janeiro, 24 ago. 1922 [para] Carlos Malheiro Dias. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

LEITE, Duarte. [Carta] [s.l.], 17 ago. 1922 [para] Carlos Simões da Silva. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND. [Carta] Lisboa, 6 jul. 1925 [para] Direção da Lusitania. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5974.

MARTINS, José & Irmão. [Carta] Rio de Janeiro, 22 jul. 1924 [para] Gerente da Lusitania. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5969.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE. [Carta] New York, 5 nov. 1918 [para] Graça Aranha. Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Graça Aranha.

MORAES NETO, Prudente de. [Carta] Rio de Janeiro, 19 jun. 1925, [para] Mário de Andrade. Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros-USP, Fundo Mário de Andrade, Série Correspondência Passiva Lacrada, Código do documento: MA-C-CPL5260.

MÚRIAS, Manuel. [Carta] Lisboa, 25 jun. 1922 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 148-4.

_____. [Carta] Carrazeda, 13 ago. 1922 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 148-6.

_____. [Carta] [local ilegível] 21 jan. 1923 [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 148-11.

OLIVEIRA, José Osório de. [Carta] Rio de Janeiro, 18 set. 1923 [para] António Ferro. Fundação António Quadros, Correspondência AFC-AF, Caixa 26, Cota: PT/FAQ/AFC/01/001/0329/0001.

_____. [Carta] Lisboa, 2 out. 1924 [para Carlos Malheiro Dias]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/1083-3.

_____. [Carta] Lisboa, 22 dez. 1924 [para Carlos Malheiro Dias]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/1083-5.

PALMA, Angelica. [Carta] Madri, 22 nov. 1922 [para] António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 169-6.

PIMENTA, Alfredo. [Carta] Lisboa, [dez.? 1923] [para Carolina Michaëlis de Vasconcelos]. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 3/222.

RANGEL, Alberto. [Carta] [s.l.], 23 dez. 1926 [para] José Osório de Oliveira. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de José Osório de Oliveira, Cota: BNP Esp. N24/453.

REYS, Luís da Camara. [Carta] [s.l.], 13 fev. 1924, Lisboa [para] António Sérgio e Reynaldo dos Santos. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Coleção Manuscritos, Cota: M-SER-180(22).

_____. [Carta] Praia das Maças, 26 ago. 1924 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5898.

_____. [Carta] Praia das Maças, 27 set. 1924 [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5902.

SÉRGIO, António. [Carta] Lisboa, 21 abr. 1923 [para] Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/110.

_____. [Carta] Coimbra, 5 ago. [1923] [para] Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/112.

_____. [Carta] Bemcanta, 24 set. [1923] [para] António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 82-4.

_____. [Carta] Lisboa, 29 ago. 1924 [para] Affonso Lopes Vieira. Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], set. 1924 [para] Affonso Lopes Vieira. Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio.

_____. [Carta] Lisboa, s.d., [para] Affonso Lopes Vieira. Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol. 7 – António Sérgio.

SILVA, Luciano Pereira da. [Carta] [s.l.], 25 jan. 1924 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5938.

_____. [Carta] Madri, 26 maio 1924 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5945.

_____. [Carta] Coimbra, 10 dez. 1924 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5951.

_____. [Carta] Caminha, 24 fev. 1925 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5954.

_____. [Carta] Coimbra, 14 maio 1925 [para Reynaldo dos Santos].
Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa
Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5956.

_____. [Carta] Coimbra, 19 nov. 1925 [para Reynaldo dos Santos].
Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa
Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5957.

SOARES, João Teixeira e LOS RIOS, A. Morales de. [Carta] Rio de
Janeiro, jun. 1917 [para Embaixador de Portugal no Brasil]. Arquivo
Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros,
Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. [Carta] Porto, 11 mar. 1924
[para Affonso Lopes Vieira]. Biblioteca Municipal Afonso Lopes
Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira, correspondência passiva – vol.
8 – Lusitania.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para Affonso Lopes Vieira]. Biblioteca
Municipal Afonso Lopes Vieira, Espólio de Afonso Lopes Vieira,
correspondência passiva – vol. 8 – Lusitania.

VIEIRA, Affonso Lopes. [Cartão-postal] [s.l.], 12 abr. 1923 [para]
António Sardinha. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio
de António Sardinha, Cota: 117-56.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], 5 maio 1923 [para] Carolina Michaëlis de
Vasconcellos. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de
Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/319.

_____. [Carta] [s.l.], 14 dez. 1923 [para António Sardinha]. Biblioteca
Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota:
117-69.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], 19 mar. 1924 [para] Carolina Michaëlis
de Vasconcellos. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio
de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/341.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], 23 mar. 1924 [para] Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/342.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], 30 jul. 1925 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5919.

_____. [Carta] [s.l.], 24 ago. 1925 [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5911.

_____. [Cartão-postal] [s.l.], 1º jul. [para] Reynaldo dos Santos. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5930.

_____. [Carta] São Pedro de Moel, 31 ago. [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 117-11.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 117-1.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para António Sardinha]. Biblioteca Universitária João Paulo II - UCP, Espólio de António Sardinha, Cota: 117-66.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para Carolina Michaëlis de Vasconcellos]. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cota: MS.CMV 4/340.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para Carlos Malheiro Dias]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Carlos Malheiro Dias, Cota: BNP Esp. D4/1545-9.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5922.

_____. [Carta] [s.l.], s.d. [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5928.

_____. [Carta] São Pedro de Moel, s.d. [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5926.

[VIEIRA, Affonso Lopes]. [Carta incompleta] [s.l.], s.d. [para Reynaldo dos Santos]. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5932.

Outros documentos

ACTA n.1, 5 mar. 1925, Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/6024.

Atas da Fundação Graça Aranha, 6 jun. 1930. Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Fundo Arquivístico de Graça Aranha.

CARVALHO, Elysio de; CARVALHO, Ronald de. **Affirmações**. Um agape de intellectuaes. Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil, 1921.

CARVALHO, Elysio de. **História de um Cérebro**. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1905.

CARVALHO, Elysio de. **Esplendor e decadência da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

CARVALHO, Elysio de. **Five O' Clock**. Edição organizada por Luiz Edmundo Bouças Coutinho e Marcus Salgado. Rio de Janeiro: Ed. Antiqua/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, 2006.

CARVALHO, Elysio de. **Laureis Insignes**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.

Comunicação preliminar do Vigésimo Congresso Internacional de Americanistas, Rio de Janeiro, de 20 a 30 de agosto de 1922. Arquivo

Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

Congresso Internacional de Americanistas. XX Sessão no Rio de Janeiro [folheto de programação]. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

DIAS, Carlos Malheiro. Carta-prefácio. OLIVEIRA, José Osório de. **Literatura brasileira**. Coimbra: Lumen Empresa Internacional Editora, 1926, p. XV-XXIV.

_____. Carta-prefácio de Carlos Malheiro Dias. CARVALHO, Elysio de. **Brava Gente**. Rio de Janeiro, 1921a, p. III-XIV.

_____. O patriotismo e o nacionalismo num agape de intellectuaes. In: CARVALHO, Elysio de; CARVALHO, Ronald de. **Affirmações. Um agape de intellectuaes**. Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil, 1921b, p. 9-15.

Instituto Varnhagen: Estatutos e Regimento Interno. Rio de Janeiro, [s.n.], 1922b.

LIMA, Alceu Amoroso. Para mim mesmo em 1964 [texto datilografado]. Petrópolis, 21 jun. 1964, 6 p. Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Alceu Amoroso Lima.

LUZ, Fábio. Elysio de Carvalho. In: **Almanaque Brasileiro Garnier**. Rio de Janeiro, 1907, p. 295-296.

OLIVEIRA, José Osório de. **Literatura brasileira**. Coimbra: Lumen Empresa Internacional Editora, 1926.

Programma do Instituto Varnhagen. Rio de Janeiro, [s.n.], s.d.

Revista Lusitania. Nota do movimento dos assignantes do Estrangeiro, aos quaes enviamos o nº 5/6. [s.l.], s.d. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5979.

Revista Lusitania. Nota discriminativa do movimento em n/ casa da Rev^a Lusitania nº 7. [s.l.], s.d. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Manuscritos Avulsos, Cota: BNP Esp. A/5991.

VIANA, Victor. Prefácio. In: CARVALHO, Elysio de. **Bárbaros e Europeus**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909, p. 3-8.

Vigésimo Congresso Internacional de Americanistas, Rio de Janeiro, 1922. Artigos dos Estatutos aprovados pelos Bureau e Conselho do Congresso Internacional de Americanistas. Pariz. 1900. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Cota: RJ-219.

Arquivos e bibliotecas consultados

Arquivo da Academia Brasileira de Letras
 Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (BNP)
 Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)
 Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (USP)
 Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)
 Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (Fundação Casa de Rui Barbosa)
 Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP)
 Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
 Biblioteca Universitária João Paulo II - Universidade Católica Portuguesa
 Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira
 Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
 Biblioteca Nacional de Portugal
 Biblioteca Pública Municipal do Porto
 Fundação António Quadros
 Real Gabinete Português de Leitura

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADINOLFI, Goffredo. Antônio Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, Antônio Costa (Org.). **O corporativismo em português**. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109-138.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. Carlos Malheiro Dias e os círculos intelectuais luso-brasileiros. In: SARMENTO, Cristina Montalvão; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Coord.) **Culturas Cruzadas em Português**. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc., XIX-XX), volume 1: instituições, diplomatas, intelectuais e movimentos. Coimbra: Almedina, 2010, p. 271-298.

_____. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo** - Um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal. 2009. 361p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

ALVES-CAETANO, António. **O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**: padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil. 2011. Disponível em: <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/emigracao-portuguesa-para-o-brasil/um-passaporte-para-a-terra-prometida/o-real-gabinete-portugues-de-leitura-do-rio-de-janeiro-padrao-excelente-da-emigracao-portuguesa-para-o-brasil>>. Acesso em: 10 out. 2016.

AMARAL, Aracy A. **Artes Plásticas na Semana de 22**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.

_____. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Alberto Filipe; ARAÚJO, Joaquim Machado de. **João de Barros 1881-1960**. Porto: Estratégias Criativas, 2004.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos históricos**, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASCENSÃO, Leão Ramos. **O Integralismo Lusitano**. Lisboa: Edições Gama, 1943.

AUDIGIER, Émilie Geneviève. **As traduções francesas de Machado de Assis e Guimarães Rosa**: variação de oito contos de 1910 a 2004. Rio de Janeiro. 2010. 210p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **O Liceu Francês do Rio de Janeiro (1915-1965)**: Instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior. São Paulo. 2012, 242p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**. Iberismo e Barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BARREIRA, Cecília. Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da "Nação Portuguesa", 1914-26). In: **Análise Social**, Lisboa, v. 18, n. 72-74, p. 1421-1429, 1982-3.

BATALHONE JÚNIOR, Vitor Claret. A “história pátria” entre dois monumentos: o passado colonial nas notas de rodapé da História geral do Brasil e da História da colonização portuguesa no Brasil. In: **Revista de História**, São Paulo [online], n. 170, p. 317-342, jan.-jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-83092014000100317&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 3 mar. 2017.

BECKER, Jean-Jacques. O *handicap* do *a posteriori*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 27-31.

BEIRED, José Luis Bendicho. Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano. **Varia hist.** [online], v. 30, n. 54, p. 631-654, 2014.

_____. **Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Loyola, 1999.

BERMAN, Marshall. **Porque o modernismo ainda vigora**. Rio de Janeiro: Papéis avulsos do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

BERSTEIN, Serge. L'Historien et la culture politique. **Vingtième Siècle Rêvue d'Histoire**, p. 67-77, juil/sept. 1992.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena** – a obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000.

BOTELHO, André. **O Brasil e os dias: Estado-Nação, Modernismo e Rotina Intelectual**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Tiago. Instituições e políticas científicas no século XX português. In: **Livro de Anais Scientiarum Historia II** – Encontro Luso-Brasileiro de História da Ciência. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em:

<https://www.academia.edu/1486768/Institui%C3%A7%C3%B5es_e_pol%C3%ADticas_cient%C3%ADficas_no_s%C3%A9culo_XX_portugu%C3%AAs._Uma_aproxima%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtico-institucional_%C3%A0_hist%C3%B3ria_da_ci%C3%Aancia>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CADIER, Roger. **Souvenirs d'un "Carioca" honoraire. 50 ans de Brésil vécus par un économiste français**. Paris: Nouvelles Editions Latines, 1982.

CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed Record, 2008, p. 37-70.

CALLO, Oswaldo Holguín. Ricardo Palma y el 98: el problema cubano, el americanismo y el hispanismo. In: **Revista Complutense de Historia de América**, n. 26, 2000, p. 233-260.

CAMPOS, Agostinho Celso de Azevedo. In: LISBOA, Eugénio (Coord.). **Dicionário Cronológico de Autores Portugueses**. Publicações Europa-América, 1994, p. 95-97, v. 3.

CANDIDO, Antônio. Radicais de Ocasão. In: **Diálogos**, 1978.

Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/df/site/publicacoes/discurso09.php>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. Uma palavra instável. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, n.p., 27 ago. 1995, disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/27/mais!/26.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CARDOSO, Rafael. O início do design de livros no Brasil. In: _____. (Org.) **O design brasileiro antes do design. Aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosacnaify, 2005, p.160 - 196.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Centenário de Renato Almeida (6-12-1895 – 6-12-1995). In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, ano 158, n. 396, p. 897-905, jul./set. 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

CARVALHO, Paulo Archer de. Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 18, p. 231-243, 1996. Disponível em:

<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41930/1/Ao_principio_era_o_verbo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Da Nação Portuguesa (1914-1938) ao Integralismo Lusitano (1932-1934): a insurreição dos intelectuais. REIS, António et al.

Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 135-152.

_____. Integralismo Lusitano: Reação, Recristianização, Retorno.

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 13-31, 2012.

_____. Oliveira Martins na (re)visão integralista. Separata de: **Revista da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. XXXVIII, 1999, p.185-201.

CARVALHO, Ronald de; CARVALHO, Elysio de. **Afirmações. Um agape de intelectuaes.** Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil, 1921.

CATROGA, Fernando. História e Ciências Sociais em Oliveira Martins. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da história em Portugal sécs. XIX-XX.** Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996, p.117-159.

CAZETTA, Felipe A. A revista *América Brasileira* e sua trajetória ao conservadorismo: análise de projetos políticos (1921-1924). In: **Fênix: revista de História e Estudos Culturais**, ano 11, n. 1, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF33/ARTIGO_9_SECAO_LIVRE_FELIPE_A_CAZETTA_FENIX_JAN_JUL_2014.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.11-29, 2004.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

CHACON, Vamireh. **A Grande Ibéria. Convergências e divergências de uma tendência.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

CHAUBET, François. Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle. Bilan provisoire et perspectives. In: **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, n. 1, 2009/1, p. 179-190. Disponível em <<http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2009-1-page-179.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

CORDEIRO, José Manuel. Nação Portuguesa (1914-1916) - Que Integralismo Lusitano? In: **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 26, p. 139-154, 2009.

CORREIA, Rita. Lusitania. Revista de estudos portugueses. Hemeroteca Municipal de Lisboa. [Ficha histórica] 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Lusitania.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

Correspondência de Capistrano de Abreu. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, v. 2.

Correspondência de Luciano Pereira da Silva para Joaquim de Carvalho. Introdução e notas por José Barbosa. Separata de: **Bol. Bibl. Univ. Coimbra**, Coimbra, v. 39, p.41-90, 1984.

COSTA, Luís Manuel Neves Costa. A assistência da colônia portuguesa do Brasil, 1918-1973. In: **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 727-748, abr.-jun. 2014.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. Rumos e (des)rumos: aspectos biográficos e históricos na trajetória de vida de Alfredo Pimenta. In: **Historiae**, Rio Grande, v.7, n. 2, p. 103-128, 2016.

CURY, Vania Maria. Presença portuguesa: bases para a expansão das profissões liberais no Brasil. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 241-273.

DAVIS, Natalie Zemon. **The return of Martin Guerre**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.

DE CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. In: _____. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. **António Sardinha (1887-1925)**. Um intelectual no século. Lisboa: ICS, 2006.

Edgard Ribas Carneiro [texto eletrônico]. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/19406/edgard-ribas-carneiro.pdf?v23>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. 2. ed. RJ: Editora Conquista, 1957, v. 4.

FERNANDES, Rogério. António Sérgio: notas biográficas. In: **Revista Lusófona de Educação**, n. 12, p. 13-28, 2008.

_____. A Seara Nova e a Primeira República. REIS, António et al. **Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 83-90.

FLÉCHET, Anaïs; DUMONT, Juliette. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. In: **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 4, n. 67, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000100010> Acesso em: 1º mar. 2017

FERREIRA, Marie-Jo. As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira Reis, Daniel Aarão; Rolland, Denis (Org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro, 2008, p. 119-140.

FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha. António Sérgio e os integralistas. In: CATROGA, Fernando; HOMEM, Amadeu José Carvalho. **Revista de História das Ideias - António Sérgio**, tomo I, n. 5. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983, p.427-470.

FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, hispanismo e os seus contrários**: Portugal e Espanha (1908-1931). Lisboa. 2016, 405p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2016.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1913, v. 2.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. p. 91-116.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza**. Chapecó: Ed. Argos, 2007.

FONSECA, Joaquim da. **Tipografia & design gráfico: design e produção gráfica de impressos e livros**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 553- 582, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares. **Intelectuais portugueses e a cultura brasileira**. São Paulo: Editora UNESP; Bauru, SP: EDUSC, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. A Grande Aliança de Ana Castro Osório, um projeto político-pedagógico fracassado. In: **Estudos do século XX**, Coimbra, n. 11, p. 283-299, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/36742>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, 2009.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. Soihet, Raquel; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva (Org.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, 2007, p. 43-63.

_____. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: _____ (Org.) **Escritas de si, escritas da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 51-76.

_____. **Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GUIMARÃES, Fernando. A Renascença Portuguesa. In: ROCHA, Clara; BUESCU, Helena Carvalhão; GOULART, Rosa Maria (Org.). **Literatura e cidadania no século XX.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, p. 49-68.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 26, 2009, p. 51-70.

_____. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).** Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

_____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). In: **Topoi**, v. 6, n. 1, p. 192-212, jan.-jun. 2005.

_____. O percurso da *Atlântida*. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília Osório de. **Atlântida.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, p. 11-32.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. In: **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 1 a 24, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100007>. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____.; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília Osório de. **Atlântida.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão**. 3. ed. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.htm>>. Acesso em: 8 maio 2013.

HILTON, Ronald. **Who's who in Latin America. Part VI Brazil**. 3 edition. Stanford: Stanford University Press; Chicago: The A.N. Marquis Company; London: Oxford University, 1948.

HOBSBAWM, Eric J. A Europa em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997, p. 271-316.

_____. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Introdução. In: _____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

_____. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Maria Amélia Buarque de. **Apontamentos para a cronologia de Sérgio**. Texto eletrônico. Disponível em: <<http://www.siarq.unicamp.br/sbh/biografia.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

KEDAR, Benjamin Z. Outlines for comparativa history proposed by practicing historians. In: _____ (Ed.) **Explorations in comparative history**. Jerusalem: The Hebrew University Magnes Press, 2009, p. 1-29.

KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. In: **History and Theory**, 42, february, 2003, p. 39-44.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Ernesto Castro. A ideia de confederação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX. **Ibérica**: revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos, Juiz de Fora, n. 12, dez. 2009/mar. 2010, p. 5-20.

_____. A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal. In: ROLLO, Maria Fernanda; Rosas, Fernando (Coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China edições, 2010, p.485-502.

LEMONS, Clarice Caldini. **A idéia de nação na América Brasileira**. Florianópolis. 2006. Rio de Janeiro. 2006. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Departamento de História– Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

_____. **Os Bastiões da Nacionalidade**: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho. 2010. 203p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

LEYMARIE, Michel; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **L'histoire des intellectuels aujourd'hui**. Paris: Presses Universitaires de France-PUF, 2003.

LESSA, Carlos. Rio, uma cidade portuguesa? In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. p. 21-61.

LOPO, Rui. **Sobre a Revista “Homens Livres”. O que é a liberdade dos livres?** 2009. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF07/Sobre%20a%20revista%20'Homens%20Livres'.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2014.

LUCA, María Pía Sirvent de. **Angélica Palma**: su vida y su obra (1878-1935). 2012. 460p. Tese (Tese em Filologia). Departamento de Filología

Española IV (Bibliografía Española y Literatura Hispanoamericana, Universidad Complutense de Madrid, 2012.

LUCA, Tania Regina de. **A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. SP: Editora da Unesp, 1998.

_____. Periodismo cultural: a trajetória da *Revista do Brasil*. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação da Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp, 2005, p. 293 - 312.

MACEDO, Jorge Borges de. Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. In: CATROGA, Fernando; HOMEM, Amadeu José Carvalho. **Revista de História das Ideias - António Sérgio**, tomo I, n. 5. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1983, p.471-532.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001.

_____. Oliveira Lima e o Reino Unido. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, ano 177, n. 470, p. 59-76, jan./mar. 2016.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 283-297.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. In: **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9 a 30, 2007. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1234>>. Acesso em: 6 out. 2016.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora Usp; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MATOS, Sérgio Campos. **Consciência histórica e nacionalismo. Portugal, séculos XIX e XX**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

_____. **Was Iberism a nationalism? Conceptions of Iberism in Portugal in the nineteenth and twentieth centuries.** 2009. Disponível em:
 <<http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Sergio%20Campos%20Matos%20Was%20Iberism%20a%20nationalism%29.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914).** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Dinâmica da contra-revolução na Europa, 1870-1956.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEDEIROS, Filipa. Historiografia de uma Novela de Cavalaria Peninsular: o Amadis De Gaula. Estado da questão e bibliografia comentada. In: **Medievalista online**, Lisboa, ano 2, n 2, 2006, disponível em:
 <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/medievalista-novela.htm>>. Acesso em: 6 maio 2017.

MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal.** Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 297-312.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** SP: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos - A gestão nacional no Centenário da Independência.** RJ: Ed. FGV, 1992.

MOURÃO, Alda. A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: uma associação empresarial da Primeira República. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Coord.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 387-412.

MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Coord.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MULLER, Elisa. A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. p. 301-331.

MURICY, Andrade. **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, v. 1.

NETO, Vítor. A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade. In: ROLLO, Maria Fernanda; Rosas, Fernando (Coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China edições, 2010, p.129-148.

NOBRE, Cristina. **Afonso Lopes Vieira – A Reescrita de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, v. 1.

NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX - olhares cruzados**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional da Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Paulo Dias Oliveira. A segunda série da Nação Portuguesa (1922-1923). Da filosofia política à cultura nacionalista. **Cultura. Revistas de História e Teoria das Ideias**, v. 26, p. 155-171, 2009.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed Record, 2008.

PAULO, Heloísa. Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Coord.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 455-470.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, José Carlos Seabra. Condições de existência das três correntes neo-românticas no primeiro quartel do século XX. In: _____.

História crítica da literatura portuguesa. Do Fim-do-século ao Modernismo. 2. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 2004, p. 394-398.

_____. Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX). In: **Análise Social**, Lisboa, v. 19, n. 77-79, p. 845-873, 1983-3.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Iberismo e nacionalismo em Portugal da regeneração à República. Entre utopia e distopia. **Separata da Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 31, p. 257-284, 2010.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; LEMOS, Clarice Caldini. A ilustração na *América Brasileira* entre a tradição e a modernidade. In: **Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, n. 19, Florianópolis, p. 163-176, 2008/1.

PINTO, António Costa. A formação do Integralismo Lusitano (1907-17). In: **Análise Social**, Lisboa, v. 18, n. 72-74, p. 1409-1419, 1982-3.

PLUET-DESPATIN, J. Une contribution a l'histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, N & TREBITSCH, M. (dir.). **Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present. Sociabilites intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux.** Paris, n. 20, p. 125-136, mars 1992.

Portuguese-americans in the Massachusetts power structures: a positional analysis. Center for policy analysis, University of Massachusetts Dartmouth, september 2005. Disponível em: <http://www.portstudies.umassd.edu/docs/power_structure050920.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PRADO, Maria Emília da Costa. Leituras da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XX. In: **Revista Intellectus**, ano 5, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27606>>. Acesso em: 10 maio 2017.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. In: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, n. 6-1, p. 64-84, 2012.

QUADROS, António. **O primeiro modernismo português**: vanguarda e tradição. Lisboa: Europa-América, 1989.

QUEIROZ, José Francisco da Silva. Amazônia: Inferno Verde ou Paraíso Perdido? Cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha. [texto online]. **Brasa XIII**, 2016. Disponível em: <<http://www.brasa.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/10/Jos%C3%A9-Francisco-da-Silva-Queiroz.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

QUINTAS, José Manuel. **Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano**. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004.

_____. O Integralismo Lusitano para além das etiquetas. In: MARCHI, Riccardo (Org.). **Ideias e percursos das direitas portuguesas**. Amadora, Portugal: Editora Texto, 2014, p. 167-196.

RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (Org.). **Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present. Sociabilités intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux**, Paris, n. 20, p. 126, mar. 1992.

_____. **Intellectuelles. Du genre en histoire des intellectuels**. Paris/Bruxelles: IHTP-CNRS, 2004.

RAMOS, Maria Bernardete. A intimidade luso-brasileira - Nacionalismo e Racialismo. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Elio; PAULO, Heloísa (Org.). **O beijo através do Atlântico**: o lugar do Brasil no panlusitanismo. Chapecó: Argos, 2001, p. 357-422.

RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Elio; PAULO, Heloísa (Org.). **O beijo através do Atlântico**: o lugar do Brasil no panlusitanismo. Chapecó: Argos, 2001.

RAMOS, Rui. "Um novo Brasil de um novo Portugal". A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX. In: **Penélope**, n. 23, p. 129-152, 2000.

REIS, António. Seara Nova e os anos da República. In: REIS, António et al. **Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 61-82.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIO, João do. **Cartas de João do Rio: a João de Barros e Carlos Malheiro Dias.** Introdução, organização e notas: Cristiane d'Avila; prefácio: Zuenir Ventura. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012.

ROCHA, Clara. **Revistas literárias do século XX em Portugal.** Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. O achamento do Brasil e de Portugal. Perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 37-66, jan./dez. 1999.

Ronald de Carvalho. In: **Pequena história da literatura brasileira.** 6 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C. Editores, 1937, p. 7-10.

SÁ, Paulo Sérgio Moraes de; LISSOVSKY, Maurício; VIANNA, Aurélio. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, 10-14 (2), jul./dez., 1986, p. 62-76.

SANDES, Noé Freire. **A Invenção da Nação: entre a Monarquia e a República.** Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANT'ANA, Moacir Medeiros De. **Elycio de Carvalho, um militante do Anarquismo.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas; RJ: Secretaria de Cultura – MEC, 1982.

SARAIVA, Arnaldo. **Modernismo Brasileiro e Modernismo Português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações.** Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SARMENTO, Cristina Montalvão; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Coord.) **Culturas Cruzadas em Português. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc., XIX-XX), volume 1: instituições, diplomatas, intelectuais e movimentos.** Coimbra: Almedina, 2010.

_____. (Coord.) **Culturas Cruzadas em Português. Redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc., XIX-XX), volume 2:** influências, ideários, periodismo e ocorrências. Coimbra: Almedina, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. SP: Cia das Letras, 2008.

SEABRA, José Augusto. Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século. In: REIS, António et al. **Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 19-34.

SEIGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. In: **Radical History Review**, n. 91, p. 62-90, 2005.

SÉRGIO [de Sousa], António. In: **Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo.** Disponível em: <http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_sergio.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SERPA, Elio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 20, n. 39, p. 69-97, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** 8 ed. RJ: Editora FGV, 2006, p. 131-137.

_____. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TORGAL, Luís Reis. Do tradicionalismo antiliberal ao "nacionalismo integral" e à "terceira via" dos "Estados Novos". In: MARCHI, Riccardo (Org.). **Ideias e percursos das direitas portuguesas**. Amadora, Portugal: Editora Texto, 2014, p. 225-243.

_____. Sob o signo da «reconstrução nacional». In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da história em Portugal sécs. XIX-XX**. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996, p. 219-239.

TRAVESSA, Elisa Neves. **Jaime Cortesão. Política, história e cidadania (1884-1940)**. Porto: ASA Editores, 2004.

TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (Dir.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Paris: IHTP/CNRS, Edition Complexe, 1998.

TRINDADE, Luís. **O estranho caso do nacionalismo português: o salazarismo entre a literatura e a política**. Lisboa: ICS, 2008.

TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. SP: Editora da Unesp, 1992, p. 273 - 289.

VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Monica Pimenta. LINS, Vera. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: FAPERJ/GARAMOND, 2010, p. 43-110.

_____. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

VEIGA, Cláudio. **Um brasilianista francês - Philéas Lebesgue**. Rio de Janeiro: Topbooks; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

VIKTOR, Tiago Alexandre. **Trajetória de constituição e fundamentos do modernismo do grupo de Festa**. 2016. 213p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. In: **History and theory**, n. 45, p. 30-50, feb. 2006.

WINOCK, Michel. Os Anos Barrès. In: **O século dos intelectuais**. RJ: Bertrand Brasil, 2000.